

# Boletim Informativo

Associação Portuguesa de Bancos

Nº 47

2011 | Anual

Lisboa | Julho 2012





### Nota de Agradecimentos

A Associação Portuguesa de Bancos (APB) agradece a todos os Associados a sua contribuição para a elaboração do presente Boletim Informativo.

Em particular, a Associação Portuguesa de Bancos agradece ao Gabinete de Estudos Económicos do Banco Comercial Português, S.A. por ter aceitado o convite em contribuir para o Boletim Informativo com a elaboração do enquadramento macroeconómico para o ano de 2011.

Ao Banco de Portugal, a Associação Portuguesa de Bancos deixa também o agradecimento pela disponibilização da informação necessária à elaboração, neste Boletim Informativo, da análise de representatividade dos Associados da APB no conjunto do sistema bancário português, e pela prestação de esclarecimentos, sempre que solicitados.

A Associação Portuguesa de Bancos agradece ainda a informação disponibilizada pela SIBS – Forward Payment Solutions, para efeitos da elaboração de parte do capítulo sobre os indicadores de cobertura bancária.

Por fim, uma palavra de agradecimento ao Instituto de Formação Bancária pela colaboração na uniformização do pedido de informação sobre a actividade de formação dos recursos humanos dos Associados.



## Índice

Índice de Figuras .....	iii
Índice de Gráficos.....	v
Índice de Quadros .....	ix
Índice de Tabelas.....	xi
Lista de Acrónimos .....	xv
Sumário Executivo.....	xix
<b>I. Nota Introdutória .....</b>	<b>1</b>
<b>II. Enquadramento Macroeconómico.....</b>	<b>7</b>
II.1. Actividade económica global.....	7
II.2. Mercados financeiros .....	9
II.3. Portugal .....	9
<b>III. Enquadramento Legal e Regulamentar .....</b>	<b>11</b>
III.1. Diplomas legais e regulamentares em Portugal .....	11
III.2. Iniciativas de regulação do sector financeiro a nível internacional.....	13
III.3. Alterações às normas internacionais de contabilidade .....	14
<b>IV. Análise das Instituições Financeiras Associadas .....</b>	<b>17</b>
IV.1. Evolução do número de instituições .....	17
IV.2. Análise das operações de reestruturação e/ou expansão.....	22
IV.3. Representatividade e caracterização das instituições.....	26
IV.4. Evolução do activo agregado.....	31
<b>V. Recursos Humanos .....</b>	<b>37</b>
V.1. Caracterização e evolução .....	37
V.2. Actividade de formação.....	52
<b>VI. Indicadores de Cobertura Bancária .....</b>	<b>59</b>
VI.1. Rede de balcões em Portugal .....	59
VI.2. Sucursais e escritórios de representação .....	72
VI.3. ATMs e <i>homebanking</i> .....	75
VI.4. Contas activas, cartões activos e POS.....	78
<b>VII. Análise de Performance .....</b>	<b>81</b>
VII.1. Análise de balanço.....	81
VII.1.1. Análise de estrutura.....	81
VII.1.2. Crédito a clientes .....	90
VII.1.2.1. Análise do crédito a clientes.....	91
VII.1.2.2. Qualidade do crédito a clientes.....	96
VII.1.3. Investimentos financeiros.....	99
VII.1.4. Estrutura de <i>funding</i> .....	103

Anexo – Contas extrapatrimoniais agregadas.....	112
<b>VII.2. Análise da demonstração de resultados.....</b>	<b>114</b>
VII.2.1. Análise de estrutura.....	114
VII.2.2. Análise da margem financeira .....	120
VII.2.3. Análise das actividades de serviços a clientes e de mercado .....	128
VII.2.4. Análise dos custos operativos, provisões e imparidades.....	132
Anexo – Demonstração de resultados agregada.....	138
VII.2.5. Análise fiscal e parafiscal .....	139
<b>VII.3. Análise de rentabilidade .....</b>	<b>143</b>
<b>VII.4. Análise de solvabilidade .....</b>	<b>150</b>
<b>VII.5. Testes de esforço e Exercício Europeu de Reforço de Capitais .....</b>	<b>154</b>
<b>VIII. Indicadores de Eficiência.....</b>	<b>161</b>
VIII.1. <i>Cost-to-Income</i> .....	161
VIII.2. Crédito e Depósitos por empregado e número de empregados por balcão.....	163
VIII.3. Activo por empregado.....	165
<b>IX. Análise da Actividade Internacional.....</b>	<b>167</b>
<b>X. Anexos.....</b>	<b>171</b>
Anexo A – Diplomas legais e regulamentares em Portugal.....	173
Anexo B – Iniciativas de regulação do sector financeiro a nível internacional .....	187
Anexo C – Alterações às normas internacionais de contabilidade.....	209

## Índice de Figuras

Figura 1: Expansão internacional por país e natureza da operação (2009 – 2011) .....	24
Figura 2: Distribuição dos balcões e do número de habitantes por balcão, por distrito, a 31 de Dezembro de 2011 .....	67
Figura 3: Distribuição geográfica das sucursais e escritórios de representação no exterior, a 31 de Dezembro de 2011 .....	74



## Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução do número de instituições autónomas e de instituições integradas em grupos bancários pertencentes ao conjunto de Associados da APB, a 31 de Dezembro (2008 – 2011) .....	17
Gráfico 2: Número de operações de reestruturação e expansão por natureza – aquisição, constituição, desinvestimento e fusão (2009 – 2011).....	22
Gráfico 3: Valor total e peso médio das operações de reestruturação e expansão (2009 – 2011) .....	26
Gráfico 4: Distribuição do activo agregado por dimensão das instituições financeiras associadas, a 31 de Dezembro de 2011 .....	29
Gráfico 5: Concentração do activo agregado por dimensão das instituições financeiras associadas, a 31 de Dezembro de 2011 .....	30
Gráfico 6: Caracterização das instituições financeiras associadas, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro de 2011 .....	30
Gráfico 7: Evolução do activo agregado face ao PIB nacional (2008 – 2011) .....	31
Gráfico 8: Contribuição das instituições financeiras associadas para o crescimento do activo agregado (2009 – 2011) .....	33
Gráfico 9: Distribuição dos motivos de saída de colaboradores em 2011 .....	38
Gráfico 10: Contribuição das instituições financeiras associadas para a taxa de crescimento anual do número de empregados afectos à actividade doméstica, por dimensão e origem/forma de representação legal (2008 - 2011) .....	40
Gráfico 11: Distribuição temporal da representatividade das instituições financeiras associadas em termos do número de empregados afectos à actividade doméstica, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro (2008 - 2011).....	41
Gráfico 12: Evolução do número de empregados afectos à actividade doméstica e sua representatividade, por género, a 31 de Dezembro (2008 - 2011) .....	42
Gráfico 13: Caracterização das funções dos recursos humanos afectos à actividade doméstica, por dimensão, origem/forma de representação legal e por área de negócio, a 31 de Dezembro de 2011 .....	43
Gráfico 14: Distribuição percentual conjunta dos recursos humanos, por género e função, a 31 de Dezembro de 2010 e 2011.....	44
Gráfico 15: Comparação do número de balcões com o número de colaboradores afectos à actividade comercial, por dimensão, origem/forma de representação legal e área de negócio, a 31 de Dezembro de 2011 .....	47
Gráfico 16: Comparação da idade média das instituições financeiras associadas com a idade e antiguidade dos seus colaboradores, por dimensão, a 31 de Dezembro de 2011 .....	48
Gráfico 17: Comparação do número médio de participações em acções de formação por formando com o número médio de horas de formação realizadas por participante (2008 – 2011) .....	53
Gráfico 18: Evolução do número médio de horas de formação por formando (2008 – 2011).....	54
Gráfico 19: Comparação entre as metodologias envolvidas nas acções de formação (2010 vs. 2011).....	55
Gráfico 20: Evolução dos gastos com actividades de formação (totais e por formando).....	56
Gráfico 21: Evolução do número de habitantes por balcão vs. taxa de crescimento do número de balcões (2008 – 2011) .....	59
Gráfico 22: Número de habitantes por balcão na área do euro .....	60
Gráfico 23: Contribuição para a taxa de variação do número de balcões em Portugal, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro (2009 - 2011) .....	61

Gráfico 24: Distribuição do número de balcões das 33 instituições financeiras associadas, a 31 de Dezembro (2010 – 2011) .....	62
Gráfico 25: Índice de Herfindahl (2008 – 2011) .....	63
Gráfico 26: Distribuição da representatividade das instituições financeiras associadas em termos do número de balcões em Portugal, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro(2008 - 2011). 64	
Gráfico 27: Distribuição da rede de balcões, por distrito, em 2011 e respectivas variações face a 2010 .....	66
Gráfico 28: Número de habitantes por balcão, por distrito, a 31 de Dezembro 2011 .....	67
Gráfico 29: Distribuição da % de balcões por dimensão, por distrito, a 31 de Dezembro de 2011.....	68
Gráfico 30: Evolução do número e tipologia dos promotores externos, a 31 de Dezembro (2008 – 2011).....	69
Gráfico 31: Taxas de variação do número de balcões e do número de sucursais e escritórios de representação no exterior, por dimensão e origem/forma de representação legal, 2011 .....	72
Gráfico 32: Indicador relativo da internacionalização das instituições financeiras associadas, por dimensão e origem, (2008 – 2011).....	73
Gráfico 33: Evolução do número e volume de transacções em ATMs, por tipologia (2008 – 2011) .....	76
Gráfico 34: Número de habitantes por ATM na área do euro, a 31 de Dezembro de 2010 .....	76
Gráfico 35: Evolução do número e volume de pagamentos de serviços através de <i>homebanking</i> (2008 – 2011) .....	77
Gráfico 36: Número de habitantes por POS na área do euro, a 31 de Dezembro de 2010 .....	79
Gráfico 37: Evolução do número e volume de transacções em POS, por tipologia (2008 – 2011).....	79
Gráfico 38: Evolução da estrutura de financiamento agregado, a 31 de Dezembro (2008-2011).....	85
Gráfico 39: Evolução do rácio de transformação (2008-2011) .....	86
Gráfico 40: Evolução da estrutura do balanço agregado, a 31 de Dezembro (2008-2011) .....	88
Gráfico 41: Composição e evolução da estrutura de endividamento agregado, a 31 de Dezembro (2010 – 2011) .....	103
Gráfico 42: Evolução do recurso ao financiamento junto do Banco Central Europeu por parte das instituições financeiras nacionais vs. da área do euro .....	107
Gráfico 43: Evolução da composição do recurso ao financiamento junto do Banco Central Europeu por parte das instituições financeiras nacionais .....	107
Gráfico 44: Evolução do valor bruto emitido das responsabilidades representadas por títulos e dos passivos subordinados, e percentagem de títulos recomprados nas respectivas rubricas, a 31 de Dezembro (2010 – 2011) .....	110
Gráfico 45: Formação do resultado antes de impostos agregado (2011).....	115
Gráfico 46: Evolução do resultado antes de impostos, como percentagem do produto bancário (2008 – 2011) .....	117
Gráfico 47: Evolução da margem financeira e dos resultados de serviços a clientes e de mercado como percentagem do produto bancário (2008 – 2011).....	118
Gráfico 48: Evolução dos custos operativos, provisões e imparidades como percentagem do produto bancário (2008 – 2011) .....	119
Gráfico 49: Decomposição da margem financeira agregada (2010 - 2011), por tipologia de resultados (em milhões de euros).....	120
Gráfico 50: Evolução da taxa Euribor (6m), da taxa activa média das operações de crédito, e da taxa passiva média das operações de depósitos (Jan. 2008 – Dez. 2011).....	122
Gráfico 51: Evolução da taxa média ponderada nos leilões de Bilhetes do Tesouro (Jan. 2010 – Dez. 2011) ...	125

Gráfico 52: Evolução da taxa Refi (Jan. 2009 – Dez. 2011) .....	126
Gráfico 53: Decomposição dos rendimentos de serviços e comissões, em milhões de euros (2010 – 2011) ....	129
Gráfico 54: Decomposição dos encargos com serviços e comissões, em milhões de euros (2010 – 2011) .....	129
Gráfico 55: Evolução dos principais índices accionistas (Jan. 2009 – Dez. 2011).....	130
Gráfico 56: Evolução das <i>yield-to-maturity</i> para as dívidas soberanas portuguesa, grega, espanhola e alemã (Jan. 2009 – Dez. 2011) .....	130
Gráfico 57: Evolução dos <i>credit default swaps</i> de instituições europeias consideradas <i>investment grade</i> . Dívida a 5 anos (Jan. 2009 – Dez- 2011).....	131
Gráfico 58: Decomposição dos custos operativos, provisões e imparidades como percentagem do produto bancário (2010 – 2011) .....	132
Gráfico 59: Evolução do <i>burden</i> como percentagem do produto bancário (2010 – 2011) .....	134
Gráfico 60: Evolução do resultado bruto de exploração como percentagem do produto bancário por comparação entre a evolução da margem financeira e a do <i>burden</i> (2010 – 2011) .....	135
Gráfico 61: Peso dos custos operativos, provisões e imparidades no produto bancário (2010 – 2011) .....	136
Gráfico 62: Evolução do resultado antes de impostos como percentagem do produto bancário por comparação com a evolução do resultado bruto de exploração e de provisões e imparidades (2010 – 2011) .....	137
Gráfico 63: Decomposição da variação dos juros e rendimentos similares da margem financeira (2010 – 2011) .....	148
Gráfico 64: Decomposição da variação dos juros e encargos similares da margem financeira (2010 – 2011) ..	149
Gráfico 65: Rácios <i>core Tier 1</i> , a 31 de Dezembro de 2011.....	152
Gráfico 66: Evolução do indicador <i>cost-to-income</i> e seus componentes (2008 – 2011) .....	162
Gráfico 67: Evolução do <i>cost-to-income</i> , por dimensão e origem/forma de representação legal (2008 – 2011) .....	162
Gráfico 68: Evolução comparativa do montante de crédito e depósitos face ao número global de empregados, a 31 de Dezembro (2008 – 2011).....	164
Gráfico 69: Evolução comparativa do número de balcões face ao número global de empregados, a 31 de Dezembro (2008 – 2011).....	165
Gráfico 70: Número de empregados por balcão na área do euro, a 31 de Dezembro de 2010 .....	165
Gráfico 71: Evolução comparativa do activo agregado face ao número global de empregados, a 31 de Dezembro (2008 – 2011) .....	166
Gráfico 72: Representatividade da actividade internacional nas demonstrações financeiras consolidadas (2011) .....	168
Gráfico 73: Comparação de alguns indicadores de <i>performance</i> da actividade doméstica vs. internacional....	170



## Índice de Quadros

Quadro 1: Lista de Associados da APB e das instituições financeiras que os integravam, a 31 de Dezembro de 2011 .....	3
Quadro 2: Alterações no número de instituições financeiras associadas (2008 – 2011).....	19
Quadro 3: Sentido de variação das redes de balcões das instituições financeiras associadas, por dimensão e origem/forma de representação legal (2010 – 2011) .....	60
Quadro 4: Decomposição dos efeitos sobre o ROE e ROA (2010 – 2011) .....	145
Quadro 5: Decomposição da variação do rácio <i>core</i> Tier 1, por subgrupos (2010 – 2011) .....	153
Quadro 6: Estimativas da evolução e impactos sobre o capital e os activos ponderados pelo risco para os grupos financeiros portugueses envolvidos no Exercício Europeu de Reforço de Capitais.....	159



## Índice de Tabelas

Tabela 1: Natureza das operações de reestruturação e expansão, por objectivo (2009 – 2011).....	23
Tabela 2: Percentagem de operações realizadas em áreas de negócio idênticas às da instituição financeira associada (2009 – 2011).....	25
Tabela 3: Valor total e peso médio das operações de reestruturação e expansão (2009 – 2011).....	25
Tabela 4: Representatividade dos Associados no sistema bancário português, total e por origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro (2010 – 2011) .....	27
Tabela 5: Caracterização das instituições financeiras associadas, a 31 de Dezembro de 2011.....	28
Tabela 6: Evolução do activo agregado face ao PIB nacional (2008 – 2011) .....	32
Tabela 7: Contribuição das instituições financeiras associadas para o crescimento do activo agregado, por dimensão e origem/forma de representação legal (2009 – 2011) .....	33
Tabela 8: Evolução do activo agregado, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro (2008 – 2011).....	34
Tabela 9: Evolução do número de empregados, a 31 de Dezembro (2008 - 2011) .....	37
Tabela 10: Evolução do número de empregados afectos à actividade doméstica, por dimensão, a 31 de Dezembro (2008 - 2011) .....	39
Tabela 11: Evolução do número de empregados afectos à actividade doméstica, por origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro (2008 - 2011).....	40
Tabela 12: Distribuição dos recursos humanos, por género e função, pela dimensão das instituições financeiras associadas, a 31 de Dezembro de 2010 e 2011 .....	45
Tabela 13: Distribuição dos recursos humanos, por género e função, pela origem/forma de representação legal das instituições financeiras associadas, a 31 de Dezembro de 2010 e 2011 .....	46
Tabela 14: Distribuição dos recursos humanos, por género, pelos regimes de horários adoptados na actividade doméstica, a 31 de Dezembro de 2011.....	49
Tabela 15: Caracterização dos empregados afectos à actividade doméstica, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro de 2011 .....	50
Tabela 16: Evolução do número de empregados afectos à actividade doméstica, a 31 de Dezembro (2008-2011) .....	51
Tabela 17: Evolução da formação nas instituições financeiras associadas (2008 – 2011).....	52
Tabela 18: Evolução da tipologia de participações, acções de formação e respectivas metodologias (2008 – 2011) .....	54
Tabela 19: Evolução dos gastos com actividades de formação (2008 – 2011) .....	57
Tabela 20: Evolução do número de balcões em Portugal, a 31 de Dezembro (2008 - 2011) .....	59
Tabela 21: Evolução do número de balcões em Portugal, por dimensão, a 31 de Dezembro (2008 – 2011) .....	62
Tabela 22: Evolução do número de balcões em Portugal, por origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro (2008 – 2011).....	64
Tabela 23: Número de balcões por distrito, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro de 2011.....	70
Tabela 24: Evolução do número de balcões por distrito, a 31 de Dezembro (2008-2011).....	71
Tabela 25: Evolução do número de sucursais e escritórios de representação no exterior, a 31 de Dezembro (2008 - 2011).....	72

Tabela 26: Evolução da representatividade das instituições financeiras associadas na totalidade da rede de balcões em Portugal e no total das sucursais e representações no exterior, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro (2008 – 2011) .....	73
Tabela 27: Evolução do número de ATMs das instituições financeiras associadas e da rede Multibanco, a 31 de Dezembro (2009 - 2011) .....	75
Tabela 28: Evolução do número de utilizadores de <i>homebanking</i> , a 31 de Dezembro (2009 - 2011) .....	77
Tabela 29: Evolução do número de contas bancárias activas, cartões de crédito e débito activos e POS, a 31 de Dezembro (2009 - 2011) .....	78
Tabela 30: Balanço agregado (milhões €), a 31 de Dezembro de 2011 .....	81
Tabela 31: Composição e evolução da estrutura do activo agregado, a 31 de Dezembro (2008-2011).....	82
Tabela 32: Composição e evolução da estrutura de financiamento agregado, a 31 de Dezembro (2008-2011) .	84
Tabela 33: Indicadores de estrutura do balanço agregado, a 31 de Dezembro (2008-2011).....	89
Tabela 34: Evolução do crédito bruto a clientes e das provisões e imparidades, a 31 de Dezembro (2010-2011) .....	90
Tabela 35: Composição e evolução do crédito bruto a clientes, por natureza, a 31 de Dezembro (2010-2011) .	92
Tabela 36: Composição e evolução do crédito bruto a clientes, por destinatário, a 31 de Dezembro (2010-2011) .....	93
Tabela 37: Composição e evolução do crédito titularizado não desreconhecido, por destinatário, a 31 de Dezembro (2010-2011) .....	95
Tabela 38: Composição e evolução dos empréstimos por destinatário, a 31 de Dezembro (2010 – 2011).....	96
Tabela 39: Evolução do crédito vencido, a 31 de Dezembro (2010 – 2011) .....	97
Tabela 40: Evolução dos rácios de crédito em incumprimento e de crédito em risco, a 31 de Dezembro (2010 – 2011) .....	98
Tabela 41: Composição e evolução da carteira de investimentos financeiros, a 31 de Dezembro (2010-2011)	100
Tabela 42: Estrutura da carteira de títulos, por tipo de instrumento, a 31 de Dezembro (2010 – 2011) .....	101
Tabela 43: Estrutura dos investimentos financeiros, por tipo de carteira e instrumento, a 31 de Dezembro (2010 – 2011) .....	102
Tabela 44: Composição e evolução dos recursos de clientes e outros empréstimos, a 31 de Dezembro (2010-2011) .....	104
Tabela 45: Composição e evolução da rubrica de recursos de outras instituições de crédito, a 31 de Dezembro (2010-2011).....	105
Tabela 46: Composição e evolução dos recursos líquidos de outras instituições de crédito, a 31 de Dezembro (2010-2011).....	106
Tabela 47: Composição e evolução da rubrica de recursos de Bancos Centrais, a 31 de Dezembro (2010-2011) .....	108
Tabela 48: Composição e evolução da rubrica de títulos de dívida emitidos e outros instrumentos de capital, a 31 de Dezembro (2010-2011) .....	109
Tabela 49: Composição e evolução das responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, a 31 de Dezembro (2010-2011) .....	109
Tabela 50: Contas extrapatrimoniais agregadas, a 31 de Dezembro de 2011.....	112
Tabela 51: Demonstração de resultados agregada (2011) .....	114
Tabela 52: Composição e evolução das principais rubricas que compõem a demonstração de resultados agregada (2008 – 2011) .....	117

Tabela 53: Decomposição dos resultados em operações com clientes (2010 - 2011) .....	121
Tabela 54: Principais estatísticas descritivas para a Euribor (6m), a taxa activa média mensal das operações de crédito e a taxa passiva média mensal das operações de depósitos .....	122
Tabela 55: Decomposição dos resultados em operações com títulos financeiros (2010 – 2011) .....	124
Tabela 56: Decomposição dos resultados em operações no mercado monetário interbancário (2010 – 2011) .....	125
Tabela 57: Decomposição da margem financeira agregada (2010 – 2011) .....	127
Tabela 58: Decomposição dos resultados agregados das actividades de serviços a clientes e de mercado (2010 – 2011) .....	128
Tabela 59: Decomposição dos custos operativos, provisões e imparidades (2010 – 2011) .....	133
Tabela 60: Demonstração de resultados agregada, para efeitos de comparabilidade entre 2010 e 2011, das 31 instituições que compõem a amostra .....	138
Tabela 61: Aproximação ao montante total de imposto a pagar ao Estado, em sede de IRC, por referência aos exercícios de 2010 e 2011 na base de valores estimados para a matéria colectável, reconstituída a partir do resultado antes de impostos e das variações patrimoniais reconhecidas em reservas e resultados transitados .....	141
Tabela 62: Aproximação ao montante de derramas, tributações autónomas e imposto sobre o rendimento suportado no estrangeiro (2010 – 2011) .....	142
Tabela 63: Carga fiscal e parafiscal (2010 – 2011) .....	143
Tabela 64: Evolução das rendibilidades do activo total e dos capitais próprios (2010 – 2011) .....	144
Tabela 65: Evolução da rendibilidade dos activos financeiros (2010 – 2011) .....	146
Tabela 66: Evolução relativa dos juros e rendimentos similares da margem financeira (2010 – 2011) .....	147
Tabela 67: Evolução relativa dos juros e encargos similares da margem financeira (2010 – 2011) .....	149
Tabela 68: Adequação dos fundos próprios, a 31 de Dezembro (2010 – 2011) .....	151
Tabela 69: Resultados apurados no exercício de testes de esforço de Junho de 2011 para os grupos financeiros portugueses envolvidos .....	156
Tabela 70: Resultados apurados no Exercício Europeu de Reforço de Capitais de Dezembro de 2011 para os grupos financeiros portugueses envolvidos .....	157
Tabela 71: Evolução dos custos operativos, do produto bancário e do <i>cost-to-income</i> (2008 – 2011) .....	161
Tabela 72: Evolução do montante de crédito e depósitos, do número global de empregados, e do indicador crédito e depósitos por empregado, a 31 de Dezembro (2008 – 2011) .....	163
Tabela 73: Evolução do número de balcões e do indicador número de empregados por balcão, a 31 de Dezembro (2008-2011) .....	164
Tabela 74: Taxas de crescimento anual do activo agregado e do número global de empregados, e evolução do indicador activo por empregado, a 31 de Dezembro (2008 – 2011) .....	166
Tabela 75: Evolução do balanço consolidado relativo à actividade internacional, a 31 de Dezembro (2008 – 2011) .....	167
Tabela 76: Evolução da demonstração dos resultados consolidada relativa à actividade internacional (2008 – 2011) .....	169



## Lista de Acrónimos

AF	Activos Financeiros
AIG	American International Group
APB	Associação Portuguesa de Bancos
AT	Activo Total
ATA	Autoridade Tributária Aduaneira
ATM	<i>Automated Teller Machine</i>
BCBS	Basel Committee on Banking Supervision
BCE	Banco Central Europeu
BdP	Banco de Portugal
CAFEB	Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários
CDS	<i>Credit Default Swaps</i>
CE	Comissão Europeia
CEBS	Committee of European Banking Supervisors
CIMT	Código do Imposto Municipal sobre as Transacções Onerosas de Imóveis
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CO	Custos Operativos
CP	Capitais Próprios
CRA	Credit Rating Agency
CRD	<i>Capital Requirements Directive</i>
CRR	<i>Capital Requirements Regulation</i>
DGCI	Direcção-Geral dos Impostos
EBA	European Banking Authority
EIOPA	European Insurance and Occupational Pensions Authority
ESMA	European Securities and Markets Authority
ESRB	European Systemic Risk Board
EUA	Estados Unidos da América
FGD	Fundo de Garantia de Depósitos
FIN	Ficha de Informação Normalizada
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSB	Financial Stability Board
GSIBs	Global Systemically Important Banks
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	International Accounting Standards Board

IASC	International Accounting Standards Committee
IF	Instituição Financeira
IFRIC	International Financial Reporting Interpretations Committee
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
IREF	Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
JE	Juros e Encargos Similares
JR	Juros e Rendimentos Similares
LTRO	<i>Long-term refinancing operations</i>
MF	Margem Financeira
MiFID	<i>Markets in Financial Instruments Directive</i>
MRO	<i>Main refinancing operations</i>
OR	Outros Resultados
PB	Produto Bancário
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PF	Passivos Financeiros
PI	Provisões e Imparidades
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena e Média Empresa
POS	<i>Point of Sale</i>
PSI	<i>Portuguese Stock Index</i>
RAI	Resultado Antes de Impostos
RBE	Resultado Bruto de Exploração
RGICSF	Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
ROA	Rendibilidade Antes de Impostos do Activo Total
ROC	Resultados em Operações com Clientes
ROE	Rendibilidade Antes de Impostos dos Capitais Próprios
ROF	Resultado de Operações Financeiras
ROFA	Rendibilidade Antes de Impostos dos Activos Financeiros
ROMMI	Resultados em Operações no Mercado Monetário Interbancário
ROTF	Resultados em Operações com Títulos Financeiros
RPSM	Resultado de Prestação de Serviços a Clientes e de Mercado
RSC	Resultado de Serviços e Comissões
RWA	<i>Risk-Weighted Assets</i>

SAMS	Serviço de Assistência Médico-Social
SBP	Sistema Bancário Português
SCM	Serviços a Clientes e de Mercado
SIC	Standing Interpretations Committee
SIFI	<i>Systemically Important Financial Institution</i>
SIP	<i>Special Inspections Programme</i>
TAEG	Taxa Anual de Encargos Efectiva Global
TARGET	<i>Trans European Automated Real-Time Gross Settlement Express Transfer System</i>
TCM	Taxa de Crescimento Média Anual
UE	União Europeia
USD	<i>United States Dollars</i>



## Sumário Executivo

A Associação Portuguesa de Bancos (APB) representa 36 instituições financeiras monetárias (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo), 60% das quais aproximadamente se encontram integradas em oito grupos bancários, perfazendo assim um total de 23 Associados, a 31 de Dezembro de 2011. Estes Associados constituem um grupo altamente representativo da actividade desenvolvida pela totalidade do Sistema Bancário Português (SBP). Se em finais de 2011, os Associados representavam pouco mais de um quinto do número total de entidades integrantes do SBP, em termos de valor de activo bancário consolidado (492,5 mil milhões de euros) eram responsáveis por 96% do total da actividade do sector (513,2 mil milhões de euros).

Por razões diversas, apenas 33 das 36 instituições financeiras associadas constituem a amostra de base deste Boletim para efeitos de análise da actividade agregada desenvolvida em 2011. Porém, porque não se descarta a comparabilidade temporal, mais ou menos longa, dessa actividade, a amostra teve a sorte de ser redefinida por razões de indisponibilidade de dados.

Na sua generalidade, as 33 instituições financeiras da amostra caracterizam-se por serem maioritariamente de direito legal português e terem uma actividade multiespecializada. Em termos de valor do activo, enquanto medida de dimensão, a amostra apresenta uma distribuição dominada, em número, por 20 instituições financeiras de pequena dimensão mas que, em conjunto, têm apenas uma quota de mercado de 5,7% enquanto os 94,3% remanescentes do activo agregado se encontram concentrados nas 13 instituições de grande e média dimensão da amostra. Não obstante este facto, o índice de *Herfindahl* aponta para uma concentração de mercado moderada quando analisada pelo valor dos activos. Já o mesmo não acontece quando essa concentração é analisada em termos da extensão da rede de balcões das instituições financeiras associadas. Existe aqui uma maior homogeneidade entre o número de agências bancárias de cada uma das instituições financeiras, e o mercado encontra-se próximo do limiar de um mercado competitivo. Tais resultados apontam para a existência de mais concorrência, entre as instituições da amostra, no mercado da banca de retalho e na área comercial de captação de negócio por via da rede de agências, face a outro tipo de actividades bancárias.

Em 2011, a actividade das instituições financeiras associadas desenvolveu-se no contexto de um enquadramento macroeconómico e financeiro particularmente difícil e desfavorável. Não só pelo cenário de desaceleração económica, de incerteza quanto ao futuro do Euro, e de instabilidade dos mercados financeiros internacionais que se viveu, tanto a nível mundial como a nível europeu, como também pela necessidade extra de as instituições financeiras associadas terem de ajustar a sua actividade aos novos requisitos prudenciais previstos no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) da União Europeia (UE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), no seguimento do pedido de ajuda financeira externa feito por Portugal, no ano.

A nível dos mercados financeiros internacionais, o ano de 2011 caracterizou-se pelo aumento progressivo da aversão ao risco por parte dos investidores. A perturbação instalada no clima de confiança destes afectou o normal funcionamento dos mercados financeiros que se manifestou pelo regresso de uma elevada volatilidade. Globalmente, os principais índices accionistas tenderam a perder valor, em particular nos mercados periféricos europeus e no segmento das instituições financeiras. Os *spreads* de crédito alargaram em função do grau de exposição aos países de maior vulnerabilidade financeira, e o Euro desvalorizou-se generalizadamente. Todo este comportamento

conduziu a uma inoperância crescente dos mercados interbancários e a uma reduzida actividade nos mercados de títulos de dívida, com riscos muito acentuados para o funcionamento das economias europeias.

Entretanto, os desequilíbrios estruturais da economia portuguesa, traduzidos em elevados níveis de endividamento público e privado num contexto de magro crescimento económico, associados ao agravamento da percepção do risco de crédito da dívida soberana tornaram incomportáveis as condições de financiamento de Portugal nos mercados internacionais, obrigando a um pedido de ajuda financeira externa, em Abril de 2011. O Programa de Assistência Económica e Financeira da União Europeia e do FMI, em que se concretizou aquele pedido, veio a ditar, desde meados do ano, os termos de toda a actividade económica e financeira do País, impondo um conjunto de exigências com vista a melhorar o potencial de crescimento económico a prazo, e a assegurar a recuperação do acesso de Portugal aos mercados internacionais de dívida em 2013.

Inevitavelmente, essas exigências estenderam-se ao sector financeiro, tendo-se traduzido na obrigatoriedade de cumprimento, por parte da banca, de um conjunto de novos requisitos prudenciais: o reforço do rácio mínimo de capital *core* Tier 1 para 9% e 10%, respectivamente, até finais de 2011 e 2012; a redução do rácio de transformação para 120% até Dezembro de 2014 e a realização de inspeções para avaliação das carteiras de crédito com referência a 30 de Junho de 2011, no âmbito do Programa Especial de Inspeções (SIP) do Banco de Portugal, aplicável aos oito maiores grupos bancários; e, a revisão do sistema de saneamento e liquidação das instituições financeiras contemplado no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) com o intuito de reforçar os mecanismos de recuperação e resolução da banca.

Ao mesmo tempo, e face ao desafio de desalavancagem lançado aos bancos num quadro de prolongada falta de acesso aos mercados financeiros internacionais e conjuntura económica desfavorável, o PAEF veio reforçar duas linhas de apoio à banca portuguesa já existentes na altura, nomeadamente: a prestação extraordinária de garantia estatal à emissão de obrigações por parte do sector bancário nacional, tendo ficado definido no PAEF a possibilidade de os bancos emitirem dívida garantida pelo Estado, num valor global máximo de 35 mil milhões de euros (as garantias aprovadas nestes moldes ascenderam a 11,825 mil milhões de euros em 2011); e, a disponibilização de um fundo, a que não houve necessidade de recorrer em 2011, para operações de recapitalização das instituições de crédito, no montante de 12 mil milhões de euros integrados no pacote global de 78 mil milhões de euros de ajuda financeira a Portugal.

Paralelamente, imperativos de consolidação orçamental levaram o Governo português a introduzir uma Contribuição sobre o Sector Bancário, incidindo sobre os passivos de maior risco em balanço, com a intenção simultânea de ser um contributo fiscal adicional por parte da banca e um factor mitigador dos riscos sistémicos inerentes à mesma. Já no final do ano, o Governo veio a estabelecer a transferência parcial dos fundos de pensões de algumas instituições financeiras associadas para a Segurança Social.

As envolventes, externa e interna, de 2011 não puderam deixar de ter repercussões sobre as instituições financeiras associadas, nomeadamente ao nível da sua actividade, financiamento e *performance*.

Com efeito, 2011 constituiu um momento de viragem na tendência histórica de crescimento (ainda que em desaceleração) do activo agregado das instituições financeiras associadas. Face a

2010, este registou um decréscimo de 1,4% que não só está em linha com a queda do PIB nominal de 1%, e por consequência com a redução da procura, como é produto ainda da política de desalavancagem prosseguida pelos bancos, e de um conjunto de factores exógenos importantes.

A exigência de reforço dos níveis de solvabilidade imposta aos bancos pelo PAEF foi determinante da necessidade de desalavancagem da actividade bancária. Com efeito, a dificuldade de recurso, em condições normais, aos mercados de capitais por parte das instituições financeiras associadas conduziu a que estas tivessem prioritariamente de tentar alcançar aquele objectivo quer pela via da redução de activos (venda de activos *non-core* e/ou diminuição da carteira de créditos) quer pela via da alteração da composição dos activos, e correspondente diminuição do seu risco médio.

O processo de desalavancagem reflectiu-se sobre a concessão de crédito, através da aplicação de critérios de avaliação do risco e de condições de atribuição de crédito mais selectivas e restritivas. Reflectiu-se também na venda de carteiras de crédito, principalmente de crédito a empresas. Entretanto, o cumprimento da recomendação do PAEF de redução do rácio de transformação não só levou ao desenvolvimento de esforços por parte do sector bancário no sentido de captação de mais recursos de clientes, como veio criar ainda pressão adicional sobre a concessão de crédito. Se a estes factores se acrescentar a contracção natural ocorrida a nível da procura de crédito por parte do sector privado não financeiro em 2011, por força do clima de recessão, não é de surpreender que o *stock* de crédito bruto em balanço tenha decrescido em 2011. Os dados confirmam que o crédito bruto a empresas e Administração Pública, o qual representou em 2011 mais de 50% da carteira de crédito bruto a clientes foi o que mais contribuiu em valor absoluto e em percentagem para a redução da carteira. Segundo dados oficiais, terão sido as empresas privadas de menor dimensão, e menos capitalizadas, as mais afectadas pela maior exigência da banca na concessão de crédito. Simultaneamente, manteve-se a pressão sobre o sector bancário para atender às necessidades de financiamento das empresas públicas o que explica o crescimento do crédito a estas empresas. No que respeita ao crédito a particulares, o crédito que efectivamente contraiu, e de forma significativa, foi o crédito ao consumo e outros fins, enquanto o crédito à habitação, que constituiu quase 40% da carteira de crédito bruto a clientes, e representou mais de 85% do crédito a particulares em 2011, apresentou uma variação positiva.

Entretanto, a degradação do ambiente económico em Portugal, com a taxa de desemprego a atingir máximos históricos e o número de falências de empresas a aumentar explica a deterioração da qualidade do crédito em balanço. Efectivamente, o crédito vencido cresceu 32,8% em 2011 o que comparativamente ao *stock* de crédito bruto total em finais do ano representou 3,8% deste. O aumento generalizado do risco de crédito é bem visível tanto no rácio de crédito em incumprimento como no rácio de crédito em risco, os quais revelaram um agravamento, em 2011, da ordem de 1,2 pontos percentuais e 2 pontos percentuais, respectivamente. Ambos os rácios apresentaram um padrão de evolução semelhante em todos os segmentos, com relevância particular para o crédito ao consumo e outros fins e para o crédito a sociedades não financeiras. Para fazer face a esta situação, as instituições financeiras associadas reforçaram as suas provisões e imparidades em 2.473 milhões de euros em 2011 (o que representa um crescimento de 31% em relação a 2010), nos quais se incluem já o valor do reforço (520 milhões de euros) de provisões e imparidades estimado nos resultados da primeira fase do SIP.

Por último, a contracção do activo agregado é ainda resultado de importantes factores exógenos à actividade bancária. Por um lado, o comportamento da carteira de investimentos financeiros que, em termos líquidos, contraiu 0,4%. Globalmente, a evolução da carteira de activos financeiros (em particular, para negociação e disponíveis para venda) ficou marcada pela significativa desvalorização dos títulos em resultado da evolução muito desfavorável dos mercados financeiros internacionais, quer de dívida quer de capital. A deterioração do prémio de risco da dívida soberana dos países europeus da periferia, assim como as repercussões e incertezas quanto ao futuro económico, financeiro e político da Europa foram as principais causas da grande instabilidade criada a nível mundial nos mercados financeiros.

O mesmo contexto teve implicações indirectas nas carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e de investimentos detidos até à maturidade por via do aumento das imparidades, onde o grande impacto se deveu à contabilização das perdas assumidas com a reestruturação da dívida soberana da Grécia (874 milhões de euros). Todavia, também a quebra verificada no mercado accionista originou o reconhecimento de imparidades nas acções detidas pelas instituições financeiras associadas, nomeadamente de empresas do PSI 20. A ter havido algum efeito “actividade” a nível de investimentos financeiros, ele traduziu-se, e por imperativos de desalavancagem, na venda de alguns activos, sobretudo não estratégicos, em carteira de disponíveis para venda, bem como na aquisição de títulos de dívida pública portuguesa o que revela que as instituições financeiras associadas continuaram a assegurar financiamento ao Estado português.

Também, o desaparecimento em balanço do “corredor” relativo aos desvios actuariais passados associados aos fundos de pensões da banca por alteração da política contabilística em relação aos mesmos, foi um factor que contribuiu para a contracção do activo agregado das instituições financeiras associadas.

No que respeita ao financiamento da actividade das instituições financeiras associadas, ele continua alicerçado nos recursos de clientes e outros empréstimos, os quais superaram o montante de 200 mil milhões de euros em 2011 e representaram mais de 45% do total do financiamento alheio da amostra. No último ano, esta rubrica teve um crescimento muito expressivo de 7,4% que resultou da forte expansão dos depósitos a prazo. Várias razões explicam este comportamento, desde as que conduziram a um aumento da procura por aplicações com um nível de risco reduzido por parte do pequeno investidor até às que levaram à forte necessidade de captação de fundos mais estáveis por parte das instituições financeiras. Em concreto, a redução do rácio de transformação e o agravamento, em 2011, das condições de acesso aos mercados de financiamento por grosso (interbancário e de títulos de dívida) pelas instituições financeiras nacionais. Inevitavelmente, assistiu-se em 2011 a uma intensificação da concorrência entre bancos no mercado de captação de depósitos de que resultou, entre outros, e em primeiro lugar, o aumento generalizado no ano das taxas de remuneração oferecidas sobre aqueles, e mais tarde a intervenção do Banco de Portugal no sentido de pôr termo à forte subida das remunerações oferecidas.

Entretanto, o comportamento bastante divergente do crédito bruto a clientes (-8.062 milhões de euros, ou seja -2,8%) e dos recursos de clientes e outros empréstimos (+14.092 milhões de euros, ou seja +7,4%) no ano, traduziu-se numa evolução muito positiva do rácio de transformação que de 152,2% em 2010 caiu para 139% em 2011.

Da estrutura de financiamento das instituições financeiras associadas importa também referir o comportamento dos recursos de Bancos Centrais, os quais evidenciaram em 2011 um crescimento bastante mais moderado que em anos anteriores, por força da contracção da actividade bancária e da política activa de captação de depósitos verificadas no ano. A dependência das instituições financeiras associadas do Eurosistema manteve-se porém, continuando a causa principal a ser a dificuldade de acesso a liquidez nos mercados internacionais por grosso, a qual o Banco Central Europeu (BCE) tem procurado colmatar através de medidas mais ou menos convencionais de política monetária, tal como a recente operação de refinanciamento de longo prazo (LTRO a 3 anos) lançada em Dezembro último. A ampla subscrição desta emissão por parte das instituições financeiras associadas foi na sua quase totalidade utilizada para reduzir saldos de outras operações de curto prazo (MROs), prática que aliás já vinha a ser realizada desde o segundo semestre de 2011. Esta evolução, conjuntamente com a forte captação de depósitos de longo prazo de clientes veio a proporcionar uma estrutura de financiamento agregado mais estável, em termo de maturidade.

De referir por último, e mais uma vez devido à dificuldade de colocação de nova dívida nos mercados financeiros por grosso, a redução significativa em 2011 dos saldos em balanço das rubricas de recursos de outras instituições de crédito, das responsabilidades representadas por títulos e dos passivos subordinados. No caso das duas últimas rubricas, a sua variação negativa foi ainda acentuada não só pelo reembolso de dívida cuja maturidade foi atingida e que não foi renovada como também pela actividade de compra em mercado de obrigações próprias por parte das instituições financeiras associadas.

Globalmente, e não obstante a redução do endividamento agregado, o grau de alavancagem financeira acentuou-se em 2011, por força da redução substancial registada nos capitais próprios, em valor absoluto. De facto, os capitais próprios, no ano que decorreu, sofreram negativamente por três vias: as perdas com o reconhecimento em resultados transitados dos desvios actuariais passados associados aos fundos de pensões, por alteração das respectivas regras de contabilização; as perdas em investimentos financeiros reconhecidas em reservas de justo valor, e, por fim, a dos resultados negativos no ano, na sua maioria devidos a impactos extraordinários de eventos não recorrentes.

Efectivamente, a *performance* das instituições financeiras associadas em 2011 veio a contrastar em muito com a de anos anteriores. De tal forma, que o resultado antes de impostos (RAI) caiu para valores negativos, cifrando-se em -21,7% do produto bancário do ano. Ainda que esta *performance* reflecta alguma deterioração a nível dos resultados do negócio bancário, ela resulta sobretudo de alterações a nível dos custos suportados, nomeadamente os relacionados com eventos não recorrentes.

Como habitual no negócio bancário, a actividade de intermediação constituiu a principal fonte de resultados, em 2011, das instituições financeiras associadas, ainda que tenha registado um ligeiro decréscimo. Para a diminuição da margem financeira contribuíram sobretudo as variações negativas nos resultados em operações com clientes e nos resultados em operações no mercado monetário interbancário. A primeira foi o produto líquido dos esforços empreendidos pela generalidade das instituições financeiras no sentido por um lado, de captarem financiamento mais estável através da implementação de políticas comerciais que privilegiaram a oferta de taxas de remuneração sobre depósitos mais atractivas e, por outro lado, de moderarem a concessão de crédito pela solicitação de taxas de crédito mais elevadas. No final, o efeito volume/preço positivo

que se verificou a nível das operações passivas com clientes não foi proporcionalmente correspondido pelo efeito volume/preço a nível das operações activas, pelo que a margem financeira se estreitou em 2011. A segunda variação resultou essencialmente do agravamento da posição devedora líquida das instituições financeiras associadas perante Bancos Centrais à qual se aliou um efeito preço, resultante da média anual da taxa directora do BCE ter subido em 2011. No âmbito das operações com outras instituições de crédito, e ainda que tenha havido um decréscimo em 2011 na posição devedora líquida perante estas, o impacto da subida da taxa média anual da Euribor sobrepôs-se ao efeito volume. Em contraponto, a variação positiva nos resultados em operações com títulos financeiros teve uma contribuição contrária para a evolução da margem financeira, entre 2010 e 2011. Não obstante as perdas em juros da carteira de negociação e operações de cobertura, os ganhos relativos a juros de activos disponíveis para venda suplantaram aquelas perdas, fruto de um efeito volume positivo (os montantes em carteira aumentaram, essencialmente por via da aquisição de dívida pública nacional) em simultâneo com um efeito preço também positivo (o Estado português financiou-se a taxas de juro mais elevadas em 2011 do que em 2010).

Se a margem financeira (MF) agregada sofreu globalmente um pequeno decréscimo (-0,4%), os resultados agregados das actividades de serviços a clientes e de mercado (SCM), pelo contrário, registaram uma diminuição mais acentuada (-11,7%) tendo sido o principal item a influenciar negativamente o produto bancário. Em concreto, a maior contribuição negativa proveio dos resultados de operações financeiras por efeito do comportamento particularmente desfavorável dos resultados de activos financeiros disponíveis para venda (menos valias na venda de acções e títulos de dívida) e dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (reconhecimento de perdas de valor em derivados, e em títulos de dívida e de capital). Responsável pela segunda maior contribuição negativa, foram os resultados de serviços e comissões (quer pela diminuição dos rendimentos associados a um menor volume de operações financeiras realizadas quer pelo aumento das comissões pagas pelas garantias recebidas do Estado com a emissão de obrigações). Apenas os outros resultados tiveram uma contribuição positiva, derivada de ganhos na alienação de outros activos e na aquisição de dívida própria, não obstante a redução em rendimentos de capital, e o encargo extraordinário com a Contribuição sobre o Sector Bancário (73 milhões de euros) em 2011.

Como já referido, o produto bancário gerado em 2011 não foi suficiente para suportar o total dos custos operativos e dos encargos com provisões e imparidades. Nem as políticas de redução de custos operativos aplicadas, e que abrangeram o encerramento de algumas agências bancárias, o corte nos gastos com actividades de formação e a contenção nos gastos com serviços especializados e publicidade por parte das instituições financeiras associadas, foram de molde a compensar os fortes incrementos registados em provisões e imparidades, e o choque provocado nos custos com a transferência parcial dos fundos de pensões da banca para a Segurança Social, em finais de 2011. Este choque, no montante global de 408 milhões de euros resultou da utilização de determinados pressupostos definidos pelo Estado que, na maioria dos casos, diferiram dos usados pelas instituições financeiras na sua contabilidade. A divergência de critérios deu lugar a diferenças entre o montante de responsabilidades transferidas e o valor dos activos dos fundos de pensões que tiveram de ser levadas a custo pelas instituições financeiras envolvidas.

Entretanto, o aumento muito substancial verificado em provisões e imparidades pode ser justificado por razões já aqui referidas. O agravamento na rubrica de imparidade de activos financeiros disponíveis para venda e de investimentos detidos até à maturidade deveu-se essencialmente à reestruturação da dívida soberana grega e a perdas reconhecidas em acções nacionais, com o resultado de forte desvalorização do PSI 20. O crescimento das imparidades de crédito foi motivado pela conjuntura económica recessiva e que acabou por se traduzir numa maior materialização do risco de crédito. Simultaneamente, houve que reconhecer imparidades adicionais extraordinárias na sequência dos resultados apurados na primeira fase do Programa Especial de Inspeções.

No final, custos operativos, provisões e imparidades representaram em conjunto 121,7% do produto bancário em 2011, o que se traduziu num RAI agregado de -1.938 milhões de euros e numa rentabilidade antes de impostos dos capitais próprios (ROE) de -7,53% que compara com um valor positivo de 3,85% no ano de 2010. Esta deterioração acentuada ao nível da rentabilidade prende-se, por um lado, com a situação económica recessiva verificada em Portugal, em 2011, e por outro lado, com o impacto negativo de quatro factores extraordinários, três dos quais de carácter não recorrente: a transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos para o Estado (408 milhões de euros), o reconhecimento de imparidades de crédito adicionais resultantes do SIP (520 milhões de euros), a aplicação de um *haircut* sobre a dívida soberana da Grécia (874 milhões de euros), e a Contribuição sobre o Sector Bancário (73 milhões de euros).

Expurgando estes impactos extraordinários, na ordem dos 1.875 milhões de euros, do valor agregado do resultado antes de impostos, este teria sido de -63 milhões de euros em 2011, o que levaria a um ROE praticamente nulo.

Apesar de uma *performance* que reflecte a dureza dos condicionalismos a que esteve sujeito, o conjunto das instituições financeiras associadas (à excepção de dois grupos bancários) concluiu o ano de 2011, cumprindo os requisitos mínimos de capital impostos pelo PAEF. O rácio *core* Tier 1 agregado alcançado foi de 9,4% o que reflecte, face às exigências acrescidas e às dificuldades assumidas, um esforço assinalável por parte das instituições financeiras associadas para satisfazer os requisitos de supervisão. Em média, o aumento de capital *core* Tier 1 justificou mais de metade dos aumentos nos rácios *core*, sobrepondo-se ao impacto de contracção do activo total. A conversão de capital *non-core* em *core* foi a fonte principal desse aumento ainda que tenham ocorrido alguns aumentos de capital no ano. Recorde-se no entanto, e a terminar, que o capital *core* só não foi maior em 2011 pela necessidade de reconhecer resultados que foram negativos, mas maioritariamente por força de eventos exógenos. Fica a nota de um sector bancário mais sólido, mais robusto e melhor preparado para enfrentar os desafios de 2012.



## I. Nota Introdutória

O Boletim Informativo é um documento anual de carácter essencialmente analítico e interpretativo da actividade agregada das instituições financeiras que integram o conjunto de Associados da APB.<sup>1</sup>

As análises e comentários aqui incluídos veiculam uma visão abrangente e aprofundada da evolução da actividade bancária daquelas instituições, e estão devidamente enquadrados no contexto macroeconómico, legal e regulamentar que presidiu ao período em questão. Em 2011, em particular, a actividade das instituições financeiras associadas foi profundamente marcada por um enquadramento excepcionalmente difícil, caracterizado pela revisão em baixa das perspectivas de crescimento mundial, pelo adensar da crise da dívida soberana na área do Euro, pela instabilidade dos mercados financeiros internacionais e, a nível nacional, pelo pedido de ajuda financeira externa que se traduziu na imposição ao sector de novos requisitos prudenciais no seguimento do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF) da União Europeia (EU) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para efeitos de análise, o Boletim Informativo tem por base um agregado de informação, financeira e não financeira, relativa à actividade desenvolvida em Portugal e no estrangeiro (via escritórios de representação e/ou sucursais) por cada uma das instituições financeiras (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo) que integram o grupo de Associados da APB. Este agregado é obtido por simples somatório das demonstrações financeiras individuais e de outros indicadores de cada uma das instituições financeiras. Exceptuam-se os agregados de informação utilizados na análise da actividade internacional dos Associados com presença geográfica no estrangeiro, na análise de solvabilidade, e na análise dos testes de esforço e do Exercício Europeu de Reforço de Capitais, uma vez que reportam a dados consolidados.

As análises realizadas têm por referência privilegiada a actividade desenvolvida pelas instituições financeiras associadas no ano a que este documento se reporta, embora não se descure o seu enquadramento temporal. Salienta-se ainda que, em função da informação e detalhe fornecidos pelos Associados, as análises mais desagregadas poderão estar limitadas a uma amostra e/ou período de análise mais restritos.

A amostra analisada inclui 33 instituições financeiras das 36<sup>2</sup> que integravam o grupo de 23 Associados da APB a 31 de Dezembro de 2011 (ver Quadro 1, pág. 3). Esta amostra foi, porém, redefinida sempre que a comparabilidade dos resultados de algumas análises assim o exigiu. Tais situações estão devidamente identificadas no decorrer do texto ou em nota de rodapé.

De seguida, relevam-se alguns dos acontecimentos, referentes aos Associados, que se tornaram efectivos ao longo de 2011:

---

<sup>1</sup> Estas instituições são comumente designadas por instituições financeiras associadas ao longo deste Boletim.

<sup>2</sup> As três instituições financeiras excluídas são: o NCG Banco, S.A., Sucursal em Portugal, por estar a atravessar um período de reestruturação interna e não conseguir disponibilizar os dados, o Banco Efisa, S.A., por não ter enviado informação atempadamente, e o BPN – Banco Português de Negócios, S.A. pelo facto de os seus dados actuais distorcerem fortemente as tendências agregadas.

- Fusão entre dois dos Associados: a Caixa de Aforros de Vigo, Ourense e Pontevedra (Caixanova) e a Caja de Ahorros de Galicia, Sucursal no início de 2011. A instituição resultante adoptou a designação de Caixa de Aforros de Galicia, Vigo, Ourense e Pontevedra – Sucursal em Portugal. No final do ano, em virtude de uma operação ocorrida em Espanha, os activos e passivos daquela nova entidade foram transferidos para o NCG Banco, S.A., Sucursal em Portugal (actual Associado da APB);
- Alteração da designação social do Banco Itaú Europa, S.A. para Banco Itaú BBA Internacional, S.A. (em Fevereiro);
- Aquisição pela Caixa Económica Montepio Geral da totalidade do capital da Finibanco Holding, SGPS, S.A. ao Montepio Geral – Associação Mutualista (em Março). Na sequência desta operação, os activos e passivos do Finibanco, S.A. foram integrados na Caixa Económica Montepio Geral, com excepção dos imóveis propriedade do Finibanco, S.A.. Por se encontrar integrado na Caixa Económica Montepio Geral, o Finibanco, S.A. deixou de ser Associado da APB em 2011;
- Alteração da forma de representação legal do Deutsche Bank (Portugal), S.A. que deixou de ser filial e passou a ser uma sucursal da casa-mãe alemã (em Dezembro). A sua designação social mudou para Deutsche Bank AG, Sucursal em Portugal;
- Fusão por incorporação no Banco Santander Totta, S.A. da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (em Janeiro);
- Fusão por incorporação no Banco Finantia, S.A. do património da Sofinloc – Instituição Financeira de Crédito, S.A. correspondente às actividades de concessão de crédito e de mediação de seguros (em Outubro);
- Cisão-fusão do património da Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (em Dezembro). Os activos e passivos referentes às actividades de *leasing* mobiliário e de financiamento de aquisições a crédito foram integrados no Banco Banif Mais, S.A. e os referentes à actividade de *leasing* imobiliário no Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.;
- Fusão por incorporação no Banco Popular Portugal, S.A. da sociedade Popular Gestão de Imóveis, Lda. (Dezembro);
- Celebração de um contrato quadro entre o Estado português, accionista do BPN – Banco Português de Negócios, S.A., e o Banco BIC Português, S.A. (em Dezembro);

O presente Boletim Informativo encontra-se estruturado como segue. Os Capítulos II e III detalham o quadro macroeconómico, legal e regulamentar que influenciou a actividade dos Associados no ano. O Capítulo IV apresenta uma caracterização das instituições financeiras associadas, incluindo a evolução do seu número ao longo dos últimos anos, e ainda uma análise da representatividade destas no conjunto do sistema bancário português. Os Capítulos V e VI, por sua vez, incidem respectivamente sobre a análise dos recursos humanos e do nível de cobertura bancária. No Capítulo VII analisa-se a *performance* das instituições financeiras associadas com base num estudo detalhado dos principais elementos do Balanço e da Demonstração de Resultados. Incluem-se ainda, no mesmo capítulo, uma análise de rendibilidade, solvabilidade e resistência a testes de esforço. Por último, o Capítulo VIII apresenta os principais indicadores de eficiência enquanto o Capítulo IX aborda, a nível consolidado, a actividade internacional dos Associados com presença geográfica no estrangeiro.

**Quadro 1: Lista de Associados da APB e das instituições financeiras que os integravam, a 31 de Dezembro de 2011**

Instituições financeiras – Domésticas

<b>Associados</b>	<b>Instituições Financeiras</b>	<b>Siglas</b>
<b>Banco BIC Português, S.A.</b>	Banco BIC Português, S.A.	Banco BIC
<b>Banco BPI, S.A.</b>	Banco BPI, S.A.	Banco BPI
	Banco Português de Investimento, S.A.	BPI
<b>Banco Comercial Português, S.A.</b>	Banco Comercial Português, S.A.	Millennium bcp
	Banco ActivoBank, S.A.	Activobank
	Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	BII
<b>Banco de Investimento Global, S.A.</b>	Banco de Investimento Global, S.A.	BIG
<b>Banco Efisa, S.A.</b> <sup>3</sup>	Banco Efisa, S.A.	Efisa
<b>Banco Espírito Santo, S.A.</b>	Banco Espírito Santo, S.A.	BES
	Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.	Besi
	Banco Espírito Santo dos Açores, S.A.	BAC
	BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	Best
<b>Banco Finantia, S.A.</b>	Banco Finantia, S.A.	Finantia
<b>Banco Invest, S.A.</b>	Banco Invest, S.A.	Invest
<b>Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.</b>	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	Banif
	Banif - Banco de Investimento, S.A.	Banif Inv
	Banco Banif Mais, S.A.	Banif Mais

<sup>3</sup> Apesar de pertencer ao Grupo BPN, o Banco Efisa é um Associado autónomo.

<b>BPN - Banco Português de Negócios, S.A.</b>	BPN - Banco Português de Negócios, S.A.	BPN
<b>Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL</b>	Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	CCCAM
<b>Caixa Económica Montepio Geral</b>	Caixa Económica Montepio Geral Finibanco, S.A.	Montepio Finibanco
<b>Caixa Geral de Depósitos, S.A.</b>	Caixa Geral de Depósitos, S.A.  Caixa - Banco de Investimento, S.A.	CGD  CBI

#### Instituições financeiras – Filiais

<b>Associados</b>	<b>Instituições Financeiras</b>	<b>Siglas</b>
<b>Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.</b>	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.	BBVA
<b>Banco Itaú BBA Internacional, S.A.</b>	Banco Itaú BBA Internacional, S.A.	Itaú
<b>Banco Popular Portugal, S.A.</b>	Banco Popular Portugal, S.A.	Popular
<b>Banco Santander Consumer Portugal, S.A.</b>	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Sant Consumer
<b>Banco Santander Totta, S.A.</b>	Banco Santander Totta, S.A.	Santander Totta

Instituições financeiras – Sucursais

<b>Associados</b>	<b>Instituições Financeiras</b>	<b>Siglas</b>
<b>Banco do Brasil AG - Sucursal em Portugal</b>	Banco do Brasil AG - Sucursal em Portugal	BB
<b>Barclays Bank PLC, Sucursal em Portugal</b>	Barclays Bank PLC, Sucursal em Portugal	Barclays
<b>BNP Paribas</b>	BNP Paribas	BNP
	BNP Paribas Securities Services, S.A. - Sucursal em Portugal	BNP SS
	BNP Paribas Wealth Management, S.A. - Sucursal em Portugal	BNP WM
	Fortis Bank – Sucursal em Portugal	Fortis
<b>NCG Banco, S.A., Sucursal em Portugal</b>	NCG Banco, S.A., Sucursal em Portugal	NCG
<b>Deutsche Bank AG, Sucursal em Portugal</b>	Deutsche Bank AG, Sucursal em Portugal	Deutsche Bank

Fonte: APB.



## II. Enquadramento Macroeconómico<sup>4</sup>

A retoma económica iniciada em 2010 perdeu vigor ao longo de 2011, afectada pela complexidade da resolução dos desequilíbrios estruturais das economias desenvolvidas, pela intenção de normalização da política monetária nas economias emergentes, pela própria dinâmica do ciclo produtivo subsequente a um período fortemente recessivo, e por alguns fenómenos mais atípicos, como seja a incerteza no quadro institucional europeu.

Muitos destes factores persistem válidos enquanto condicionantes da actividade económica, dos mercados financeiros e do negócio bancário perspectivado para 2012. Perante restrições activas sobre a margem de manobra da política orçamental, os bancos centrais dos países desenvolvidos têm assumido um papel preponderante no suporte à actividade económica e na mitigação de riscos financeiros, através da adopção de um conjunto de medidas de natureza menos convencional, por forma a compensar a eficácia decrescente de taxas de juro nominais muito baixas.

Em Abril de 2011, as autoridades portuguesas vincularam-se ao Programa de Assistência Económica e Financeira da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional. Este visa a correcção de desequilíbrios macroeconómicos recorrentes (défice orçamental e défice externo), assegurar a sustentabilidade das finanças públicas e a estabilidade financeira, e a transformação estrutural da economia portuguesa, de modo a melhorar o potencial de crescimento económico a prazo. Em contrapartida, Portugal assegura, via empréstimos oficiais, uma proporção expressiva das necessidades de financiamento público até 2013. A consolidação das finanças públicas associada ao programa de ajustamento terá fortes repercussões a nível do rendimento disponível das famílias e nas actividades mais directamente dependentes da despesa do Estado, afectando o crescimento económico a curto prazo e a capacidade de poupança.

A incerteza económica e financeira prejudicou significativamente o desempenho do sistema financeiro nacional, no volume da actividade, na qualidade do crédito e na rendibilidade dos bancos, num quadro mais restritivo determinado pela necessidade de cumprir com as exigências regulamentares de recapitalização e de liquidez. Ganhou relevância a captação de recursos financeiros estáveis e a selectividade nos processos de atribuição de crédito e de identificação de segmentos de negócio mais competitivos, factores essenciais para a conciliação do duplo objectivo de cumprimento das metas de desalavancagem e de promoção do crescimento da economia, em contexto de forte restrição no financiamento.

### II.1. Actividade económica global

A economia global foi negativamente afectada em 2011 por factores exógenos excepcionais e temporários, como a catástrofe natural no Japão; por fenómenos de natureza sistémica, com repercussão na evolução dos mercados; e por desenvolvimentos políticos globais de impactos ainda indeterminados. A par da intermitência no curso do consumo e do investimento nas economias avançadas, devido ao processo de correcção dos elevados níveis de endividamento público e privado

---

<sup>4</sup> A Associação Portuguesa de Bancos agradece ao Gabinete de Estudos Económicos do Banco Comercial Português, S.A. a elaboração do presente capítulo sobre o Enquadramento Macroeconómico.

e ao clima de incerteza persistente, verificou-se um aumento das tensões políticas no Médio Oriente e no Norte de África, e uma inusitada instabilidade no sistema financeiro europeu, com implicações na evolução do comércio internacional e no potencial de crescimento da economia mundial.

As estimativas para o crescimento económico mundial têm sido revistas no sentido descendente, para um nível inferior a 4% no período 2011-12, um ritmo menor face à média de longo prazo e ao registado em 2010. A divergência de desempenho entre economias avançadas e as economias em desenvolvimento acentuou-se. O ritmo de crescimento previsto para o biénio 2011-2012 para as economias emergentes é aproximadamente o triplo do valor equivalente para o grupo dos países desenvolvidos (6,2% e 1,8%, respectivamente).

Os Estados Unidos da América (EUA) apresentaram um melhor desempenho no final de 2011, suportado pelo impulso do consumo. Contudo, as restrições orçamentais e as limitações a nível das opções de política monetária, enquanto estímulo à economia, condicionam o potencial de crescimento a prazo, com riscos mais relevantes para a evolução da despesa das famílias.

Na área do Euro, o recrudescimento e disseminação do risco sistémico, em resultado do receio de desenvolvimento de mecanismos de interdependência entre o risco soberano, o sistema financeiro e a economia real, contribuíram para a deterioração progressiva da actividade económica, mantendo-se um nível de criação de riqueza inferior ao que se verificava no início da crise em 2008.

O legado persistente do endividamento excessivo continuará a afectar o desempenho económico em 2012. A sustentabilidade das finanças públicas poderá exigir medidas de consolidação orçamental adicionais e persistentes, por forma a compensar, num prazo mais imediato, os efeitos do ciclo económico adverso, e, num prazo mais dilatado, os desafios colocados pelo envelhecimento da população. Estima-se um crescimento económico muito moderado e incerto durante o ano de 2012, persistindo a disparidade de desempenho entre os países da periferia europeia e os países do centro e leste europeus em função do grau de debilidade das finanças públicas e da exposição ao sector externo e ao ciclo global de investimento.

O retorno a um crescimento mais robusto e sustentado da área do Euro dependerá da capacidade e velocidade de correcção dos desequilíbrios económicos e financeiros e das reacções dos investidores às medidas tendentes a atenuar a incerteza com o futuro da União Europeia, em particular, a estabilização da economia grega, o suporte e a aplicação do pacto orçamental reformulado, e a operacionalização dos mecanismos europeus de estabilização financeira.

O abrandamento da economia mundial atenuou as pressões inflacionistas nas economias emergentes, o que permitiu a adopção de políticas monetárias menos restritivas de incentivo à actividade económica. O contributo para a correcção dos desequilíbrios macroeconómicos globais constitui um desafio estrutural para as economias emergentes, no que implica em termos de transição de um modelo de desenvolvimento maioritariamente suportado no impulso externo para um novo regime, com factores de crescimento mais sustentados na procura interna e que proporcione a melhoria generalizada dos padrões de vida de forma sustentável.

## II.2. Mercados financeiros

O ano de 2011 caracterizou-se pelo regresso da volatilidade aos mercados financeiros e pelo aumento progressivo da aversão ao risco. Os rumores sobre uma eventual redefinição do grupo de países da moeda única alimentaram um ciclo perverso de instabilidade nos mercados europeus e, por efeito de contágio, nos mercados mundiais. Os principais índices accionistas tenderam a perder valor, designadamente nos mercados sul europeus e no segmento das instituições financeiras; os *spreads* de crédito alargaram em função do grau de exposição aos países com maior vulnerabilidade financeira; e a moeda europeia depreciou-se generalizadamente, retomando valores inferiores a 1,30 USD. Em contrapartida, os activos financeiros típicos de refúgio, como a dívida pública alemã e norte-americana, o ouro, e as aplicações de curto prazo em moedas, como o franco suíço ou o iene, apresentaram-se suportados. As matérias-primas mantiveram a tendência de valorização em 2011, mas mais moderada do que no ano anterior e menos homogénea entre as diferentes classes de produto.

Com a redução do ritmo de crescimento económico global e dos riscos inflacionistas, as prioridades de política económica centraram-se na sustentação do crescimento económico e na mitigação dos riscos financeiros. A forte perturbação no clima de confiança prejudicou o regular funcionamento dos mercados financeiros, com riscos muito significativos para o financiamento das economias europeias. A inoperância crescente dos mercados interbancários e a reduzida actividade nos mercados de dívida diversa conduziram o Banco Central Europeu (BCE) a reduzir as taxas de juro para 1%, a intervir nos mercados secundários de dívida soberana europeia e a reforçar os mecanismos de liquidez (cedência de fundos ilimitados por um prazo de três anos, diminuição das reservas mínimas de caixa para metade, revisão dos critérios de elegibilidade das securitizações), com o propósito de repor uma maior eficácia no mecanismo de transmissão da política monetária à economia. As cotações implícitas nos mercados de futuros sugerem a manutenção de taxas de juro baixas por um período prolongado de tempo.

## II.3. Portugal

Durante o ano de 2011, os desequilíbrios estruturais da economia portuguesa tornaram-se preponderantes. Os elevados níveis de endividamento público e privado, num enquadramento de baixo crescimento económico, e o agravamento da percepção do risco de crédito da dívida soberana tornaram as condições de financiamento incomportáveis, impondo o pedido de assistência financeira internacional em Abril. Desde então, o enquadramento económico e financeiro português tem estado condicionado pela execução do Programa de Assistência Económica e Financeira da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional.

No âmbito da promoção da estabilidade financeira, o plano de ajustamento económico prevê objectivos para a redução do rácio de transformação (relação entre crédito e depósitos), o reforço dos rácios de capital e da liquidez do sistema financeiro e a redução das necessidades de financiamento face ao exterior. Estas condições são consideradas necessárias para assegurar a recuperação do acesso aos mercados internacionais de dívida em 2013. Durante este período de ajustamento, a capacidade de substituição da estrutura de financiamento actual por fundos domésticos estáveis, i.e., menos sensíveis a alterações na percepção de riscos por parte dos

investidores internacionais, será limitada. Como tal, o financiamento da economia deverá continuar a ser assegurado essencialmente por via institucional (fundos europeus e BCE), evoluindo em função do equilíbrio que for sendo estabelecido entre o processo de desalavancagem e os efeitos colaterais adversos na actividade económica e no tecido produtivo.

O progressivo enfraquecimento da procura interna tem vindo a acentuar o processo recessivo em que a economia portuguesa se encontra desde o primeiro trimestre de 2011. As despesas de consumo e de investimento, tanto privado como público, apresentaram quedas expressivas, manifestação da correcção de desequilíbrios financeiros insustentáveis e do agravamento expressivo da tributação corrente e perspectivada. A contracção da actividade económica na totalidade do ano (quebra de 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais) foi atenuada pelo comportamento mais favorável da procura externa líquida. A prestação muito favorável das exportações e a contracção muito pronunciada das importações proporcionaram uma redução substancial das necessidades de financiamento da economia portuguesa em 2011. Efectivamente, no final do ano, a economia portuguesa registou uma situação de equilíbrio nas contas externas correntes, um desempenho raro mas demonstrativo da capacidade de ajustamento. O défice público, em contabilidade nacional, ascendeu a 4,2% do PIB, cumprindo com as metas estabelecidas no âmbito do programa de ajustamento (5,9% do PIB) mas tendo recorrido a operações de carácter não recorrente, das quais se destaca, pela sua relevância, a transferência de parte dos fundos de pensões dos bancos para o Estado. Não obstante estas operações excepcionais, o ajustamento estrutural subjacente nas finanças públicas foi muito significativo (cerca de 3,5 pp do PIB), estando previsto um ajustamento de magnitude semelhante para 2012 por forma a cumprir com as metas do programa e a contribuir para a trajectória de sustentabilidade da dívida portuguesa. A incapacidade de sustentação de emprego acentuou-se no final do ano (quebra no emprego de 3% em termos homólogos), tendo a taxa de desemprego ultrapassado a fasquia dos 14% da população activa, dinâmicas que se deverão manter desfavoráveis ao longo de 2012 em face da debilidade perspectivada para a actividade económica.

A consolidação orçamental necessária em 2012 (com implicações objectivas no rendimento das famílias), o risco de abrandamento na procura externa e a persistência de um contexto de grandes limitações no acesso a financiamento condicionam a capacidade de realização de despesa de consumo e de investimento, com impactos negativos sobre a capacidade produtiva, a evolução do emprego e a condição financeira das famílias e das empresas. As projecções económicas têm convergido para uma quebra do PIB real na ordem dos 3% em 2012. Neste contexto, o comportamento da procura externa e a melhoria da atractividade dos produtos e serviços portugueses assumem-se cruciais para evitar um cenário mais negativo e penalizador do processo de ajustamento económico e financeiro em curso.

Este enquadramento comporta desafios muito significativos para o negócio bancário, na evolução dos volumes da actividade, nas margens do negócio, na qualidade dos activos detidos em balanço e na rendibilidade, a que acrescem os requisitos regulamentares mais exigentes, relativos ao processo de desalavancagem e ao reforço da solvabilidade.

### III. Enquadramento Legal e Regulamentar

Com o objectivo de compilar as alterações legais e regulamentares relevantes para a actividade dos Associados da APB, que ocorreram ao longo do ano de 2011, este Boletim Informativo inclui três anexos. O Anexo A apresenta uma listagem cronológica dos diplomas legais e regulamentares que se tornaram efectivos em Portugal. O Anexo B é constituído pelo conjunto de iniciativas de regulação do sistema financeiro, a nível internacional, que teve maior relevância para o sector bancário. O Anexo C completa esta informação com as alterações que ocorreram nas normas internacionais de contabilidade.

#### III.1. Diplomas legais e regulamentares em Portugal

O quadro legal e regulamentar que condiciona a actividade bancária sofreu uma série de alterações ao longo de 2011. Os novos diplomas relevantes, que se encontram listados e brevemente resumidos no Anexo A, procederam das diferentes instâncias competentes em Portugal, como a Assembleia da República (Leis), o Governo (Decretos-Lei, Portarias), o Banco de Portugal (Instruções, Avisos, Cartas-Circular), a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (Regulamentos, Instruções) e o Instituto de Seguros de Portugal (Normas Regulamentares). O último ano foi particularmente rico em alterações profundas, uma vez que coincidiu com a implementação, a partir de Maio de 2011, do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional.

Ainda antes do PAEF, introduziram-se dois diplomas bastante significativos em Portugal. O primeiro, publicado a 30 de Março, consistiu na Portaria n.º 121/2011, que veio regulamentar a Contribuição sobre o Sector Bancário. Esta contribuição financeira pretende ser um contributo fiscal adicional por parte da banca e, simultaneamente, mitigar os riscos sistémicos inerentes à mesma, na medida em que o imposto só incide sobre os passivos de maior risco em Balanço (excluem-se assim da base de incidência o capital regulamentar e os depósitos cobertos pelo Fundo de Garantia de Depósitos (FGD)). O segundo diploma surgiu em forma de Aviso do Banco de Portugal, a 5 de Abril, e veio aumentar a exigência a nível dos requisitos mínimos de capital para os bancos. Neste sentido, passou a ser imposto às instituições abrangidas um rácio *core* Tier 1 de 8%, a partir de 31 de Dezembro de 2011, o que compara com o anterior limite de também 8%, mas referente ao total dos fundos próprios.<sup>5</sup>

Após a entrada em vigor do PAEF, houve três alterações no plano legal com um impacto significativo para os bancos, relacionadas respectivamente com os rácios mínimos de capital, as taxas de juro praticadas nos depósitos e o regime aplicável à liquidação das instituições de crédito.

A primeira destas alterações surgiu a 10 de Maio, quando o Banco de Portugal (BdP) publicou o Aviso n.º 3/2011, que veio substituir o de 5 de Abril, ao aumentar novamente os rácios mínimos de

---

<sup>5</sup> Para efeitos prudenciais, o capital regulamentar total (também designado por total dos fundos próprios) é dado pela soma do capital Tier 1 (fundos próprios de base) e do capital Tier 2 (fundos próprios complementares). Por sua vez, o primeiro é composto pelo capital *core* Tier 1 (fundos próprios de base *core*) e pelo *Additional Tier 1* (fundos próprios de base *non-core*).

capital. Com este diploma passou a exigir-se aos bancos um rácio *core* Tier 1 de 9% em finais de 2011, e de 10% a partir de 31 de Dezembro de 2012.

Cinco meses mais tarde, a 18 de Outubro, o Banco de Portugal publicou os Avisos n.º 7/2011 e n.º 8/2011, que vieram limitar a tendência concorrencial crescente entre os bancos para subirem as taxas de juro oferecidas sobre os depósitos como forma de captarem mais recursos junto de clientes e assim colmatarem a escassez de outras formas de financiamento. Os Avisos vieram determinar que as remunerações dos depósitos consideradas excessivas seriam tomadas como elementos negativos para o cálculo do rácio *core* Tier 1. Os detalhes técnicos desta medida estão incluídos na Instrução do Banco de Portugal n.º 28/2011, e estabelecem como limite a aplicação de um *spread* máximo de 300 pontos base em relação à taxa Euribor.<sup>6</sup>

A terceira mudança de grande relevância está relacionada com a revisão do sistema de saneamento e liquidação das instituições financeiras. A Lei n.º 58/2011, de 28 de Novembro, veio autorizar o Governo a proceder à revisão do mesmo, que passou a ser caracterizado pela existência de três fases de intervenção distintas — intervenção correctiva, administração provisória e resolução. O diploma final desta iniciativa já só foi publicado em 2012.<sup>7</sup>

Das três medidas aqui enumeradas, apenas a primeira e a terceira representam etapas definidas no Memorando de Entendimento, de Maio de 2011, subjacente ao PAEF. O estabelecimento de um limite para as taxas praticadas sobre os depósitos representou uma acção do Banco de Portugal que procurou assim responder à agressividade excessiva na captação de depósitos, que se fez sentir na altura, por parte das instituições de crédito. Esta guerra pelos depósitos surgiu em resultado da dificuldade sentida pelos bancos em angariar financiamento por vias alternativas (por exemplo, no mercado interbancário e/ou no mercado de capitais).

Refira-se, por último, que o Memorando de Entendimento, face aos desafios dos bancos portugueses perante uma conjuntura económica desfavorável, veio reforçar as duas linhas de apoio à banca que já existiam na altura, nomeadamente a prestação extraordinária de garantia estatal à emissão de obrigações por parte do sector bancário nacional, e a disponibilização de um fundo para operações de recapitalização<sup>8</sup> tendo em vista o aumento da solidez financeira das instituições de crédito. No que respeita à primeira, procurou-se atenuar o problema de acesso aos mercados de financiamento, tendo ficado definido no PAEF a possibilidade de os bancos emitirem dívida garantida pelo Estado, num valor global máximo de 35 mil milhões de euros. As garantias aprovadas nestes moldes ascenderam a 11,825 mil milhões de euros em 2011. No que respeita à segunda linha de apoio, ficou estipulado que, dos 78 mil milhões de euros disponibilizados no PAEF a Portugal, 12 mil milhões estariam disponíveis para recapitalizar os bancos, de forma a garantir o cumprimento por todos dos rácios *core* Tier 1 mais exigentes. As condições concretas de acesso a esta linha ficaram a

---

<sup>6</sup> Em 2012 foi publicada uma Instrução adicional, que veio tornar esta decisão ainda mais penalizante, ao reduzir o *spread* máximo para os depósitos com maturidades inferiores a nove meses.

<sup>7</sup> Esta revisão concretizou-se através do Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, fazendo as adaptações necessárias ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF).

<sup>8</sup> Ainda antes do início do PAEF, estas duas medidas, embora envolvendo montantes diferentes, foram introduzidas no quadro legal através da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro de 2008, e da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro de 2008, respectivamente.

conhecer-se apenas em 2012, com a publicação da respectiva Portaria.<sup>9</sup> Alguns bancos anunciaram já em 2012 que iriam necessitar de recorrer a esta ajuda.

### III.2. Iniciativas de regulação do sector financeiro a nível internacional<sup>10</sup>

Em 2011, a reforma do sistema financeiro prosseguiu com avanços importantes à escala internacional. Em particular, na União Europeia entrou em funcionamento a nova arquitectura de supervisão, deram-se passos importantes no sentido de fortalecer o *single rule book* e avançou-se com a implementação das regras de Basileia III. Num âmbito mais global, os progressos mais significativos ocorreram nas áreas do risco sistémico e do *shadow banking*.<sup>11</sup>

Na União Europeia, o dia 1 de Janeiro de 2011 marcou o início da actividade da nova arquitectura de supervisão. Esta compreende uma autoridade de supervisão macro-prudencial, responsável pela monitorização do risco sistémico no sistema financeiro como um todo (macro), e por três autoridades de supervisão micro-prudencial, com a tarefa de supervisionar as instituições financeiras a nível individual (micro) do sector bancário, do sector segurador e do sector dos valores mobiliários. Face à arquitectura anterior, que não dispunha da vertente macro-prudencial, os novos supervisores micro-prudenciais têm poderes acrescidos, nomeadamente pela possibilidade de emitirem normas técnicas vinculativas, com aplicação directa em toda a União Europeia. Adicionalmente, a autoridade de supervisão micro-prudencial responsável pelo sector bancário assegura ainda a realização dos testes de esforço na União Europeia, tendo repetido em 2011 um exercício semelhante ao já realizado em 2010, ainda que assente numa abordagem de análise diferente.<sup>12</sup>

A nova arquitectura de supervisão na União Europeia veio igualmente reforçar a ideia de desenvolvimento de um *single rule book*, i.e. de um conjunto único de regras para todo o sistema financeiro da União Europeia. Ao longo de 2011, assistiu-se a uma acentuada preocupação em atingir este objectivo de longo prazo, dada a diversidade de regras existente entre os vários Estados-Membros. Reflexo directo desta preocupação foi o esforço posto na publicação simultânea de uma Directiva e de um Regulamento em várias iniciativas no campo da regulação. Tendo em conta que um Regulamento tem efeitos legais idênticos e imediatos em toda a União Europeia, enquanto uma Directiva precisa de ser transposta para o quadro legal de cada país, deixando margem para alguma discricionariedade e *gold plating*<sup>13</sup> a nível de cada Estado-Membro, a publicação conjunta destes dois tipos de diplomas mostra a maior preocupação em definir tanto quanto possível regras comuns para

---

<sup>9</sup> A Portaria n.º 150-A/2012 foi publicada em Diário da República, a 17 de Maio de 2012.

<sup>10</sup> A APB disponibiliza na sua página da internet um conjunto de *links* para as iniciativas de regulação a nível internacional, em [http://www.apb.pt/sistema\\_financeiro/reforma\\_do\\_sistema\\_financeiro](http://www.apb.pt/sistema_financeiro/reforma_do_sistema_financeiro). As iniciativas encontram-se divididas pelo estado de progresso, i.e. se a iniciativa se refere a legislação aprovada, legislação proposta ou em fase de consulta pública.

<sup>11</sup> Sistema bancário paralelo.

<sup>12</sup> Ver Sub-capítulo VII.5. Testes de esforço e Exercício Europeu de Reforço de Capitais, pág. 154, para mais detalhes.

<sup>13</sup> *Gold plating* representa o aproveitamento, por um legislador nacional, do processo de transposição de uma Directiva para implementar um regime ou obrigação legal que vai além daquilo que se encontra previsto na Directiva que está a ser transposta.

todos. Exemplos desta publicação dupla (Directiva e Regulamento) ocorreram nas áreas da regulação prudencial do capital, dos mercados financeiros, do abuso de informação e das agências de notação de risco.

No entanto, no âmbito europeu, a iniciativa que atraiu mais atenção em 2011 foi a implementação e transposição da nova regulação prudencial dos bancos, denominada por Basileia III. Em Julho de 2011, a Comissão Europeia (CE) publicou uma Proposta de Directiva (a quarta versão da *Capital Requirements Directive*,<sup>14</sup> cuja versão original data de 2006), conjuntamente com uma Proposta de Regulamento (*Capital Requirements Regulation*, abreviada por CRR). Estima-se que os diplomas finais da CRD IV e da CRR sejam aprovados pelas autoridades europeias durante o ano de 2012, para que entrem em vigor a 1 de Janeiro de 2013, em linha com o planeamento que o Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS<sup>15</sup>) definiu para o início da implementação de Basileia III.

À escala mundial ocorreram duas outras iniciativas significativas. Da primeira resultou a recomendação de requisitos adicionais de capital para os bancos mais sistémicos à escala global, tendo sido promovida pelo BCBS em parceria com o Financial Stability Board (FSB). Desta nova recomendação poderá resultar um acréscimo entre 1% e 2,5%, com a possibilidade de ir até 3,5% em casos extremos, no rácio *core* Tier 1. A determinação do acréscimo é feita com base num sistema de pontuação para o risco sistémico de cada banco. O documento final desta metodologia foi publicado em Novembro de 2011, aguardando-se agora que cada jurisdição transponha este requisito para o seu quadro regulamentar. À semelhança de Basileia III, o BCBS e o FSB pretendem que esta medida se encontre totalmente operacional em Janeiro de 2019, prevendo uma implementação gradual da mesma a partir de Janeiro de 2016.

A segunda iniciativa relevante ocorreu sobre a temática do *shadow banking*, por parte do FSB, e procura corrigir situações em que instituições financeiras, que exercem actividades semelhantes às dos bancos, não estejam abrangidas por um quadro regulamentar semelhante. A falta de regulação para um certo tipo de instituições ou de operações é normalmente apontada como uma das falhas que contribuiu para o despoletar da crise financeira global de 2007/08.

### III.3. Alterações às normas internacionais de contabilidade<sup>16</sup>

As revisões e alterações às normas internacionais de relato financeiro, que foram endossadas pela União Europeia e que entraram em vigor para o exercício com início em 1 de Janeiro de 2011, encontram-se detalhadas no Anexo C. Entre estas, as mudanças mais relevantes, ocorreram a nível da IAS 24, da IAS 32 e da IFRS 1.

---

<sup>14</sup> Esta última versão é habitualmente referida como CRD IV.

<sup>15</sup> Basel Committee on Banking Supervision.

<sup>16</sup> Recordar-se que as normas internacionais de contabilidade são compostas pelas *International Accounting Standards* (IAS), estabelecidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC), e pelas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), definidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que veio suceder ao IASC em 2001. Actualmente, os sistemas das IAS e das IFRS subsistem em simultâneo, havendo a convenção que as IFRS se sobrepõem em caso de conflito entre as IAS e as IFRS. Adicionalmente, as normas internacionais de contabilidade englobam ainda as interpretações elaboradas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que sucedeu ao Standing Interpretations Committee (SIC), na mesma altura em que o IASB sucedeu ao IASC.

A primeira foi revista no sentido de clarificar e simplificar a definição de partes relacionadas. A alteração à segunda estabeleceu que os direitos emitidos para aquisição de um número fixo de instrumentos de capital devem ser tratados também como instrumento de capital. Por último, a alteração à IFRS 1 veio permitir que as entidades que adoptem pela primeira vez os IFRS usufruam do mesmo regime transitório contido na IFRS 7, quando os exercícios comparativos se iniciem numa data anterior a 31 de Dezembro de 2009.

Foram também emitidas pelo IASB novas interpretações das normas internacionais (IFRIC's *Interpretations*) que visam introduzir alguns temas omissos nas normas ou que necessitam de uma explicação mais detalhada. Adicionalmente, verificaram-se algumas alterações às normas (IFRS's) decorrentes do *Annual Improvement Project* no qual são introduzidos melhoramentos ao texto daquelas, com o objectivo de as clarificar.

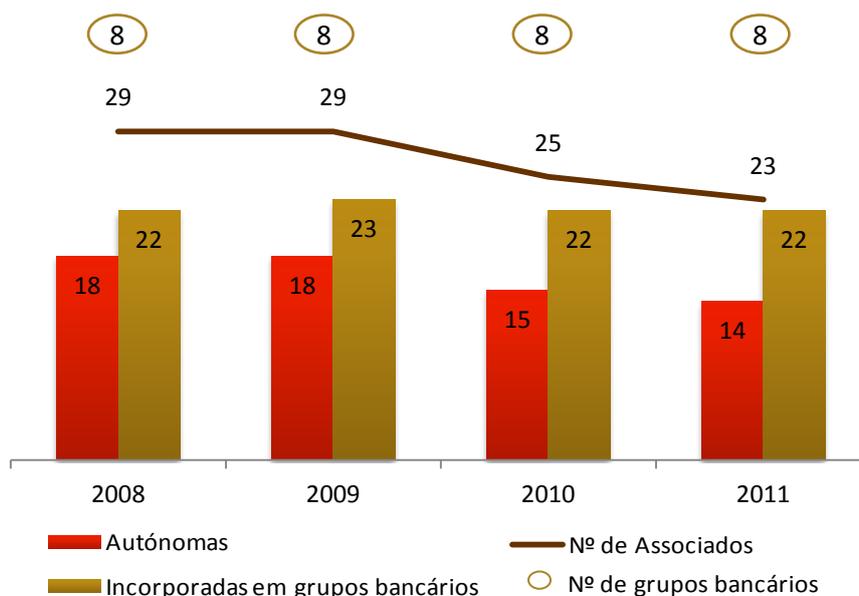


#### IV. Análise das Instituições Financeiras Associadas

##### IV.1. Evolução do número de instituições

Desde a sua fundação em 1984, a Associação Portuguesa de Bancos tem tido sempre como principal preocupação a representação do sector bancário português, em particular dos seus Associados. Se no início contava apenas com os 17 bancos fundadores, com o decorrer dos anos um número crescente de instituições financeiras veio a manifestar o seu interesse em fazer parte da Associação. Assim, e tendo em consideração as alterações que entretanto foram ocorrendo ao longo do tempo ao nível da estrutura das entidades associadas, a APB reunia, no final de 2011, 23 Associados, representando 36 instituições financeiras.<sup>17</sup> Não sendo exequível apresentar a totalidade das alterações decorridas desde a criação da Associação, apresenta-se de seguida apenas um breve resumo dos acontecimentos dos últimos quatro anos.

**Gráfico 1: Evolução do número de instituições autónomas e de instituições integradas em grupos bancários pertencentes ao conjunto de Associados da APB, a 31 de Dezembro (2008 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

No início de 2008, a APB contava com um total de 29 Associados a que pertenciam 40 instituições financeiras. Destas, 22 eram instituições integradas em grupos bancários (em concreto, no Banif, BCP, BES, BNP, BPI, BPN, BST e CGD), sendo as restantes 18, instituições autónomas. Atendendo a que ao longo do ano não se verificou qualquer evento com impacto na composição dos Associados (ver Quadro 2, pág. 19), no final de 2008 aquela estrutura manteve-se inalterada (ver Gráfico 1).

<sup>17</sup> Ver Quadro 1, pág. 3

Em compensação, 2009 foi um ano particularmente marcado por acontecimentos relevantes (ver Quadro 2, pág. 19). Em primeiro lugar, com vista a consolidarem a sua presença em determinados nichos de mercado e até em algumas áreas geográficas, dois bancos Associados adquiriram outras instituições financeiras. Foi o caso do Banif SGPS, S.A. que adquiriu a Tecnicrédito, S.A. (onde se integrava o Banco Mais, S.A.), o que lhe permitiu não só fortalecer a sua experiência e actividade na área de financiamento automóvel mas também aumentar a sua exposição internacional. E o caso do Banco Cetelem, S.A. que adquiriu a Cofinoga (Portugal), SGPS, S.A. (que detinha o Credifin – Banco de Crédito ao Consumo, S.A.). Esta operação teve como propósito a criação de uma entidade de referência no crédito ao consumo no mercado português. A par destas operações, há que referir ainda a aquisição do Fortis Banque (Bélgica) pelo BNP Paribas, no seguimento das dificuldades que o grupo Fortis enfrentou durante a crise de 2008. Note-se que, apesar de este evento ter ocorrido fora do perímetro nacional, ele teve impacto ao nível dos Associados por via da sucursal portuguesa do Fortis (que passou a ser parte do Grupo BNP). Em segundo lugar, as duas incorporações que tiveram lugar em 2009 foram responsáveis por uma redução do número de instituições financeiras associadas. Por último, é de salientar a entrada de um novo Associado, o Banco BIC, apenas um ano após o início da sua actividade. Em face destes acontecimentos, a APB compreendia 41 instituições financeiras associadas, distribuídas por 18 instituições autónomas e 23 integradas em oito grupos bancários (ver Gráfico 1, pág. 17), em 31 de Dezembro de 2009.

À semelhança do ano anterior, também em 2010 ocorreram várias mudanças na estrutura dos Associados (ver Quadro 2, pág. 19). Por um lado, teve lugar a aquisição da Finibanco Holding SGPS, S.A. pelo Montepio Geral – Associação Mutualista. O número total de instituições financeiras associadas não foi afectado, mas a aquisição implicou a criação de um novo grupo bancário por contrapartida da anulação de duas instituições autónomas. Adicionalmente, concretizou-se a incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. no Banco Santander Totta, S.A., de que resultou a diminuição para 40 do número total de instituições financeiras associadas e o desaparecimento de um grupo bancário. Por outro lado, houve a entrada de uma nova instituição (o BNP SS) a integrar um grupo bancário (o BNP) e a saída de outras quatro: o Royal Bank of Scotland (RBS), por ter cessado a sua actividade em Portugal, o Banco Privado Português (BPP), por estar em fase de liquidação, e o Cetelem (que incluía o Credifin), por decisão própria. Em consequência, no final do ano, o grupo de Associados da APB incluía 37 instituições financeiras, sendo cerca de 41% autónomas e as restantes integradas em grupos bancários (ver Gráfico 1, pág. 17).

Por último, 2011 voltou a ser um ano relativamente estável (ver Quadro 2, pág. 19). A par de uma aquisição, que, no entanto, não teve impacto no total de instituições financeiras associadas, é de realçar a fusão entre a Caixa de Aforros de Vigo, Ourense e Pontevedra (Caixanova) e a Caja de Ahorros de Galicia, Sucursal. Atendendo a que este último evento se consubstanciou na perda líquida de uma instituição, a APB representava, no final do ano, um total de 36 instituições financeiras (ver Gráfico 1, pág. 17). Em linha com os anos anteriores, a maior parte daquelas (60% aproximadamente) eram instituições integradas em grupos bancários (a saber: Banif, BCP, BES, BNP, BPI, BPN, CGD e Montepio).

Quadro 2: Alterações no número de instituições financeiras associadas (2008 – 2011)

Ano	Aquisições	Incorporações / Fusões	Nova Entrada	Saída	Variação no Nº de Inst. Financeiras		Total	
					Integr. <sup>a)</sup>	Autón. <sup>b)</sup>		
2008	• Santander Consumer Finance, S.A. <sup>e)</sup> adquire mais 11,8% do capital do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. <sup>d)</sup>	-	-	-	-	-	40 <sup>c)</sup>	
2009	• Banif SGPS, S.A. adquire 100% do capital da Tecnicrédito, S.A. <sup>e) f)</sup> . O Banco Mais, S.A. passa a integrar o Grupo Banif.	-	-	-	+1	-	41	
	• Banco Cetelem, S.A. <sup>d)</sup> adquire 100% do capital da Cofinoga (Portugal), SGPS, S.A. <sup>e) g)</sup> . O Credifin – Banco de Crédito ao Consumo, S.A. passa a integrar o Grupo Cetelem.	-	-	-	+1	-	42	
	• BNP Paribas <sup>d)</sup> adquire 74,9% do capital do Fortis Banque (Bélgica). Esta operação teve impacto na sucursal nacional do Fortis <sup>d) h)</sup> .	-	-	-	+1	-1	42	
	-	• Banco Millennium bcp Investimento, S.A. <sup>d)</sup> incorporado no Banco Comercial Português, S.A. <sup>d)</sup>	-	-	-	-1	-	41
	-	• Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. <sup>d)</sup> incorporado no Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. <sup>d)</sup>	-	-	-	-1	-	40
-	-	-	Banco BIC	-	-	+1	41	

Ano	Aquisições	Incorporações / Fusões	Nova Entrada	Saída	Variação no Nº de Inst. Financeiras		Total
					Integr. <sup>a)</sup>	Autón. <sup>b)</sup>	
2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>Montepio Geral – Associação Mutualista <sup>e)</sup> adquire 100% da Finibanco Holding SGPS, S.A.. A Caixa Económica Montepio Geral<sup>d)</sup> e o Finibanco, S.A. <sup>d)</sup> deixam de ser instituições financeiras autónomas e passam a instituições integradas no Grupo Montepio.</li> </ul>	-	-	-	+2	-2	41
	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>Banco Santander de Negócios Portugal <sup>d)</sup>, S.A. incorporado no Banco Santander Totta, S.A. <sup>d)</sup>. Deixam ambos de ser instituições integradas em grupo bancário, passando o Banco Santander Totta, S.A. <sup>d)</sup> a instituição financeira autónoma.</li> </ul>	-	-	-2	+1	40
	-	-	BNP SS	-	+1	-	41
	-	-	-	RBS	-	-1	40
	-	-	-	Cetelem	-2 <sup>i)</sup>	-	38
-	-	-	BPP	-	-1	37	
2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caixa Económica Montepio Geral <sup>d)</sup> adquire 100% da Finibanco Holding, SGPS, S.A. ao Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo o Finibanco, S.A. <sup>d)</sup> passado a estar integrado na primeira. <sup>j)</sup></li> </ul>	-	-	-	-	-	37
	-	Fusão entre a Caixanova <sup>d)</sup> e a Caja de Ahorros de Galicia, Sucursal <sup>d), k)</sup> .	-	-	-	-2 +1 <sup>l)</sup>	36 <sup>m)</sup>

Fonte: IFs, APB.

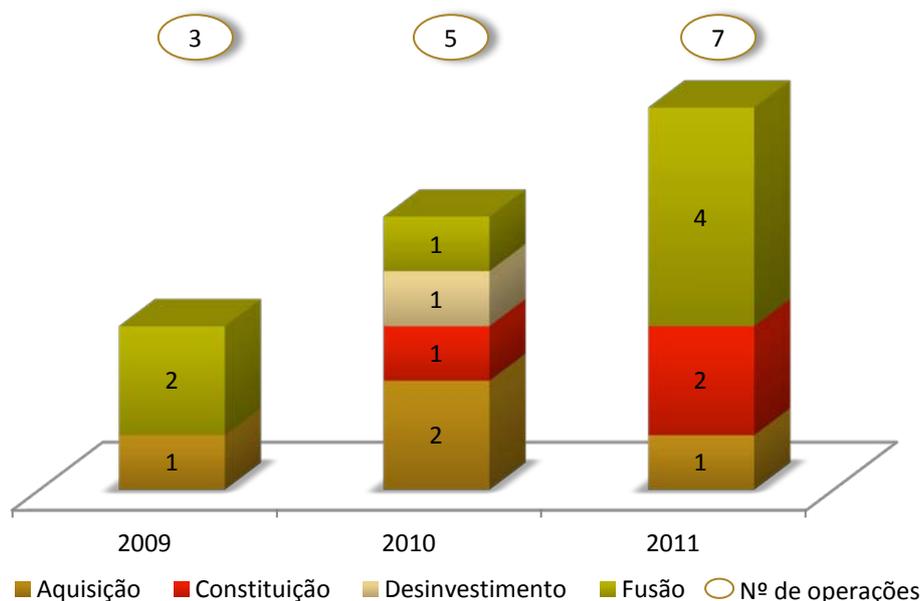
- a) Integr. – Instituições financeiras integradas em grupo bancário.
- b) Autón. – Instituições financeiras autónomas.
- c) A 31 de Dezembro de 2007 também eram 40 as instituições financeiras que integravam o grupo de Associados da APB.
- d) Instituição financeira associada.
- e) Instituição financeira não associada.
- f) A Tecnicrédito, S.A. detinha, na totalidade, o Banco Mais, S.A. (actual Banif Mais, S.A.).
- g) A Cofinoga (Portugal), SGPS, S.A. detinha, na totalidade, o Credifin – Banco de Crédito ao Consumo, S.A.. Esta última instituição tornou-se instituição financeira associada.
- h) O Fortis Bank – Sucursal em Portugal deixou de ser instituição financeira autónoma e passou a instituição financeira integrada em grupo bancário, em concreto no Grupo BNP.
- i) Saída do Banco Cetelem, S.A. e do Credifin – Banco de Crédito ao Consumo, S.A.
- j) Esta operação não teve impacto no número total de instituições financeiras, tendo ambas as instituições continuado a ser consideradas instituições integradas no Grupo Montepio.
- k) Ver Capítulo I – Nota Introdutória, pág. 1, para um melhor detalhe desta operação.
- l) Deixaram de existir duas instituições autónomas e passou a existir apenas uma – o NCG Banco, S.A., Sucursal em Portugal.
- m) Para uma listagem das 36 instituições financeiras, que integravam o grupo de Associados da APB a 31 de Dezembro de 2011, consultar Quadro 1, pág. 3.

## IV.2. Análise das operações de reestruturação e/ou expansão

As operações de reestruturação e expansão da actividade de uma entidade são não só comuns como transversais a um universo alargado de indústrias, do qual o sector bancário não é excepção. Com efeito, ao longo dos últimos três anos, o tecido bancário formado pelas instituições financeiras associadas tem dado prova disso: entre 2009 e 2011 concretizaram-se 15 operações,<sup>18</sup> 46,7% das quais ocorreram no último ano (ver Gráfico 2).

De entre os vários motivos que levaram as instituições financeiras associadas a reestruturar e/ou expandir a sua actividade, dois assumiram particular relevância: a expansão internacional e a reorganização interna (ver Tabela 1, pág. 23). Os mesmos foram concretizados por via de operações de natureza diversa, mas em particular através de fusões e aquisições.

**Gráfico 2: Número de operações de reestruturação e expansão por natureza – aquisição, constituição, desinvestimento e fusão (2009 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

Em termos totais, o valor das 15 operações ascendeu a 1.391 milhões de euros,<sup>19</sup> salientando-se o contributo particular do desinvestimento incluído em “Outros”, que se refere a uma operação realizada no âmbito de um processo de alienação da actividade seguradora pelo grupo de

<sup>18</sup> As operações de reestruturação analisadas neste capítulo referem-se às realizadas pelas 33 instituições da amostra sobre outras instituições financeiras, de acordo com as restrições a seguir enumeradas: no caso das “Aquisições”, incluir apenas aquelas que tenham resultado numa “percentagem de capital detida após operação” de 20%, e no caso dos “Desinvestimentos” apenas aqueles onde a instituição financeira associada detinha uma participação de 20% ou mais antes da operação. Nas restantes situações, não foram estabelecidas restrições quanto às operações a incluir na análise.

<sup>19</sup> Este valor reporta-se às operações de aquisição, constituição e desinvestimento apenas. As fusões não foram incluídas, uma vez que, sendo operações de reestruturação interna, em termos consolidados o seu valor não tem impacto.

uma das instituições financeiras associadas. Esta operação ascendeu a cerca de 774 milhões de euros (ver Tabela 3, pág. 25 e Gráfico 3, pág. 26). Em termos individuais, porém, ressalta que o montante de cada operação foi pouco expressivo face à dimensão<sup>20</sup> da instituição financeira respectiva. De facto, no conjunto da amostra, o peso médio de cada operação foi apenas de 0,3% (ver Tabela 3, pág. 25 e Gráfico 3, pág. 26).

**Tabela 1: Natureza das operações de reestruturação e expansão, por objectivo (2009 – 2011)**

	2009	2010	2011	Total	
				Nº	%
<b>Expansão Internacional</b>					
Aquisição	1	2	-	3	-
Constituição	-	1	2	3	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>40,0%</b>
<b>Reorganização Interna</b>					
Aquisição	-	-	1 <sup>a)</sup>	1	-
Fusão	2	1	4	7	-
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>53,3%</b>
<b>Outros</b>					
Desinvestimento	-	1	-	1	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>6,7%</b>
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>15</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: IFs, APB.

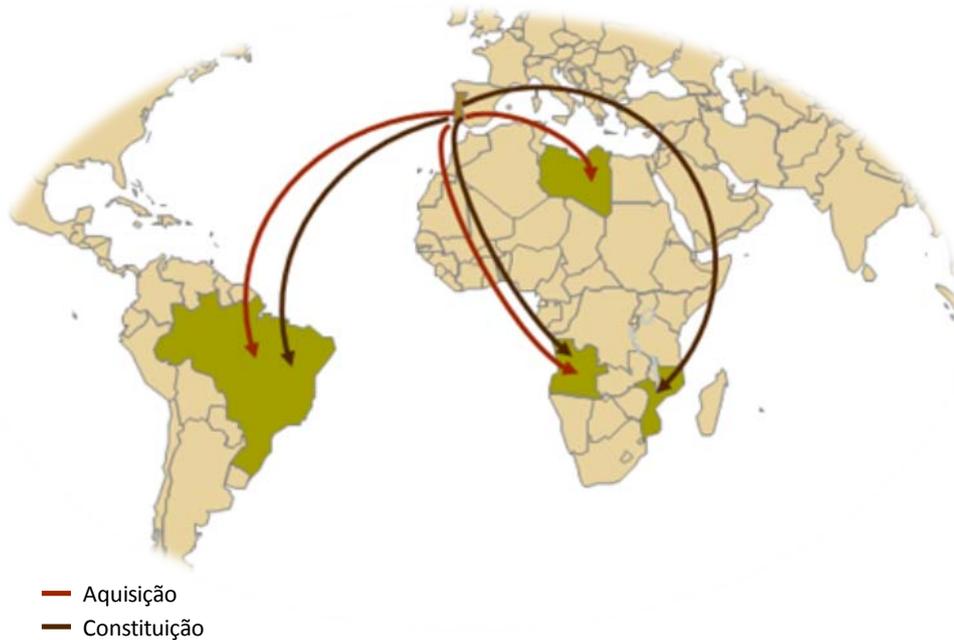
<sup>a)</sup> Esta operação reporta a uma aquisição feita por uma instituição financeira associada a uma outra entidade do seu grupo. No seguimento desta aquisição, a maior parte da adquirida foi integrada na instituição adquirente.

Entre 2009 e 2011, e com base na informação disponível, as operações motivadas pelo objectivo da internacionalização, dada a importância cada vez maior desta no crescimento da actividade bancária nacional, ganharam um destaque significativo, equivalendo a 40% do total (ver Tabela 1). Na sua maioria, estas operações permitiram às instituições financeiras associadas em questão consolidar a sua presença ou entrar em mercados com afinidades linguísticas, culturais e/ou económicas com Portugal (ver Figura 1, pág. 24).

Em 50% dos casos de internacionalização, a expansão foi conseguida por meio da aquisição de entidades já existentes localmente, enquanto nos restantes foi por via da constituição de operações de raiz (ver Tabela 1). Todavia, em nenhuma destas situações (excepto numa aquisição e numa constituição), as instituições financeiras associadas, ou o grupo a que pertencem, permaneceram como os únicos accionistas das entidades adquiridas ou criadas. Regra geral, por imperativo do país receptor do investimento, o Estado e/ou investidores privados locais mantiveram também uma participação naquelas entidades. Este facto torna-se praticamente inevitável para que as instituições possam aceder aos conhecimentos e às relações de negócio dos seus parceiros locais, o que é determinante para o sucesso das actividades desenvolvidas no país estrangeiro.

<sup>20</sup> Medida em termos de valor dos activos.

**Figura 1: Expansão internacional por país e natureza da operação (2009 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

Salienta-se ainda que, neste processo de internacionalização, as instituições associadas tentaram tirar partido do conhecimento (*know-how*) que têm acumulado internamente ao longo dos anos, já que expandiram a sua rede de operações para áreas de negócio idênticas às desenvolvidas no perímetro doméstico (ver Tabela 2, pág. 25). Tem sido, por consequência, uma expansão movida exclusivamente por motivos de diversificação geográfica.

No total, as operações de internacionalização cifraram-se em 275.701 milhares de euros, equivalendo cada operação, em média, a apenas 0,1% do activo da respectiva instituição financeira associada (ver Tabela 3, pág. 25 e Gráfico 3, pág. 26).

As operações por reorganização interna destacaram-se também pelo seu peso no total (53,3%) (ver Tabela 1, pág. 23). Neste contexto, o objectivo pretendido foi essencialmente o de otimizar a estrutura existente e os recursos disponíveis a nível de grupo, reduzindo custos e aumentando a eficiência sempre que possível.

Tendo em consideração que a maioria destas operações ocorreu entre instituições com áreas de negócio idênticas (ver Tabela 2, pág. 25) e todas por via da incorporação total ou parcial<sup>21</sup> das instituições “alvo”<sup>22</sup> na instituição financeira associada, pode afirmar-se que, neste esforço de reorganização interna, os grupos respectivos privilegiaram a racionalização dos serviços e a eliminação de estruturas existentes em sobreposição.

<sup>21</sup> Seis fusões resultaram na incorporação total da instituição “alvo” na instituição financeira associada, enquanto a outra fusão e a aquisição resultaram apenas numa incorporação parcial, embora quase total.

<sup>22</sup> Instituição “alvo” refere-se à instituição que foi adquirida ou fusionada.

**Tabela 2: Percentagem de operações realizadas em áreas de negócio idênticas às da instituição financeira associada (2009 – 2011)**

	Número de Operações	% de Operações em Áreas de Negócio Idênticas à da Instituição Financeira Associada
<b>Expansão Internacional</b>		
Aquisição	3	100,0%
Constituição	3	100,0%
<b>Reorganização Interna</b>		
Aquisição	1	100,0%
Fusão	7	85,7%
<b>Outros</b>		
Desinvestimento	1	0,0%
<b>Total</b>	-	86,7%

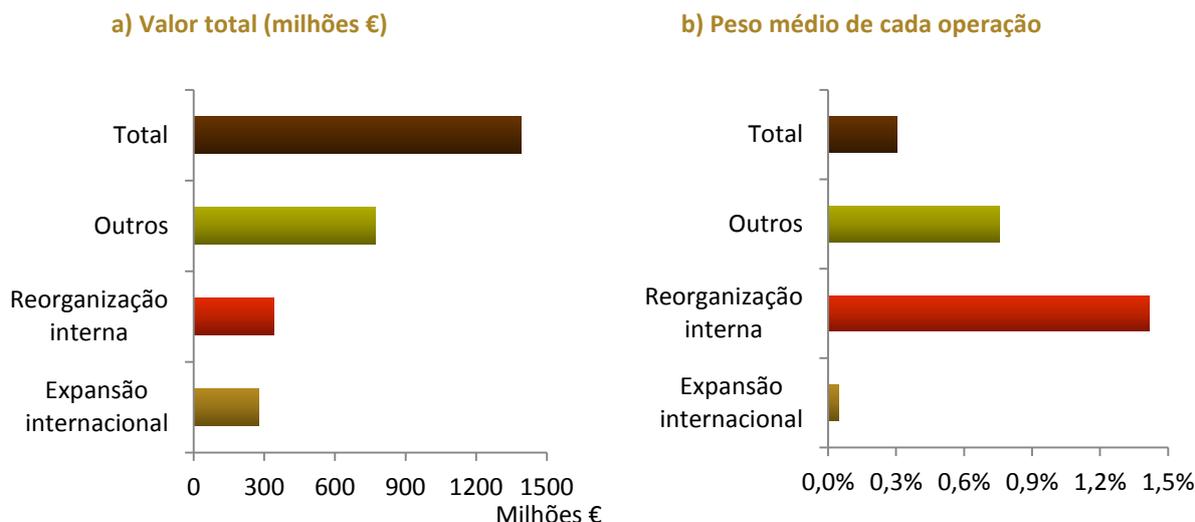
Fonte: IFs, APB.

**Tabela 3: Valor total e peso médio das operações de reestruturação e expansão (2009 – 2011)**

	Valor Total (milhares €)	Peso Médio de Cada Operação
<b>Expansão Internacional</b>		
Aquisição	91.655	0,0%
Constituição	184.046	0,1%
Total	275.701	0,1%
<b>Reorganização Interna</b>		
Aquisição	341.250	1,4%
Fusão	-	-
Total	341.250	1,4%
<b>Outros</b>		
Desinvestimento	774.044	0,8%
Total	774.044	0,8%
<b>Total</b>	1.390.995	0,3%

Fonte: IFs, APB.

**Gráfico 3: Valor total e peso médio das operações de reestruturação e expansão (2009 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

### IV.3. Representatividade e caracterização das instituições

A Associação Portuguesa de Bancos agrega um núcleo de instituições financeiras monetárias que é altamente representativo da actividade conjunta desenvolvida pelo Sistema Bancário Português (SBP). A 31 de Dezembro de 2011, os 23 Associados da APB representavam pouco mais de um quinto (21,9%) do número total de entidades integrantes do SBP (105). Contudo, eram responsáveis por 96% do total da actividade (medida em valor de activo bancário consolidado) do sector (ver Tabela 4, pág. 27).

Em linha com o observado em 2010, esta representatividade não era, todavia, homogénea entre grupos de entidades com diferentes origens/formas de representação legal.

De acordo com a Tabela 4, pág. 27, eram poucas as entidades domésticas do SBP que, em 2010 e 2011, integravam os Associados da APB (apenas 20,3% e 18,8%, respectivamente). No entanto, elas dominaram a quase totalidade da actividade do segmento doméstico (o seu activo, em percentagem do activo do SBP, representou 98,6% em ambos os anos).

Quanto às filiais, e em qualquer um dos anos, mais de metade das entidades contabilizadas no sistema bancário português estavam representadas na APB (ver Tabela 4, pág. 27). Apesar de em menor percentagem do que a verificada no caso das domésticas, as filiais associadas concentraram em si, também, uma vastíssima parte da actividade do segmento no total do SBP (94,8% em 2010 e 93,8% em 2011).

**Tabela 4: Representatividade dos Associados no sistema bancário português, total e por origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro (2010 – 2011)**

	Associação Portuguesa de Bancos (APB)		Sistema Bancário Português (SBP)		APB em % do Total do SBP	
	2010	2011	2010 <sup>23</sup>	2011	2010	2011
<b>Em Nº de Entidades<sup>24</sup></b>						
Doméstica	14	13	69	69	20,3%	18,8%
Filial	6	5	10	9	60,0%	55,6%
Sucursal	5	5	31	27	16,1%	18,5%
Total	25	23	110	105	22,7%	21,9%
<b>Em Valor de Activo<sup>25</sup> (Milhões €)</b>						
Doméstica	407.858	395.443	413.493	401.190	98,6%	98,6%
Filial	74.380	64.444	78.495	68.733	94,8%	93,8%
Sucursal	25.590 <sup>26</sup>	32.628	39.718	43.246	64,4%	75,4%
Total	507.828	492.515	531.707	513.169	95,5%	96,0%

Fonte: BdP.

Por último, o número de sucursais que integravam a APB, quer em 2010 quer em 2011, estava bastante aquém do total do segmento no SPB (16,1% em 2010 e 18,5% em 2011, respectivamente) (ver Tabela 4). Ainda assim, uma parte substancial da actividade deste segmento foi representada pela APB (64,4% em 2010 e 75,4% em 2011).

Em suma, a APB representa de forma muito significativa a actividade desenvolvida pelo conjunto de entidades integrantes do SBP. Na média dos últimos dois anos, essa representatividade foi de 98% no caso das entidades de direito legal português (domésticas e filiais), e cerca de 70% no caso das sucursais.

<sup>23</sup> Os valores apresentados nesta coluna para o número de entidades e para o activo do SBP não são coincidentes com os que foram publicados no Boletim Informativo nº 46 (2010). Em primeiro lugar, porque a metodologia de apuramento do número de entidades foi alterada em 2011. Na presente tabela, as instituições financeiras que pertencem a um grupo foram contabilizadas apenas como uma única entidade, correspondendo o valor do activo desta ao valor consolidado dos activos bancários das várias instituições financeiras que a integram. Em segundo lugar, porque os valores apresentados para o SBP não foram estimados como sucedeu no Boletim anterior, mas sim cedidos agora à APB pelo Banco de Portugal. Refira-se ainda que o montante total do activo para o SBP em 2010 não coincide com o do Boletim anterior devido a um ajustamento feito *a posteriori* pelo Banco de Portugal.

<sup>24</sup> As entidades correspondem, no caso da APB, aos seus Associados.

<sup>25</sup> Os valores do activo apresentados para a APB e o SBP são definidos nos termos do “Balanço Agregado do Sistema Bancário – Actividade Consolidada, excluindo instituições *offshore*” do Banco de Portugal (BPstat).

<sup>26</sup> Este valor não coincide com o apresentado no Boletim Informativo nº 46 (2010) devido a um ajustamento feito pelo Banco de Portugal sobre os dados enviados o ano transacto.

**Tabela 5: Caracterização das instituições financeiras associadas, a 31 de Dezembro de 2011**

	Nº de Instituições Financeiras	Em % do Total	Activo Agregado (milhões €)	Em % do Total
<b>Por Origem/Forma de Representação Legal</b>				
Doméstica	21	63,6%	401.987	80,2%
Filial	5	15,2%	68.367	13,6%
Sucursal <sup>27</sup>	7	21,2%	31.124	6,2%
<b>Por Dimensão<sup>28</sup></b>				
Grande	5	15,2%	369.495	73,7%
Média <sup>29</sup>	8	24,2%	103.359	20,6%
Pequena	20	60,6%	28.624	5,7%
<b>Por Área de Negócio<sup>30</sup></b>				
Multiespecializada	23	69,7%	478.877	95,5%
Especializada	10	30,3%	22.601	4,5%
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100,0%</b>	<b>501.478</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: IFs, APB.

Incidindo agora sobre as instituições financeiras associadas exclusivamente, e não sobre os 23 Associados, a amostra de base deste Boletim era constituída, a 31 de Dezembro de 2011, por 33 instituições que acumulavam entre si 501.478 milhões de euros<sup>31</sup> em activo (doravante designado por activo agregado) (ver Tabela 5). A amostra caracterizava-se ainda por ser maioritariamente doméstica e com actividade multiespecializada.

Como se pode observar da Tabela 5, o segmento doméstico era o que tinha maior peso no total de instituições (63,6%), somando uma quota de mercado de 80,2%. Destacavam-se de seguida as sucursais que agregavam 21,2% do número total de instituições da amostra. Curiosamente, em termos de valor de activo agregado, as sucursais eram as que tinham menor expressão (6,2% apenas), sobrepondo-se-lhes as filiais com um volume de actividade mais de duas vezes superior (13,6%).

Quanto à área de negócio, e como já referido, a maioria das instituições que integravam a amostra tinham uma actividade multiespecializada (69,7%), facto que também se reflecte no total de activo agregado que acumulavam entre si (95,5%).

<sup>27</sup> Inclui, em 2011, o Deutsche Bank que passou de filial a sucursal.

<sup>28</sup> Classificam-se como “Grandes”, as instituições financeiras que representam 5% inclusive ou mais do activo agregado, como “Médias” as que representam entre 1% e 5%, e como “Pequenas” as que representam 1% inclusive ou menos do activo agregado.

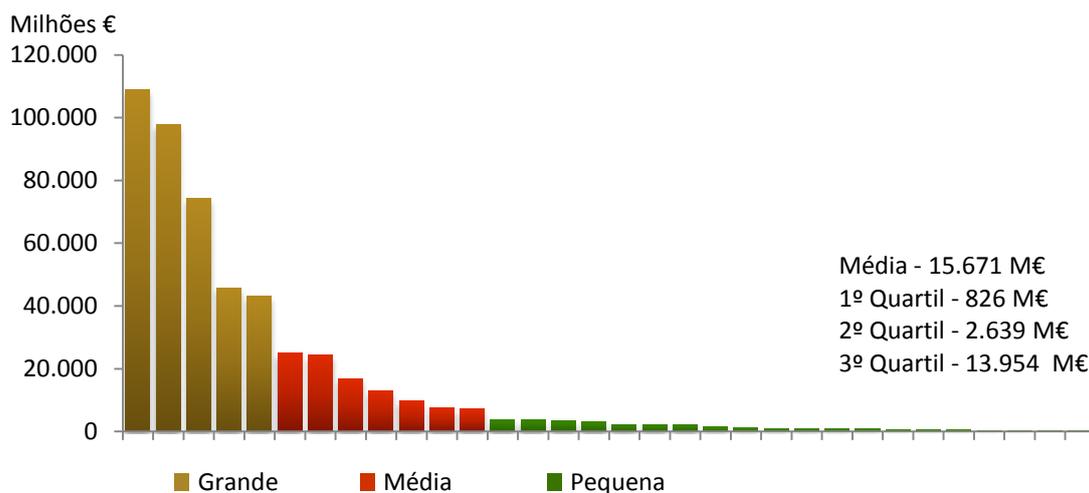
<sup>29</sup> Inclui, em 2011, o Finibanco que passou de pequena a média devido à sua aquisição pelo Montepio.

<sup>30</sup> A área de negócio das instituições financeiras é classificada como “Especializada” quando estas últimas se dedicam, numa base exclusiva ou maioritariamente, a uma das seguintes actividades: crédito ao consumo, crédito imobiliário, crédito automóvel, ou banca de investimento. Nos restantes casos, a área de negócio é classificada como “Multiespecializada”.

<sup>31</sup> O valor do activo agregado não é comparável com o total do activo apresentado para a APB na Tabela 4, pág. 27 (ver nota de rodapé 25, pág. 27), uma vez que o activo agregado resulta do somatório simples do activo dos balanços individuais das instituições financeiras associadas.

Segundo uma óptica de dimensão, a amostra apresentava uma distribuição bastante assimétrica (ver Gráfico 4). Apesar de o valor médio do activo rondar os 15.670 milhões de euros, apenas oito instituições (ou seja, 24,2% da amostra) tinham um activo que ultrapassava aquele montante. Trata-se pois de uma amostra enviesada dominada, em número, maioritariamente por instituições financeiras de menor dimensão (3º quartil = 13.954 milhões de euros).

**Gráfico 4: Distribuição do activo agregado por dimensão das instituições financeiras associadas, a 31 de Dezembro de 2011<sup>32</sup>**



Fonte: IFs, APB.

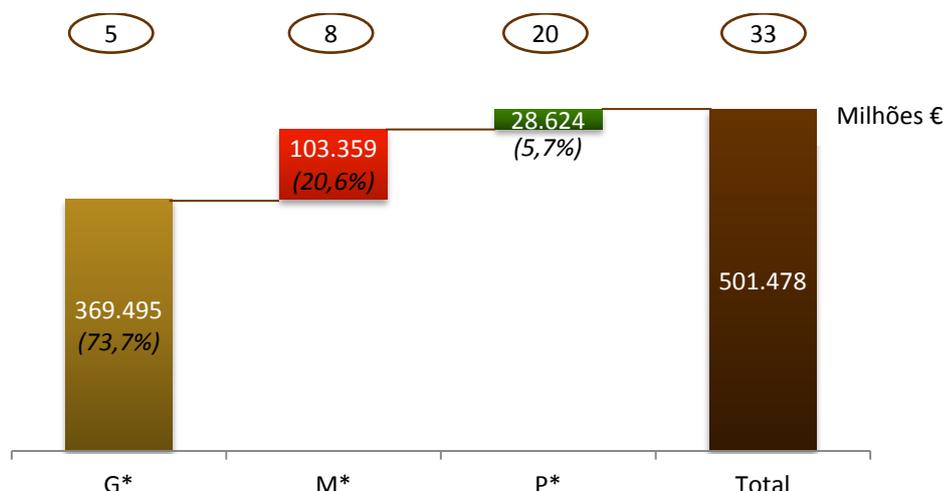
Contudo, e como evidenciado pelo Gráfico 5, pág. 30 e Tabela 5, pág. 28, as 20 instituições de pequena dimensão tinham uma expressão quase negligenciável no mercado, em termos de actividade (5,7%). Em contrapartida, as cinco instituições financeiras de grande dimensão dominavam em 73,7% a actividade gerada pelo conjunto da amostra.

Ao conjugar-se a quota de mercado detida pelas instituições de grande e de média dimensão (94,3%), torna-se ainda mais visível que a actividade bancária está bastante concentrada num número reduzido de entidades (13, ou seja, 39,4% do total) (ver Gráfico 5, pág. 30). Todavia, tal não põe em causa o nível de competitividade existente, uma vez que dentro de cada um dos segmentos (grande e médio) as quotas de mercado não estão distribuídas de forma muito díspar entre as instituições (ver Gráfico 4). Esta conclusão está reflectida no índice de *Herfindahl*,<sup>33</sup> cujo valor de 1303 aponta para uma concentração de mercado moderada.

<sup>32</sup> Neste gráfico, o Montepio e o Finibanco foram considerados como uma única instituição.

<sup>33</sup> Este índice foi obtido por via do somatório do quadrado das quotas de mercado, medidas em termos de activo, das 33 instituições financeiras da amostra. Regra geral, um valor para o índice abaixo de 1000 indica pouca concentração, entre 1000 e 1800 concentração moderada, e acima de 1800 concentração elevada.

**Gráfico 5: Concentração do activo agregado por dimensão das instituições financeiras associadas, a 31 de Dezembro de 2011**



Fonte: IFs, APB.

Nota: G\* - grande; M - média; P - pequena

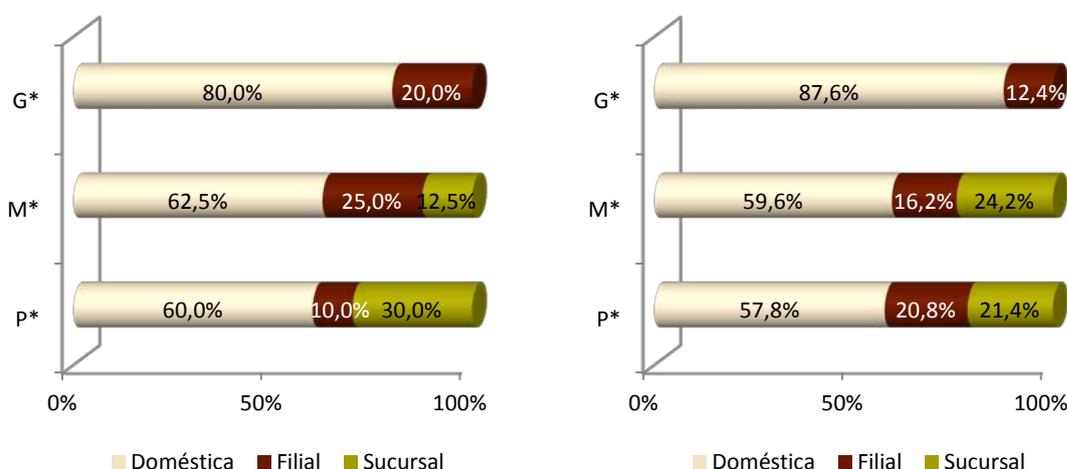
○ Nº de instituições financeiras associadas

O Gráfico 6, revela ainda que, em finais de 2011, as instituições de direito legal português, e muito em particular as domésticas, predominavam, quer em número total de instituições quer em valor de activo agregado, em todos as categorias de dimensão. As sucursais eram, assim, as que tinham menor expressão, sendo esta inclusivamente nula no segmento de grande dimensão.

**Gráfico 6: Caracterização das instituições financeiras associadas, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro de 2011**

(a) Com base no total de instituições

(b) Com base no valor do activo agregado



Fonte: APB.

Nota: \* (G) Grande; (M) Média; (P) Pequena.

Por fim, o cruzamento da dimensão com a área de negócio de cada segmento, permite concluir que as instituições de grande e média dimensão eram maioritariamente multiespecializadas. No segmento de pequena dimensão, se em número sobressaíam as instituições multiespecializadas, em valor de activo destacavam-se as especializadas.

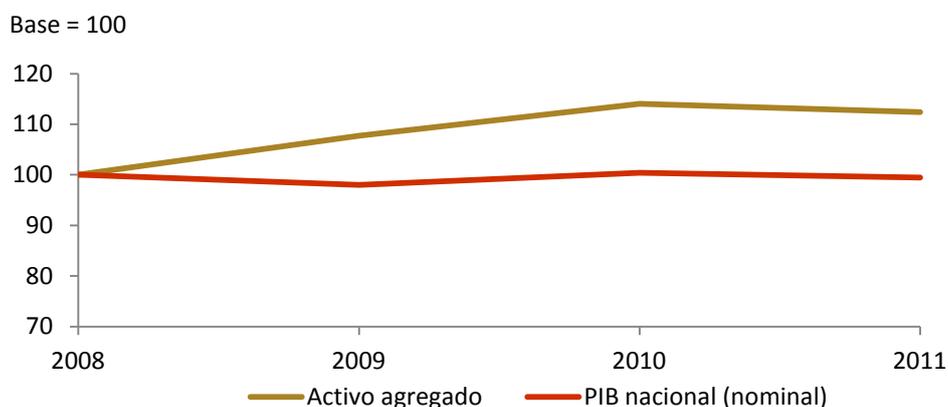
#### IV.4. Evolução do activo agregado

Como já referido, o ano de 2011 foi caracterizado pelo adensar da crise da dívida soberana na área do Euro e pela revisão em baixa das perspectivas de crescimento mundial. A nível nacional existiu ainda um outro marco importante – o pedido de ajuda financeira externa.

No início do ano, o Estado português assistiu a um significativo agravamento das suas condições de acesso aos mercados financeiros internacionais e, em Abril, viu como inevitável o recurso à ajuda financeira externa. A economia nacional iniciou, a partir de então, um processo de ajustamento e de correcção de desequilíbrios estruturais, maioritariamente através de políticas orçamentais mais restritivas, da desalavancagem do sector privado, e de medidas que garantissem a estabilidade do sistema bancário.

Em virtude deste enquadramento, registou-se em 2011 uma quebra da procura interna em Portugal. Ainda que esta tenha sido parcialmente compensada pelo crescimento das exportações de bens e serviços, o saldo final do ano foi negativo e a economia portuguesa contraiu 1% em termos nominais (ver Gráfico 7 e Tabela 6, pág. 32).

**Gráfico 7: Evolução do activo agregado face ao PIB nacional (2008 – 2011)**



Fonte: IFs, INE.

Como seria expectável, as envolventes externa e interna de 2011 não puderam deixar de ter repercussões sobre o sector financeiro, nomeadamente ao nível da sua actividade. Em primeiro lugar, a necessidade de reduzir o rácio crédito/depósitos<sup>34</sup> se, por um lado, requereu o aumento dos esforços de captação de mais recursos de clientes, por outro, colocou mais pressão sobre a

<sup>34</sup> Os oito maiores grupos bancários têm como indicação o alcance de um rácio crédito/depósitos de 120% até ao final de 2014.

concessão de crédito. Em segundo lugar, a exigência de reforço dos níveis de solvabilidade<sup>35</sup> veio acentuar a necessidade de desalavancagem da actividade bancária, uma vez que a dificuldade de recurso, em condições normais, aos mercados de capitais implicou que as instituições financeiras tivessem de alcançar aquele objectivo por via da venda de activos *non-core*, da diminuição da carteira de crédito e/ou da diminuição do risco médio dos activos.

Por força destes condicionalismos, o volume de actividade das instituições financeiras associadas contraiu<sup>36</sup> 1,4% no último ano, contrariando a tendência de expansão dos anos anteriores (ver Gráfico 7, pág. 31 e Tabela 6). Uma vez que esta quebra foi superior à registada no PIB nacional em 2011, o peso das instituições financeiras associadas na economia portuguesa diminuiu 1,5 pp,<sup>37</sup> tendo passado de 294,1% para 292,6% (ver Tabela 6).

**Tabela 6: Evolução do activo agregado face ao PIB nacional (2008 – 2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Activo Agregado</b>					
Total (milhões €)	445.346	479.771	507.799 <sup>38</sup>	500.472	-
Taxa de crescimento anual	-	7,7%	5,8%	-1,4%	4,0%
<b>PIB Nacional (Nominal)</b>					
Total (milhões €)	171.983	168.504	172.670 <sup>P</sup>	171.016 <sup>P</sup>	-
Taxa de crescimento anual	-	-2,0%	2,5%	-1,0%	-0,2%
<b>Activo Agregado em % do PIB</b>	<b>258,9%</b>	<b>284,7%</b>	<b>294,1%</b>	<b>292,6%</b>	<b>282,6%</b>

Fonte: IFs, APB, INE.

Nota: P – dados preliminares

A evolução negativa do activo agregado, em 2011, foi explicada maioritariamente pela retracção dos balanços das instituições de grande dimensão (ver Tabela 7, pág. 33). Globalmente, as de pequena dimensão contribuíram também para a contracção do activo agregado, ainda que sem uma tendência homogénea dentro do segmento.

Face aos dois anos anteriores, o segmento de grande dimensão teve, pela primeira vez, uma contribuição negativa. Não obstante, não deixou de ser um dos principais grupos responsáveis (2%) pelo crescimento médio do activo agregado no triénio (4%). Em contraposição, as instituições de pequena dimensão foram as únicas a pressionar negativamente, em média (-0,1%), a evolução do activo agregado desde 2009 (ver Tabela 7, pág. 33).

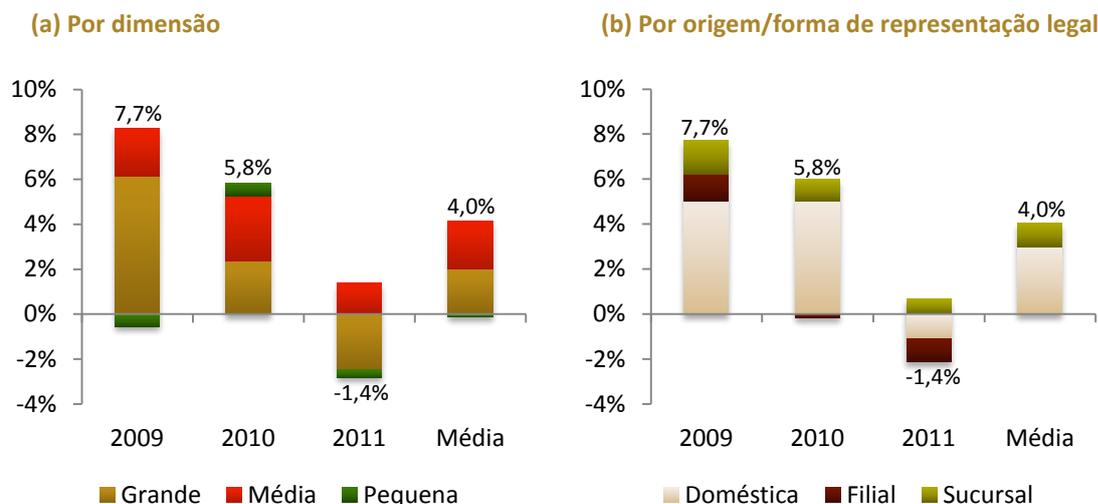
<sup>35</sup> No âmbito do PAEF foi exigido aos bancos que alcançassem um rácio *core* Tier de 9% e 10%, no final de 2011 e 2012, respectivamente.

<sup>36</sup> As análises temporais (2008 – 2011) incluem um total de 31 instituições financeiras, face ao total de 33 instituições que, como já referido, constituem a amostra de base deste Boletim Informativo. O BNP SS e o Banco BIC foram excluídos por não existir informação histórica relativa a estas instituições para 2008.

<sup>37</sup> Refere-se que os valores do activo agregado reflectem tanto a actividade doméstica como a actividade no estrangeiro (via sucursais e/ou escritórios de representação) das instituições associadas, pelo que a sua comparação com os valores do PIB nacional deverá ter este facto em consideração.

<sup>38</sup> Este valor para o activo agregado não coincide com o do Boletim Informativo nº 46 (2010) devido a um ajustamento efectuado pelo Banif, S.A. às suas contas de 31 de Dezembro de 2010. Esta alteração decorreu de uma correcção na contabilização das obrigações detidas relativamente a operações de titularização não desreconhecidas e foi publicada no relatório semestral de 2011 desta instituição.

**Gráfico 8: Contribuição das instituições financeiras associadas para o crescimento do activo agregado (2009 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

**Tabela 7: Contribuição das instituições financeiras associadas para o crescimento do activo agregado, por dimensão e origem/forma de representação legal (2009 – 2011)<sup>39</sup>**

	2009	2010	2011	Média
<b>Por Dimensão</b>				
Grande	6,1%	2,4%	-2,5%	2,0%
Média	2,2%	2,8%	1,4%	2,1%
Pequena	-0,6%	0,6%	-0,3%	-0,1%
<b>Total</b>	<b>7,7%</b>	<b>5,8%</b>	<b>-1,4%</b>	<b>4,0%</b>
<b>Por Origem / Forma de Representação Legal</b>				
Doméstica	5,0%	5,0%	-1,1%	3,0%
Filial	1,2%	-0,2%	-1,0%	0,0%
Sucursal	1,5%	1,0%	0,7%	1,1%
<b>Total</b>	<b>7,7%</b>	<b>5,8%</b>	<b>-1,4%</b>	<b>4,0%</b>

Fonte: IFs, APB.

As instituições de média dimensão foram efectivamente as únicas a contribuir positivamente para o activo agregado no ano passado. Note-se, porém, que nem todas o fizeram, e que foi essencialmente por força de duas instituições que este segmento concorreu com 1,4% para a evolução do activo agregado (ver Tabela 7). Historicamente, este segmento é ainda o único que tem tido sempre um comportamento favorável ao crescimento do activo agregado, facto que se tem reflectido na sua crescente quota de mercado (por contrapartida das instituições pequenas, mas principalmente, das grandes) (ver Tabela 8, pág. 34). Não obstante, 2011 não deixou de ser um

<sup>39</sup> Em 2011, o Deutsche Bank passou de filial a sucursal e o Finibanco de instituição de pequena dimensão a média. Para efeitos comparativos, estas instituições foram reclassificadas retroactivamente segundo a sua nova categoria, por forma a permitir a análise do crescimento do activo agregado ao longo do tempo.

período de abrandamento, uma vez que o contributo de 1,4% ficou bastante aquém dos valores registados para 2009 e 2010 (ver Tabela 7, pág. 33).

**Tabela 8: Evolução do activo agregado, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro (2008 – 2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Por Dimensão</b>					
<b>Grande</b>					
Activo (milhões €)	343.352	370.656	382.126	369.495	-
Taxa de crescimento anual	-	8,0%	3,1%	-3,3%	2,6%
Quota de mercado	77,1%	77,3%	75,2%	73,8%	75,9%
<b>Média</b>					
Activo (milhões €)	72.950	82.561	96.380	103.359	-
Taxa de crescimento anual	-	13,2%	16,7%	7,2%	12,4%
Quota de mercado	16,4%	17,2%	19,0%	20,7%	18,3%
<b>Pequena</b>					
Activo (milhões €)	29.044	26.554	29.293	27.618	-
Taxa de crescimento anual	-	-8,6%	10,3%	-5,7%	-1,3%
Quota de mercado	6,5%	5,5%	5,8%	5,5%	5,8%
<b>Por Origem/Forma de Representação Legal</b>					
<b>Doméstica</b>					
Activo (milhões €)	360.026	382.414	406.519	400.989	-
Taxa de crescimento anual	-	6,2%	6,3%	-1,4%	3,7%
Quota de mercado	80,8%	79,7%	80,1%	80,1%	80,2%
<b>Filial</b>					
Activo (milhões €)	69.010	74.311	73.616	68.367	-
Taxa de crescimento anual	-	7,7%	-0,9%	-7,1%	-0,1%
Quota de mercado	15,5%	15,5%	14,5%	13,7%	14,8%
<b>Sucursal</b>					
Activo (milhões €)	16.310	23.046	27.664	31.116	-
Taxa de crescimento anual	-	41,3%	20,0%	12,5%	24,6%
Quota de mercado	3,7%	4,8%	5,4%	6,2%	5,0%
<b>Total</b>	<b>445.346</b>	<b>479.771</b>	<b>507.799</b>	<b>500.472</b>	<b>-</b>

Fonte: IFs, APB

A Tabela 7 e o Gráfico 8, pág. 33, revelam ainda que, em 2011, o segmento das sucursais foi o único responsável por uma contribuição favorável para o activo agregado (0,7%). Em termos históricos, esta contribuição positiva tem sido consistente (1,1% em média), apesar de se ter começado a assistir a uma desaceleração a partir de 2010.

No caso das instituições domésticas, a contribuição negativa que deram, em 2011 (-1,1%), apresenta um grande contraste com o verificado em 2009 e 2010, anos em que estas instituições foram as que mais impulsionaram a evolução do activo agregado (5%). Ainda assim, no conjunto dos

três anos, este segmento continuou a ser aquele que mais induziu o crescimento da actividade global das instituições financeiras associadas (3%).

Em contrapartida, as filiais foram as instituições financeiras que, em média, não tiveram qualquer impacto no activo agregado. Com efeito, os respectivos contributos negativos em 2010 e 2011 (-0,2% e -1%) anularam, na totalidade, o contributo positivo verificado em 2009 (1,2%). Como consequência, este segmento tem vindo a perder quota de mercado, particularmente a favor do segmento das sucursais (ver Tabela 8, pág. 34).

Em suma, a evolução do activo agregado, nos últimos anos, tem sido essencialmente dinamizada por instituições de média e grande dimensão e de origem doméstica.



## V. Recursos Humanos

### V.1. Caracterização e evolução

O ano de 2011 foi marcado por um contexto económico e financeiro excepcionalmente difícil, que se fez sentir de forma muito particular no sector bancário, especialmente em Portugal. Face a este cenário, foi imperativa a aplicação de políticas de redução de custos cujos resultados tiveram um impacto no quadro de pessoal das instituições financeiras associadas. Desta forma, o número global de colaboradores contraiu cerca de 2,2% no último ano, situando-se nos 57.130<sup>40</sup> empregados no final de 2011 (ver Tabela 9).

No entanto, a situação que levou a esta redução no contexto do mercado português potenciou a busca de alternativas de crescimento no exterior por parte das instituições financeiras associadas. Como resultado, o número de colaboradores afectos à actividade internacional registou um aumento muito significativo de 9,5%, anulando parte da quebra de 2,6% ocorrida na população bancária afectada à actividade doméstica. É ainda de salientar que esta redução veio consolidar a tendência de contracção já verificada em 2009 e 2010, mas que, por ter sido muito ligeira nestes dois períodos, acabou por não ter grande relevância face à ampliação do quadro de pessoal no estrangeiro.

Esta evolução conduziu, pois, a uma diminuição do peso dos colaboradores afectos à actividade doméstica no quadro global de pessoal. Desde 2008, a representatividade destes diminuiu 0,9 pontos percentuais, situando-se nos 96,1% no final de 2011 (ver Tabela 9).

**Tabela 9: Evolução do número de empregados, a 31 de Dezembro (2008 - 2011)<sup>40</sup>**

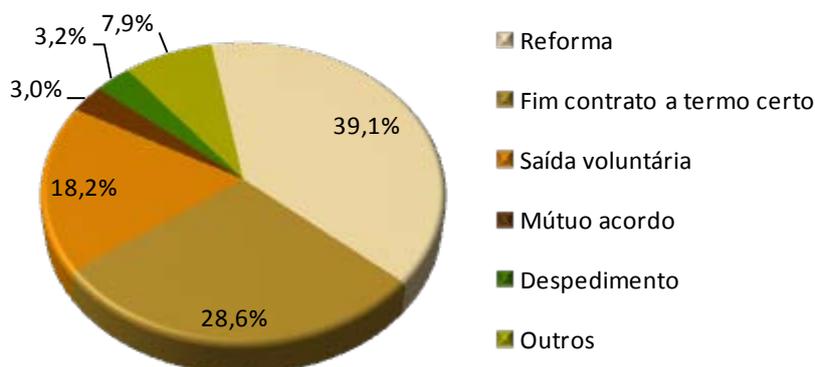
	2008		2009		2010		2011		Média
<b>Número Global de Empregados</b>									
Total	58.194		58.277		58.412		57.130		-
Taxa de crescimento anual	-		0,1%		0,2%		-2,2%		-0,6%
<b>Afectos à Actividade Doméstica</b>									
Total	56.460	97,0%	56.427	96,8%	56.385	96,5%	54.911	96,1%	-
Taxa de crescimento anual	-		-0,1%		-0,1%		-2,6%		-0,9%
<b>Afectos à Actividade Internacional</b>									
Total	1.734	3,0%	1.850	3,2%	2.027	3,5%	2.219	3,9%	-
Taxa de crescimento anual	-		6,7%		9,6%		9,5%		8,6%

Fonte: IFs, APB.

<sup>40</sup> A amostra utilizada para efeitos da análise evolutiva (2008 - 2011) encontra-se ajustada a 31 instituições financeiras pela exclusão do BNP SS e do Banco BIC pelas razões já apontadas na nota de rodapé 36, pág. 32.

A variação negativa do número de colaboradores afectos à actividade doméstica observada em 2011 resultou da substituição de pouco menos de 50% dos 2.742<sup>41</sup> colaboradores que saíram, política que foi motivada pela contracção da actividade no ano. No entanto, a entrada em reforma foi a principal forma de saída destes empregados, representando 39,1% dos casos, mas daquela quase 85% foram reformas antecipadas. Também o término de contratos a prazo pesou no total das saídas de colaboradores, atingindo os 28,6%, enquanto as saídas por iniciativa voluntária do trabalhador e por mútuo acordo foram responsáveis por 21,2%. As saídas por despedimento representaram apenas 3,2% do total (ver Gráfico 9).

**Gráfico 9: Distribuição dos motivos de saída de colaboradores em 2011**



Fonte: IFs, APB.

Uma análise por dimensão<sup>42</sup> revela que, em 2011, apenas as instituições financeiras de pequena dimensão apresentaram uma variação do seu número de empregados oposta à da globalidade da amostra, uma vez que registaram um crescimento do seu quadro de pessoal afecto à actividade doméstica de 1,8% (ver Tabela 10, pág. 39). No entanto, dado o peso do segmento no total da amostra, a sua contribuição para a taxa de crescimento do número de empregados do sector foi mínima (apenas 0,1%) (ver Tabela 10, pág. 39).

Ainda que de forma mais modesta, este comportamento reflecte uma continuação da tendência de crescimento seguida por este segmento desde 2010, e que contribuiu para o reforço da sua representatividade na totalidade da amostra em termos de número de empregados (ver Gráfico 11 a), pág. 41). Para esta evolução contribuíram de forma muito acentuada as instituições domésticas do segmento, por via do crescimento de áreas de negócio e canais de distribuição especializados, com especial enfoque no sector da banca de investimento e da banca electrónica.

As instituições financeiras de grande e média dimensão apresentaram, em 2011, taxas de variação negativas do seu número de empregados (-2,3% e -4,2%, respectivamente) e contribuições

<sup>41</sup> A amostra utilizada para efeitos da análise dos motivos de saída de colaboradores encontra-se ajustada a 32 instituições financeiras pela exclusão do Barclays por falta de fornecimento de dados.

<sup>42</sup> No presente Boletim Informativo procedeu-se a uma reclassificação da amostra no que respeita a dimensão das instituições financeiras associadas, pelo motivo apresentado na nota de rodapé 29, pág. 28. Assim, os segmentos aqui analisados não são directamente comparáveis com os do Boletim Informativo nº 46 (2010), uma vez que o Finibanco, que pertencia ao segmento das instituições financeiras de pequena dimensão, foi agora reclassificado como sendo de média dimensão.

expressivas (-1,6% e -1,1%, respectivamente) para o comportamento do sector no ano (ver Tabela 10). No entanto, a evolução seguida desde 2008 por estes dois segmentos foi muito diferente. No caso das instituições financeiras de grande dimensão, o comportamento em 2011 reflecte uma prossecução da tendência de contracção do número de empregados, iniciada já nos dois anos anteriores (-1,2%, em média). Já para as de média dimensão, a redução do quadro de pessoal ocorreu no triénio pela primeira vez no ano de 2011, no seguimento de uma tendência continuada de crescimento que, embora em desaceleração, lhes permitiu, ainda assim, registar uma taxa de crescimento média anual no período positiva (0,3%) (ver Tabela 10, e Gráfico 10a), pág. 40).

**Tabela 10: Evolução do número de empregados afectos à actividade doméstica, por dimensão, a 31 de Dezembro (2008 - 2011)**

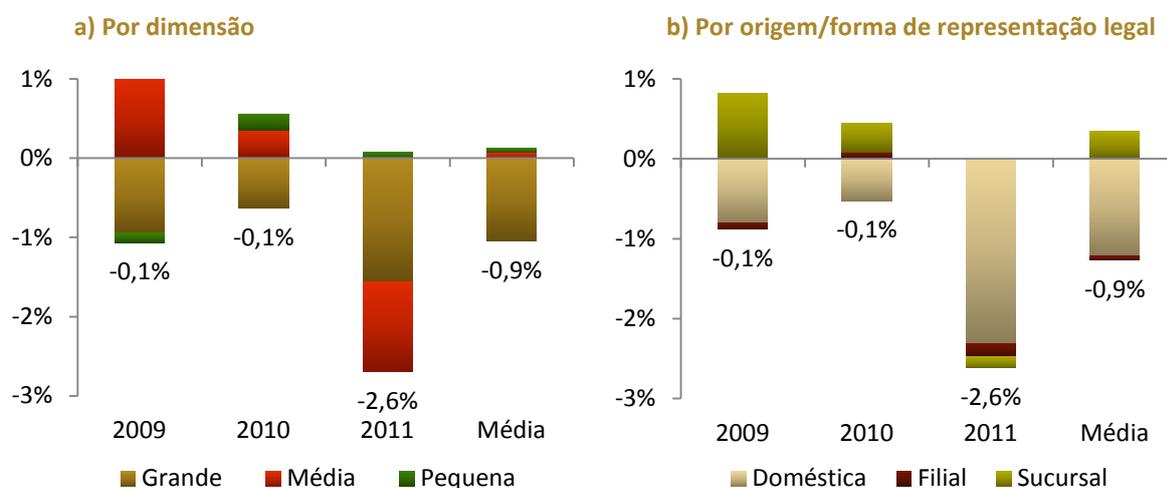
	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Grande Dimensão</b>					
Total	39.272	38.737	38.383	37.504	-
Taxa de crescimento anual	-	-1,4%	-0,9%	-2,3%	-1,5%
Contribuição para a taxa de crescimento do número de empregados	-	-1,0%	-0,7%	-1,6%	-1,1%
<b>Média Dimensão</b>					
Total	14.640	15.207	15.407	14.765	-
Taxa de crescimento anual	-	3,9%	1,3%	-4,2%	0,3%
Contribuição para a taxa de crescimento do número de empregados	-	1,0%	0,4%	-1,1%	0,1%
<b>Pequena Dimensão</b>					
Total	2.548	2.483	2.595	2.642	-
Taxa de crescimento anual	-	-2,6%	4,5%	1,8%	1,2%
Contribuição para a taxa de crescimento do número de empregados	-	-0,1%	0,2%	0,1%	0,1%

Fonte: IFs, APB.

Uma caracterização das instituições financeiras associadas na base da sua origem/forma de representação legal<sup>43</sup> permite concluir que todos os segmentos contribuíram para o decréscimo do número de colaboradores afectos à actividade doméstica, ocorrido em 2011. Contudo, a diminuição do quadro de pessoal não foi homogénea entre eles, tendo sido mais sentida no caso das instituições domésticas. A redução líquida do seu número de empregados no último ano, na ordem dos 2,9%, acentuou a tendência de contracção do seu quadro de pessoal, que se verificava, ainda que em menor escala, desde 2008 (ver Tabela 11, pág. 40). Assim, este foi o segmento de instituições financeiras que mais contribuiu para a redução do número de colaboradores do sector no triénio 2008-2011, com uma contribuição média de -1,2% para a taxa de variação média anual global de -0,9% (ver Gráfico 10 b), pág. 40).

<sup>43</sup> No presente Boletim Informativo procedeu-se a uma reclassificação da amostra no que respeita a origem/forma de representação legal das instituições financeiras associadas, pelo motivo apresentado na nota de rodapé 27, pág. 28. Assim, os segmentos aqui analisados não são directamente comparáveis com os do Boletim Informativo nº 46 (2010), uma vez que o Deutsche Bank, que pertencia ao segmento das filiais, inclui-se agora no segmento das sucursais.

**Gráfico 10: Contribuição das instituições financeiras associadas para a taxa de crescimento anual do número de empregados afectos à actividade doméstica, por dimensão e origem/forma de representação legal (2008 - 2011)**



Fonte: IFs, APB.

Já as sucursais apresentaram uma evolução do seu quadro de pessoal substancialmente diferente da observada no segmento anterior. Neste caso, o decréscimo do número de empregados registado em 2011 (-2,6%) veio contrariar a tendência de forte crescimento, ainda que em desaceleração, que se tinha vindo a observar desde 2008. Todavia, as sucursais alcançaram uma taxa de crescimento média anual bastante elevada no triénio (7,8%), sendo o único segmento a apresentar uma evolução positiva do seu quadro de pessoal neste período (ver Tabela 11). De realçar que este comportamento demonstra uma capacidade de rápido ajustamento da estrutura de recursos humanos destas instituições à actual conjuntura.

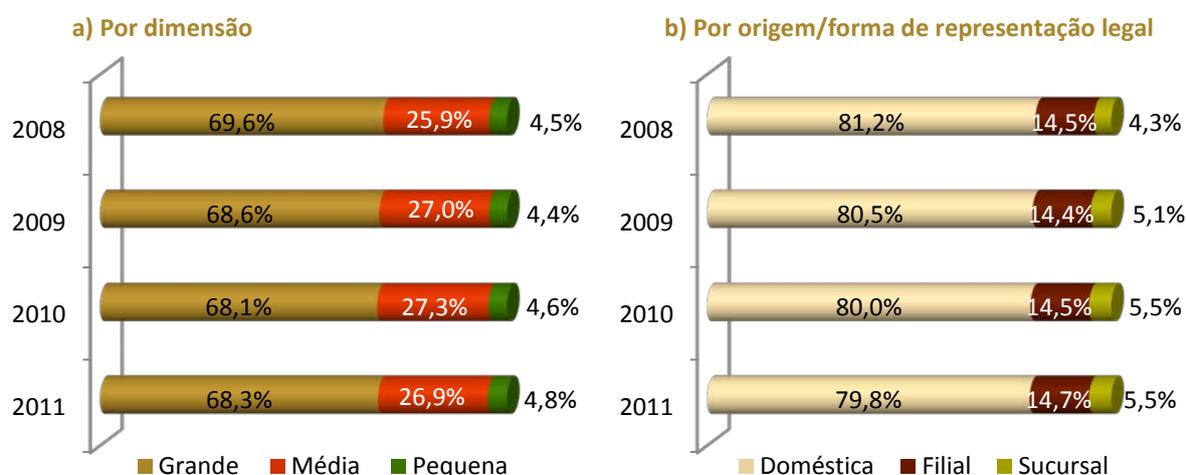
**Tabela 11: Evolução do número de empregados afectos à actividade doméstica, por origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro (2008 - 2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Domésticas</b>					
Total	45.872	45.419	45.125	43.820	-
Taxa de crescimento anual	-	-1,0%	-0,6%	-2,9%	-1,5%
Contribuição para a taxa de crescimento do número de empregados	-	-0,8%	-0,5%	-2,3%	-1,2%
<b>Filiais</b>					
Total	8.147	8.104	8.154	8.066	-
Taxa de crescimento anual	-	-0,5%	0,6%	-1,1%	-0,3%
Contribuição para a taxa de crescimento do número de empregados	-	-0,1%	0,1%	-0,2%	-0,1%
<b>Sucursais</b>					
Total	2.441	2.904	3.106	3.025	-
Taxa de crescimento anual	-	19,0%	7,0%	-2,6%	7,8%
Contribuição para a taxa de crescimento do número de empregados	-	0,8%	0,3%	-0,1%	0,4%

Fonte: IFs, APB.

Por força do contexto atrás descrito, o peso das instituições financeiras domésticas no número de colaboradores da totalidade da amostra tem vindo a diminuir sucessivamente, ainda que elas continuem a absorver largamente a maioria da totalidade do emprego oferecido pelo sector (ver Gráfico 11b)). No entanto, enquanto em anos anteriores foram sobretudo as sucursais que aproveitaram esta quebra de representatividade, em 2011, foram as filiais que absorveram a percentagem de representatividade perdida pelas instituições domésticas (ver Gráfico 11b), e Tabela 11, pág. 40).

**Gráfico 11: Distribuição temporal da representatividade das instituições financeiras associadas em termos do número de empregados afectos à actividade doméstica, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro (2008 - 2011)**



Fonte: IFs, APB.

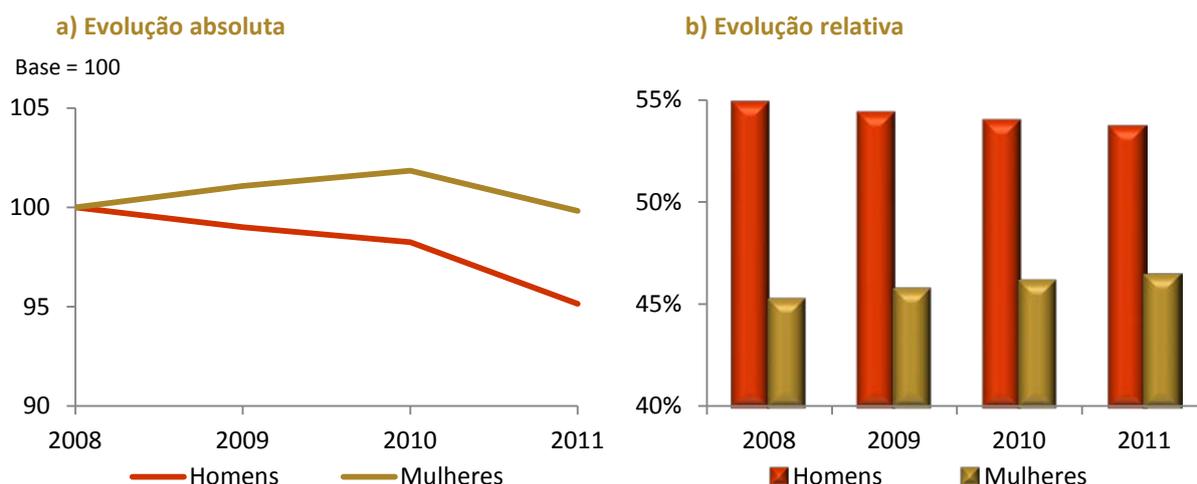
No final de 2011, a maioria dos 55.485<sup>44</sup> empregados afectos à actividade doméstica das instituições financeiras associadas era do género masculino (53,5%). Mais de metade da população bancária apresentava habilitações ao nível do ensino superior (51,7%), tinha entre 30 e 44 anos (54,5%), e grande parte trabalhava no sector há mais de 15 anos (40,5%). Relativamente às funções desempenhadas, prevaleciam aqueles com cargos específicos (39,4%) e afectos à actividade comercial (65,2%). Mais ainda, a maioria (97,1%) detinha um vínculo contratual efectivo com as instituições financeiras associadas, sendo os colaboradores contratados a prazo uma pequena parte do total (ver Tabela 15, pág. 50).

Os trabalhadores do género masculino constituem a maioria da população bancária, mas observou-se, em 2011, uma redução da sua representatividade na ordem dos 0,3 pontos percentuais, fruto de um decréscimo de 3,2% dos empregados homens face a uma variação de 2% no mesmo sentido no caso das mulheres. Desta forma, manteve-se a tendência de anos anteriores que reflecte uma crescente participação das mulheres no sector (ver Gráfico 12, pág. 42 e Tabela 16, pág. 51).

<sup>44</sup> Este valor refere-se à amostra das 33 instituições financeiras associadas, motivo pelo qual não é igual ao reportado na Tabela 9, pág. 37, (54.911 empregados), que é relativo à amostra ajustada para efeitos temporais (ver nota de rodapé 36, pág. 32).

Esta é uma tendência comum a todos os segmentos de instituições financeiras associadas, independentemente da sua dimensão ou origem/forma de representação legal. No entanto, as sucursais destacam-se dos demais por serem o único segmento que atingiu, em 2011, um cenário no qual a maioria dos colaboradores é do género feminino (ver Tabela 15, pág. 50).<sup>45</sup>

**Gráfico 12: Evolução do número de empregados afectos à actividade doméstica e sua representatividade, por género, a 31 de Dezembro (2008 - 2011)**



Fonte: IFs, APB.

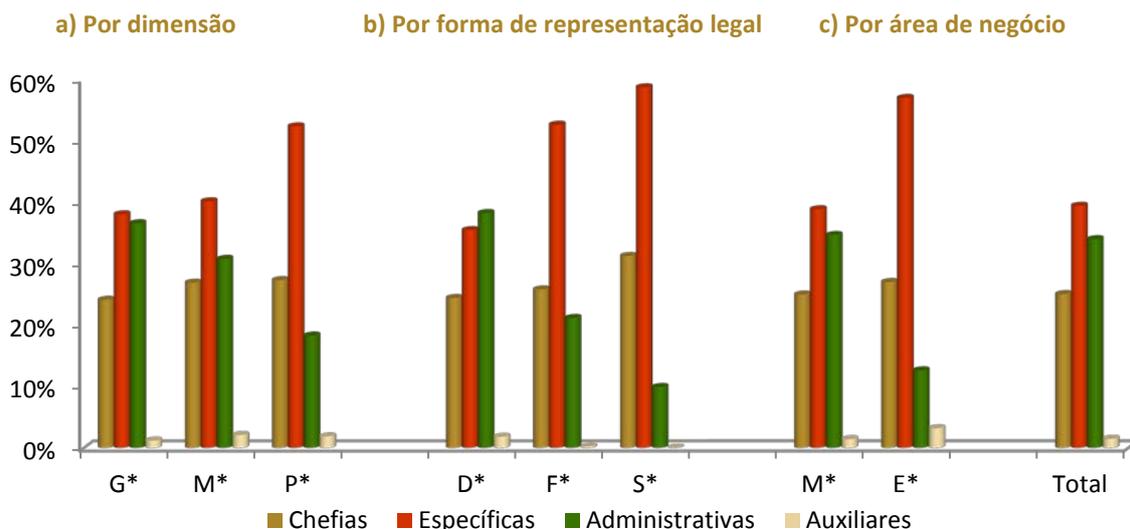
No que respeita às funções desempenhadas pelos empregados em território nacional das instituições financeiras associadas, destacam-se as funções específicas por absorverem a maior parte do quadro de pessoal (39,4%), face às restantes, em 2011 (ver Tabela 15, pág. 50). De forma semelhante ao já reportado em 2010, a proporção de colaboradores com funções específicas tende a aumentar com a diminuição da dimensão das instituições financeiras associadas. Também a maior especialização dos recursos humanos nas instituições de origem estrangeira, com especial destaque no caso das sucursais, se manteve em 2011 (ver Tabela 15, pág. 50).

Não é de estranhar que a distribuição funcional dos recursos humanos difira consoante a dimensão e origem/forma de representação legal das instituições, uma vez que as de grande e média dimensão, bem como as domésticas e algumas filiais, operam essencialmente em áreas de negócio mais tradicionais, como a banca de retalho, que se caracterizam por oferecer um vasto leque de produtos e serviços de menor complexidade. Daí que, entre elas, a preponderância de pessoal altamente especializado seja menor. Por outro lado, as instituições de pequena dimensão e as sucursais encontram-se tipicamente mais focadas em áreas de negócio menos abrangentes, que exigem uma especialização superior do seu quadro de pessoal.

<sup>45</sup> De acordo com a segmentação por origem/forma de representação legal das instituições financeiras associadas utilizada no Boletim Informativo nº 46 (2010), e tendo em conta a amostra de 33 instituições, as sucursais já haviam atingido, nesse ano, uma maior proporção de mulheres no seu quadro de pessoal. No entanto, a reclassificação retroactiva da amostra conduziu a que, em 2010, as sucursais apresentem uma situação de paridade entre géneros (50% mulheres e 50% homens).

Em linha com o anterior, verifica-se que as instituições financeiras associadas cuja área de negócio é especializada apresentam tendencialmente uma maior proporção de colaboradores com funções específicas (ver Gráfico 13). Mais uma vez, este efeito pode explicar-se pelo facto destas instituições se focarem em produtos, serviços e mercados com características muito próprias que, conseqüentemente, exigem maior tecnicidade e especialização a nível de recursos humanos.

**Gráfico 13: Caracterização das funções dos recursos humanos afectos à actividade doméstica, por dimensão, origem/forma de representação legal e por área de negócio, a 31 de Dezembro de 2011**



Fonte: IFs, APB.

Nota: \* (G) Grande; (M) Média; (P) Pequena; (D) Doméstica; (F) Filial; (S) Sucursal; (M) Multiespecializada; (E) Especializada.

A predominância do peso das funções específicas advém da tendência temporal de evolução do número de colaboradores nesta categoria funcional face às restantes, em particular face às funções administrativas (ver Tabela 16, pág. 51).

Entre 2008 e 2010, a tendência para uma maior especialização do quadro de pessoal das instituições financeiras associadas prendeu-se essencialmente com o forte aumento do número absoluto de empregados com estas funções (1.401) e com a concomitante redução nas restantes. Esta evolução resultou essencialmente da ampliação, por parte das instituições financeiras de grande e média dimensão, bem como das domésticas, da sua actividade para áreas de negócio mais específicas, como a banca de investimento, e da aposta na diferenciação de produtos para segmentos de mercado muito particulares.

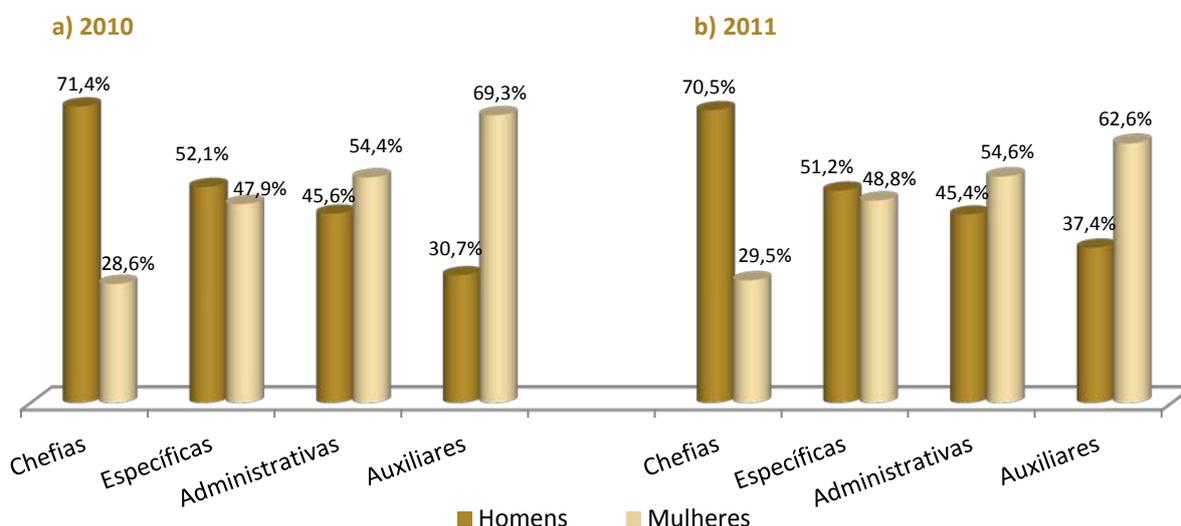
Já em 2011, aquela tendência acentuou-se, não por um aumento do número de colaboradores afectos a funções específicas (pelo contrário, este número até diminuiu) mas exclusivamente pela redução ocorrida no número de empregados administrativos (-1.485) que correspondeu a mais de metade (58,2%) da variação líquida negativa de 2.552 verificada nesta categoria ao longo do triénio (ver Tabela 16, pág. 51). Este comportamento está relacionado com as políticas de contenção de custos e racionalização dos quadros de pessoal, aplicadas de forma geral pelas instituições financeiras associadas. No âmbito deste tipo de políticas, as funções específicas são

tipicamente as menos afectadas, uma vez que gerando maior valor acrescentado são fundamentais para a prossecução sustentada do negócio.

Analisando agora conjuntamente as duas variáveis anteriores, verifica-se que, em 2011, os cargos hierarquicamente superiores, i.e. as chefias e as funções específicas, foram maioritariamente ocupados por homens.<sup>46</sup> No entanto, esta situação atenuou-se ligeiramente face a 2010, no sentido de um maior envolvimento das mulheres em funções que exigem mais responsabilidade e qualificações.

Por oposição, a maioria dos colaboradores com funções administrativas e auxiliares continuou a ser do género feminino, situação que, no último ano, se agravou ligeiramente no caso das primeiras (+0,4 pontos percentuais) mas que se esbateu acentuadamente no caso das últimas (-13,4 pontos percentuais) (ver Gráfico 14).

**Gráfico 14: Distribuição percentual conjunta dos recursos humanos, por género e função, a 31 de Dezembro de 2010 e 2011**



Fonte: IFs, APB.

A tendência de maior envolvimento das mulheres nos cargos de chefia e nas funções específicas ocorrida em 2011 foi comum a todos os segmentos de instituições financeiras associadas, independentemente da sua dimensão ou origem/forma de representação legal (ver Tabela 12, pág. 45 e Tabela 13, pág. 46).

Regista-se no entanto que as instituições de pequena dimensão, assim como as sucursais, foram aquelas que tornaram mais igualitária, em género, a sua estrutura de recursos humanos, tanto em cargos de chefia como em funções específicas. Para esta evolução certamente contribuiu o aumento líquido do número de colaboradores com este tipo de funções que se verificou, em 2011, nestes dois segmentos de instituições financeiras. De facto, quase metade dos novos postos de trabalho criados, em termos líquidos, em cargos de chefia foi ocupada por mulheres. Na categoria de funções

<sup>46</sup> Para a análise cruzada das variáveis funções e género, em particular, a amostra encontra-se ajustada a 32 instituições financeiras, tendo sido excluído o Barclays, por motivo de falta de dados.

específicas, esta realidade foi ainda mais notória, aproximando os 60% a percentagem de novos colaboradores do género feminino.

Por força da evolução acima descrita, as sucursais apresentaram-se, no final de 2011, com a maior proporção de mulheres nos cargos de chefia e com funções específicas comparativamente aos seus pares.<sup>47</sup> Por oposição, as instituições de média dimensão e as filiais destacaram-se por apresentarem, nessas categorias, a maior desigualdade entre géneros (ver Tabela 12, e Tabela 13, pág. 46).

**Tabela 12: Distribuição dos recursos humanos, por género e função, pela dimensão das instituições financeiras associadas, a 31 de Dezembro de 2010 e 2011**

	2010			2011		
	Homens	Mulheres	Diferencial (pp)	Homens	Mulheres	Diferencial (pp)
<b>Grande Dimensão</b>						
Chefias	69,0%	31,0%	38,0	68,3%	31,7%	36,6
Específicas	49,9%	50,1%	-0,2	49,4%	50,6%	-1,2
Administrativas	45,0%	55,0%	-10,0	44,6%	55,4%	-10,8
Auxiliares	36,2%	63,8%	-27,6	47,3%	52,7%	-5,4
<b>Média Dimensão</b>						
Chefias	77,7%	22,3%	55,4	77,3%	22,7%	54,6
Específicas	56,4%	43,6%	12,8	55,3%	44,7%	10,6
Administrativas	49,0%	51,0%	-2,0	49,4%	50,6%	-1,2
Auxiliares	21,1%	78,9%	-57,8	19,7%	80,3%	-60,6
<b>Pequena Dimensão</b>						
Chefias	72,1%	27,9%	44,2	68,8%	31,2%	37,6
Específicas	60,1%	39,9%	20,2	55,1%	44,9%	10,2
Administrativas	38,4%	61,6%	-23,2	33,6%	66,4%	-32,8
Auxiliares	53,1%	46,9%	6,2	55,0%	45,0%	10,0

Fonte: IFs, APB.

<sup>47</sup> De acordo com a segmentação por dimensão e origem/forma de representação legal das instituições financeiras associadas utilizada no Boletim Informativo nº 46 (2010), e tendo em conta a amostra de 32 instituições, as sucursais já se tinham destacado por apresentarem a maior proporção de mulheres em cargos de chefia, face aos restantes segmentos, nesse ano. No entanto, a reclassificação retroactiva da amostra conduziu a que, para o ano de 2010, sejam as instituições financeiras de grande dimensão a demonstrar uma distribuição mais igualitária no que respeita ao género dos colaboradores com estas funções.

**Tabela 13: Distribuição dos recursos humanos, por género e função, pela origem/forma de representação legal das instituições financeiras associadas, a 31 de Dezembro de 2010 e 2011**

	2010			2011		
	Homens	Mulheres	Diferencial (pp)	Homens	Mulheres	Diferencial (pp)
<b>Domésticas</b>						
Chefias	70,7%	29,3%	41,4	69,8%	30,2%	39,6
Específicas	51,8%	48,2%	3,6	51,0%	49,0%	2,0
Administrativas	45,7%	54,3%	-8,6	45,5%	54,5%	-9,0
Auxiliares	29,6%	70,4%	-40,8	36,6%	63,4%	-26,8
<b>Filiais</b>						
Chefias	75,3%	24,7%	50,6	75,0%	25,0%	50,0
Específicas	53,0%	47,0%	6,0	52,7%	47,3%	5,4
Administrativas	45,8%	54,2%	-8,4	45,2%	54,8%	-9,6
Auxiliares	92,9%	7,1%	85,8	73,7%	26,3%	47,4
<b>Sucursais</b>						
Chefias	70,5%	29,5%	41,0	63,1%	36,9%	26,2
Específicas	52,1%	47,9%	4,2	46,0%	54,0%	-8,0
Administrativas	42,6%	57,4%	-14,8	39,6%	60,4%	-20,8
Auxiliares	0,0%	100,0%	-100,0	0,0%	100,0%	-100,0

Fonte: IFs, APB.

Na sequência do verificado em anos anteriores, também em 2011 a grande maioria dos recursos humanos das instituições financeiras associadas encontrou-se afecta à actividade comercial (65,8%). Esta preponderância da rede comercial revelou-se aliás bastante estável no período 2008-2011, tendo a sua representatividade no conjunto da população bancária aumentado apenas em cerca de 0,7 pontos percentuais no período, e 0,1 pontos percentuais em 2011 (ver Tabela 16, pág. 51).

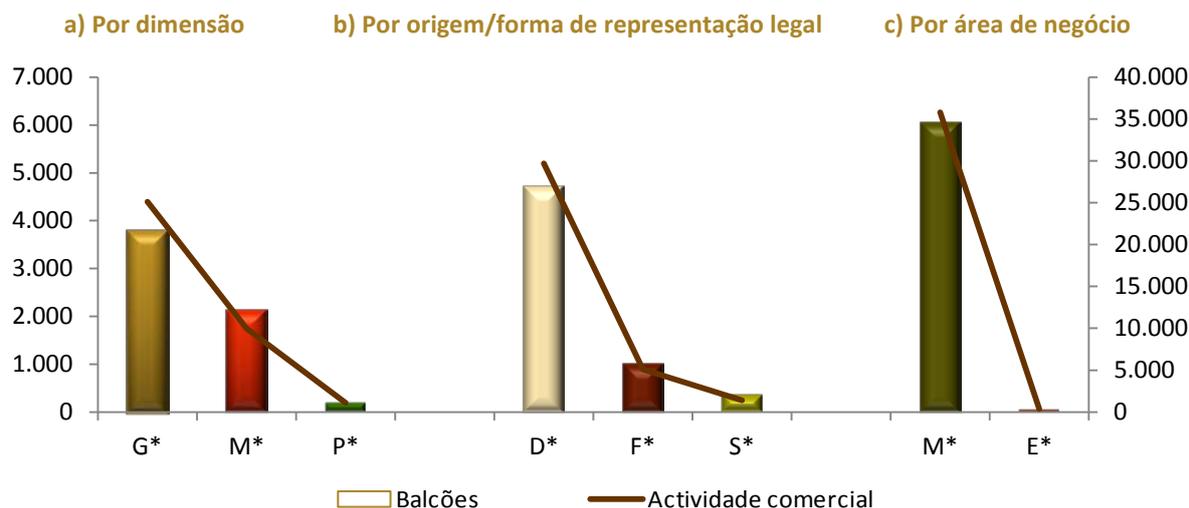
Todavia, em valores absolutos, o número de pessoal afecto à actividade comercial diminuiu desde 2009 (-1.351), especialmente no último ano. Com efeito, em 2011, a diminuição atingiu quase 68% daquele montante (ou seja, 918 empregados). O peso da actividade comercial no conjunto da amostra só não baixou porque, em termos relativos, a descida de pessoal noutras actividades bancárias (serviços centrais) em 2011 foi superior (-2,9% nestas vs. -2,5% na primeira, face a 2010) (ver Tabela 16, pág. 51).

Para esta redução do pessoal afecto à actividade comercial em 2011 pesou certamente o decréscimo no número de agências bancárias no ano (-2,4% em relação a 2010).<sup>48</sup> Com efeito, esta explicação é corroborada pela acentuada correlação (cerca de 0,88) observada entre as variações de 2010 para 2011 das duas variáveis, facto aliás que não surpreende dado que a rede de balcões é ainda a via tradicionalmente dominante no sector bancário para o exercício da função comercial.

<sup>48</sup> Ver Sub-capítulo VI.1. Rede de balcões em Portugal, Tabela 20, pág. 59.

A relação positiva entre a dimensão da rede de balcões e o número de colaboradores afectos à actividade permanece aliás bem visível quando se controla a relação por quaisquer dos três critérios: dimensão, origem/forma de representação legal e área de negócio (ver Gráfico 15).

**Gráfico 15: Comparação do número de balcões com o número de colaboradores afectos à actividade comercial, por dimensão, origem/forma de representação legal e área de negócio, a 31 de Dezembro de 2011**



Fonte: IFs, APB.

Nota: Número de balcões – escala da esquerda; Número de colaboradores afectos à actividade comercial – escala da direita.

\* (G) Grande; (M) Média; (P) Pequena; (D) Doméstica; (F) Filial; (S) Sucursal; (M) Multiespecializada; (E) Especializada.

Entretanto, uma análise da Tabela 16, pág. 51, sobre as variações ocorridas em 2011 no número de colaboradores em funções específicas e administrativas por um lado, e no número de colaboradores afectos à actividade comercial por outro, sugere que possam ter sido as funções administrativas nas agências bancárias que fecharam, as mais penalizadas no decréscimo verificado em 2011 na actividade comercial. Por oposição, e sem prejuízo de se reconhecer a possibilidade de algum enviesamento (dado o facto de se estar a lidar com valores líquidos e com alguns pressupostos de base), a redução do quadro de pessoal na actividade comercial parece ter afectado bastante menos os colaboradores com funções específicas de venda naquelas agências, os quais, tudo indica, terão sido maioritariamente realocados para idênticas funções em outros balcões, outras redes de distribuição em expansão, ou ainda para o desenvolvimento de acções de venda directa ao cliente.

Analisando os recursos humanos das instituições financeiras associadas em termos de faixa etária, verificou-se que em 2011 a maioria tinha entre 30 e 44 anos (54,5% dos colaboradores) (ver Tabela 15, pág. 50). A evolução desde 2008 permite verificar que a percentagem de colaboradores neste escalão etário foi relativamente estável, apresentando apenas variações residuais em ambos os sentidos, de ano para ano. No entanto, assistiu-se a uma diminuição consecutiva da percentagem de empregados com menos de 30 anos e a um simultâneo aumento daqueles com 45 anos ou mais (ver Tabela 16, pág. 51).

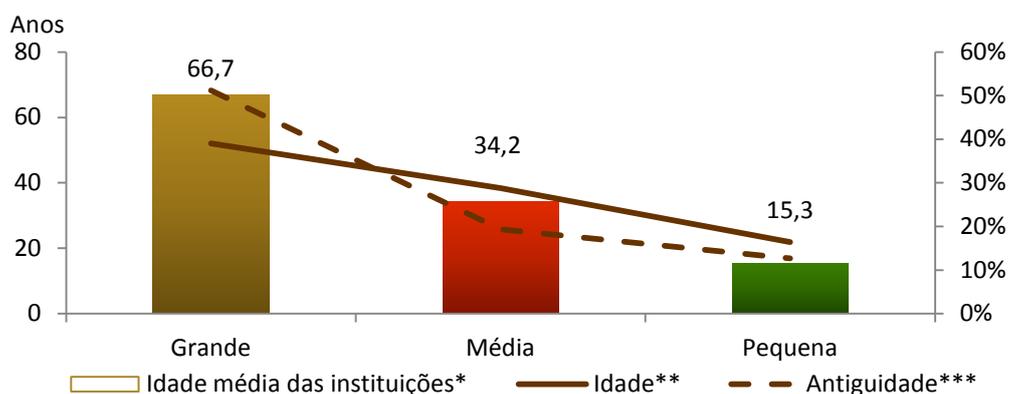
Paralelamente, verificou-se uma redução significativa na percentagem de colaboradores com antiguidade inferior a um ano, que passou de 7% em 2008 para 2% em 2011. Em contrapartida, a representatividade dos empregados que trabalham no sector há mais de 10 anos aumentou

fortemente no período, cerca de 6,9 pontos percentuais, situando-se nos 62,6% em finais de 2011. Contudo, é de salientar que devido ao elevado número de reformas ocorridas no último ano, a representatividade dos colaboradores com mais de 15 anos de experiência no sector diminuiu, levando a um ligeiro decréscimo da antiguidade média do quadro de pessoal em 2011, que contrariou a tendência de aumento verificada até então. No entanto, devido à sua fraca expressão, este decréscimo no último ano não teve um impacto relevante na evolução temporal do tempo de serviço médio dos colaboradores do sector, que aumentou entre 2008 e 2011.

No conjunto, o contexto indicia um envelhecimento progressivo da população bancária, em parte fruto da diminuição do recrutamento a que se tem assistido nos últimos anos e que registou uma taxa de variação de -8,6%<sup>49</sup> em 2011. Adicionalmente, o facto de se ter verificado uma redução consecutiva do número de colaboradores contratados a prazo, tipicamente os mais jovens, terá também contribuído para esta tendência. É de notar que o número de colaboradores contratados a prazo apresentou uma taxa de variação média anual de -29,1% no triénio, representando apenas 3% da totalidade do quadro de pessoal das instituições financeiras associadas no final do último ano.

O aumento da idade média do quadro de pessoal foi comum a todas as instituições financeiras associadas, independentemente da sua dimensão ou origem/forma de representação legal. No entanto, como seria expectável, e à semelhança do cenário verificado em 2010, no último ano a relação entre a idade média das instituições por classe de dimensão e a idade dos seus colaboradores apresentou um padrão positivo, com as duas variáveis a aumentar concomitantemente. Este comportamento foi também visível na relação com o número de anos de antiguidade dos colaboradores (ver Gráfico 16).

**Gráfico 16: Comparação da idade média das instituições financeiras associadas com a idade e antiguidade dos seus colaboradores, por dimensão, a 31 de Dezembro de 2011**



Fonte: IFs, BdP, APB.

Nota: \*Média ponderada da idade das instituições financeiras associadas pelo número de empregados afectos à actividade doméstica em cada categoria de dimensão (escala da esquerda).

\*\*Idade – medida pela % de colaboradores com 45 anos ou mais (escala da direita).

\*\*\*Antiguidade – medida pela % de colaboradores que trabalham há mais de 15 anos no sector (escala da direita).

<sup>49</sup> A amostra dos dados relativos a contratações encontra-se ajustada a 28 instituições financeiras associadas, tendo sido excluídos o Banco BIC, BIG, Besi, Itaú e BNP SS por motivo de falta de dados.

Não obstante o envelhecimento da população bancária verificado entre 2008 e 2011, o seu nível de habilitações literárias tem vindo a aumentar. Neste período, tanto a percentagem de colaboradores que detinham o ensino básico como daqueles que detinham o ensino secundário diminuiu, a favor da representatividade dos empregados com habilitações a nível do ensino superior. Para esta evolução certamente que contribuiu o aumento do peso das funções específicas (que exigem um maior grau de aptidões) no quadro de pessoal das instituições financeiras associadas. Como resultado, no último ano, os colaboradores com formação superior representaram mais de metade (51,7%) da população bancária das instituições financeiras associadas (ver Tabela 15, pág. 50).

Finalmente, destaca-se que, em 2011, os recursos humanos das instituições financeiras associadas se encontravam maioritariamente em regime de horário integral (94,4%) (ver Tabela 14). Este comportamento segue uma tendência de fraca utilização dos restantes regimes, que não se tem vindo a alterar ao longo dos últimos anos.

**Tabela 14: Distribuição dos recursos humanos, por género, pelos regimes de horários adoptados na actividade doméstica, a 31 de Dezembro de 2011**

	Homens	Mulheres	Total
Tempo integral	28.436	23.959	52.395
Horário parcial	22	357	379
Horário diferenciado	1.149	1.349	2.498
Trabalho por turnos	100	113	213
<b>Total</b>	<b>29.707</b>	<b>25.778</b>	<b>55.485</b>

Fonte: IFs.

Em suma, o ano de 2011 ficou marcado pela redução do quadro de pessoal afecto à actividade doméstica das instituições financeiras associadas, em linha com a contracção do negócio bancário em território nacional. Esta contracção fez-se sentir especialmente no número de empregados com funções administrativas, e nos envolvidos na actividade comercial, como resultado da diminuição da rede de balcões. Este contexto contribuiu para acentuar a tendência de especialização dos recursos humanos bancários que se verificava desde 2008.

A referida reestruturação da população bancária em 2011 fez-se sobretudo por via da antecipação da entrada em reforma e do término de contratos a prazo, o que conduziu a um aumento da idade média da população bancária e a uma ligeira inversão da tendência de aumento da antiguidade dos funcionários do sector.

Por último, a tendência de redução consecutiva da percentagem de homens na totalidade dos empregados do sector bancário manteve-se no último ano, o que resultou num maior equilíbrio entre géneros. Esta evolução resultou essencialmente do maior envolvimento das mulheres em cargos de maior responsabilidade, tanto por via do maior número de novas entradas como do menor número de saídas, face ao género masculino.

Tabela 15: Caracterização dos empregados afectos à actividade doméstica, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro de 2011<sup>a)</sup>

	Total	Grande	Média	Pequena	Doméstica	Filial	Sucursal
<b>Número de Empregados</b>							
Total	55.485	37.504	14.765	3.216	43.904	8.066	3.515
<b>Por Género</b>							
Homens	29.707 53,5%	19.587 52,2%	8.354 56,6%	1.766 54,9%	23.379 53,3%	4.590 56,9%	1.738 49,4%
Mulheres	25.778 46,5%	17.917 47,8%	6.411 43,4%	1.450 45,1%	20.525 46,7%	3.476 43,1%	1.777 50,6%
<b>Por Idades</b>							
Até 30 anos	5.845 10,5%	3.504 9,4%	1.691 11,4%	650 20,2%	4.283 9,8%	803 10,0%	759 21,6%
De 30 a 44 anos	30.231 54,5%	19.364 51,6%	8.828 59,8%	2.039 63,4%	23.244 52,9%	4.614 57,2%	2.373 67,5%
45 anos ou mais	19.409 35,0%	14.636 39,0%	4.246 28,8%	527 16,4%	16.377 37,3%	2.649 32,8%	383 10,9%
<b>Por Antiguidade</b>							
Até 1 ano	1.117 2,0%	586 1,6%	257 1,7%	274 8,5%	747 1,7%	169 2,1%	201 5,7%
de 1 a 5 anos	11.740 21,2%	5.635 15,0%	4.539 30,8%	1.566 48,7%	7.578 17,3%	1.594 19,8%	2.568 73,0%
de 6 a 10 anos	8.254 14,9%	5.069 13,5%	2.695 18,3%	490 15,3%	6.353 14,5%	1.593 19,7%	308 8,8%
de 11 a 15 anos	11.902 21,4%	7.008 18,7%	4.417 29,9%	477 14,8%	10.197 23,2%	1.576 19,5%	129 3,7%
mais de 15 anos	22.472 40,5%	19.206 51,2%	2.857 19,3%	409 12,7%	19.029 43,3%	3.134 38,9%	309 8,8%
<b>Por Vínculo Contratual</b>							
Efectivos	53.856 97,1%	36.723 97,9%	14.166 95,9%	2.967 92,3%	42.795 97,5%	7.880 97,7%	3.181 90,5%
Contratados a prazo	1.629 2,9%	781 2,1%	599 4,1%	249 7,7%	1.109 2,5%	186 2,3%	334 9,5%
<b>Por Habilitações Literárias</b>							
Ensino básico	4.394 7,9%	3.311 8,8%	1.004 6,8%	79 2,5%	4.104 9,4%	280 3,5%	10 0,3%
Ensino secundário	22.393 40,4%	15.107 40,3%	6.349 43,0%	937 29,1%	17.611 40,1%	3.945 48,9%	837 23,8%
Ensino superior	28.698 51,7%	19.086 50,9%	7.412 50,2%	2.200 68,4%	22.189 50,5%	3.841 47,6%	2.668 75,9%
<b>Por Funções</b>							
Chefias	13.933 25,1%	9.069 24,2%	3.983 27,0%	881 27,4%	10.748 24,5%	2.087 25,9%	1.098 31,2%
Específicas	21.881 39,4%	14.266 38,0%	5.930 40,2%	1.685 52,4%	15.567 35,5%	4.248 52,7%	2.066 58,8%
Administrativas	18.853 34,0%	13.721 36,6%	4.542 30,7%	590 18,3%	16.791 38,2%	1.712 21,2%	350 10,0%
Auxiliares	818 1,5%	448 1,2%	310 2,1%	60 1,9%	798 1,8%	19 0,2%	1 0,0%
<b>Por Actividade</b>							
Comercial	36.178 65,2%	25.119 67,0%	9.978 67,6%	1.081 33,6%	29.680 67,6%	5.112 63,4%	1.386 39,4%
Outra	19.307 34,8%	12.385 33,0%	4.787 32,4%	2.135 66,4%	14.224 32,4%	2.954 36,6%	2.129 60,6%

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Dados da amostra de 33 instituições financeiras associadas.

Tabela 16: Evolução do número de empregados afectos à actividade doméstica, a 31 de Dezembro (2008-2011)<sup>a)</sup>

	2008		2009		2010		2011	
<b>Número de Empregados</b>								
Total	56.460		56.427		56.385		54.911	
<b>Por Género</b>								
Homens	30.952	54,8%	30.645	54,3%	30.407	53,9%	29.449	53,6%
Mulheres	25.508	45,2%	25.782	45,7%	25.978	46,1%	25.462	46,4%
<b>Por Idades</b>								
Até 30 anos	8.500	15,1%	7.417	13,1%	7.070	12,5%	5.615	10,2%
De 30 a 44 anos	30.728	54,4%	30.815	54,6%	30.642	54,4%	29.906	54,5%
45 anos ou mais	17.232	30,5%	18.195	32,3%	18.673	33,1%	19.390	35,3%
<b>Por Antiguidade</b>								
Até 1 ano	3.962	7,0%	2.693	4,8%	2.199	3,9%	1.070	2,0%
de 1 a 5 anos	10.072	17,9%	11.030	19,5%	11.423	20,2%	11.223	20,4%
de 6 a 10 anos	10.968	19,4%	9.511	16,9%	7.852	13,9%	8.251	15,0%
de 11 a 15 anos	8.764	15,5%	10.188	18,0%	10.916	19,4%	11.896	21,7%
mais de 15 anos	22.694	40,2%	23.005	40,8%	23.995	42,6%	22.471	40,9%
<b>Por Vínculo Contratual</b>								
Efectivos	51.853	91,8%	52.950	93,8%	53.776	95,4%	53.286	97,0%
Contratados a prazo	4.607	8,2%	3.477	6,2%	2.609	4,6%	1.625	3,0%
<b>Por Habilitações Literárias</b>								
Ensino básico	5.621	10,0%	5.180	9,2%	4.842	8,6%	4.394	8,0%
Ensino secundário	24.413	43,2%	23.702	42,0%	23.177	41,1%	22.323	40,7%
Ensino superior	26.426	46,8%	27.545	48,8%	28.366	50,3%	28.194	51,3%
<b>Por Funções</b>								
Chefias	14.124	25,0%	14.012	24,8%	13.833	24,5%	13.855	25,2%
Específicas	20.107	35,6%	21.497	38,2%	21.508	38,2%	21.418	39,0%
Administrativas	21.372	37,9%	20.118	35,7%	20.305	36,0%	18.820	34,3%
Auxiliares	857	1,5%	800	1,3%	739	1,3%	818	1,5%
<b>Por Actividade</b>								
Comercial	36.771	65,1%	37.488	66,4%	37.055	65,7%	36.137	65,8%
Outra	19.689	34,9%	18.939	33,6%	19.330	34,3%	18.774	34,2%

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Os valores de 2011 não coincidem com os da Tabela 15, pág. 50, pelo facto da evolução temporal a nível de recursos humanos ter obrigado ao ajuste da amostra para 31 instituições financeiras associadas.

## V.2. Actividade de formação

Em 2011, a actividade de formação proporcionada aos colaboradores não ficou imune à política de contenção de custos aplicada genericamente pelas instituições financeiras associadas. O número de colaboradores abrangidos por acções de formação situou-se nos 50.423,<sup>50</sup> reflectindo uma diminuição de 4% face a 2010, o que praticamente anulou os ganhos alcançados nos dois anos anteriores. Esta evolução resultou numa modesta taxa de crescimento média anual no período de apenas 0,1% (ver Tabela 17).

Uma vez que a contracção do número de formandos foi superior à verificada no número total de empregados afectos à actividade doméstica, a taxa de participação em acções de formação<sup>51</sup> sofreu uma quebra de 1,4 pontos percentuais. Este comportamento veio assim travar a tendência de crescente envolvimento do quadro de pessoal em actividades formativas que se verificava desde 2008 (ver Tabela 17).

**Tabela 17: Evolução da formação nas instituições financeiras associadas (2008 – 2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Número de Formandos</b>					
Total	50.378	51.214	52.539	50.423	-
Em % do número de colaboradores afectos à actividade doméstica	89,9%	91,5%	93,8%	92,4%	-
Taxa de crescimento anual		1,7%	2,6%	-4,0%	0,1%
<b>Número de Participantes em Acções de Formação</b>					
Total	368.529	427.777	490.722	378.366	-
Taxa de crescimento anual		16,1%	14,7%	-22,9%	2,6%
<b>Horas de Formação Realizadas</b>					
Total	2.150.487	2.344.494	2.215.077	1.838.139	-
Taxa de crescimento anual		9,0%	-5,5%	-17,0%	-4,5%
<b>Duração Média das Acções de Formação</b>					
Média (horas)	11	14	15	10	-
<b>Número de Acções de Formação Realizadas</b>					
Total	14.499	11.694	13.356	12.016	-
Taxa de crescimento anual		-19,3%	14,2%	-10,0%	-5,0%

Fonte: IFs, APB.

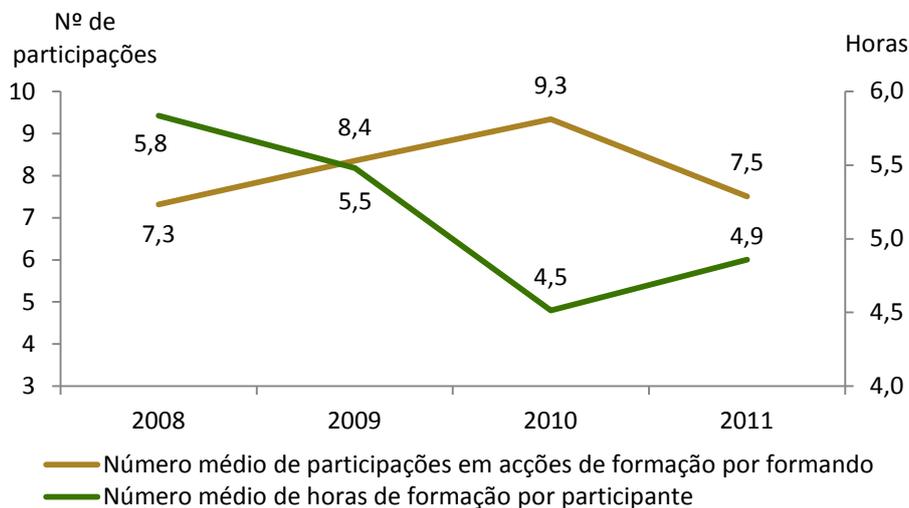
<sup>50</sup> Por motivo de falta de dados, todos os indicadores relativos à evolução da formação dos recursos humanos referem-se apenas a 26 das 33 instituições financeiras que fazem parte da amostra que serve de base ao presente Boletim Informativo. As instituições excluídas da análise foram: Banco BIC, BAC, Invest, Banco do Brasil, BNP, BNP SS e BNP WM.

<sup>51</sup> A taxa de participação é apurada através da divisão do número de colaboradores que atendeu acções de formação pelo número total de empregados afectos à actividade doméstica.

O número de participantes em acções de formação diminuiu no último ano, apresentando uma redução de 22,9% (ver Tabela 17, pág.52). Consequentemente, o número médio de participações em acções de formação por formando caiu (de 9,3 para 7,5) regredindo para níveis próximos dos de 2008 (ver Gráfico 17).

Simultaneamente, observou-se também uma contracção, embora menos significativa, do volume de formação<sup>52</sup> (-17%). Daí que o número médio de horas de formação realizadas por participante tenha aumentado, em 2011, de 4,5 para 4,9. Este comportamento aponta para uma permanência mais longa em formação por parte de cada participante. Este facto acompanhado da diminuição observada na duração média das acções de formação, evidencia ainda uma convergência, no ano, no sentido de uma maior homogeneidade na duração das acções de formação realizadas, com uma redução mais expressiva nas de longa duração e um maior enfoque nas de média duração.

**Gráfico 17: Comparação do número médio de participações em acções de formação por formando com o número médio de horas de formação realizadas por participante (2008 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

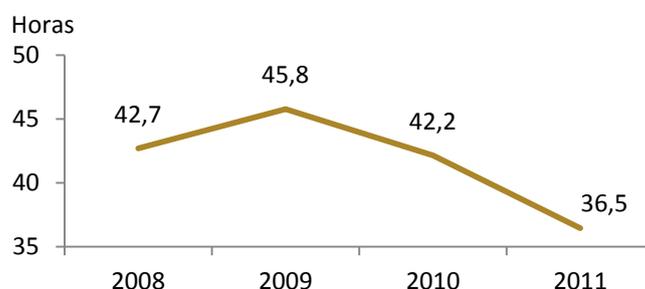
Do cenário descrito resulta que o número médio de horas de formação por formando, obtido através do produto dos dois indicadores representados no Gráfico 17, diminuiu em 2011, seguindo aliás a tendência observada já no ano anterior (ver Gráfico 18, pág. 54). No entanto, enquanto em 2010 a redução do rácio ocorreu por via da contracção do número médio de horas de formação por participante, em 2011, o efeito do decréscimo do número médio de participações em acções de formação por formando prevaleceu sobre o anterior.

Este último efeito contribuiu também para uma redução do número médio de participantes em cada acção de formação, que passou de 37 em 2010, para 31 em 2011. Na origem desta evolução poderá estar a menor disponibilidade de tempo por parte dos empregados do sector para frequentarem, em 2011, actividades de formação, por força do volume adicional de trabalho, que resultou do difícil contexto económico e financeiro vivido no ano, e das novas exigências de

<sup>52</sup> O conceito volume de formação equivale ao número total de horas de formação realizadas.

*compliance* com uma série de novas normas regulamentares que vieram a ser impostas ao sector bancário português, tanto por via nacional como internacional.

**Gráfico 18: Evolução do número médio de horas de formação por formando (2008 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

Quanto à tipologia das acções de formação proporcionadas aos colaboradores das instituições financeiras associadas, verifica-se que a já referida redução das mesmas afectou tanto o número de acções internas como externas. Ainda assim, este efeito foi mais acentuado no caso destas últimas, o que conduziu a uma intensificação do peso das acções de formação internas, as quais já demonstravam representar aliás a grande maioria em anos anteriores (ver Tabela 18).

É de destacar contudo, que apesar deste comportamento, o número de participantes nas acções de formação externas registou um decréscimo menos acentuado do que nas acções internas (-17,6% vs. -23,2%). Este contexto resultou numa diminuição do número médio de participantes por acção de formação interna que passou de 42,7 em 2010 para 36,3 em 2011 (-15%), enquanto no caso das externas, o mesmo indicador apresentou uma variação no mesmo sentido mas de apenas 5,8%, passando de 10,3 para 9,7 (ver Tabela 18).

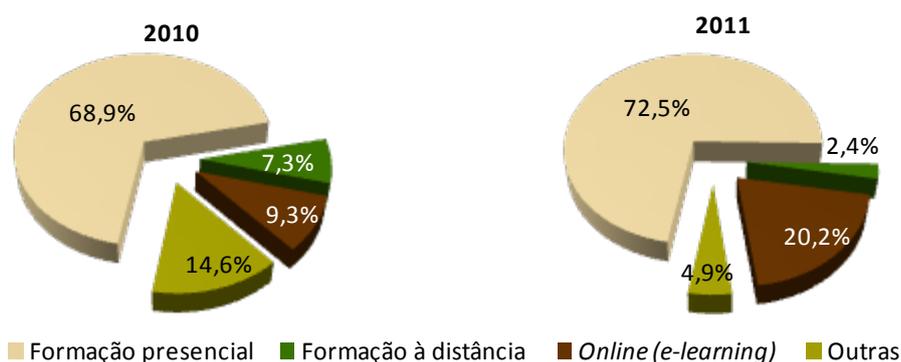
**Tabela 18: Evolução da tipologia de participações, acções de formação e respectivas metodologias (2008 – 2011)**

	2008		2009		2010		2011		Média
<b>Participações em Acções de Formação Realizadas</b>									
Internas	351.952	95,5%	405.615	94,8%	465.259	94,8%	357.390	94,5%	94,9%
Externas	16.577	4,5%	22.162	5,2%	25.463	5,2%	20.976	5,5%	5,1%
<b>Tipo de Acções de Formação Realizadas</b>									
Internas	11.612	80,1%	9.342	79,9%	10.892	81,6%	9.846	81,9%	80,9%
Externas	2.887	19,9%	2.352	20,1%	2.464	18,4%	2.170	18,1%	19,1%
<b>Metodologias das Acções de Formação</b>									
Formação presencial	76,8%		65,7%		68,9%		72,5%		71,0%
Formação à distância	3,5%		5,3%		7,3%		2,4%		4,6%
Formação <i>online</i> ( <i>e-learning</i> )	12,0%		22,1%		9,2%		20,2%		15,9%
Outras	7,7%		6,9%		14,6%		4,9%		8,5%

Fonte: IFs, APB.

Relativamente às metodologias utilizadas para a realização das acções de formação, verificou-se que, em 2011, o regime presencial manteve um lugar de destaque face aos restantes, tendo inclusivamente aumentado a sua representatividade relativamente a 2010 (ver Tabela 18, pág. 54). No entanto, a principal variação a destacar ocorreu ao nível da formação *online*, cujo peso no total aumentou muito significativamente para 20,2%, em detrimento tanto da formação à distância como de outras metodologias (ver Tabela 18, pág. 54 e Gráfico 19).

**Gráfico 19: Comparação entre as metodologias envolvidas nas acções de formação (2010 vs. 2011)**



Fonte: IFs, APB.

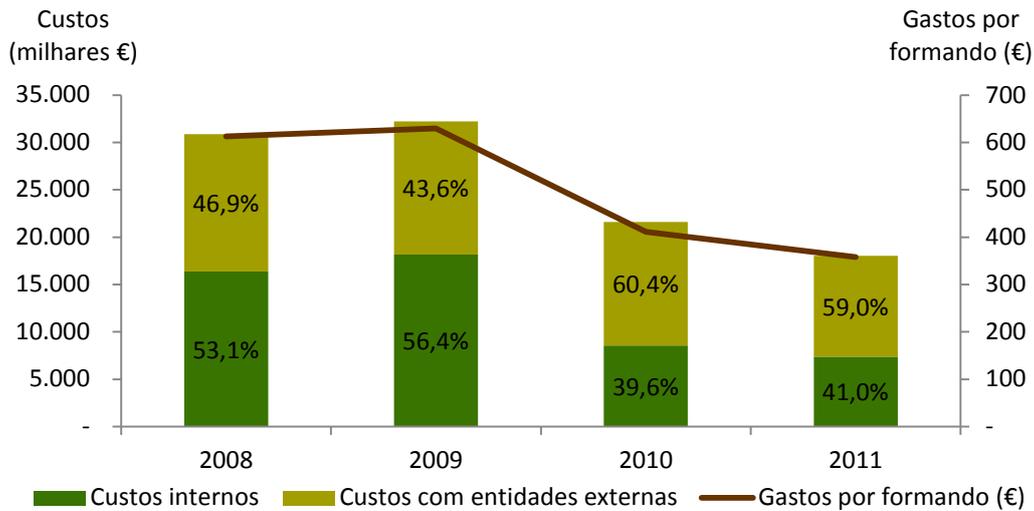
Em 2011, os gastos das instituições financeiras associadas com actividades de formação atingiram os 18,04 milhões de euros,<sup>53</sup> o que representa 0,9% do total de gastos gerais administrativos. Este montante reflecte uma variação de -16,5% face a 2010, confirmando a tendência de contenção de custos já iniciada nesse ano (ver Tabela 19, pág. 57).

A referida contenção de custos em 2011 proveio tanto dos gastos com entidades externas como dos gastos internos. No entanto, foi mais visível nos primeiros, os quais sofreram um corte de 18,4% que compara com 13,8% no caso dos últimos. Para este cenário pesou o facto de ter aumentado significativamente a utilização de metodologias *online* para a condução das acções de formação que, tipicamente, envolvem encargos inferiores face às restantes. Pesou também o facto de existirem custos internos fixos, que dificilmente se conseguem reduzir por via da diminuição da actividade de formação.

Ainda assim, a maioria do investimento com formação correspondeu a despesas com entidades externas (59%), como aliás já se tinha verificado em 2010 (ver Gráfico 20, pág. 56). Este cenário revela que as instituições financeiras associadas mantiveram a opção de subcontratar serviços e/ou produtos relacionados com actividades de formação a entidades especializadas na matéria, em detrimento de desenvolver os mesmos *inhouse*.

<sup>53</sup> O valor total dos gastos com actividades de formação (Tabela 19, pág. 57) não é comparável com o apresentado no Boletim Informativo nº 46 (2010). Na presente análise englobam-se custos internos indirectos que são imputáveis à actividade de formação (designadamente custos de estrutura que lhe estejam afectos) e que não foram tomados em conta na publicação anterior.

**Gráfico 20: Evolução dos gastos com actividades de formação (totais e por formando)**



Fonte: IFs, APB.

Ainda que em 2011 se tenha verificado uma contracção de alguns indicadores da actividade de formação das instituições financeiras associadas, como sejam o número de acções de formação (-10%) e o número de formandos (-4%), o corte nos respectivos custos foi superior (-16,5%). Consequentemente, a tendência decrescente do custo médio por acção de formação e por formando manteve-se no último ano, apesar dos ganhos de eficiência alcançados terem sido menores. De facto, o custo médio por acção de formação diminuiu 7,2% no ano, quando, em 2010, tinha alcançado uma redução de 41,3%. De forma menos notória, a taxa de variação do custo médio por formando situou-se nos -13% face aos -34,6% conseguidos no ano anterior (ver Tabela 19, pág. 57).

Contudo, em 2011 assistiu-se a uma perda de eficiência a nível do custo por participante, que aumentou 8,2%. Se este tinha sido o indicador com maiores ganhos de eficiência em 2009 e 2010, no ano transacto esta tendência inverteu-se, fruto da diminuição do número de participantes que se sobrepôs ao corte de custos aplicado (-22,9% vs. -16,5%). O comportamento deste indicador foi impulsionado pela diminuição do número médio de presenças por acção de formação (de 37 em 2010 para 31 em 2011)<sup>54</sup> e traduziu-se numa perda de economias de escala.

<sup>54</sup> Por razões já apresentadas na pág. 53.

**Tabela 19: Evolução dos gastos com actividades de formação (2008 – 2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Gastos em Acções de Formação</b>					
Total (milhares €) <sup>a)</sup>	30.876	32.235	21.617	18.040	-
Custos com entidades externas	14.485	14.068	13.049	10.651	-
Custos internos <sup>b)</sup>	16.391	18.167	8.568	7.389	-
Taxa de crescimento anual <sup>c)</sup>		4,4%	-32,9%	-16,5%	-15,0%
Em % dos gastos gerais administrativos <sup>d)</sup>	1,5%	1,6%	1,0%	0,9%	1,3%
<b>Gastos por Acção de Formação</b>					
Total (€)	2.129,51	2.756,57	1.618,49	1.501,34	-
Taxa de crescimento anual		29,4%	-41,3%	-7,2%	-6,4%
<b>Gastos por Formando</b>					
Total (€)	612,88	629,42	411,44	357,77	-
Taxa de crescimento anual		2,7%	-34,6%	-13,0%	-15,0%
<b>Gastos por Participante</b>					
Total (€)	83,78	75,36	44,05	47,68	-
Taxa de crescimento anual		-10,1%	-41,5%	8,2%	-14,5%

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Os custos com entidades externas e os custos internos não estão directamente relacionados com a classificação das acções de formação por interna e externa.

<sup>b)</sup> O valor dos custos internos não é comparável com o apresentado no Boletim Informativo nº 46 (2010) pelo motivo apresentado na nota de rodapé 53, pág. 55.

<sup>c)</sup> Taxa de crescimento anual do total dos gastos em acções de formação.

<sup>d)</sup> Total dos gastos em acções de formação em percentagem do total dos gastos gerais administrativos.



## VI. Indicadores de Cobertura Bancária

### VI.1. Rede de balcões em Portugal

Após vários anos de consolidação de uma tendência de expansão, a rede de balcões das instituições financeiras associadas registou um decréscimo de 152 agências bancárias em 2011. Esta redução de cerca de 2,4% do número de balcões em Portugal anulou o crescimento verificado em 2009 e 2010, conduzindo a uma taxa de crescimento média anual desde 2008 de apenas 0,1% (ver Tabela 20).<sup>55</sup>

A necessidade de redução de custos inerentes ao funcionamento das agências bancárias aliada a uma sobreposição das mesmas em termos geográficos, e a reestruturação da rede de balcões resultante de processos de fusão ocorridos entre instituições financeiras associadas foram as principais causas que justificaram esta evolução.

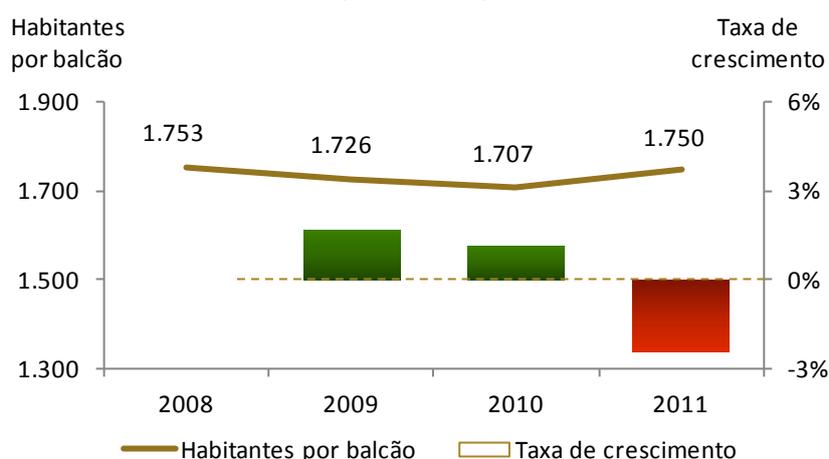
**Tabela 20: Evolução do número de balcões em Portugal, a 31 de Dezembro (2008 - 2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Número de Balcões em Portugal</b>					
Total	6.062	6.162	6.232	6.080	-
Taxa de crescimento anual	-	1,6%	1,1%	-2,4%	0,1%

Fonte: IFs, APB.

Como consequência da contracção da rede de agências bancárias das instituições financeiras associadas, o número de habitantes por balcão aumentou. Em 2011, no território nacional, este indicador registou uma taxa de crescimento de 2,5% face a 2010, situando-se nos 1.750 habitantes por balcão<sup>56</sup> (ver Gráfico 21).

**Gráfico 21: Evolução do número de habitantes por balcão vs. taxa de crescimento do número de balcões (2008 – 2011)**



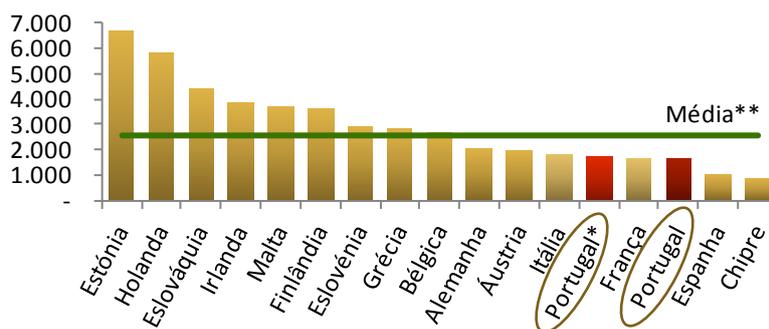
Fonte: IFs, APB.

<sup>55</sup> A amostra utilizada para efeitos da análise evolutiva (2008 - 2011) encontra-se ajustada a 31 instituições financeiras pela exclusão do BNP SS e do Banco BIC pelas razões já apontadas na nota de rodapé 36, pág. 32.

<sup>56</sup> Uma vez que, à data actual, não se encontram ainda disponíveis no INE os dados referentes à população residente em Portugal para o ano de 2011, os valores de 2010 foram utilizados como aproximação.

Ainda assim, no final de 2011, as instituições financeiras associadas encontravam-se bem posicionadas face aos seus pares da área do euro, uma vez que registaram um dos valores mais baixos do indicador número de habitantes por balcão. À semelhança do que já se tinha verificado em 2010, Portugal é um dos países cuja rede de agências bancárias é mais extensa, proporcionalmente à população que serve (ver Gráfico 22).

**Gráfico 22: Número de habitantes por balcão na área do euro**



Fonte: IFs, Eurostat, BCE, APB.

Nota: \* Inclui apenas os balcões das instituições financeiras associadas.

\*\* Média ponderada do número de habitantes por balcão pela população de cada país.

Uma vez que à data de execução do presente Boletim os dados do número de balcões no final de 2011 dos países da área do euro ainda não se encontravam disponíveis, foram utilizados os valores de 2010 como aproximação (excepto para o caso do número de balcões das instituições financeiras associadas da APB).

Uma análise mais detalhada revela, entretanto, que todas as instituições de grande dimensão reduziram o seu número de balcões, enquanto apenas 25% das de pequena dimensão seguiu este comportamento. Por outro lado, verificou-se que todas as instituições financeiras que aumentaram a sua rede de balcões foram de pequena dimensão e maioritariamente domésticas. Todavia, a tendência dominante (50%) entre as instituições domésticas foi de redução da sua rede de balcões (ver Quadro 3).

**Quadro 3: Sentido de variação das redes de balcões das instituições financeiras associadas, por dimensão e origem/forma de representação legal (2010 – 2011)**

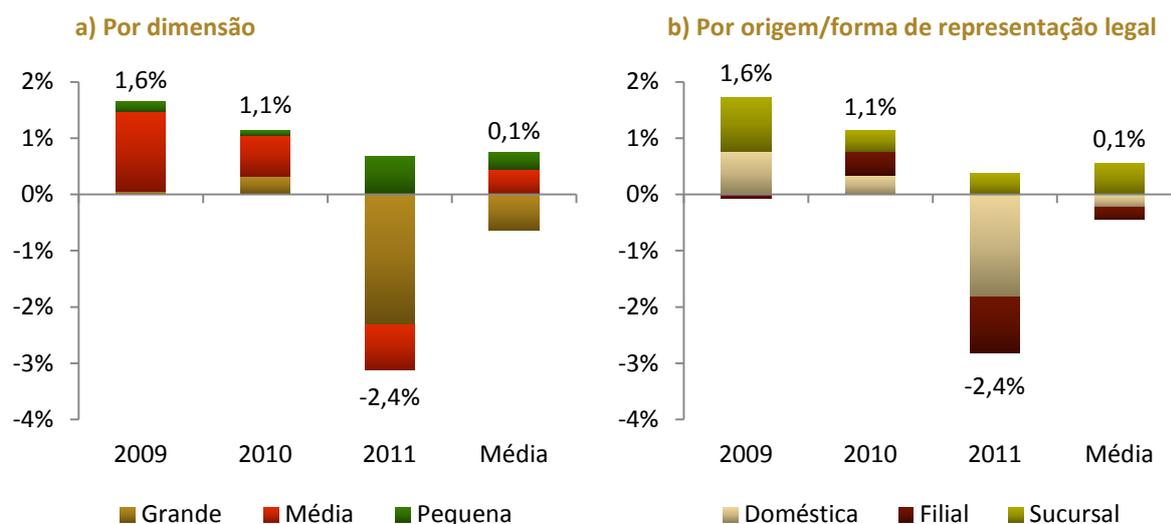
	<b>Aumento</b> ↑	<b>Manutenção</b> =	<b>Diminuição</b> ↓
<b>Grande</b>	0	0	5
<b>Média</b>	0	2	5
<b>Pequena</b>	6	9	5
<b>Doméstica</b>	5	5	10
<b>Filial</b>	0	3	2
<b>Sucursal</b>	1	3	3

Fonte: IFs, APB.

Nota: O quadro indica, para a amostra de 33 instituições financeiras, o número destas que, em cada segmento, aumentaram, mantiveram e diminuíram a sua rede de balcões. A soma das parcelas dá 32 uma vez que o Montepio e o Finibanco foram analisados em conjunto.

Não é pois de surpreender que, sendo as instituições de grande dimensão aquelas que tradicionalmente têm a rede de balcões mais extensa (ver Gráfico 26 a), pág. 64), tenha sido neste segmento que se verificou a redução mais significativa do número de agências bancárias, tanto em termos absolutos como percentuais. Assim, foi este grupo de instituições que mais impulsionou a variação negativa do número total de balcões em Portugal em 2011 com uma contribuição de -2,3% (ver Gráfico 23a) e Tabela 21, pág. 62).

**Gráfico 23: Contribuição para a taxa de variação do número de balcões em Portugal, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro (2009 - 2011)**



Fonte: IFs, APB.

Importa salientar ainda que, no final de 2011, foi exclusivamente a rede de balcões das instituições financeiras de grande dimensão que ficou reduzida a valores algo abaixo dos do ano de 2008, uma vez que as redes das de média e pequena dimensão alcançaram taxas de crescimento médias anuais no período positivas, de 1,3% e 14,1% respectivamente. Mais ainda, as instituições de pequena dimensão destacaram-se por serem as únicas a registar uma taxa de crescimento líquida positiva da sua rede de balcões em 2011, bastante elevada aliás (29,8%), revelando um comportamento contra cíclico (ver Tabela 21, pág. 62). Esta evolução reflecte o investimento que tem vindo a ser efectuado por estas instituições com vista essencialmente a estender a sua actividade de retalho, através da captação de mercados que foram alvo de desinvestimento por parte das instituições de grande e média dimensão, oferecendo produtos e serviços inovadores que proporcionam algum tipo de diferenciação.

**Tabela 21: Evolução do número de balcões em Portugal, por dimensão, a 31 de Dezembro (2008 – 2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Grande Dimensão</b>					
Total	3.902	3.906	3.926	3.782	-
Taxa de crescimento anual	-	0,0%	0,5%	-3,7%	-1,0%
Contribuição para a taxa de crescimento do número de balcões	-	0,1%	0,3%	-2,3%	-0,6%
<b>Média Dimensão</b>					
Total	2.035	2.120	2.165	2.115	-
Taxa de crescimento anual	-	4,2%	2,1%	-2,3%	1,3%
Contribuição para a taxa de crescimento do número de balcões	-	1,4%	0,7%	-0,8%	0,4%
<b>Pequena Dimensão</b>					
Total	125	136	141	183	-
Taxa de crescimento anual	-	8,8%	3,7%	29,8%	14,1%
Contribuição para a taxa de crescimento do número de balcões	-	0,2%	0,1%	0,7%	0,3%

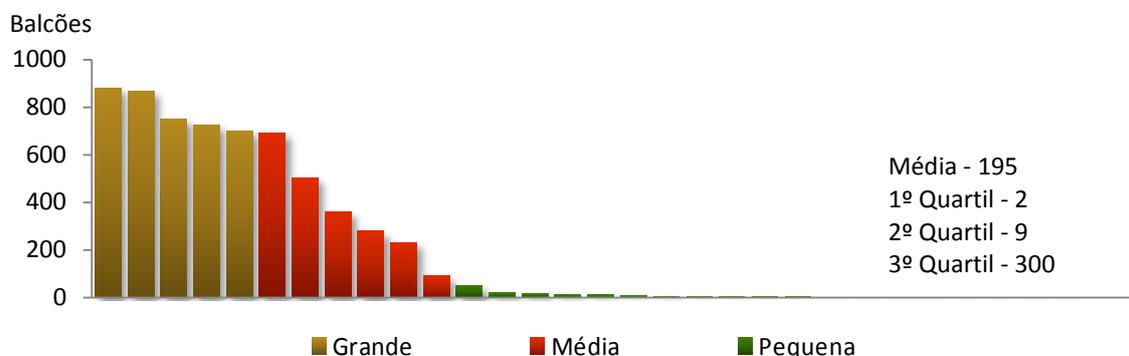
Fonte: IFs, APB.

Como resultado, no último ano, as instituições financeiras de grande dimensão viram a representatividade da sua rede de balcões diminuir cerca de 0,8 pontos percentuais, seguindo a tendência já verificada em anos anteriores. No entanto, enquanto no passado esta diminuição jogou essencialmente a favor das instituições de média dimensão, em 2011, as instituições de pequena dimensão foram aquelas que mais ganharam em peso relativo (ver Gráfico 26 a), pág. 64).

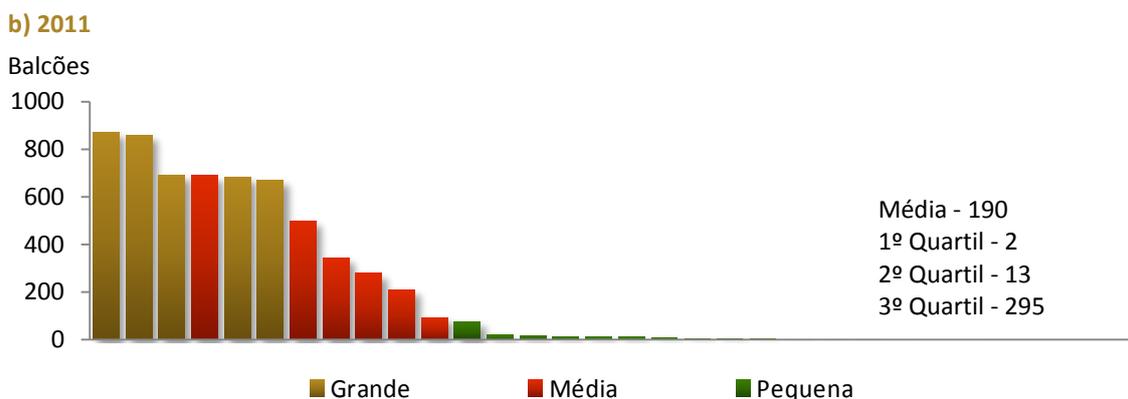
A evolução em sentido oposto das redes de balcões das instituições financeiras de grande e pequena dimensão, em 2011, contribuiu para uma maior homogeneidade entre o número de agências bancárias de cada uma das instituições financeiras associadas (ver Gráfico 24).

**Gráfico 24: Distribuição do número de balcões das 33 instituições financeiras associadas, a 31 de Dezembro (2010 – 2011)**

a) 2010



**Gráfico 24: Distribuição do número de balcões das 33 instituições financeiras associadas, a 31 de Dezembro (2010 – 2011) (cont.)**



Fonte: IFs, APB.

Este contexto traduziu-se numa diminuição da concentração do mercado e, conseqüentemente, num valor inferior do índice de *Herfindahl*,<sup>57</sup> que aliás já vinha a apresentar sucessivas reduções desde 2008 (ver Gráfico 24 e Gráfico 25).

**Gráfico 25: Índice de Herfindahl (2008 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

O grau de concentração, medido através do índice de *Herfindahl*, revela assim que o mercado é muito pouco concentrado, encontrando-se próximo do limiar abaixo do qual poderá ser descrito como um mercado competitivo (ver Gráfico 25). Estes resultados apontam para a existência de mais concorrência, entre as instituições financeiras associadas, no mercado da banca de retalho e na área comercial de captação de negócio realizada através da rede de agências, face a outro tipo de actividades bancárias, uma vez que a concentração do mercado é muito mais elevada quando analisada pelo valor dos activos (ver Gráfico 4, pág. 29).

Relativamente à segmentação das instituições financeiras associadas pela sua forma de representação legal, a diminuição do número de balcões em 2011 foi comum aos grupos das domésticas e filiais. Por oposição, as sucursais registaram uma taxa de crescimento líquida positiva

<sup>57</sup> Ver nota de rodapé 33, pág. 29.

da sua rede de agências bancárias (6,8%), fruto do alargamento da rede por parte de uma única instituição financeira, uma vez que as restantes contraíram ou mantiveram (ver Quadro 3, pág. 60). Apesar do ritmo de crescimento em 2011 ter abrandado face a anos anteriores, as sucursais foram o único segmento a apresentar um alargamento da sua rede de balcões no triénio (ver Tabela 22).

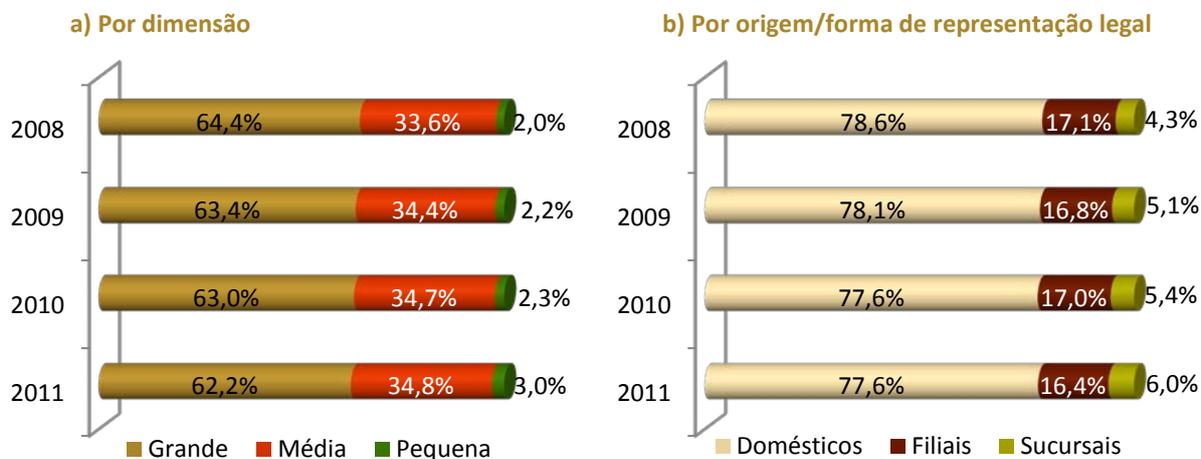
Perante este contexto, a representatividade das últimas na totalidade da rede de agências bancárias das instituições financeiras associadas tem vindo a adquirir crescente importância, tendo aumentado cerca de 1,7 pontos percentuais desde 2008 (ver Gráfico 26 b)).

**Tabela 22: Evolução do número de balcões em Portugal, por origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro (2008 – 2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Domésticas</b>					
Total	4.766	4.813	4.834	4.721	-
Taxa de crescimento anual	-	1,0%	0,4%	-2,3%	-0,3%
Contribuição para a taxa de crescimento do número de balcões	-	0,8%	0,3%	-1,8%	-0,2%
<b>Filiais</b>					
Total	1.037	1.033	1.059	997	-
Taxa de crescimento anual	-	-0,4%	2,5%	-5,9%	-1,2%
Contribuição para a taxa de crescimento do número de balcões	-	-0,1%	0,4%	-1,0%	-0,2%
<b>Sucursais</b>					
Total	259	316	339	362	-
Taxa de crescimento anual	-	22,0%	7,3%	6,8%	12,0%
Contribuição para a taxa de crescimento do número de balcões	-	0,9%	0,4%	0,4%	0,6%

Fonte: IFs, APB.

**Gráfico 26: Distribuição da representatividade das instituições financeiras associadas em termos do número de balcões em Portugal, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro(2008 - 2011)**



Fonte: IFs, APB.

Entretanto, a distribuição da rede de balcões das instituições financeiras associadas no final de 2011 não era uniforme ao longo do território nacional (ver Gráfico 27b), pág. 66). Genericamente, verificou-se uma maior concentração de agências bancárias nos distritos do litoral, com especial destaque para Lisboa e Porto que detinham uma parte muito significativa do total de agências bancárias em Portugal (39,5% em conjunto). Por oposição, os distritos do interior e das ilhas apresentavam as menores percentagens de balcões no total da rede.

Como seria expectável, o número de balcões existente num determinado distrito encontra-se muito relacionado com a sua população residente (variáveis que apresentam uma correlação muito forte de cerca de 0,98). No entanto, é também influenciado, ainda que em menor grau, pela respectiva área. Quando tomadas em conjunto, estas duas variáveis contribuem fortemente para determinar a forma como a rede de balcões das instituições financeiras associadas se encontra distribuída, conclusão confirmada pelos resultados bastante robustos do teste de significância e do coeficiente de determinação ajustado ( $R^2$  ajustado) da regressão calculada entre estas três variáveis.

Também a já referida redução do número de agências bancárias das instituições financeiras associadas em 2011 não foi homogénea entre os diversos distritos do país (ver Gráfico 27a), pág. 66). Efectivamente, verificou-se que a rede de balcões diminuiu especialmente nos distritos nos quais era mais extensa, nomeadamente nos dois maiores centros urbanos, Lisboa e Porto, que em conjunto registaram uma quebra no número de agências bancárias de cerca de 3,6%. Também Setúbal e Funchal foram fortemente afectados, apresentando uma redução de 16 (-4,1%) e de 10 (-6,6%) balcões, respectivamente. Por oposição, observou-se que esta tendência foi contrariada em três distritos, cuja rede de agências bancárias inclusive aumentou, ainda que de forma muito modesta em termos absolutos, nomeadamente Horta, Ponta Delgada e Vila Real.

Como consequência, a rede de balcões ficou distribuída de forma mais equilibrada pelo território nacional, em resultado da ligeira atenuação das diferenças existentes na percentagem de balcões em cada distrito, evidenciando-se assim uma diminuição do desvio-padrão da distribuição desta variável, que passou de 5,4%, em 2010, para 5,3%. Esta evolução reflecte o esforço efectuado para reduzir os custos resultantes da sobreposição de agências bancárias em termos geográficos, sem no entanto afectar a qualidade do serviço prestado aos clientes nem condicionar o seu acesso a este canal de atendimento.

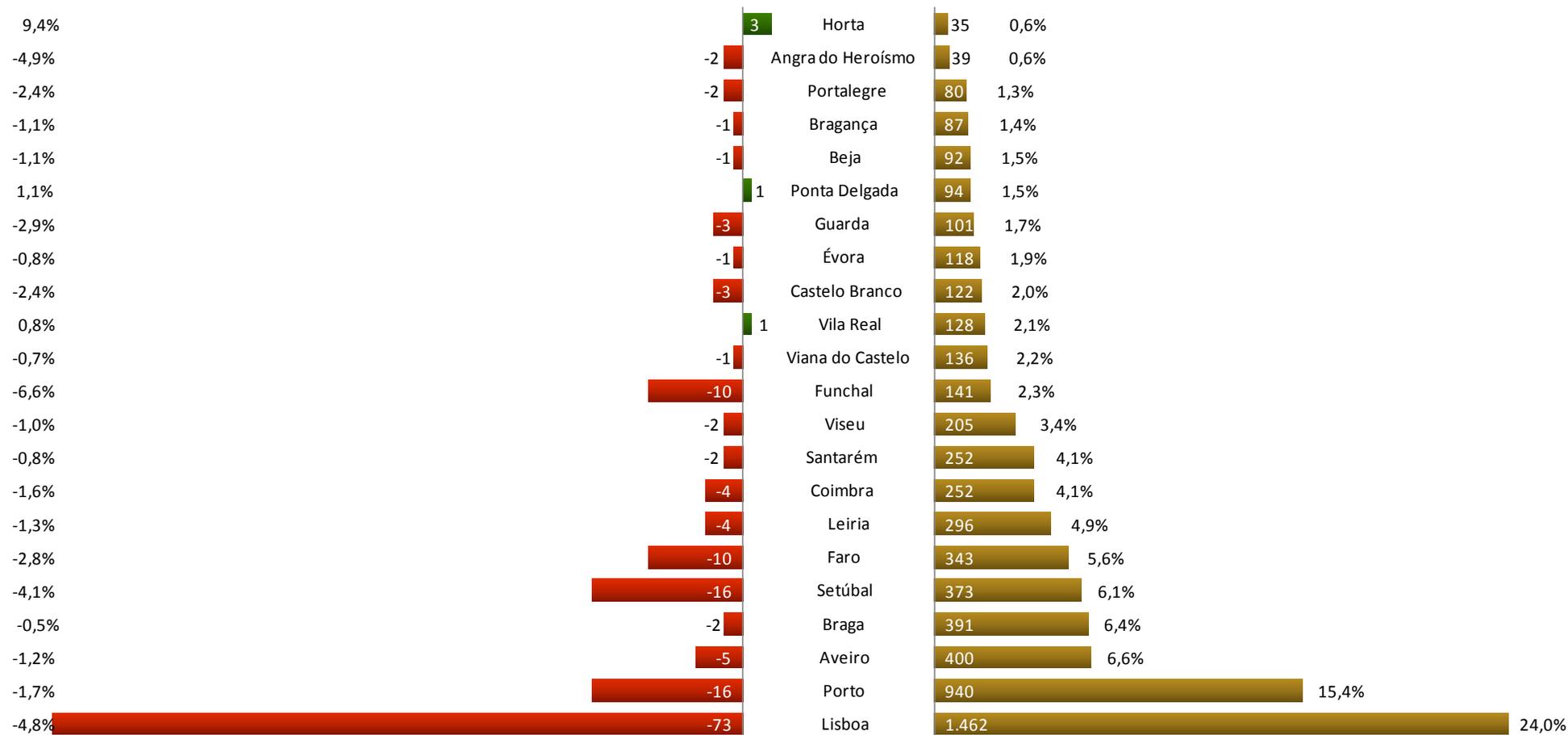
Não obstante a redução de agências bancárias, o número de habitantes por balcão, por distrito, não registou alterações significativas face aos valores de 2010. Desta forma, o distrito com o menor número de habitantes por balcão manteve-se a Horta onde este indicador aliás diminuiu de 1.106 para 1.011, em 2011. No extremo oposto, Setúbal permaneceu como o distrito com o maior número de habitantes por balcão (2.340) (ver Gráfico 28, pág. 67).

A Figura 2, pág. 67, expõe a distribuição do número de agências bancárias por distrito, bem como o número de habitantes por balcão classificado em três categorias: menos de 1.600, entre 1.600 e 1.800 e mais de 1.800, a 31 de Dezembro de 2011.

Gráfico 27: Distribuição da rede de balcões, por distrito, em 2011 e respectivas variações face a 2010

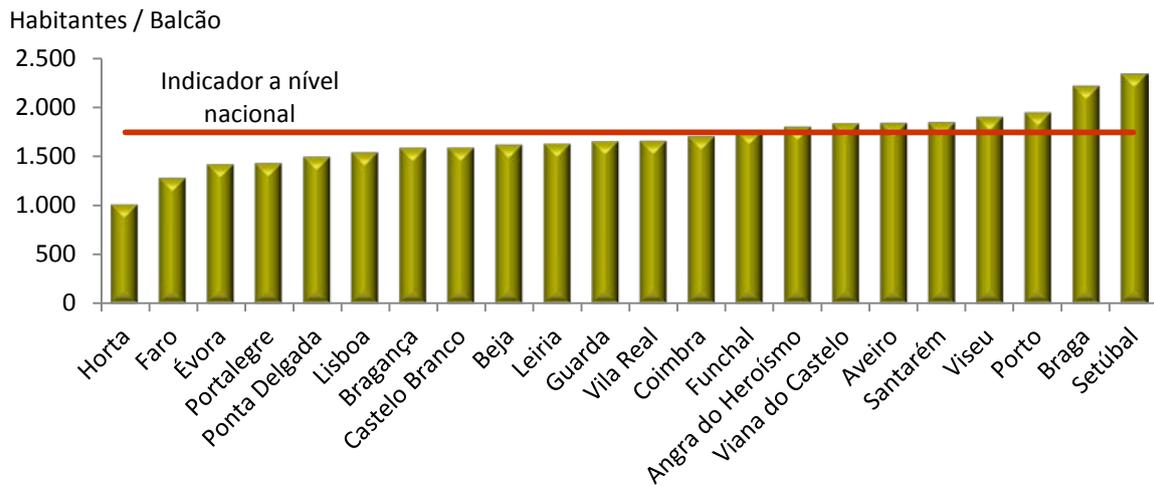
a) Variação absoluta e percentual do número de balcões face a 2010, por distrito

b) Distribuição da rede de balcões em termos absolutos e percentuais, por distrito, em 2011



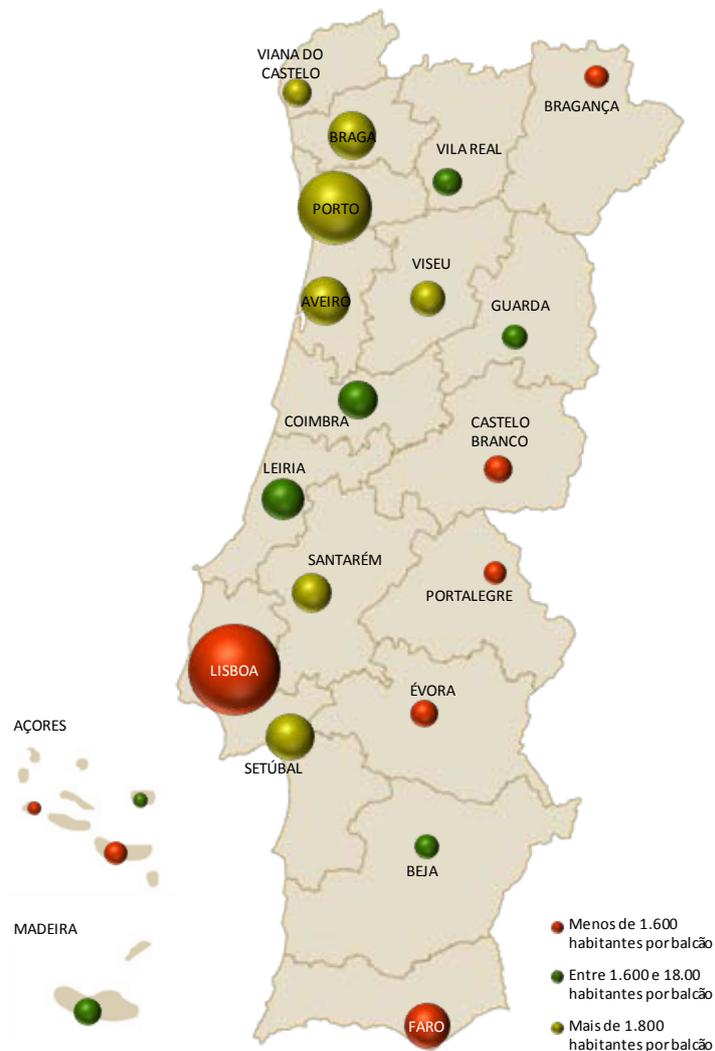
Fonte: IFs, APB.

**Gráfico 28: Número de habitantes por balcão, por distrito, a 31 de Dezembro 2011**



Fonte: IFs, APB.

**Figura 2: Distribuição dos balcões e do número de habitantes por balcão, por distrito, a 31 de Dezembro de 2011**



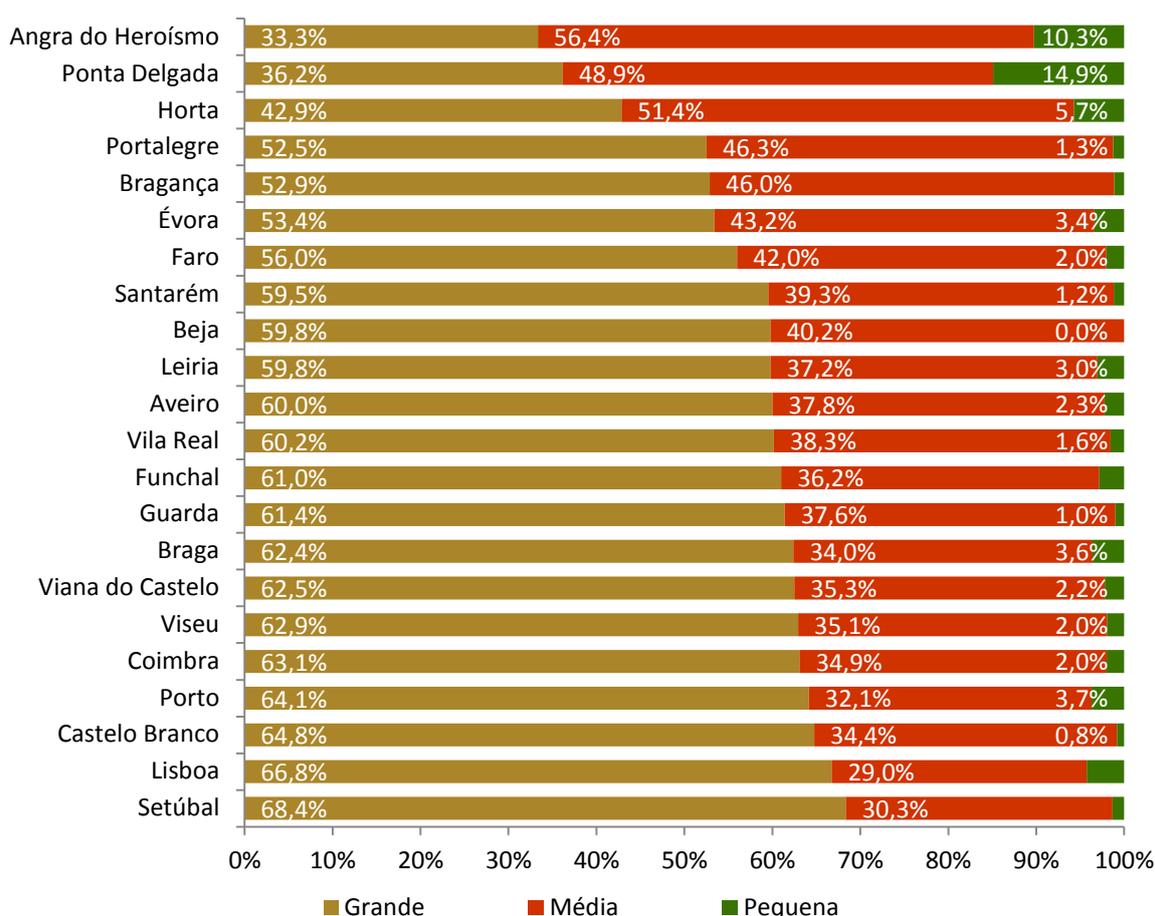
Fonte: IFs, INE, APB.

Nota: O tamanho das bolhas é indicativo do número absoluto de balcões existentes no respectivo distrito, enquanto a cor expõe o número de habitantes por balcão.

Analisando agora a cobertura geográfica da rede de agências bancárias por dimensão das instituições financeiras associadas, a predominância das de grande dimensão na maioria dos distritos de Portugal manteve-se em 2011. E continuou a ser essencialmente nos distritos com maior número de habitantes que a presença deste conjunto de instituições financeiras se destaca mais, face às restantes. Por oposição, é nos distritos menos povoados que o peso das instituições financeiras de grande dimensão tem menos relevo, designadamente Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada (ver Gráfico 29).

Nestes distritos, observou-se um domínio das instituições financeiras de média dimensão. Com efeito, no caso destas últimas verificou-se a situação inversa, uma vez que foi precisamente nos distritos com menos habitantes que as instituições financeiras de média dimensão atingiram a maior proporção de balcões. Nos distritos de Lisboa, Setúbal e Porto, em contrapartida, a representatividade deste segmento no número total de agências bancárias atingiu o seu valor mais reduzido, nomeadamente, 29%, 30,3% e 32,1%, respectivamente.

**Gráfico 29: Distribuição da % de balcões por dimensão, por distrito, a 31 de Dezembro de 2011**



Fonte: IFs, APB.

Destaca-se entretanto que as instituições de pequena dimensão aumentaram a sua representatividade em termos de balcões face a 2010, em 19 dos 22 distritos portugueses. Esta

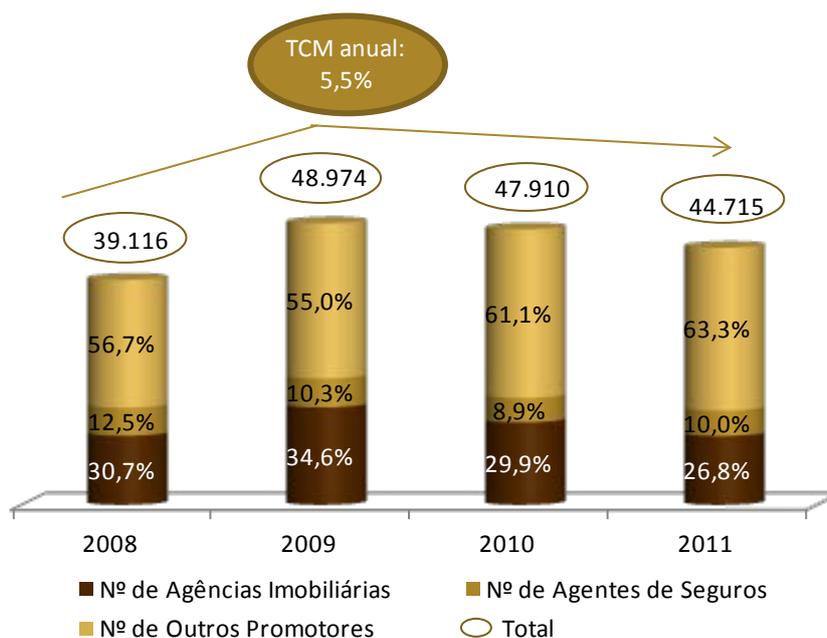
evolução resultou da conjugação de dois efeitos, por um lado o aumento líquido do número de agências bancárias em 13 distritos por parte destas instituições financeiras, e por outro lado, a concomitante diminuição da rede de balcões das de grande e média dimensão.

Mais ainda, a abertura de agências bancárias de instituições financeiras de pequena dimensão (em termos líquidos) ocorreu essencialmente nos distritos nos quais se verificou a maior contracção das redes dos restantes segmentos. As duas variáveis têm aliás uma correlação significativa de -0,84. Esta evolução está em linha com a já referida estratégia de captação dos mercados que foram alvo de desinvestimento por parte das instituições de grande e média dimensão.

A tendência de redução verificada no último ano na rede de balcões das instituições financeiras associadas foi partilhada pelo canal de distribuição dos promotores externos. Em 2011, o número de promotores externos sofreu um decréscimo de 6,7%, confirmando a tendência de redução já iniciada em 2010 (ver Gráfico 30).

Entre os promotores externos encontram-se agências imobiliárias (que facilitam a colocação de crédito à habitação), agentes de seguros, bem como outras entidades que têm uma intervenção directa na venda de vários produtos e serviços bancários, tais como contas à ordem, cartões e crédito ao consumo, entre outros. Em finais do ano, as instituições financeiras associadas contavam com 44.715 promotores externos, dos quais cerca de 26,8% eram agências imobiliárias e 10% eram agentes de seguros (ver Gráfico 30). Realça-se ainda que a redução ocorrida em 2011 foi especialmente forte no caso das agências imobiliárias (cerca de -16,5%), levando a que a representatividade desta categoria de promotores tenha diminuído 3,1 pontos percentuais face a 2010.

**Gráfico 30: Evolução do número e tipologia dos promotores externos, a 31 de Dezembro (2008 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

Tabela 23: Número de balcões por distrito, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro de 2011

	Total		Grande		Média		Pequena		Doméstica		Filial		Sucursal	
<b>Número de Balcões</b>														
Total	6.087		3.782		2.115		190		4.728		997		362	
<b>Por Distrito</b>														
Aveiro	400	6,6%	240	6,3%	151	7,1%	9	4,7%	315	6,7%	65	6,5%	20	5,5%
Beja	92	1,5%	55	1,5%	37	1,7%	-	0,0%	83	1,8%	7	0,7%	2	0,6%
Braga	391	6,4%	244	6,5%	133	6,3%	14	7,4%	305	6,5%	62	6,2%	24	6,6%
Bragança	87	1,4%	46	1,2%	40	1,9%	1	0,5%	74	1,6%	10	1,0%	3	0,8%
Castelo Branco	122	2,0%	79	2,1%	42	2,0%	1	0,5%	98	2,1%	19	1,9%	5	1,4%
Coimbra	252	4,1%	159	4,2%	88	4,2%	5	2,6%	204	4,3%	39	3,9%	9	2,5%
Évora	118	1,9%	63	1,7%	51	2,4%	4	2,1%	102	2,2%	11	1,1%	5	1,4%
Faro	343	5,6%	192	5,1%	144	6,8%	7	3,7%	260	5,5%	60	6,0%	23	6,4%
Guarda	101	1,7%	62	1,6%	38	1,8%	1	0,5%	91	1,9%	8	0,8%	2	0,6%
Leiria	296	4,9%	177	4,7%	110	5,2%	9	4,7%	239	5,1%	41	4,1%	16	4,4%
Lisboa	1.462	24,0%	976	25,8%	424	20,0%	62	32,6%	1.044	22,1%	293	29,4%	125	34,5%
Portalegre	80	1,3%	42	1,1%	37	1,7%	1	0,5%	67	1,4%	10	1,0%	3	0,8%
Porto	940	15,4%	603	15,9%	302	14,3%	35	18,4%	698	14,8%	184	18,5%	58	16,0%
Santarém	252	4,1%	150	4,0%	99	4,7%	3	1,6%	200	4,2%	37	3,7%	15	4,1%
Setúbal	373	6,1%	255	6,7%	113	5,3%	5	2,6%	288	6,1%	63	6,3%	22	6,1%
Viana do Castelo	136	2,2%	85	2,2%	48	2,3%	3	1,6%	103	2,2%	24	2,4%	9	2,5%
Vila Real	128	2,1%	77	2,0%	49	2,3%	2	1,1%	105	2,2%	16	1,6%	7	1,9%
Viseu	205	3,4%	129	3,4%	72	3,4%	4	2,1%	176	3,7%	24	2,4%	5	1,4%
Funchal	141	2,3%	86	2,3%	51	2,4%	4	2,1%	116	2,5%	18	1,8%	7	1,9%
Angra do Heroísmo	39	0,6%	13	0,3%	22	1,0%	4	2,1%	37	0,8%	2	0,2%	-	0,0%
Horta	35	0,6%	15	0,4%	18	0,9%	2	1,1%	33	0,7%	2	0,2%	-	0,0%
Ponta Delgada	94	1,5%	34	0,9%	46	2,2%	14	7,4%	90	1,9%	2	0,2%	2	0,6%

Fonte: IFs, APB.

Tabela 24: Evolução do número de balcões por distrito, a 31 de Dezembro (2008-2011)<sup>a)</sup>

	2008		2009		2010		2011	
<b>Número de Balcões</b>								
Total	<b>6.062</b>		<b>6.162</b>		<b>6.232</b>		<b>6.080</b>	
<b>Por Distrito</b>								
Aveiro	401	6,6%	410	6,7%	403	6,5%	398	6,5%
Beja	93	1,5%	92	1,5%	93	1,5%	92	1,5%
Braga	379	6,3%	388	6,3%	392	6,3%	390	6,4%
Bragança	84	1,4%	88	1,4%	88	1,4%	87	1,4%
Castelo Branco	117	1,9%	117	1,9%	125	2,0%	122	2,0%
Coimbra	247	4,1%	246	4,0%	256	4,1%	252	4,1%
Évora	116	1,9%	119	1,9%	119	1,9%	118	1,9%
Faro	336	5,5%	345	5,6%	353	5,7%	343	5,6%
Guarda	98	1,6%	101	1,6%	104	1,7%	101	1,7%
Leiria	289	4,8%	293	4,8%	299	4,8%	295	4,9%
Lisboa	1.493	24,6%	1.514	24,6%	1.533	24,6%	1.461	24,0%
Portalegre	80	1,3%	79	1,3%	82	1,3%	80	1,3%
Porto	929	15,3%	945	15,3%	955	15,3%	939	15,4%
Santarém	250	4,1%	255	4,1%	254	4,1%	252	4,1%
Setúbal	373	6,2%	386	6,3%	389	6,2%	373	6,1%
Viana do Castelo	132	2,2%	137	2,2%	137	2,2%	136	2,2%
Vila Real	123	2,0%	126	2,0%	127	2,0%	128	2,1%
Viseu	201	3,3%	202	3,3%	206	3,3%	204	3,4%
Funchal	151	2,5%	153	2,5%	151	2,4%	141	2,3%
Angra do Heroísmo	43	0,7%	41	0,7%	41	0,7%	39	0,6%
Horta	32	0,5%	31	0,5%	32	0,5%	35	0,6%
Ponta Delgada	95	1,6%	94	1,5%	93	1,5%	94	1,5%

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Os valores de 2011 não coincidem com os da Tabela 23, pág. 70 e do Gráfico 27, pág. 66, pelo facto da evolução temporal a nível da rede de balcões ter obrigado ao ajuste da amostra, conforme nota de rodapé 36, pág. 32.

## VI.2. Sucursais e escritórios de representação no exterior

Em finais de 2011, as instituições financeiras associadas detinham 206 sucursais e escritórios de representação no exterior. Após uma estagnação em 2010, este canal de distribuição impulsor da actividade internacional registou um aumento muito expressivo de 10,8% no último ano (ver Tabela 25).

Este crescimento contrasta de uma forma bastante evidente com a redução de balcões no território nacional referida no capítulo anterior. A situação económica particularmente débil que se faz sentir em Portugal contribuiu para aumentar o enfoque na actividade internacional por parte das instituições financeiras associadas como forma de atenuar os efeitos negativos daquela.

**Tabela 25: Evolução do número de sucursais e escritórios de representação no exterior, a 31 de Dezembro (2008 - 2011)**

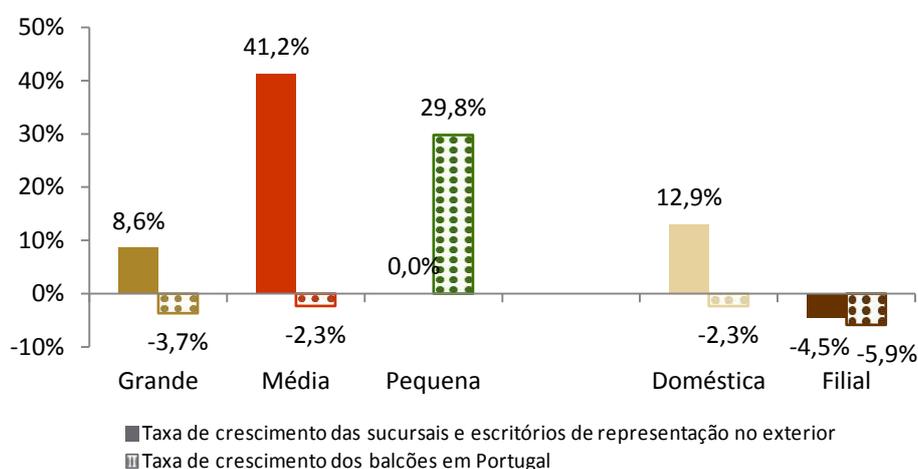
	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Sucursais e Escritórios de Representação no Exterior<sup>a)</sup></b>					
Total	180	184	185	205	-
Taxa de crescimento anual	-	2,2%	0,5%	10,8%	4,5%

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Inclui as sucursais financeiras exteriores da Zona Franca da Madeira.

A evolução oposta entre o número de balcões e o número de sucursais e escritórios de representação no exterior ocorreu em praticamente todos os segmentos de instituições financeiras associadas, independentemente da sua dimensão ou origem/forma de representação legal. No entanto, enquanto as instituições de grande e média dimensão, bem como as domésticas, registaram uma diminuição do número de balcões em Portugal acompanhada de um aumento da rede de suporte à actividade internacional, no segmento das instituições de pequena dimensão verificou-se uma estagnação desta última e um enfoque na abertura de agências bancárias em território nacional (ver Gráfico 31).

**Gráfico 31: Taxas de variação do número de balcões e do número de sucursais e escritórios de representação no exterior, por dimensão e origem/forma de representação legal, 2011**



Fonte: IFs, APB.

Ainda assim, a internacionalização das instituições de pequena dimensão, medida através de um indicador que relaciona a representatividade média das mesmas no total de sucursais e escritórios de representação no exterior com a sua representatividade média na totalidade da rede de balcões em Portugal,<sup>58</sup> é proporcionalmente superior à das demais instituições (ver Gráfico 32 e Tabela 26). Contudo, em termos absolutos, são as instituições de grande dimensão que, em média, detêm a larga maioria das sucursais e escritórios de representação no exterior (81%), assim como as instituições domésticas (89%) (ver Tabela 26).

**Gráfico 32: Indicador relativo da internacionalização das instituições financeiras associadas, por dimensão e origem, (2008 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

**Tabela 26: Evolução da representatividade das instituições financeiras associadas na totalidade da rede de balcões em Portugal e no total das sucursais e representações no exterior, por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de Dezembro (2008 – 2011)**

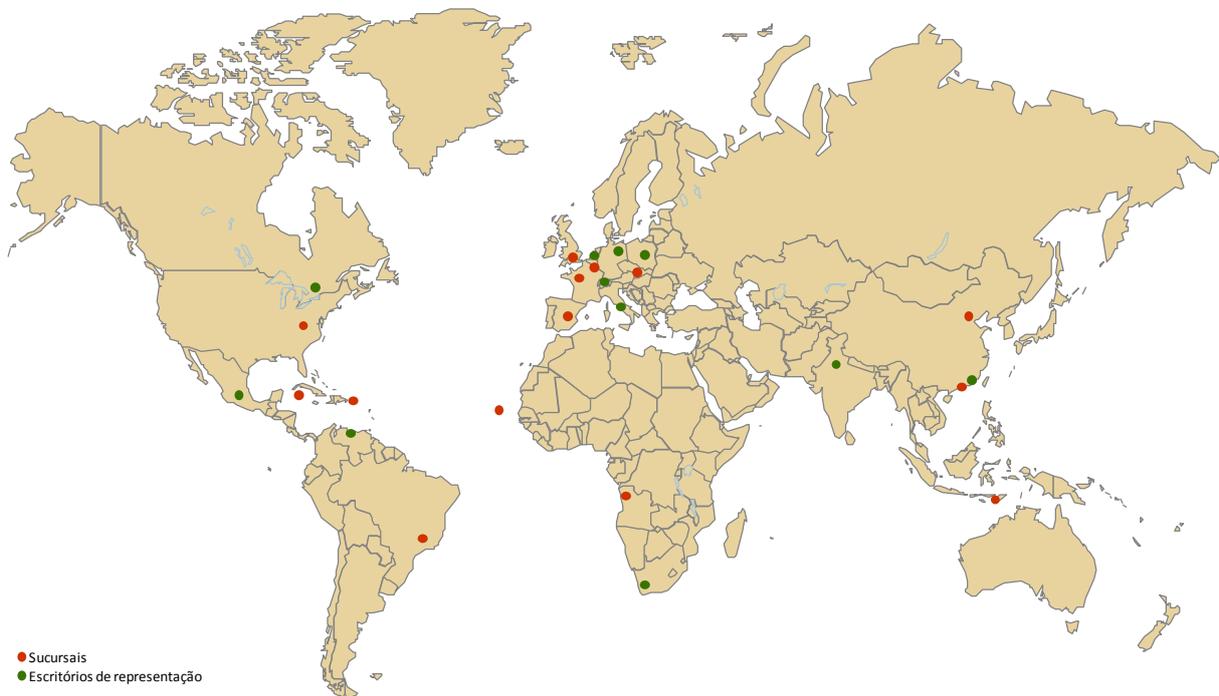
	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Representatividade no Total da Rede de Balcões em Portugal</b>					
Grande	64,4%	63,4%	63,0%	62,2%	63,2%
Média	33,6%	34,4%	34,7%	34,8%	34,4%
Pequena	2,0%	2,2%	2,3%	3,0%	2,4%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Doméstica	78,6%	78,1%	77,6%	77,6%	78,0%
Filial	17,1%	16,8%	17,0%	16,4%	16,8%
Sucursal	4,3%	5,1%	5,4%	6,0%	5,2%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Representatividade no Total das Sucursais e Representações no Exterior</b>					
Grande	80,6%	81,0%	82,2%	80,5%	81,0%
Média	10,0%	9,8%	9,2%	11,7%	10,2%
Pequena	9,4%	9,2%	8,6%	7,8%	8,8%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Doméstica	88,3%	89,7%	88,1%	89,8%	89,0%
Filial	11,1%	10,3%	11,9%	10,2%	10,9%
Sucursal	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: IFs, APB.

<sup>58</sup> Este indicador é calculado através da divisão da representatividade média de um segmento de instituições financeiras no total de sucursais e escritórios de representação no exterior pela sua representatividade média na totalidade da rede de balcões em Portugal.

À semelhança da situação que se verificou em 2010, a distribuição geográfica das sucursais e escritórios de representação das instituições financeiras associadas no exterior continuou, em 2011, centrada essencialmente na Europa. No entanto, a representatividade deste continente no total diminuiu no último ano, passando de 71,5% para 69,4%, o que reflecte a procura de novos mercados como resposta à difícil situação económica e financeira que, para além de Portugal, tem afectado também outros países europeus (ver Figura 3). Em 2011, a expansão internacional foi especialmente evidente em África, onde o número de sucursais e escritórios de representação mais que duplicou, e na América do Sul.

**Figura 3: Distribuição geográfica das sucursais e escritórios de representação no exterior, a 31 de Dezembro de 2011**



Fonte: IFs, APB.

Nota: Esta Figura representa a distribuição geográfica agregada das instituições financeiras associadas, numa base individual e não consolidada.

### VI.3. ATMs e homebanking<sup>59</sup>

Em 2011, a rede de ATMs das instituições financeiras associadas sofreu uma ligeira quebra de 1,8%, contando com 17.676 equipamentos no final do ano, dos quais cerca de 74,5% pertenciam à rede Multibanco enquanto os restantes 25,5% integravam redes próprias (ver Tabela 27).<sup>60</sup> O encerramento de balcões que se verificou ao longo do último ano foi o principal motivo deste decréscimo, na medida em que conduziu a uma remoção dos equipamentos que neles se encontravam disponíveis.<sup>61</sup>

Apesar da redução da sua rede de ATMs, a posição de destaque das instituições financeiras associadas no total da rede Multibanco manteve-se constante face a 2010, apresentando uma representatividade de cerca de 94,6% (ver Tabela 27).

Ainda assim, este cenário não foi impeditivo de um modesto aumento, tanto a nível do número como do montante, das transacções efectuadas. De facto, em 2011, o número de transacções cresceu 0,1% enquanto o seu montante registou uma variação de 1,3%. É no entanto de salientar que este crescimento se deveu essencialmente a transferências e pagamento de serviços, uma vez que, tanto o número como o montante de levantamentos sofreram quebras, fruto da contracção do consumo interno (ver Gráfico 33, pág. 76).

Esta evolução revela que os portugueses são cada vez mais adeptos da utilização das novas tecnologias que simplificam o acesso aos serviços bancários no que toca a pagamentos obrigatórios.

**Tabela 27: Evolução do número de ATMs das instituições financeiras associadas e da rede Multibanco, a 31 de Dezembro (2009 - 2011)**

	2009	2010	2011	Média
<b>Número de ATMs das Instituições Financeiras Associadas</b>				
Total	16.197	18.006	17.676	-
Rede Multibanco	n.d.	13.364	13.165	-
Rede própria	n.d.	4.642	4.511	-
Taxa de crescimento anual	-	11,2%	-1,8%	4,7%
<b>Número de ATMs da Rede Multibanco<sup>a)</sup></b>				
Total	13.894	14.126	13.911	-
Taxa de crescimento anual	-	1,7%	-1,5%	0,1%

Fonte: SIBS, IFs, APB.

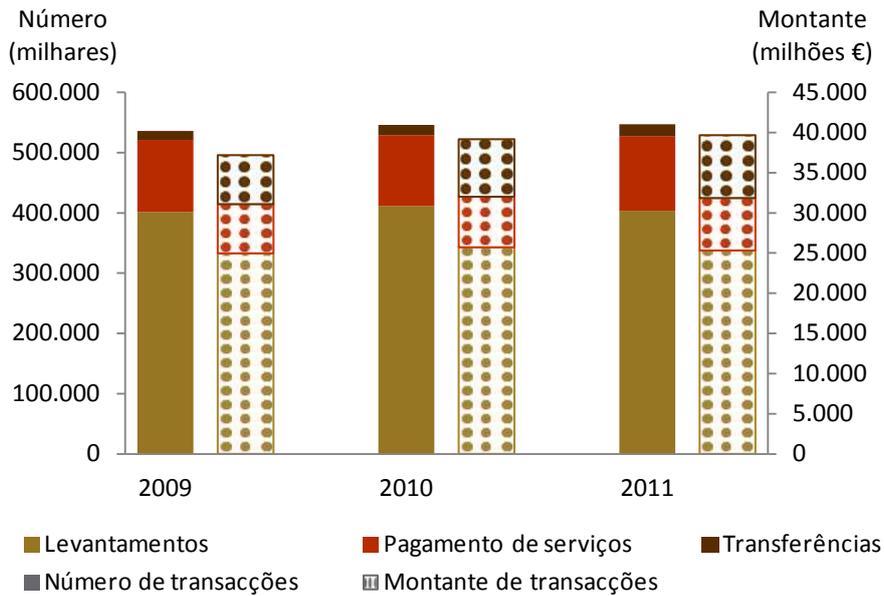
<sup>a)</sup> Número total de ATMs da rede Multibanco em Portugal (inclui os equipamentos de outras instituições financeiras que não são associadas da APB).

<sup>59</sup> Todos os dados relativos ao número e volume de transacções abrangem a amostra de 33 instituições financeiras associadas.

<sup>60</sup> Para efeitos da análise da rede de ATMs, a amostra encontra-se reduzida a 28 instituições uma vez que foram excluídos o BIG, BAC, Invest, Santander Consumer e Barclays por motivo de falta de dados.

<sup>61</sup> Para a amostra de instituições financeiras associadas utilizada nesta análise, a rede de balcões diminuiu em 128 unidades enquanto a redução do número de ATMs foi de 330. É todavia necessário ter em conta que cada balcão tem, em média, mais que um equipamento ATM.

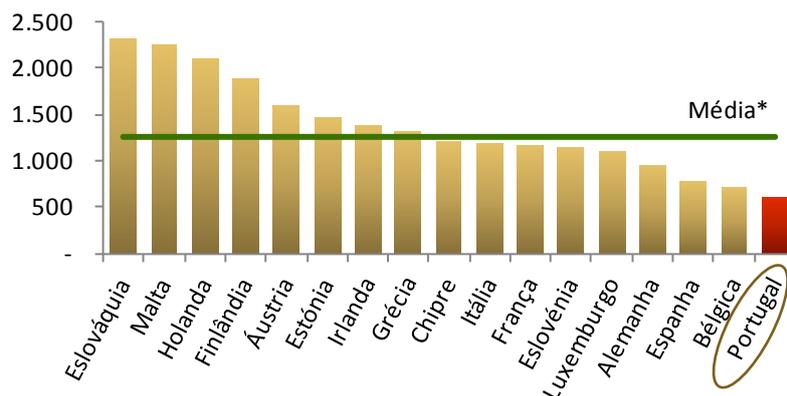
**Gráfico 33: Evolução do número e volume de transacções em ATMs, por tipologia (2008 – 2011)**



Fonte: SIBS.

Apesar deste cenário, Portugal manteve-se numa posição muito favorável face aos restantes países da área do euro,<sup>62</sup> uma vez que apresentou o melhor valor para o indicador número de habitantes por ATM (ver Gráfico 34). Este cenário confirma o forte investimento que tem sido realizado ao longo dos últimos anos com o objectivo de alcançar uma vasta rede de ATMs, bem como o de melhorar e alargar a gama de funcionalidades que esta proporciona.

**Gráfico 34: Número de habitantes por ATM na área do euro, a 31 de Dezembro de 2010**



Fonte: Eurostat, BCE, APB.

Nota: \* Média ponderada do número de habitantes por ATM pela população de cada país.

<sup>62</sup> Uma vez que ainda não estão disponíveis os dados relativos ao número de ATMs dos países da área do euro em 2011, esta análise comparativa baseia-se na informação disponível para o ano de 2010.

Ao nível da utilização do serviço de *homebanking*, o número de utilizadores activos<sup>63,64</sup> diminuiu bastante no último ano (-7,1%). No final de 2011, as instituições financeiras associadas detinham um total de 2.797.845 clientes bancários que usavam os serviços oferecidos através deste canal de distribuição (ver Tabela 28). Aquela evolução poderá talvez ser explicada pela contracção dos depósitos de não residentes,<sup>65</sup> visto este canal ser preferencialmente utilizado por clientes que não têm acesso fácil à rede de balcões das instituições financeiras.

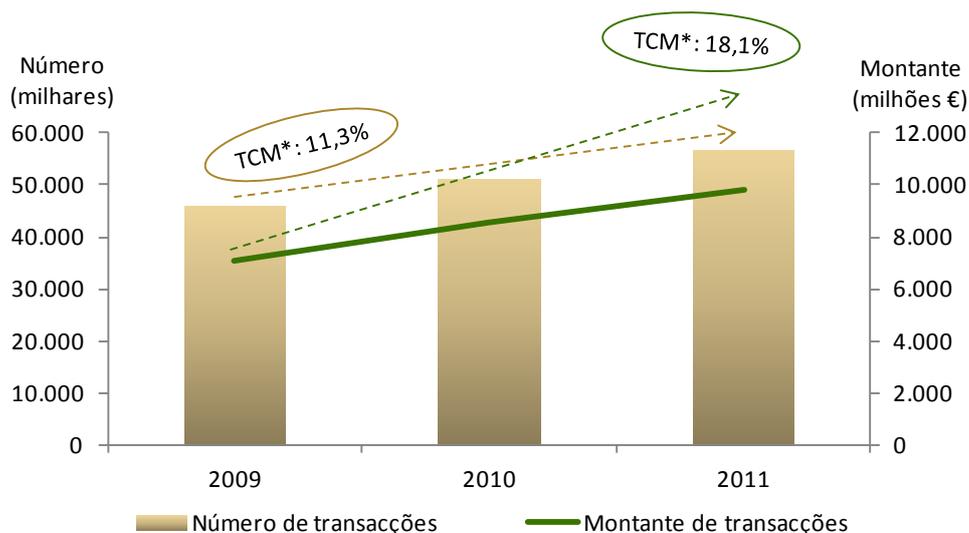
No entanto, tanto o número como o montante de pagamentos de serviços registaram taxas de crescimento positivas de 10,8% e 15,3%, respectivamente (ver Gráfico 35).

**Tabela 28: Evolução do número de utilizadores de *homebanking*, a 31 de Dezembro (2009 - 2011)**

	2009	2010	2011	Média
<b>Número de Utilizadores de <i>Homebanking</i></b>				
Total	2.967.812	3.012.138	2.797.845	-
Taxa de crescimento anual	-	1,5%	-7,1%	-2,8%

Fonte: IFs, APB.

**Gráfico 35: Evolução do número e volume de pagamentos de serviços através de *homebanking* (2008 – 2011)**



Fonte: SIBS.

Nota: TCM\* - Taxa de crescimento média anual.

<sup>63</sup> Para efeitos da análise do número de utilizadores de *homebanking*, a amostra encontra-se reduzida a 24 instituições tendo sido excluídos o BIG, BES, BAC, Invest, Santander Consumer, Banco do Brasil, Barclays, BNP e BNP WM por motivo de falta de dados.

<sup>64</sup> O conceito de utilizadores de *homebanking* activos abrange apenas aqueles que acederam ao sistema nos últimos três meses.

<sup>65</sup> Contracção esta referida pelo Banco de Portugal no seu Relatório de Estabilidade Financeira, de Maio de 2012.

#### VI.4. Contas activas, cartões activos e POS

O número de contas bancárias activas<sup>66</sup> existentes no final de 2011 nas instituições financeiras associadas diminuiu para 13.314.366,<sup>67</sup> confirmando, ainda que de forma mais modesta, a tendência decrescente já verificada em 2010. Para esta evolução contribuiu certamente a deterioração do contexto económico em Portugal, que conduziu a um aumento do desemprego e do número de empresas em situações de insolvência. Também a já referida diminuição dos depósitos de não residentes terá sido um factor potenciador desta contracção (ver Tabela 29).

Por oposição, no mesmo período, o número de cartões activos<sup>68</sup> registou uma evolução positiva, ascendendo a 13.545.510 em finais de 2011<sup>69</sup> (ver Tabela 29). A maioria destes, cerca de 60,3%, tinha função de débito, enquanto os restantes 39,7% eram de crédito. Terão sido estes últimos talvez os responsáveis pelo crescimento do número total de cartões activos no ano, uma vez que o agravamento da capacidade financeira das famílias portuguesas terá levado à sua crescente utilização.

**Tabela 29: Evolução do número de contas bancárias activas, cartões de crédito e débito activos e POS, a 31 de Dezembro (2009 - 2011)**

	2009	2010	2011	Média
<b>Número de Contas Bancárias Activas</b>				
Total	16.962.501	13.879.908	13.314.366	-
Taxa de crescimento anual	-	-18,2%	-4,1%	-11,1%
<b>Número de Cartões de Crédito e Débito Activos</b>				
Total	12.685.615	12.930.438	13.545.510	-
Taxa de crescimento anual	-	1,9%	4,8%	3,3%
<b>Número de POS</b>				
Total	209.193	228.792	224.857	-
Taxa de crescimento anual	-	9,4%	-1,7%	3,8%

Fonte: IFs, APB.

Após um forte crescimento de 9,4% em 2010, o parque de POS registou um decréscimo de 1,7% em 2011 (ver Tabela 29).<sup>67</sup> Esta evolução poderá ser fruto, não só do aumento dos casos de insolvência no tecido comercial português, mas também do início de uma tendência, por parte dos comerciantes, em processar preferencialmente recebimentos em *cash*, e como forma de evitar o pagamento de comissões.

<sup>66</sup> São consideradas contas bancárias activas (rede particulares e negócios) aquelas que têm mais de €125 em volume de negócio, em saldo pontual; ou apresentam no mínimo 10 movimentos nos últimos 3 meses; ou, ainda, têm crédito vencido.

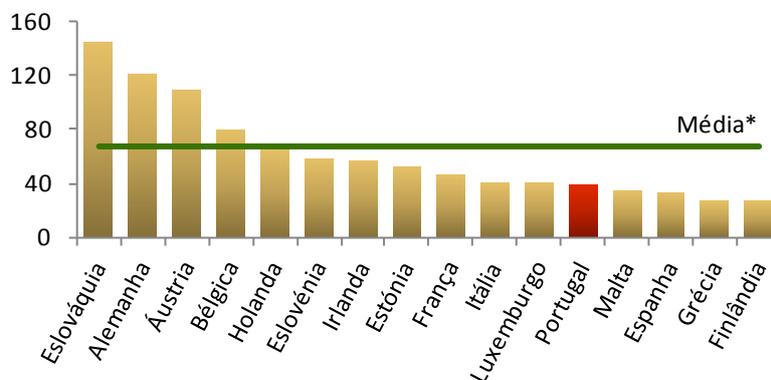
<sup>67</sup> Para efeitos da análise do número de contas bancárias activas e número de POS, a amostra inclui 27 instituições financeiras, tendo sido excluídos o BIG, Besi, BAC, Invest, Santander Consumer e Barclays por motivo de falta de dados.

<sup>68</sup> São considerados cartões de débito e crédito activos aqueles que se encontram com esta definição no sistema informático das instituições financeiras, estando portanto em condições de utilização imediata pelo cliente.

<sup>69</sup> Para efeitos da análise do número de cartões activos, a amostra foi reduzida a 26 instituições financeiras, tendo sido excluídos o BIG, BAC, Invest, Santander Consumer, Barclays, BNP e BNP WM por motivo de falta de dados.

Apesar deste comportamento, o rácio número de habitantes por POS em Portugal apresentou um valor que se situa abaixo da média observada para os restantes países da área do euro em 2010 <sup>70</sup> (ver Gráfico 36).

**Gráfico 36: Número de habitantes por POS na área do euro, a 31 de Dezembro de 2010**

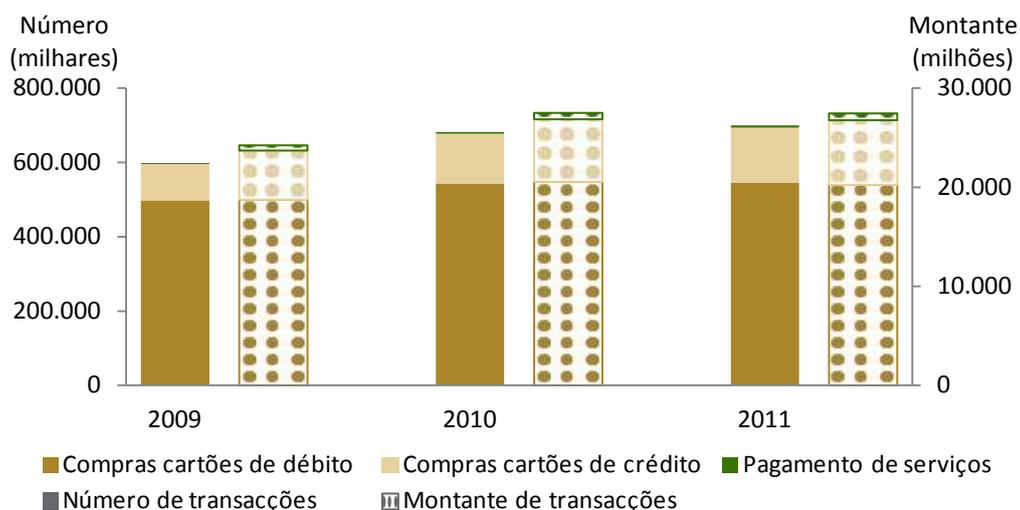


Fonte: Eurostat, BCE, APB.

Nota: \* Média ponderada do número de habitantes por POS pela população de cada país.

Não obstante o aumento de 2,6% do número de transacções em POS ao longo de 2011, estas apresentaram um ligeiro decréscimo de 0,2% em montante, que certamente esteve relacionado com a contracção da procura interna nacional, tal como aconteceu no caso dos levantamentos em ATM (ver Gráfico 37 e Sub-capítulo VI.3 ATMs e *homebanking*, pág. 75). Este comportamento foi fruto da diminuição do montante de compras com cartões de débito (que representaram 78% do número total de operações no mesmo período), uma vez que, tanto o montante de compras com cartões de crédito como o de pagamentos de serviços aumentaram (3,5% e 6,4%, respectivamente).

**Gráfico 37: Evolução do número e volume de transacções em POS, por tipologia (2008 – 2011)**



Fonte: SIBS.

<sup>70</sup> Uma vez que ainda não estão disponíveis os dados relativos ao número de POS dos países da área do euro em 2011, esta análise comparativa baseia-se na informação disponível para o ano de 2010.



## VII. Análise de Performance

### VII.1. Análise de balanço

#### VII.1.1. Análise de estrutura

Em 31 de Dezembro de 2011, o total do activo agregado das instituições financeiras que integram o presente Boletim Informativo ascendia a 501.478 milhões de euros (ver Tabela 30), tendo registado uma redução de 7.395 milhões de euros,<sup>71</sup> o que reflecte um decréscimo de 1,5% face a igual momento do ano anterior.

**Tabela 30: Balanço agregado (milhões €), a 31 de Dezembro de 2011<sup>72</sup>**

	2011	Em % do Total
<b>Activo</b>		
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais e outras instituições de crédito	9.143	1,8%
Investimentos financeiros <sup>a)</sup>	115.905	23,1%
Aplicações em instituições de crédito	56.798	11,4%
Crédito a clientes	278.324	55,5%
Outros activos <sup>b)</sup>	41.308	8,2%
<b>Total de Activo</b>	<b>501.478</b>	<b>100,0%</b>
<b>Passivo e Capitais Próprios</b>		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	132.431	26,4%
Recursos de clientes e outros empréstimos	208.232	41,5%
Títulos de dívida emitidos e outros instrumentos de capital <sup>c)</sup>	70.023	14,0%
Outros passivos financeiros <sup>d)</sup>	56.871	11,3%
Outros passivos <sup>e)</sup>	12.298	2,5%
Capitais próprios	21.623	4,3%
<b>Total de Passivo e Capitais Próprios</b>	<b>501.478</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Inclui as carteiras de activos financeiros detidos para negociação, outros activos financeiros ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda e investimentos detidos até à maturidade e activos com acordo de recompra.

<sup>b)</sup> Inclui derivados de cobertura com justo valor positivo, activos não correntes detidos para venda, propriedades de investimento, outros activos tangíveis e activos intangíveis, investimentos em filiais e associadas, activos por impostos correntes e diferidos e outros activos.

<sup>c)</sup> Inclui responsabilidades representadas por títulos, passivos subordinados e instrumentos representativos de capital.

<sup>d)</sup> Inclui passivos financeiros de negociação, outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados e passivos financeiros associados a activos transferidos.

<sup>e)</sup> Inclui derivados de cobertura com justo valor negativo, provisões, passivos por impostos correntes e diferidos e outros passivos.

Dentro da estrutura do activo, o crédito a clientes permanece a rubrica mais significativa, representando, em 31 de Dezembro de 2011, 55,5% do activo total. Os investimentos financeiros

<sup>71</sup> O total do balanço agregado, relativo a 31 de Dezembro de 2010, foi alterado devido a uma correcção efectuada nas demonstrações financeiras do Banif, S.A., conforme referido na nota de rodapé 38, pág. 32. Assim, incluindo a referida correcção, o balanço de 31 de Dezembro de 2010, ascenderia a 508.873 milhões de euros.

<sup>72</sup> No final da Análise de balanço, páginas 112 e 113, encontra-se como Anexo um agregado, referente a 2011, das operações extrapatrimoniais das instituições financeiras da amostra.

continuam a ter um papel relevante evidenciando um peso de 23,1%, seguidos pelas aplicações em instituições de crédito com um peso de 11,4% do total (ver Tabela 30, pág. 81).

Do lado do passivo e capitais próprios, os recursos de clientes e outros empréstimos constituem a principal fonte de financiamento das instituições financeiras associadas, ultrapassando mais de 40% do total de balanço, no final de 2011. Seguem-se-lhes, em percentagem do total, os recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito que conjuntamente com os títulos de dívida emitidos e outros instrumentos de capital perfazem outros 40% do total de balanço. Releva-se o pouco peso, 4,3% apenas, dos capitais próprios (ver Tabela 30, pág. 81).

Em 2011, a crise financeira internacional e o adverso quadro macroeconómico de Portugal configuraram um contexto pouco favorável ao desenvolvimento do negócio bancário. Adicionalmente, as políticas de desalavancagem impostas aos bancos no âmbito do PAEF, a transferência parcial dos fundos de pensões do sector para a Segurança Social e o Programa Especial de Inspeções ao sistema financeiro, a par da difícil e prolongada falta de acesso aos mercados internacionais por grosso, estiveram na origem da contracção do balanço.

**Tabela 31: Composição e evolução da estrutura do activo agregado, a 31 de Dezembro (2008-2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Caixa e Disponibilidades <sup>a)</sup></b>					
Total (milhões €)	10.418	10.485	7.225	9.039	-
Taxa de crescimento anual	-	0,6%	-31,1%	25,1%	-1,8%
Em % do total de activo	2,3%	2,2%	1,4%	1,8%	1,9%
<b>Investimentos Financeiros</b>					
Total (milhões €)	63.073	82.770	116.477	115.845	-
Taxa de crescimento anual	-	31,2%	40,7%	-0,5%	23,8%
Em % do total de activo	14,2%	17,3%	22,9%	23,1%	19,4%
<b>Aplicações em Instituições de Crédito</b>					
Total (milhões €)	56.638	65.300	56.891	56.239	-
Taxa de crescimento anual	-	15,3%	-12,9%	-1,1%	0,4%
Em % do total de activo	12,7%	13,6%	11,2%	11,2%	12,2%
<b>Crédito a Clientes</b>					
Total (milhões €)	281.739	286.619	288.211	278.068	-
Taxa de crescimento anual	-	1,7%	0,6%	-3,5%	-0,4%
Em % do total de activo	63,3%	59,7%	56,8%	55,6%	58,8%
<b>Outros Activos</b>					
Total (milhões €)	33.478	34.597	38.995	41.281	-
Taxa de crescimento anual	-	3,3%	12,7%	5,9%	7,3%
Em % do total de activo	7,5%	7,2%	7,7%	8,3%	7,7%
Total de Activo	445.346	479.771	507.799 <sup>73</sup>	500.472	-
Taxa de crescimento anual	-	7,7%	5,8%	-1,4%	4,0%

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Em Bancos Centrais e outras instituições de crédito.

<sup>73</sup> Ver nota de rodapé 71, pág. 81.

No período em análise, o ano de 2011 representa pois um momento de viragem na tendência histórica de crescimento (ainda que em desaceleração) do activo agregado das instituições financeiras associadas. A rubrica crédito a clientes, pelo seu peso dentro do activo, é a que melhor explica esta evolução. No ano transacto, o *stock* do crédito a clientes sofreu uma redução de 3,5% e perdeu 1,2 pontos percentuais em termos de representatividade no agregado do balanço face a 2010 (ver Tabela 31, pág.82).

As dificuldades de acesso aos mercados internacionais por grosso por parte das instituições financeiras associadas assim como a necessidade de satisfazerem níveis de solvabilidade mais exigentes no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, conduziram as instituições financeiras a um processo de desalavancagem acentuado, que se reflectiu na contracção do crédito concedido ao sector real da economia. Simultaneamente, o clima de recessão que se instalou em Portugal, em 2011, conduziu a uma diminuição do rendimento disponível das famílias e a uma contracção do investimento empresarial que, por sua vez, se traduziram numa redução da procura de crédito.

Depois de registarem um crescimento muito acentuado em 2009 e 2010, os investimentos financeiros sofreram uma ligeira quebra em termos líquidos de 0,5%, em 2011 (ver Tabela 31, pág.82). Este comportamento derivou muito particularmente da desvalorização acentuada dos títulos no ano, devido à evolução muito desfavorável dos mercados financeiros, e ao reforço das imparidades, sobretudo as referentes à carteira de activos financeiros disponíveis para venda. A deterioração do prémio de risco da dívida soberana dos países europeus da periferia revelou-se, sem dúvida, como a principal causa das perdas reconhecidas e associadas à carteira de investimentos.

No período compreendido entre 2008 e 2011, a estrutura de financiamento das instituições financeiras associadas foi marcada pela predominância dos passivos (94,8% em média do total de balanço vs. 5,2% em média dos capitais próprios) (ver Tabela 32, pág. 84, e Gráfico 38, pág. 85).

Em 2011, contudo, o passivo das instituições financeiras associadas apresentou um peso superior à média calculada para o período analisado (0,9 pontos percentuais acima), não obstante ter evidenciado um decréscimo de 0,1% em relação a 2010 (-549 milhões de euros). Tal foi devido à substancial redução em valor absoluto sofrida pelos capitais próprios no ano (6.778 milhões de euros) que correspondeu a uma variação negativa de 23,9% (ver Tabela 32, pág. 84). Na origem deste comportamento estão: o resultado líquido negativo agregado do exercício (muito penalizado pelas perdas relacionadas com impactos não recorrentes, tanto os que tiveram origem no registo de imparidades para crédito e investimentos financeiros superiores ao habitual, como os referentes à transferência parcial dos fundos de pensões para a esfera do Estado português) como ainda a variação negativa das reservas de justo valor e dos resultados transitados. Os aumentos de capital realizados por algumas instituições financeiras associadas durante o ano de 2011 não foram, em termos agregados, suficientes para atenuar o decréscimo ocorrido quer nas reservas (decorrente da queda dos mercados de dívida e de capitais), quer nos resultados transitados (por via do reconhecimento dos desvios actuariais passados em resultado da alteração da política contabilística relativa aos fundos de pensões).

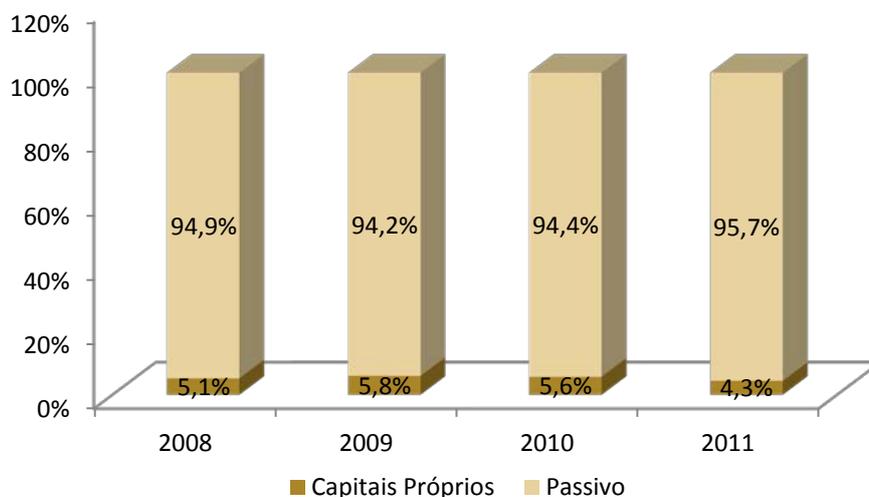
**Tabela 32: Composição e evolução da estrutura de financiamento agregado, a 31 de Dezembro (2008-2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Recursos de Bancos Centrais</b>					
Total (milhões €)	13.398	17.503	44.958	46.985	-
Taxa de crescimento anual	-	30,6%	156,9%	4,5%	64,0%
Em % do total de balanço	3,0%	3,7%	8,8%	9,4%	6,2%
<b>Recursos de Outras Instituições de Crédito</b>					
Total (milhões €)	93.515	91.583	96.426	84.665	-
Taxa de crescimento anual	-	-2,1%	5,3%	-12,2%	-3,0%
Em % do total de balanço	21,0%	19,1%	19,0%	16,9%	19,0%
<b>Recursos de Clientes e Outros Empréstimos</b>					
Total (milhões €)	183.161	187.118	194.840	208.057	-
Taxa de crescimento anual	-	2,2%	4,1%	6,8%	4,4%
Em % do total de balanço	41,1%	39,0%	38,4%	41,5%	40,0%
<b>Títulos de Dívida Emitidos e Outros Instrumentos de Capital <sup>a)</sup></b>					
Total (milhões €)	79.483	101.382	81.819	70.023	-
Taxa de crescimento anual	-	27,6%	-19,3%	-14,4%	-2,1%
Em % do total de balanço	17,9%	21,1%	16,1%	14,0%	17,3%
<b>Outros Passivos Financeiros</b>					
Total (milhões €)	39.605	41.459	49.278	56.871	-
Taxa de crescimento anual	-	4,7%	18,9%	15,4%	13,0%
Em % do total de balanço	8,9%	8,6%	9,7%	11,4%	9,6%
<b>Outros Passivos</b>					
Total (milhões €)	13.517	12.680	12.113	12.284	-
Taxa de crescimento anual	-	-6,2%	-4,5%	1,4%	-3,1%
Em % do total de balanço	3,0%	2,7%	2,4%	2,5%	2,7%
Total de Passivo (milhões €)	422.679	451.725	479.434	478.885	-
Taxa de crescimento anual	-	6,9%	6,1%	-0,1%	4,3%
Em percentagem do total de balanço	94,9%	94,2%	94,4%	95,7%	94,8%
<b>Capitais Próprios</b>					
Total (milhões €)	22.667	28.046	28.365	21.587	-
Taxa de crescimento anual	-	23,7%	1,1%	-23,9%	0,3%
Em % do total de balanço	5,1%	5,8%	5,6%	4,3%	5,2%
Total de Passivo e Capitais Próprios	445.346	479.771	507.799	500.472	-

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Inclui passivos subordinados.

**Gráfico 38: Evolução da estrutura de financiamento agregado, a 31 de Dezembro (2008-2011)**



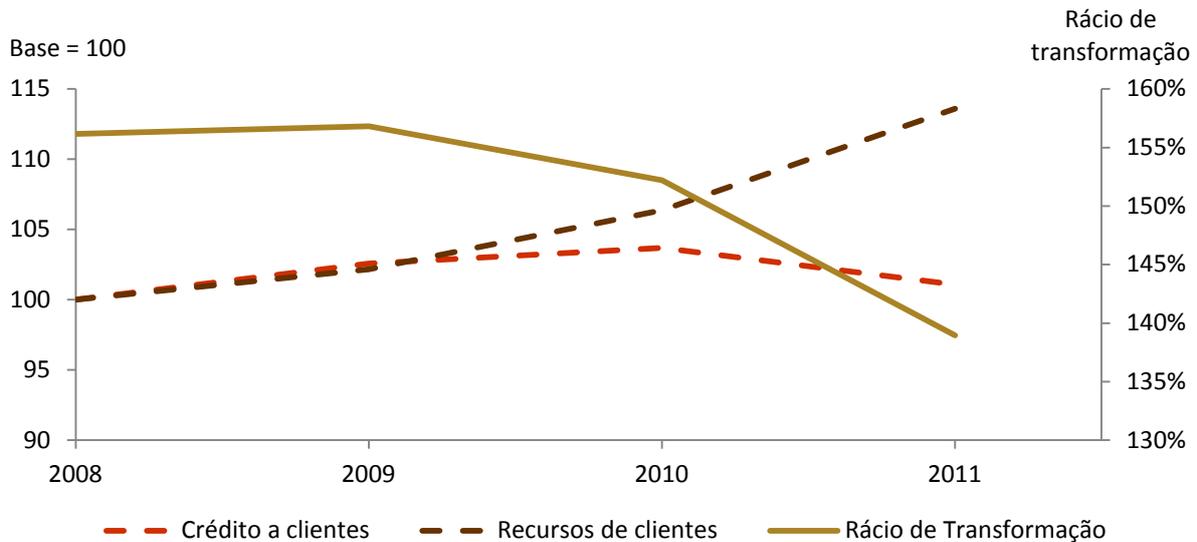
Fonte: IFs, APB.

Os recursos de clientes e outros empréstimos constituíram a principal fonte de financiamento das instituições financeiras associadas durante o período compreendido entre 2008 e 2011, tendo representado, em média, 40% da estrutura do balanço (ver Tabela 32, pág. 84).

De facto, esta rubrica veio a crescer ano após ano, tendo superado o montante de duzentos mil milhões de euros, em 2011. O seu crescimento médio anual foi de 4,4% o que contrasta com a redução média anual de 0,4% do crédito concedido a clientes, durante o mesmo período (ver Tabela 31, pág. 82). O comportamento divergente destas duas rubricas do balanço, ditado sobretudo pela sua evolução em 2011, é fruto de um processo de desalavancagem já iniciado em 2010, e que de forma mais intensa prosseguiu em 2011, sob monitorização e acompanhamento por parte do Banco de Portugal. Entre outros aspectos, recomenda-se que as instituições financeiras atinjam um rácio de crédito sobre depósitos (rácio de transformação) de 120% em finais de 2014.

Os esforços desenvolvidos pelas instituições financeiras associadas neste sentido traduziram-se, particularmente, em 2011, numa evolução positiva do rácio de transformação, conforme é possível verificar no Gráfico 39, pág. 86, e na Tabela 33, pág. 89. O rácio de transformação que, em 2009, era de 156,8% desceu para 139% em finais de 2011.

**Gráfico 39: Evolução do rácio de transformação (2008-2011)**



Fonte: IFs, APB.

Também as dificuldades de acesso aos mercados internacionais interbancários e de títulos de dívida têm estado na origem do esforço realizado pelas instituições financeiras para captar depósitos junto de clientes, oferecendo taxas de remuneração mais elevadas e suportando, concomitantemente, um maior custo de financiamento.

Como consequência ainda desta conjuntura, tanto os recursos do mercado interbancário como dos mercados de títulos de dívida têm vindo a retroceder (8.850 milhões de euros e 9.460 milhões de euros, respectivamente), correspondendo a um decréscimo médio anual de 3% e 2,1% respectivamente, durante o período em análise. Em 2008, o conjunto destas duas fontes de financiamento tinha quase a mesma representatividade que os recursos de clientes, situando-se ligeiramente abaixo dos 40%. Em 2011, passaram a representar tão só 30,9% da estrutura de financiamento das instituições financeiras associadas, enquanto os recursos de clientes alcançaram os 41,5% (ver Tabela 32, pág. 84).

Os recursos junto de outras instituições de crédito, que representam a segunda fonte de financiamento mais importante das instituições financeiras, tiveram uma quebra líquida<sup>74</sup> de 28,1% em 2011, como consequência da secagem do mercado interbancário, intensificada no último ano pela crise da dívida soberana nacional e do pedido de ajuda externa realizado por Portugal. O decréscimo nesta rubrica foi mais nítido ao nível dos depósitos interbancários e das operações de venda com acordo de recompra.

Se em 2009, as instituições financeiras associadas utilizaram, em forte medida, a emissão de títulos de dívida e de outros instrumentos de capital como fonte de financiamento, tendo o saldo superado os 100 mil milhões de euros e a taxa de crescimento anual os 27% (ver Tabela 32, pág. 84), nos dois últimos anos este recurso foi objecto de significativas reduções (19,3% em 2010, e 14,4% em 2011). A dificuldade de colocação de nova dívida nos mercados financeiros como consequência da

<sup>74</sup> Deduzidos das aplicações em instituições de crédito (ver Tabela 31, pág. 82).

descida do *rating* da República e dos bancos portugueses explica a evolução desta rubrica que perdeu 7,1 pontos percentuais de representatividade no balanço, entre 2009 e 2011. De facto, o montante de obrigações e outros títulos de dívida emitidos no exercício último foi inferior ao montante das obrigações adquiridas pelas próprias instituições.

Da estrutura de endividamento agregada das instituições financeiras associadas importa ainda destacar os recursos de Bancos Centrais. Em termos de crescimento médio anual no período, esta rubrica é a que mais se destaca no balanço (64%), ainda que o seu aumento em 2011 tenha sido moderado (4,5%) (ver Tabela 32, pág. 84).

A inacessibilidade ao mercado interbancário por parte das instituições financeiras associadas em 2010 e 2011, e genericamente aos mercados de títulos de dívida, bem como as medidas implementadas de política monetária pelo Banco Central Europeu como forma de colmatar as dificuldades de liquidez nos mercados, conduziu à grande dependência das instituições financeiras nacionais do Eurosistema. Tendo representado 9,4% do total do financiamento bancário em 2011, este recurso registou, no entanto e como já referido, um aumento moderado no ano, devido à contracção da actividade bancária e à política activa de captação de depósitos por parte das instituições financeiras (ver Tabela 32, pág. 84).

Também os outros passivos financeiros tiveram um crescimento médio significativo durante o período em análise (13%) (ver Tabela 32, pág. 84). Esta rubrica que é composta maioritariamente pelos passivos por activos não desreconhecidos é o reflexo contabilístico das operações de titularização não desreconhecidas dos balanços das instituições financeiras associadas e tem um comportamento semelhante ao desta rubrica do activo.

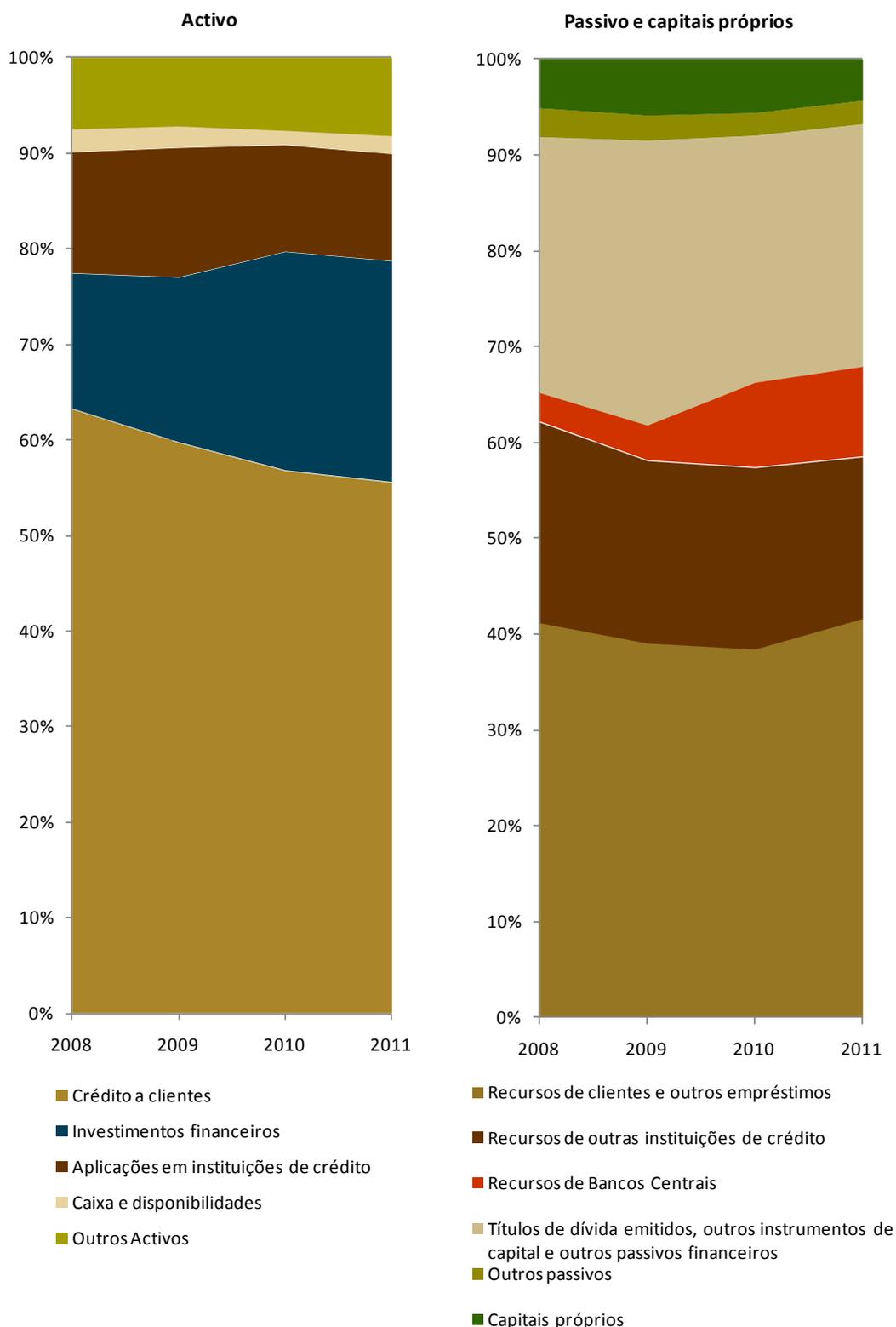
O Gráfico 40, pág. 88 apresenta a evolução da estrutura dos activos e passivos agregados das instituições financeiras associadas, entre 2008 e 2011.

Na estrutura do activo, tal como anteriormente referido, verifica-se que, não obstante a relevância do crédito a clientes, que tem representado em média 58,8% do total de balanço, o seu peso tem vindo a decrescer ao longo do período em análise. A concessão de crédito é fundamental para o desenvolvimento da procura interna e para a formação bruta de capital fixo, pelo que é crucial para o desenvolvimento empresarial e para o crescimento económico do país. No entanto, a actual conjuntura económica e financeira que se vive em Portugal tem dificultado o acesso aos mercados financeiros internacionais, restringindo a liquidez dos bancos e afectando negativamente a concessão de novos financiamentos. Também, as exigências do PAEF reforçam a necessidade de desalavancagem no crédito. Esta contracção tem sido mais significativa no crédito a empresas e no crédito de particulares, sobretudo o destinado ao consumo e outros fins. Para atenuar estas dificuldades, as instituições financeiras têm efectuado um esforço significativo de captação de depósitos junto dos seus clientes, principalmente desde 2010, com a oferta de produtos de baixo risco e com taxas de juro mais atractivas. Esta política traduziu-se em taxas de crescimento mais acentuadas, ano após ano, tendo o *stock* de recursos de clientes alcançado os 208.057 milhões de euros em 2011.

Ao mesmo tempo, assistiu-se, em 2011, a uma substituição das operações de financiamento junto do Eurosistema, caracteristicamente de curto prazo, por outras com prazos mais alargados. Esta evolução, conjuntamente com a forte captação de recursos de clientes, especialmente de depósitos a prazo, tornou a estrutura de financiamento agregado das instituições financeiras

associadas mais estável, em termos da sua maturidade. Como consequência, e face a 2010, o crédito e os investimentos financeiros surgem financiados, em maior escala, em 2011, por passivos de maturidades tipicamente mais longas.

**Gráfico 40: Evolução da estrutura do balanço agregado, a 31 de Dezembro (2008-2011)**



Fonte: IFs, APB.

Entretanto, e após um período de forte crescimento, entre 2008 e 2010, os investimentos financeiros praticamente estagnaram em 2011. A degradação dos *ratings* da dívida soberana e das instituições financeiras de alguns países europeus, nomeadamente Portugal e Grécia, exigiu não só a constituição de imparidades e provisões com o consequente efeito nos resultados, como o reconhecimento de perdas nos valores de mercado dos títulos com impacto nos capitais próprios das instituições associadas. Por conseguinte, assistiu-se a uma diminuição do rácio de solvabilidade bruta<sup>75</sup> (ver Tabela 33) de 8,1%, em 2010 para 6%, em 2011. De facto, os capitais próprios sofreram por duas vias: a dos resultados, devido às provisões e imparidades registadas, e a das perdas reconhecidas em reservas de justo valor. Além disso, para a diminuição do peso dos capitais próprios na estrutura de financiamento das instituições financeiras contribuíram também as perdas com o reconhecimento em resultados transitados dos desvios actuariais passados associados aos fundos de pensões, por alteração das respectivas regras de contabilização.

A Tabela 33 apresenta um conjunto de indicadores que permitem compreender a evolução do balanço agregado das instituições financeiras associadas entre 2008 e 2011.

**Tabela 33: Indicadores de estrutura do balanço agregado, a 31 de Dezembro (2008-2011)**

		2008	2009	2010	2011
Liquidez Reduzida	Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais / Passivo financeiro <sup>a)</sup>	1,7%	1,6%	0,8%	1,1%
Rácio de Transformação	Crédito bruto / Recursos de clientes e outros empréstimos	156,2%	156,8%	152,2%	139,0%
Capacidade Creditícia Geral	Crédito bruto / Passivo financeiro	69,5%	66,6%	63,3%	61,8%
Financiamento do Activo Financeiro	Passivo financeiro / Activo financeiro <sup>b)</sup>	99,3%	98,6%	99,6%	101,6%
Relevância dos Recursos de Clientes	Recursos de clientes e outros empréstimos / Passivo financeiro	44,5%	42,5%	41,6%	44,5%
Relevância da Dívida Subordinada	Passivos subordinados / (Capitais próprios + Passivos subordinados)	40,1%	31,8%	30,4%	28,1%
Solvabilidade Bruta	(Capitais próprios + Passivos subordinados) / Activo	8,5%	8,6%	8,1%	6,0%

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Passivo financeiro – inclui recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito, recursos de clientes e outros empréstimos, títulos de dívida emitidos e outros instrumentos de capital, outros passivos financeiros e derivados de cobertura.

<sup>b)</sup> Activo financeiro – inclui caixa e disponibilidades em Bancos Centrais e outras instituições de crédito, investimentos financeiros, aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes e derivados de cobertura.

<sup>75</sup> Solvabilidade entendida em termos contabilísticos, i.e. capitais próprios + passivos subordinados.

### VII.1.2. Crédito a clientes

O ano de 2011 não foi fácil para as instituições financeiras associadas dado o enquadramento macroeconómico recessivo vivido em Portugal, e a obrigatoriedade simultânea de dar cumprimento aos requisitos prudenciais que lhes foram impostos, no contexto do Programa de Assistência Económica e Financeira da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional.

Por um lado, níveis de solvabilidade mais exigentes forçaram a uma desalavancagem acentuada da actividade bancária, dada a dificuldade de acesso, em condições normais, aos mercados financeiros internacionais por parte dos bancos portugueses para reforçar capital. Tal desalavancagem traduziu-se na redução e/ou alteração da composição dos activos em balanço.

Este efeito negativo sobre os activos foi mais acentuado na concessão de crédito, uma vez que este tem ponderadores de risco mais elevados, quando comparado com activos mais líquidos. Por outro lado, a necessidade de redução do rácio de transformação veio criar pressão adicional sobre a carteira de crédito dos bancos.

Se a estes factores, acrescentarmos a contracção natural ocorrida a nível da procura de crédito por parte do sector privado não financeiro em 2011, em virtude do clima de recessão, não é de surpreender que o ano transacto tenha sido caracterizado por uma menor canalização do crédito para a economia real, e que a evolução daquele esteja em linha com a diminuição do produto interno bruto.<sup>76</sup>

**Tabela 34: Evolução do crédito bruto a clientes e das provisões e imparidades, a 31 de Dezembro (2010-2011)**

	2010	2011
<b>Crédito a Clientes (Vivo)</b>		
Total (milhões €)	278.357	267.679
Taxa de crescimento anual	-	-3,8%
<b>Crédito a Clientes (Vencido)</b>		
Total (milhões €)	7.967	10.583
Taxa de crescimento anual	-	32,8%
Crédito a clientes total (bruto)	286.324	278.262
Taxa de crescimento anual	-	-2,8%
<b>Provisões e Imparidades</b>		
Total (milhões €)	-7.987	-10.460
Taxa de crescimento anual	-	31,0%
Crédito a clientes total (líquido)	278.337	267.802
Taxa de crescimento anual	-	-3,8%

Fonte: IFs, APB.

<sup>76</sup> Fundo Monetário Internacional, “Relatório da 3ª revisão do Programa de Assistência Financeira a Portugal”, Abril de 2012 - [www.imf.org/external/country/prt/index.htm](http://www.imf.org/external/country/prt/index.htm)

Na base de uma análise temporal mais restrita, mas também mais detalhada, e de uma amostra de 31 instituições financeiras associadas (ver Tabela 34, pág. 90),<sup>77</sup> o total do crédito bruto a clientes contraiu 2,8% em 2011 atingindo o montante de 278.262 milhões de euros. Esta contracção surge por força da evolução do crédito vivo que decresceu 3,8% enquanto o crédito vencido aumentou 32,8% quando comparado com o ano anterior. Em virtude do aumento generalizado do risco de crédito em 2011, as instituições financeiras associadas reforçaram as suas provisões e imparidades em 2.473 milhões de euros, o que significa um crescimento de 31% relativamente a 2010.

Decorrente do Programa de Assistência Económica e Financeira, o Banco de Portugal desenvolveu o Programa Especial de Inspeções (SIP) dirigido aos oito maiores grupos bancários nacionais com referência a 30 de Junho de 2011. Neste programa procedeu-se à avaliação das carteiras de crédito, com base na análise da imparidade afecta a uma amostra de créditos, assim como na apreciação dos modelos de cálculo de imparidade e das políticas e procedimentos associados. Foi também efectuada a revisão do processo de cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito e efectuada a validação das metodologias e dos parâmetros utilizados nos exercícios de *stress test* a realizar regularmente pelos grupos no contexto do Programa de Assistência Económica e Financeira.<sup>78</sup>

De acordo com o Banco de Portugal,<sup>78</sup> nos resultados da primeira fase do Programa Especial de Inspeções foram estimadas necessidades de reforço no valor das imparidades registadas para as carteiras de crédito analisadas de cerca de 596 milhões de euros (já ajustadas pela reafecção de imparidades identificadas como disponíveis em 30 de Junho de 2011). Deste montante, e de acordo com a informação reportada à APB, foram constituídas, a 31 de Dezembro de 2011, 520 milhões de euros de provisões e imparidades decorrentes do referido Programa.

#### VII.1.2.1. Análise do crédito a clientes

Como acima referido, o crédito bruto a clientes, que compreende empréstimos,<sup>79</sup> crédito titularizado não desreconhecido<sup>80</sup> e outros créditos e valores a receber titulados,<sup>81</sup> ascendia, no final de 2011, a 278.262 milhões de euros. Em relação ao valor registado em 2010, tal montante representou uma redução significativa de 8.062 milhões de euros, ou seja de 2,8% (ver Tabela 34, pág. 90).

---

<sup>77</sup> Não foram incluídos nesta análise mais detalhada, dos últimos dois anos, o Barclays e o Finantia por indisponibilidade de dados desagregados. Daí que os valores da Tabela 34 não coincidam com os da Tabela 31, pág. 82, devido aos ajustamentos efectuados a nível da amostra.

<sup>78</sup> Segundo Comunicado do Banco de Portugal sobre os “Resultados do Programa Especial de Inspeções”, de 16 de Dezembro de 2011.

<sup>79</sup> Empréstimos concedidos à administração pública, empresas não financeiras, particulares e crédito vencido.

<sup>80</sup> Empréstimos que foram objecto de operações de titularização mas em relação aos quais as instituições financeiras conservam todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, não podendo, por esta razão, ser desreconhecidos do balanço.

<sup>81</sup> Incluem as obrigações e papel comercial não transaccionáveis em mercados activos e para os quais não existe intenção de venda.

Conforme também atrás mencionado, a redução verificada é explicada, quer pela diminuição da procura de crédito por parte de particulares e empresas, como consequência do decréscimo do rendimento disponível das famílias e da contracção do investimento, quer pelo lado da oferta através do processo de desalavancagem iniciado pelos bancos, via a aplicação de critérios de avaliação de risco e de condições de concessão de crédito mais restritivas e selectivas, e também da venda de carteiras de crédito, principalmente de crédito a empresas.

**Tabela 35: Composição e evolução do crédito bruto a clientes, por natureza, a 31 de Dezembro (2010-2011)**

	2010	2011	Média
<b>Empréstimos<sup>82</sup></b>			
Total (milhões €)	236.761	225.842	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	-10.919	-
Taxa de crescimento anual	-	-4,6%	-
Em % do total	82,7%	81,2%	81,9%
<b>Crédito Titularizado Não Desreconhecido</b>			
Total (milhões €)	34.883	41.849	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	6.966	-
Taxa de crescimento anual	-	20,0%	-
Em % do total	12,2%	15,0%	13,6%
<b>Outros Créditos e Valores a Receber (Titulados)</b>			
Total (milhões €)	14.680	10.571	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	-4.109	-
Taxa de crescimento anual	-	-28,0%	-
Em % do total	5,1%	3,8%	4,5%
Total de crédito bruto a clientes	286.324	278.262	-

Fonte: IFs, APB.

Em concreto, os empréstimos, que representaram 81,2% do total do crédito bruto a clientes em 2011, decresceram 4,6% relativamente a 2010 (ver Tabela 35). Esta variação negativa foi particularmente significativa nos empréstimos concedidos a empresas e, no caso dos particulares, nos empréstimos ao consumo (ver Tabela 38, pág. 96). Não obstante a redução efectivamente ocorrida na concessão de novos empréstimos, verificou-se também naquela variação negativa, o efeito da transferência de alguns empréstimos para crédito titularizado não desreconhecido. Em 2011, as operações de titularização efectuadas foram essencialmente de crédito a empresas e de crédito ao consumo de particulares (ver Tabela 37, pág. 95).

Entretanto, o crescimento de 20% (ver Tabela 35) verificado no crédito titularizado não desreconhecido obedeceu às necessidades de liquidez enfrentadas pelas instituições financeiras em 2011. Como as obrigações emitidas ao abrigo de operações de securitização de créditos (registadas na rubrica de investimentos financeiros) podem servir de colateral às operações de cedência de

<sup>82</sup> Por indisponibilidade de granularidade na informação disponibilizada pelos Associados, assumiu-se que o crédito vencido respeitou na sua totalidade a empréstimos.

liquidez do Banco Central Europeu, as instituições financeiras associadas utilizaram fortemente esta possibilidade como fonte alternativa de financiamento.

Os créditos e outros valores a receber titulados, depois do aumento verificado no ano de 2010, evidenciaram uma redução de 4.109 milhões de euros em 2011 (ver Tabela 35, pág. 92). Esta carteira é composta essencialmente por papel comercial emitido e por obrigações que não são transaccionáveis em mercados activos e para as quais não existe intenção de venda. A variação ocorrida deveu-se essencialmente à venda de obrigações à casa mãe das instituições financeiras que as detinham, mas também a uma operação de securitização ocorrida em 2011, no montante de aproximadamente 650 milhões de euros.

**Tabela 36: Composição e evolução do crédito bruto a clientes, por destinatário, a 31 de Dezembro (2010-2011)**

	2010	2011	Média
<b>Crédito a Empresas e Administração Pública</b>			
Total (milhões €)	158.793	149.963	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	-8.830	-
Taxa de crescimento anual	-	-5,6%	-
Em % do total	55,4%	53,9%	54,7%
<b>Crédito a Particulares para Habitação</b>			
Total (milhões €)	107.807	109.561	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	1.754	-
Taxa de crescimento anual	-	1,6%	-
Em % do total	37,7%	39,4%	38,5%
<b>Crédito a Particulares para Consumo e outros Fins</b>			
Total (milhões €)	19.724	18.738	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	-986	-
Taxa de crescimento anual	-	-5,0%	-
Em % do total	6,9%	6,7%	6,8%
Total de crédito bruto a clientes	286.324	278.262	-

Fonte: IFs, APB.

Segundo a Tabela 36, o crédito bruto a empresas e Administração Pública representou, em média, mais de 50% do total de crédito concedido pelas instituições financeiras associadas durante o período em análise. Em 2011, no entanto, a contracção de 8.830 milhões de euros, verificada no *stock* de crédito bruto a empresas e Administração Pública, originou uma diminuição do peso deste no total do crédito de 1,5 pontos percentuais, face a 2010.

Dados do Banco de Portugal<sup>83</sup> apontam para que as empresas privadas tenham sido as mais afectadas com a contracção verificada na concessão de crédito em 2011 e, muito em particular, as de menor dimensão.

<sup>83</sup> Banco de Portugal, "Relatório de Estabilidade Financeira", Maio de 2012.

Com efeito, a necessidade de aumento dos *spreads*, pelo encarecimento do financiamento ao sector bancário, e a necessidade de aplicação de critérios de avaliação de risco e de condições de concessão de crédito mais exigentes, traduziram-se em maiores dificuldades no acesso ao crédito bancário por parte das pequenas e médias empresas nacionais, na sua generalidade altamente descapitalizadas. Simultaneamente, a pressão sobre o sector bancário para atender às necessidades de financiamento das empresas públicas explica o crescimento do crédito a estas empresas (e consequentemente, o crescimento dos empréstimos de montante mais elevado<sup>84</sup>) em detrimento do sector privado.

Entretanto, o *stock* de crédito bruto a particulares registou, em 2011, um aumento mas comparativamente de montante bastante inferior (768 milhões de euros apenas) ao do da descida verificada no *stock* de crédito bruto a empresas e Administração Pública. Este aumento modesto reflecte todavia comportamentos distintos nos *stocks* de crédito bruto à habitação e para consumo, em 2011 (ver Tabela 36, pág. 93).

O crédito à habitação que constitui a segunda maior rubrica do crédito bruto a clientes (38,5% na média dos últimos dois anos) e a maior *tranche* no crédito bruto a particulares (85% em média no período) apresentou, em 2011, uma variação positiva de quase 1,8 mil milhões de euros que, apesar de representar apenas um crescimento de 1,6%, traduz no entanto a importância que tem e a necessidade básica que a aquisição de habitação própria representa para as famílias, mesmo em condições de crise (ver Tabela 36, pág. 93). Apesar de as condições praticadas pelos bancos, nomeadamente o aumento dos *spreads* e os critérios de risco aplicados, terem sido em larga medida responsáveis pelo abrandamento das taxas de crescimento na habitação, que eram tendencialmente elevadas em anos passados, também a incerteza quanto ao clima económico actual implicou uma diminuição na procura do crédito à habitação comparativamente com anos anteriores.

Já a elevada taxa de desemprego em Portugal, o aumento dos impostos e a consequente descida do rendimento disponível das famílias afectou desfavoravelmente a aquisição de bens de consumo, o que se encontra reflectido na diminuição de 986 milhões de euros, verificada no *stock* de crédito bruto concedido a particulares para este fim (ver Tabela 36, pág.93).

A Tabela 35, pág. 92, que apresenta a composição e evolução do crédito bruto, revela que o crédito titularizado não desreconhecido representou, em 2011, 15% do crédito bruto total, tendo aumentado 20% face ao ano transacto.

As operações de titularização realizadas pelos bancos e não desreconhecidas dos seus balanços têm sido tradicionalmente mais importantes (quer em número, quer em montante) no que se refere ao crédito à habitação. De facto, apesar do decréscimo verificado no total de crédito à habitação securitizado não desreconhecido em 2011, esta tipologia continuou a ser a mais significativa ainda, representando 55,5% do total das operações de titularização (ver Tabela 37, pág. 95).

Esta tendência é também observável individualizando cada uma das carteiras de crédito titularizado não desreconhecido e comparando-as com o total de crédito bruto de cada segmento. Assim, o crédito à habitação titularizado e não desreconhecido representava 21,2% do total do

---

<sup>84</sup> Banco de Portugal, "Relatório de Estabilidade Financeira", Maio de 2012.

crédito bruto à habitação em finais de 2011, enquanto o crédito a empresas e Administração Pública e o crédito ao consumo e outros fins titularizado não desreconhecido representavam 10,5% e 15,3%, respectivamente (ver Tabela 36, pág. 93, e Tabela 37).

**Tabela 37: Composição e evolução do crédito titularizado não desreconhecido, por destinatário, a 31 de Dezembro (2010-2011)**

	2010	2011	Média
<b>Empresas e Administração Pública</b>			
Total (milhões €)	9.196	15.775	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	6.579	-
Taxa de crescimento anual	-	71,5%	-
Em % do total	26,4%	37,7%	32,0%
<b>Particulares para Habitação</b>			
Total (milhões €)	24.073	23.211	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	-862	-
Taxa de crescimento anual	-	-3,6%	-
Em % do total	69,0%	55,5%	62,3%
<b>Particulares para Consumo e outros Fins</b>			
Total (milhões €)	1.614	2.863	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	1.249	-
Taxa de crescimento anual	-	77,4%	-
Em % do total	4,6%	6,8%	5,7%
<b>Total de crédito titularizado não desreconhecido</b>	<b>34.883</b>	<b>41.849</b>	<b>-</b>

Fonte: IFs, APB.

Refira-se no entanto que, em 2011, foram essencialmente as operações de titularização de crédito a empresas e Administração Pública e de crédito ao consumo que predominaram (tendo crescido mais de 70% em relação ao ano anterior), talvez pela maior disponibilidade existente hoje entre estes activos para a realização deste tipo de operações (ver Tabela 37).

Numa análise exclusiva dos empréstimos (ver Tabela 38, pág. 96), confirma-se a preponderância dos empréstimos a empresas na carteira das instituições financeiras associadas. No caso dos particulares, e tal como anteriormente referido, os empréstimos à habitação foram os que mais contribuíram para o endividamento das famílias portuguesas por se tratar da aquisição de um bem de primeira necessidade.

A Tabela 38, pág. 96, revela ainda que, crédito titularizado não desreconhecido à parte, as variações ocorridas, entre 2010 e 2011, nas carteiras de empréstimos analisadas são mais acentuadas do que as registadas na Tabela 36, pág. 93. Assim, os empréstimos ao consumo foram claramente os que mais decresceram em termos percentuais no ano de 2011 (-12,3%) e os empréstimos a empresas e Administração Pública os que mais contribuíram, em valor absoluto, para a contracção da carteira de empréstimos nas instituições financeiras associadas.

**Tabela 38: Composição e evolução dos empréstimos por destinatário, a 31 de Dezembro (2010 – 2011)**

	2010	2011	Média
<b>Empréstimos a Empresas e Administração Pública</b>			
Total (milhões €)	134.917	123.617	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	-11.300	-
Taxa de crescimento anual	-	-8,4%	-
Em % do total	57,0%	54,8%	55,9%
<b>Empréstimos a Particulares à Habitação</b>			
Total (milhões €)	83.734	86.350	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	2.616	-
Taxa de crescimento anual	-	3,1%	-
Em % do total	35,4%	38,2%	36,8%
<b>Empréstimos a Particulares para Consumo e outros Fins</b>			
Total (milhões €)	18.110	15.875	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	-2.235	-
Taxa de crescimento anual	-	-12,3%	-
Em % do total	7,6%	7,0%	7,3%
Total de empréstimos concedidos	236.761	225.842	-

Fonte: IFs, APB.

#### VII.1.2.2. Qualidade do crédito a clientes

A degradação do ambiente económico que se tem vivido em Portugal nos últimos anos, com a taxa de desemprego a atingir máximos históricos e o número de falências de empresas nacionais a aumentar, explica que, face aos elevados níveis de endividamento que se verificam tanto nas famílias como nas empresas, a deterioração da qualidade do crédito seja uma realidade visível nos balanços das instituições financeiras associadas.

A materialização do risco de crédito traduziu-se num crescimento do crédito vencido (crédito por regularizar há mais de 30 dias) de 32,8% no último ano, o que em valor absoluto representa um aumento de 2.616 milhões de euros (ver Tabela 34, pág. 90 e Tabela 39, pág. 97). Comparativamente ao *stock* de crédito bruto total em 2011, o crédito vencido representou 3,8% daquele, o que significa um aumento de um ponto percentual face a 2010.

O crédito vencido de empresas e Administração Pública, que constituiu mais de 66% do total do crédito vencido em 2011, foi o que evidenciou o crescimento mais acentuado no último ano (43,3%) (ver Tabela 39, pág. 97). De acordo com dados do Banco de Portugal,<sup>85</sup> a degradação dos indicadores da qualidade do crédito foi generalizada a todos os sectores da economia, com especial incidência nos sectores da construção, actividades imobiliárias, comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis. Os empréstimos de prazos mais curtos e concedidos a empresas de menor dimensão foram os que apresentaram taxas de incumprimento mais elevadas.

<sup>85</sup> Banco de Portugal, “Relatório de Estabilidade Financeira”, Maio de 2012.

Tabela 39: Evolução do crédito vencido, a 31 de Dezembro (2010 – 2011)

	2010	2011	Média
<b>Empresas e Administração Pública</b>			
Total (milhões €)	4.928	7.064	-
Taxa de crescimento anual	-	43,3%	-
Em % do total	61,8%	66,7%	64,3%
<b>Particulares Habitação</b>			
Total (milhões €)	1.815	2.006	-
Taxa de crescimento anual	-	10,5%	-
Em % do total	22,8%	19,0%	20,9%
<b>Particulares Consumo e outros Fins</b>			
Total (milhões €)	1.224	1.513	-
Taxa de crescimento anual	-	23,6%	-
Em % do total	15,4%	14,3%	14,8%
Total de crédito vencido	7.967	10.583	-

Fonte: IFs, APB.

O crédito vencido de particulares que, no seu conjunto, representou aproximadamente 34% do total do crédito vencido em 2011 evidenciou um crescimento menos acentuado, tanto em valor absoluto como relativo, no ano (480 milhões de euros, ou seja 15,8%) (ver Tabela 39). Historicamente, o crédito vencido da habitação apresenta crescimentos percentuais inferiores aos verificados no crédito ao consumo, tendo em consideração a natureza dos bens que se encontram subjacentes aos empréstimos em causa. O ano de 2011 não foi excepção (10,5% vs. 23,6%, respectivamente) (ver Tabela 39).

Em 2011, e face ao respectivo *stock* de crédito bruto, foi o crédito vencido no consumo que teve a maior expressão (8,1%), e o maior crescimento (1,9 pontos percentuais) em relação a 2010. Seguiu-se-lhe o crédito vencido no sector empresarial e Administração Pública com 4,7%, e um agravamento de 1,6 pontos percentuais no ano. Representatividade e evolução modestas teve o crédito vencido na habitação (1,8% e 0,1 pontos percentuais, respectivamente) (ver Tabela 36, pág. 93, e Tabela 39).

Para além do rácio de crédito em incumprimento<sup>86</sup> tradicionalmente reportado pelo Banco de Portugal, passou a ser solicitado por este, desde Setembro de 2011, a apresentação por parte das instituições financeiras de um novo indicador sobre a qualidade do crédito com o objectivo de permitir um melhor acompanhamento da mesma e uma maior comparabilidade internacional. Assim, o rácio de crédito em risco<sup>87</sup> passou a fazer parte do conjunto mínimo de indicadores que o Banco de

<sup>86</sup> O crédito em incumprimento de acordo com o Banco de Portugal compreende as prestações e juros vencidos há mais de 90 dias e outros créditos de cobrança duvidosa.

<sup>87</sup> O crédito em risco, de acordo com o Banco de Portugal, corresponde a: valor total da dívida que tenha prestações de capital ou juros vencidos por um período igual ao superior a 90 dias; valor total em dívida dos créditos reestruturados, não abrangidos na rubrica anterior, cujos pagamentos de capital ou juros tenham estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados, refinanciados ou postecipada a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos; valor total do crédito

Portugal obriga a reportar sempre que é divulgada informação quantitativa sobre a qualidade do crédito.<sup>88</sup>

**Tabela 40: Evolução dos rácios de crédito em incumprimento e de crédito em risco, a 31 de Dezembro (2010 – 2011)**

	2010	2011
<b>Rácio de Crédito em Incumprimento</b>		
Total	3,3%	4,5%
Crédito à habitação	2,0%	2,4%
Crédito ao consumo e outros fins	7,1%	9,4%
Crédito a sociedades não financeiras	4,4%	6,1%
Crédito a não residentes	1,9%	3,3%
<b>Rácio de Crédito em Risco</b>		
Total	5,1%	7,1%
Crédito à habitação	4,4%	4,7%
Crédito ao consumo e outros fins	9,9%	12,8%
Crédito a sociedades não financeiras	6,3%	9,3%
Crédito a não residentes	4,3%	6,7%

Fonte: IFs e APB.

Os rácios de crédito em incumprimento e de crédito em risco revelam um padrão semelhante em 2010 e 2011, verificando-se um agravamento de ambos em todos os segmentos analisados, de um ano para o outro (ver Tabela 40).

O rácio de crédito em incumprimento total subiu de 3,3% em 2010 para 4,5% em 2011 na amostra de instituições financeiras analisadas,<sup>89</sup> sendo de destacar o crescimento mais acentuado nas taxas de incumprimento do crédito ao consumo,<sup>90</sup> em consequência de factores já referidos anteriormente. Igual tendência apresenta o rácio de crédito em risco total, que aumentou 2 pontos percentuais, atingindo 7,1% em 2011. Salienta-se aqui também o crédito de particulares destinado ao consumo como o segmento em que o crédito em risco é mais preocupante (12,8%), embora em termos evolutivos tenha sido no crédito a sociedades não financeiras que o agravamento foi mais marcante (3 pontos percentuais) (ver Tabela 40).

Para fazer face à degradação verificada na qualidade do crédito, decorrente do aumento das taxas de incumprimento atrás referidas, as instituições financeiras associadas reforçaram as suas

---

com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência ou liquidação do devedor.

<sup>88</sup> Instrução nº 23/2011, de 17 de Outubro, do Banco de Portugal, que altera a Instrução nº 16/2004, de 16 de Agosto – Divulgação de indicadores de referência.

<sup>89</sup> Não foram incluídos nesta análise as sucursais de bancos estrangeiros a operar em Portugal por não serem obrigadas a preparar esta informação para o Banco de Portugal.

<sup>90</sup> Na análise dos detalhes do crédito em incumprimento e do crédito em risco, para além das instituições referidas na nota de rodapé 89, não foi também incluída a CGD por indisponibilidade da informação.

provisões e imparidades no montante de 2.473 milhões de euros em 2011 (ver Tabela 34, pág. 90). Este aumento não foi, no entanto, suficiente para cobrir a totalidade do aumento verificado no crédito vencido. De facto, o rácio de cobertura do crédito vencido por provisões baixou de 100,3% em 2010 para 98,8% em 2011.

Considerando esta diminuição da cobertura do crédito vencido por provisões, será expectável que as instituições financeiras associadas reforcem, no decurso do próximo ano, as suas provisões e imparidades, dada a possível materialização do risco de crédito para a parte da carteira identificada como crédito em risco.

Em suma, a materialização do risco de crédito continua a agravar-se e a ser mais significativa no caso do crédito a empresas e no crédito ao consumo para particulares. O agravamento da recessão económica que o país está a atravessar, o aumento da taxa de desemprego e a subida acentuada do número de falências estão na origem da degradação da qualidade do crédito.

### VII.1.3. Investimentos financeiros

Após o crescimento muito significativo da carteira de investimentos financeiros em 2010, devido à forte aquisição de títulos de dívida pública portuguesa e à emissão de obrigações em consequência das operações de titularização de crédito, assistiu-se, em 2011, a uma ligeira contracção em termos líquidos destes activos (-453 milhões de euros, o que representa uma taxa de variação anual de -0,4%) (ver Tabela 41, pág. 100).

Esta contracção decorreu não só da significativa diminuição do valor da carteira de activos financeiros detidos para negociação (quase menos 3 mil milhões de euros) como do reforço das imparidades nas carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e dos investimentos detidos até à maturidade. Este reforço levou a que o aumento líquido nestas carteiras se ficasse pelos 2,5% e 4,8% respectivamente, enquanto em termos brutos, as duas rubricas tivessem crescido 3,1% e 7,2% respectivamente (ver Tabela 41, pág. 100).

Como resultado, a carteira de activos financeiros detidos para negociação perdeu representatividade, em termos líquidos, no conjunto dos investimentos financeiros das instituições financeiras associadas (13,5% em 2011 face a 16,1% em 2010) a favor das outras duas carteiras (ver Tabela 41, pág. 100).

Globalmente, a evolução da carteira de investimentos financeiros ficou marcada, no último ano, pelo comportamento muito desfavorável observado nos mercados financeiros internacionais. A crise da dívida soberana dos países periféricos da área do euro e as repercussões e incertezas quanto ao futuro económico, financeiro e político da Europa criaram uma grande instabilidade mundial quer nos mercados accionistas quer, e muito particularmente, nos mercados de dívida.

**Tabela 41: Composição e evolução da carteira de investimentos financeiros, a 31 de Dezembro (2010-2011)**

	2010	2011	Média
<b>Activos Financeiros Detidos Para Negociação e Outros</b>			
<b>Activos ao Justo Valor Através de Resultados</b>			
Total (milhões €)	18.367	15.373	-
Taxa de crescimento anual	-	-16,3%	-
Em % do total líquido	16,1%	13,5%	14,8%
<b>Activos Financeiros Disponíveis para Venda</b>			
Valor bruto (milhões €)	80.013	82.478	-
Taxa de crescimento anual	-	3,1%	-
Em % do total líquido	70,1%	72,6%	71,3%
Imparidade (milhões €)	-836	-1.356	-
Taxa de crescimento anual	-	62,2%	-
Em % do total líquido	-0,7%	-1,2%	-0,9%
<b>Investimentos Detidos até à Maturidade</b>			
Valor bruto (milhões €)	14.316	15.344	-
Taxa de crescimento anual	-	7,2%	-
Em % do total líquido	12,5%	13,5%	13,0%
Imparidade (milhões €)	-50	-394	-
Taxa de crescimento anual	-	688,0%	-
Em % do total líquido	0,0%	-0,3%	-0,2%
<b>Outros <sup>a)</sup></b>			
Total (milhões €)	2.319	2.231	-
Taxa de crescimento anual	-	-3,8%	-
Em % do total líquido	2,0%	1,9%	2,0%
Total de investimentos financeiros (bruto)	115.015	115.426	-
Total de imparidades	-886	-1.750	-
Total de investimentos financeiros (líquido)	114.129	113.676	-
Taxa de crescimento anual	-	-0,4%	-

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Activos com acordo de recompra.

Este contexto foi responsável por uma profunda desvalorização dos títulos que se reflectiu de forma imediata nas carteiras de activos financeiros registados a valores de mercado (carteira de negociação e carteira de disponíveis para venda) e indirectamente, por via do aumento de imparidades, nas carteiras de activos financeiros disponíveis para venda (520 milhões de euros) e de investimentos detidos até à maturidade (344 milhões de euros) (ver Tabela 41). O grande impacto a nível das imparidades deveu-se à contabilização das perdas com a reestruturação da dívida soberana da Grécia. De facto, na sequência das medidas tomadas pelas autoridades europeias com o objectivo de reforçar os mecanismos de estabilidade financeira na União Europeia, foi estabelecido um acordo para o envolvimento voluntário do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, de que resultou a aceitação de perdas com o reconhecimento de um *haircut* de 53,5% ao valor nominal da dívida e com a conversão de parte da dívida em novos títulos de maturidade mais longa.

Também a quebra verificada no mercado accionista originou o reconhecimento de imparidades nas acções detidas pelas instituições financeiras associadas, nomeadamente de

empresas do PSI 20. Adicionalmente, a evolução dos investimentos financeiros foi ainda afectada pelo imperativo de desalavancagem, que se traduziu na venda de vários activos, sobretudo não estratégicos, em carteiras de activos disponíveis para venda.

Uma análise de estrutura da carteira de títulos das instituições financeiras associadas, por tipo de instrumento (ver Tabela 42), revela entretanto que, não obstante a redução significativa da exposição dos bancos a instrumentos de dívida (-1.494 milhões de euros) em 2011, estes títulos permaneceram como os mais representativos (91,8%), com particular relevo para os títulos de dívida de outros emissores (67,7%). A carteira de acções e a carteira de outros títulos (na qual se incluem normalmente as unidades de participação em fundos de investimento) representaram os 8,2% restantes. Todavia, tiveram comportamentos distintos no ano. Enquanto a carteira de acções registou um decréscimo de 1,9% (fruto sobretudo da evolução do mercado accionista em 2011), a carteira de outros títulos registou uma evolução favorável (9,8%) que teve por origem, a venda de créditos a fundos de investimento por parte das instituições financeiras, por contrapartida da aquisição de unidades de participação nesses mesmos fundos.

Por último, note-se a acentuada diminuição ocorrida na carteira de títulos de dívida pública em 2011 (-1.481 milhões de euros) e que absorveu praticamente a totalidade da variação ocorrida em investimentos financeiros, no ano.

**Tabela 42: Estrutura da carteira de títulos, por tipo de instrumento, a 31 de Dezembro (2010 – 2011)**

	2010		2011		Variação	
	milhões €	%	milhões €	%	milhões €	%
<b>Carteira de Títulos <sup>a)</sup></b>						
Títulos de dívida de emissores públicos <sup>b)</sup>	26.390	25,3%	24.909	24,1%	-1.481	-5,6%
Títulos de dívida de outros emissores <sup>b)</sup>	69.910	67,0%	69.897	67,7%	-13	0,0%
Acções	3.912	3,7%	3.839	3,7%	-73	-1,9%
Outros títulos	4.152	4,0%	4.558	4,5%	406	9,8%
<b>Total</b>	<b>104.364</b>	<b>100,0%</b>	<b>103.203</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1.161</b>	<b>-1,1%</b>

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Valores brutos de imparidade. Não inclui activos com acordo de recompra e derivados.

<sup>b)</sup> Inclui obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

Foi na carteira de negociação e de outros activos ao justo valor através de resultados (ver Tabela 43, pág. 102) que o decréscimo verificado nos títulos de dívida soberana (-68,6%) e nas obrigações de outros emissores (-58,6%) foi mais acentuado. De facto, tanto os títulos de dívida de emissores públicos como os títulos de dívida de outros emissores (que, em 2010, representavam 27,4% e 9,3% respectivamente do total desta carteira) perderam representatividade em 2011 (10,3% e 4,5% do total, respectivamente). Esta perda foi em alguma medida, compensada pelo investimento em instrumentos financeiros derivados, que de 45,3% da carteira em 2010 passaram para 65% em 2011, com um crescimento líquido de quase 20%, ou seja, de 1.660 milhões de euros.

O crescimento de 2.465 milhões de euros, verificado na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (Tabela 43, pág. 102), foi devido sobretudo ao aumento do saldo de títulos de dívida pública (porventura, maioritariamente portuguesa), o que revela que as instituições financeiras, apesar das desvalorizações do valor de mercado destes títulos, continuaram a assegurar

o financiamento ao Estado português. O registo destes títulos nesta carteira tem a ver com o facto de as variações de justo valor serem registadas contabilisticamente em reservas e não em resultados (com excepção das imparidades reconhecidas e dos ganhos ou perdas registados quando os títulos são alienados) o que contribui para que os resultados não sejam tão penalizados pelas desvalorizações ocorridas nos títulos desta carteira. Também a nível prudencial, os impactos decorrentes das variações de valor dos títulos de dívida desta carteira não produzem qualquer efeito, o que justifica o aumento verificado nesta carteira nos últimos anos.

**Tabela 43: Estrutura dos investimentos financeiros <sup>a) b)</sup>, por tipo de carteira e instrumento, a 31 de Dezembro (2010 – 2011)**

	2010		2011		Variação	
	milhões €	%	milhões €	%	milhões €	%
<b>Activos Financeiros Detidos para Negociação e ao Justo Valor Através de Resultados</b>						
Títulos de dívida de emissores públicos <sup>c)</sup>	5.031	27,4%	1.579	10,3%	-3.452	-68,6%
Títulos de dívida de outros emissores <sup>c)</sup>	1.701	9,3%	704	4,5%	-997	-58,6%
Acções	1.149	6,3%	919	6,0%	-230	-20,0%
Outros títulos	2.154	11,7%	2.179	14,2%	25	1,2%
Derivados	8.332	45,3%	9.992	65,0%	1.660	19,9%
<b>Total</b>	<b>18.367</b>	<b>100,0%</b>	<b>15.373</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2.994</b>	<b>-16,3%</b>
<b>Activos Financeiros Disponíveis para Venda</b>						
Títulos de dívida de emissores públicos <sup>c)</sup>	15.438	19,3%	18.231	22,1%	2.793	18,1%
Títulos de dívida de outros emissores <sup>c)</sup>	59.814	74,8%	58.948	71,5%	-866	-1,4%
Acções	2.763	3,4%	2.920	3,5%	157	5,7%
Outros títulos	1.998	2,5%	2.379	2,9%	381	19,1%
<b>Total</b>	<b>80.013</b>	<b>100,0%</b>	<b>82.478</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.465</b>	<b>3,1%</b>
<b>Investimentos Detidos até à Maturidade</b>						
Títulos de dívida de emissores públicos <sup>c)</sup>	5.921	41,4%	5.099	33,2%	-822	-13,9%
Títulos de dívida de outros emissores <sup>c)</sup>	8.395	58,6%	10.245	66,8%	1.850	22,0%
<b>Total</b>	<b>14.316</b>	<b>100,0%</b>	<b>15.344</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.028</b>	<b>7,2%</b>
<b>Total</b>	<b>112.696</b>		<b>113.195</b>		<b>499</b>	<b>0,4%</b>

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Valores brutos.

<sup>b)</sup> Não inclui activos com acordo de recompra.

<sup>c)</sup> Inclui obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

Por último, o crescimento dos investimentos detidos até à maturidade (7,2%) foi o mais significativo no total agregado dos investimentos financeiros das instituições financeiras associadas (ver Tabela 43). Esta evolução observou-se tanto em valores brutos como em valores líquidos de imparidades. Dois comportamentos distintos todavia contribuíram para esta evolução, dependendo de se tratar de títulos de dívida de emissores públicos ou de outros emissores. Os primeiros tiveram um comportamento negativo (-13,9%) por força do vencimento na maturidade dos títulos, enquanto os segundos cresceram 22% maioritariamente pela tomada por uma instituição financeira de obrigações emitidas pela respectiva casa mãe.

#### VII.1.4. Estrutura de *funding*<sup>91</sup>

Em 2011, a estrutura de endividamento das instituições financeiras associadas manteve-se alicerçada nos recursos de clientes e outros empréstimos, cuja contribuição para a totalidade dos recursos alheios das mesmas superou os 45%. Os títulos de dívida emitidos e outros instrumentos representativos de capital assumiram uma posição de segundo plano, com um peso que se situou próximo de 16%. Relativamente aos recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais, estes revelaram-se de menor importância, representando 14,1% e 10,3%, respectivamente, do financiamento alheio das instituições financeiras associadas (ver Gráfico 41).

**Gráfico 41: Composição e evolução da estrutura de endividamento agregado, a 31 de Dezembro (2010 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

No último ano, o acréscimo muito expressivo de 7,4% registado na rubrica recursos de clientes e outros empréstimos conduziu a um aumento substancial da sua importância na estrutura de endividamento das instituições financeiras associadas (ver Gráfico 41, e Tabela 44, pág. 104). Este comportamento resultou da forte expansão dos depósitos a prazo, nos quais se observou uma taxa de crescimento de 17,2%, correspondente a 20.173 milhões de euros. Tanto os depósitos à ordem como os outros recursos registaram variações negativas no ano (ver Tabela 44, pág. 104).

Foram várias as causas que estiveram na origem deste comportamento ocorrido nos depósitos, dividindo-se contudo naquelas que conduziram a um aumento das aplicações por parte dos clientes, e noutras que potenciaram uma maior captação por parte das instituições financeiras.

Entre as primeiras, encontra-se o sentimento de incerteza que se tem vivido, não só em Portugal como um pouco por toda a Europa, e que tem gerado uma maior preferência por

<sup>91</sup> À semelhança dos sub-capítulos anteriores, toda a análise de *funding* foi efectuada com base numa amostra de 31 instituições financeiras, excluindo o Finantia e o Barclays pelos motivos já apresentados na nota de rodapé 77, pág. 91.

alternativas com um nível de risco reduzido por parte dos consumidores de produtos e serviços financeiros. O facto dos depósitos até 100 mil euros estarem cobertos pelo Fundo de Garantia de Depósitos constitui assim um incentivo para o pequeno investidor.

Para o crescimento dos depósitos pesou também a forte necessidade de captação de fundos mais estáveis por parte das instituições financeiras associadas, em virtude essencialmente de dois factores. Por um lado, das recomendações do Banco de Portugal, no âmbito do PAEF, no sentido da redução do rácio de transformação para 120% até 2014. Por outro, das dificuldades já sentidas em 2010, mas agravadas em 2011, de acesso aos mercados de financiamento por grosso por parte das instituições financeiras portuguesas.

Inevitavelmente, assistiu-se, em 2011, a uma intensificação da concorrência entre bancos no mercado de captação de depósitos, de que resultou tanto uma forte aposta na diversificação da oferta de produtos de poupança, como o aumento generalizado da remuneração oferecida sobre os mesmos.

É no entanto de salientar que o comportamento das taxas de juro sobre os depósitos acabou por não ser regular ao longo do ano. Se até finais de Outubro de 2011 se verificou uma série de subidas sucessivas, nos últimos dois meses do ano as taxas sobre novas operações registaram quebras acentuadas, em resultado da intervenção do Banco de Portugal que, através de normas que penalizam os rácios de solvabilidade das instituições financeiras que pratiquem taxas de juro sobre os depósitos acima de um determinado limiar,<sup>92</sup> procurou pôr termo à espiral de subida das remunerações oferecidas, pelas repercussões negativas que, a prazo, tal comportamento poderia ter na rentabilidade das instituições financeiras.

**Tabela 44: Composição e evolução dos recursos de clientes e outros empréstimos, a 31 de Dezembro (2010-2011)**

	2010	2011	Média
<b>Depósitos à Ordem</b>			
Total (milhões €)	56.085	52.984	-
Taxa de crescimento anual	-	-5,5%	-
Em % do total	29,4%	25,9%	27,7%
<b>Depósitos a Prazo</b>			
Total (milhões €)	117.561	137.734	-
Taxa de crescimento anual	-	17,2%	-
Em % do total	61,6%	67,2%	64,4%
<b>Outros Recursos</b>			
Total (milhões €)	17.196	14.216	-
Taxa de crescimento anual	-	-17,3%	-
Em % do total	9,0%	6,9%	8,0%
Total de recursos de clientes e outros empréstimos	190.842	204.934	-
Taxa de crescimento anual	-	7,4%	-

Fonte: IFs, APB.

<sup>92</sup> Avisos nº 7/2011 e 8/2011, de 25 de Outubro, e Instrução nº 28/2011, de 15 de Novembro, do Banco de Portugal. Para mais detalhe, ver Sub-capítulo III.1. Diplomas legais e regulamentares em Portugal, pág. 11.

Entretanto, a dificuldade acrescida em aceder aos mercados de financiamento por grosso por parte das instituições financeiras associadas teve outros impactos. Prova disso é a redução muito significativa dos recursos de outras instituições de crédito (-20,1%), das responsabilidades representadas por títulos (-11,3%) e dos passivos subordinados (-32,1%) (ver Tabela 45, e Tabela 48, pág. 109).

Em 2011, as restrições a nível do financiamento bruto obtido através de outras instituições de crédito acentuaram-se bastante, revelando uma taxa de variação de -20,1%. Se considerarmos estes recursos em termos líquidos, deduzindo ao seu montante bruto as disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito, o agravamento da situação das instituições financeiras associadas face ao mercado interbancário é ainda mais visível, uma vez que esta rubrica atingiu uma taxa de variação de -43% (ver Tabela 46, pág. 106).

**Tabela 45: Composição e evolução da rubrica de recursos de outras instituições de crédito, a 31 de Dezembro (2010-2011)**

	2010	2011	Média
<b>Depósitos</b>			
Total (milhões €)	53.249	41.133	-
Taxa de crescimento anual	-	-22,8%	-
Em % do total	66,6%	64,3%	65,5%
<b>Recursos do Mercado Monetário Interbancário</b>			
Total (milhões €)	974	1.404	-
Taxa de crescimento anual	-	44,1%	-
Em % do total	1,2%	2,2%	1,7%
<b>Empréstimos</b>			
Total (milhões €)	5.799	7.707	-
Taxa de crescimento anual	-	32,9%	-
Em % do total	7,3%	12,0%	9,7%
<b>Operações de Venda com Acordo de Recompra</b>			
Total (milhões €)	12.347	7.534	-
Taxa de crescimento anual	-	-39,0%	-
Em % do total	15,4%	11,8%	13,6%
<b>Outros Recursos</b>			
Total (milhões €)	7.633	6.177	-
Taxa de crescimento anual	-	-19,1%	-
Em % do total	9,5%	9,7%	9,6%
Total	80.002	63.955	-
Taxa de crescimento anual	-	-20,1%	-

Fonte: IFs, APB.

Em termos líquidos, os recursos de outras instituições de crédito foram essencialmente afectados pelas fortes diminuições dos depósitos e das operações de venda com acordo de recompra. No caso dos primeiros, verificou-se uma redução na ordem dos 7.644 milhões de euros, que corresponde a uma quebra de 30,7%. Já as últimas apresentaram uma forte queda percentual,

registando um valor que representa pouco mais de metade do observado em 2010, e que resultou numa variação líquida negativa de 5.730 milhões de euros. É, no entanto, de salientar que a grande variação desta rubrica, em 2011, foi fruto do comportamento atípico que a mesma evidenciou em 2010. Neste período, o seu *stock* registou um elevadíssimo aumento uma vez que na altura estes instrumentos revelavam-se como uma alternativa para contornar a secagem do mercado interbancário, já que ofereciam uma maior garantia aos credores.

Por oposição, tanto o mercado monetário interbancário como os empréstimos revelaram-se fontes de libertação de fundos uma vez que se assistiu a uma diminuição da posição credora das instituições financeiras associadas nestas rubricas, em termos líquidos (ver Tabela 46).

**Tabela 46: Composição e evolução dos recursos líquidos de outras instituições de crédito, a 31 de Dezembro (2010-2011)**

	2010	2011	Média
<b>Depósitos <sup>a)</sup></b>			
Total (milhões €)	24.893	17.249	-
Taxa de crescimento anual	-	-30,7%	-
Em % do total	88,3%	107,3%	97,8%
<b>Recursos do Mercado Monetário Interbancário</b>			
Total (milhões €)	-1.644	-241	-
Taxa de crescimento anual	-	-85,3%	-
Em % do total	-5,8%	-1,5%	-3,7%
<b>Empréstimos</b>			
Total (milhões €)	-5.304	-4.466	-
Taxa de crescimento anual	-	-15,8%	-
Em % do total	-18,8%	-27,8%	-23,3%
<b>Operações de Venda com Acordo de Recompra</b>			
Total (milhões €)	11.878	6.148	-
Taxa de crescimento anual	-	-48,2%	-
Em % do total	42,1%	38,3%	40,2%
<b>Outros Recursos</b>			
Total (milhões €)	-1.635	-2.616	-
Taxa de crescimento anual	-	60,0%	-
Em % do total	-5,8%	-16,3%	-11,1%
Total	28.188	16.074	-
Taxa de crescimento anual	-	-43,0%	-

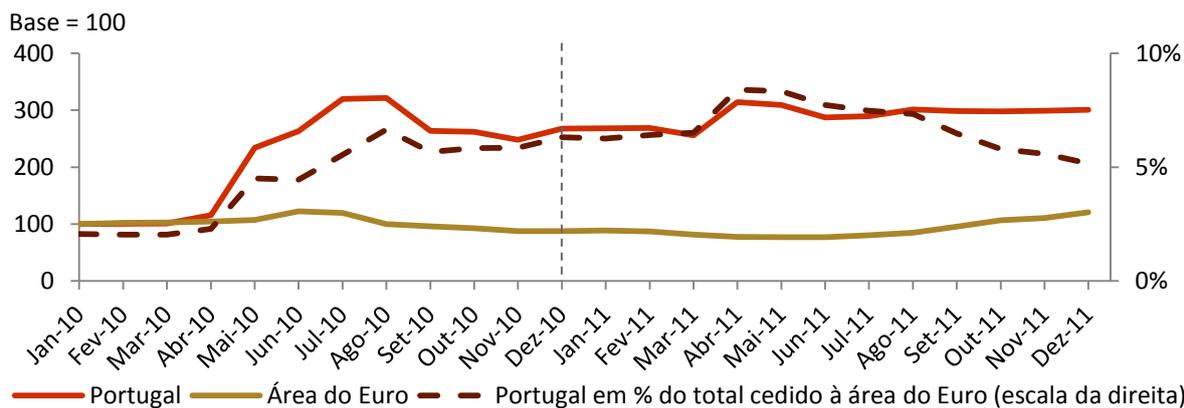
Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Depósitos de outras instituições de crédito líquidos de disponibilidades em outras instituições de crédito e do montante de depósitos constantes da rubrica aplicações em outras instituições de crédito.

No que respeita ao financiamento junto de Bancos Centrais, esta rubrica registou uma variação positiva em 2011 (1.856 milhões de euros) (ver Tabela 47, pág. 108), no entanto muitíssimo inferior àquela que tinha sido observada em 2010 (ver Tabela 32, pág. 84). Esta evolução demonstra os esforços de contenção dos montantes de endividamento junto do Eurosistema por parte das

instituições financeiras associadas, que resultaram inclusive numa diminuição dos mesmos em alguns meses ao longo do ano. De facto, a taxa de crescimento média mensal neste período foi de cerca de 1,2%, enquanto a observada no conjunto dos países que constituem a área do Euro se situou nos 2,9%. Por conseguinte, o peso do recurso a operações de cedência de liquidez do BCE por parte das instituições financeiras portuguesas no total do Eurosistema diminuiu 1,2 pontos percentuais face a finais de 2010 (ver Gráfico 42).

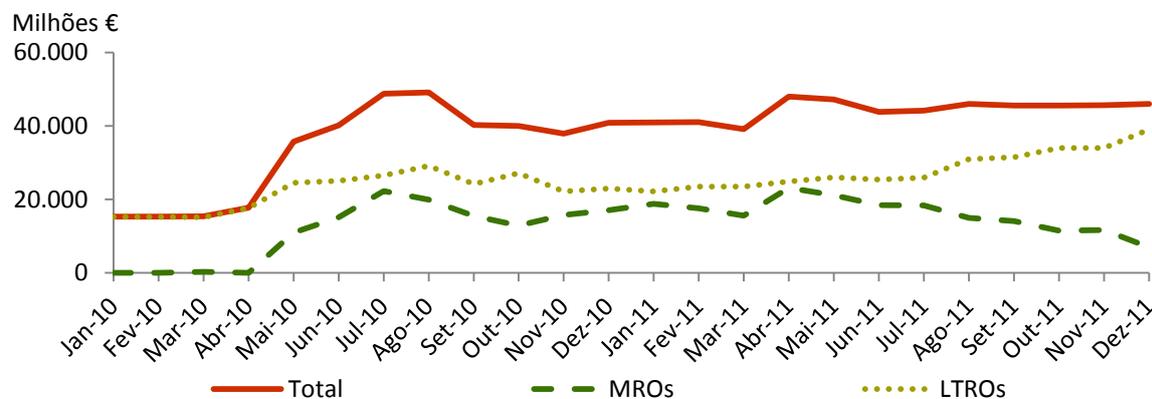
**Gráfico 42: Evolução do recurso ao financiamento junto do Banco Central Europeu por parte das instituições financeiras nacionais vs. da área do euro**



Fonte: BdP, BCE.

De destacar ainda que a ampla subscrição da emissão de uma operação de refinanciamento de longo prazo (LTRO<sup>93</sup> a 3 anos) no âmbito das medidas de política monetária não convencional do BCE, que ocorreu em Dezembro último, foi na sua quase totalidade utilizada para diminuir saldos de outras operações de prazo inferior (MROs<sup>94</sup>), prática que aliás já vinha a ser realizada desde o final do primeiro semestre de 2011. Como consequência, assistiu-se a uma quase estagnação do montante total em dívida junto de Bancos Centrais e a uma significativa alteração da respectiva estrutura de maturidades que se tornaram bastante mais longas (ver Gráfico 43).

**Gráfico 43: Evolução da composição do recurso ao financiamento junto do Banco Central Europeu por parte das instituições financeiras nacionais**



Fonte: BdP.

<sup>93</sup> Long-term refinancing operation.

<sup>94</sup> Main refinancing operations.

Adicionalmente, importa referir que no final de 2011 o endividamento junto de Bancos Centrais estava essencialmente centralizado no Banco de Portugal (86,2%), tendo o seu peso aumentado face a 2010 em detrimento do endividamento junto de outros Bancos Centrais (ver Tabela 47).

**Tabela 47: Composição e evolução da rubrica de recursos de Bancos Centrais, a 31 de Dezembro (2010-2011)**

	2010	2011	Média
<b>Recursos do Banco de Portugal</b>			
Total (milhões €)	35.771	40.020	-
Taxa de crescimento anual		11,9%	-
Em % do total	80,3%	86,2%	83,3%
<b>Recursos de Outros Bancos Centrais</b>			
Total (milhões €)	8.802	6.409	-
Taxa de crescimento anual		-27,2%	-
Em % do total	19,7%	13,8%	16,8%
Total de recursos de Bancos Centrais	44.573	46.429	-
Taxa de crescimento anual	-	4,2%	-

Fonte: IFs, APB.

O menor crescimento do endividamento junto de Bancos Centrais em 2011 poderá também ter sido favorecido, em certa medida, pela maior viabilização de colocação em mercados internacionais dos contratos de financiamento garantidos pela República Portuguesa.<sup>95</sup> As onze emissões de dívida efectuadas em 2011 ao abrigo deste regime atingiram os 10.825 milhões de euros sob a forma de obrigações, valor que representa aproximadamente 30% do montante total disponibilizado para o efeito no âmbito da Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira (IREF) e do Programa de Assistência Económica e Financeira.

Ainda assim, observou-se um decréscimo de 11,7% no montante global de obrigações não subordinadas registado em balanço (correspondente a 7.350 milhões de euros) e que contribuiu para grande parte da variação negativa observada na rubrica de responsabilidades representadas por títulos (-7.781 milhões de euros) (ver Tabela 48 e Tabela 49, pág. 109). Contudo, no contexto desta rubrica, foi especificamente nos certificados de depósito que se verificou a maior diminuição percentual em termos de valor de balanço face a 2010, dado que o seu montante foi reduzido para menos de metade.

Já no caso dos passivos subordinados, que registaram uma variação líquida negativa de 3.964 milhões de euros, foram os empréstimos a rubrica que apresentou a maior redução (-2.316 milhões de euros) (ver Tabela 48 e Tabela 49, pág. 109).

<sup>95</sup> O regime de concessão extraordinária de garantias pessoais pelo Estado insere-se na Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira (IREF).

**Tabela 48: Composição e evolução da rubrica de títulos de dívida emitidos e outros instrumentos de capital, a 31 de Dezembro (2010-2011)**

	2010	2011	Média
<b>Responsabilidades Representadas por Títulos</b>			
Total (milhões €)	69.120	61.339	-
Taxa de crescimento anual	-	-11,3%	-
Em % do total	84,8%	87,9%	86,4%
<b>Passivos Subordinados</b>			
Total (milhões €)	12.333	8.369	-
Taxa de crescimento anual	-	-32,1%	-
Em % do total	15,1%	12,0%	13,6%
<b>Instrumentos Representativos de Capital</b>			
Total (milhões €)	89	86	-
Taxa de crescimento anual	-	-4,2%	-
Em % do total	0,1%	0,1%	0,1%
Total	81.542	69.794	-
Taxa de crescimento anual	-	-14,4%	-

Fonte: IFs, APB.

Em 2011, a diminuição do valor de balanço das diversas rubricas que compõem os passivos subordinados (-3.964 milhões de euros) (ver Tabela 49) deveu-se essencialmente ao reembolso de dívida, especialmente empréstimos, cuja maturidade foi atingida, e que não foi renovada (-3.255 milhões de euros em termos líquidos que correspondem a 82,1% daquela variação total) (ver Gráfico 44, pág. 110). No entanto, também a aquisição de dívida emitida pelas próprias instituições financeiras contribuiu para este efeito, na medida em que este tipo de operações conduz a uma anulação contabilística, a nível de balanço, do valor dos instrumentos a elas sujeitos. Em 2011, a aquisição de obrigações subordinadas próprias ascendeu, em termos líquidos, a 709 milhões de euros, explicando a remanescente variação de valor da totalidade dos passivos subordinados.

**Tabela 49: Composição e evolução das responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, a 31 de Dezembro (2010-2011)**

	2010		2011		Variações	
	milhões €	%	milhões €	%	milhões €	%
<b>Responsabilidades Representadas por Títulos</b>						
Certificados de depósito	1.871	2,7%	821	1,3%	-1.050	-56,1%
Obrigações	62.799	90,9%	55.449	90,4%	-7.350	-11,7%
Outras responsabilidades	4.450	6,4%	5.069	8,3%	619	13,9%
Total	69.120	100,0%	61.339	100,0%	-7.781	-11,3%
<b>Passivos Subordinados</b>						
Empréstimos	5.422	44,0%	3.106	37,1%	-2.316	-42,7%
Obrigações	5.702	46,2%	4.976	59,5%	-726	-12,7%
Outros passivos subordinados	1.209	9,8%	287	3,4%	-922	-76,3%
Total	12.333	100,0%	8.369	100,0%	-3.964	-32,1%
<b>Total</b>	81.453		69.708			

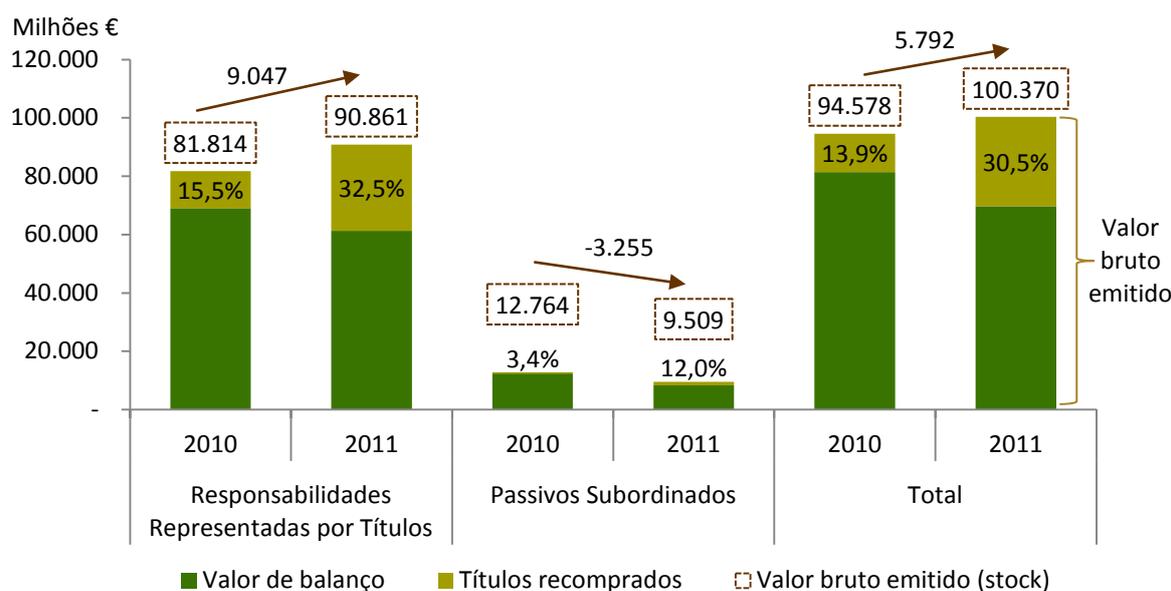
Fonte: IFs, APB.

Entretanto, o decréscimo do valor de balanço das responsabilidades representadas por títulos foi originado pela forte actividade de compra no mercado secundário de instrumentos de dívida emitidos pelas próprias instituições. Aliás, o *stock* bruto de responsabilidades representadas por títulos emitidas pelas instituições financeiras associadas aumentou 11,1% em 2011, situando-se em 90.861 milhões de euros no final do ano (aumento de 9.047 milhões de euros) (ver Gráfico 44).

No mesmo período, a carteira de títulos próprios adquiridos aumentou 16.828 milhões de euros (132,6%). Este cenário indica que a aquisição de títulos de dívida própria não se cingiu aos instrumentos que foram emitidos no último ano. Abrangeu também outros títulos já emitidos anteriormente e transaccionados em mercado secundário, provavelmente a preços favoráveis, fruto da desvalorização generalizada a que se assistiu nos mercados de dívida.

Este comportamento aliás poderá ter ajudado a contornar as difíceis condições de acesso aos mercados de financiamento por grosso por parte das instituições financeiras nacionais, uma vez que lhes permite reforçar a carteira de colateral disponível para obtenção de financiamento.

**Gráfico 44: Evolução do valor bruto emitido das responsabilidades representadas por títulos e dos passivos subordinados, e percentagem de títulos recomprados nas respectivas rubricas, a 31 de Dezembro (2010 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

Em agregado, a carteira de títulos de dívida (incluindo subordinados) recomprados pelas instituições financeiras associadas ascendia a 13.125 milhões de euros no final de 2010 (o que representa 13,9% do *stock* total emitido à data). Em 2011, este valor era de 30.662 milhões de euros, o que corresponde a um aumento líquido de 17.537 milhões de euros (ver Gráfico 44).

A grande maioria destas operações de recompra insere-se no universo da rubrica de obrigações não subordinadas, na qual se destacam recompras líquidas, ao longo do ano, no valor de 16.619 milhões de euros. Como consequência, a carteira de obrigações não subordinadas

recompradas registou um fortíssimo aumento de 142% em 2011. Salienta-se que foram especificamente as obrigações hipotecárias que responderam por 43,6% da totalidade das recompras destas obrigações no último ano.

## Anexo

**Tabela 50: Contas extrapatrimoniais agregadas, a 31 de Dezembro de 2011**

	<b>2011</b> milhões €
<b>Garantias Prestadas e Outros Passivos Eventuais</b>	<b>128.691</b>
Garantias e avales	37.324
Aceites e endossos	11
Transacções com recurso	18
Cartas de crédito stand-by	491
Créditos documentários abertos	3.844
Fianças e indemnizações (contra-garantias)	1.401
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	4.079
Garantias reais (activos dados em garantias)	81.523
<b>Garantias Recebidas</b>	<b>481.079</b>
Garantias e avales	130.360
Por aceites e endossos	163
Por transacções com recurso	-
Por cartas de crédito stand-by	663
Por créditos documentários abertos	35
Por fianças e indemnizações - contra-garantias	7.089
Outras garantias recebidas	31.514
Garantias reais (activos recebidos em garantias)	311.255
<b>Compromissos Perante Terceiros</b>	<b>59.189</b>
Opções sobre activos (vendidas)	150
Operações a prazo	99
Contratos a prazo de depósitos	568
Linhas de crédito irrevogáveis	8.098
Subscrição de títulos	4.819
Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência ainda não recebidas	21
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o fundo garantia de depósitos	444
Responsabilidade potencial para com o sistema indemnização aos investidores	115
Outros compromissos irrevogáveis	7.002
Linhas de crédito revogáveis	33.626
Facilidades descoberto em conta	2.290
Outros compromissos revogáveis	1.957

Fonte: IFs, APB.

Anexo (cont.)

Tabela 50: Contas extrapatrimoniais agregadas, a 31 de Dezembro de 2011 (cont.)

	2011 milhões €
<b>Compromissos Assumidos por Terceiros</b>	<b>4.479.542</b>
Opções sobre activos (compradas)	56
Linhas de crédito irrevogáveis	2.590
Subscrição de títulos	20
Outros compromissos irrevogáveis	2.184.910
Linhas de crédito revogáveis	95
Facilidades descoberto em conta	-
Outros compromissos revogáveis	2.291.871
<b>Operações Cambiais e Instrumentos Derivados</b>	<b>609.786</b>
Operações cambiais à vista	2.524
Operações cambiais a prazo - negociação	4.743
Contratos a prazo de taxa de juro "FRA" - negociação	723
Operações de swap - negociação	499.268
Futuros e outras operações a prazo - negociação	10.301
Opções - negociação	19.528
Operações cambiais a prazo - cobertura	348
Contratos a prazo de taxa de juro "FRA" - cobertura	311
Operações de swap - cobertura	62.640
Futuros e outras operações a prazo - cobertura	2.023
Opções - cobertura	850
Contratos de garantia de taxas de juro (caps e floors) - cobertura	6.527
<b>Responsabilidades por Prestação de Serviços</b>	<b>371.633</b>
De depósito e guarda de valores	321.142
De cobrança de valores	11.914
Valores administrados pela instituição	37.013
Fundos consignados	1
Outras	1.563
<b>Serviços Prestados por Terceiros</b>	<b>231.803</b>
Por depósito e guarda de valores	151.096
Por cobrança de valores	1.303
Por administração de valores	34
Por outros serviços	79.370
<b>Outras Contas Extrapatrimoniais</b>	<b>-5.069.093</b>

Fonte: IFs, APB.

## VII.2. Análise da demonstração de resultados

### VII.2.1. Análise de estrutura

Em 2011, a actividade das instituições financeiras associadas desenvolveu-se num cenário especialmente desfavorável. Não só pelo contexto já referido que se viveu em Portugal e na Europa, mas também pela necessidade de as instituições financeiras nacionais terem de ajustar os seus balanços aos requisitos previstos no Programa de Assistência Económica e Financeira.

**Tabela 51: Demonstração de resultados agregada (2011)**

	2011	
	milhões €	% PB
+ Juros e rendimentos similares	21.121	
- Juros e encargos similares	15.993	
<b>Margem Financeira (MF)</b>	<b>5.128</b>	<b>54,4%</b>
+ Rendimentos de serviços e comissões	3.292	
- Encargos com serviços e comissões	603	
Resultados de Serviços e Comissões	2.689	28,6%
+ Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-467	
+ Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1	
+ Resultados de reavaliação cambial	6	
Resultados de Operações Financeiras	-460	-4,9%
+ Rendimentos de instrumentos de capital	1.211	
+ Resultados de alienação de outros activos	156	
+ Outros resultados de exploração	697	
Outros Resultados	2.064	21,9%
<b>Produto Bancário (PB)</b>	<b>9.421</b>	<b>100,0%</b>
- Custos com pessoal	3.214	
- Gastos gerais administrativos	2.067	
- Amortizações do exercício	447	
Custos Operativos	5.728	60,8%
<b>Resultado Bruto de Exploração (RBE)</b>	<b>3.693</b>	<b>39,2%</b>
- Provisões líquidas de reposições e anulações	-170	
- Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) <sup>96</sup>	3.388	
- Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	1.438	
- Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	1.071	
Provisões e Imparidades	5.727	60,8%
<b>Resultado Antes de Impostos (RAI)</b>	<b>-2.034</b>	<b>-21,6%</b>

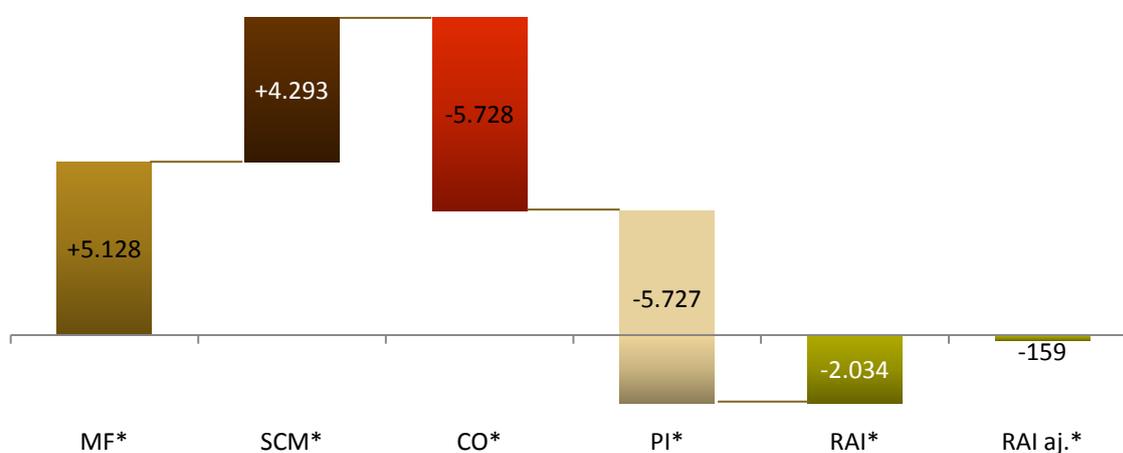
Fonte: IFs

<sup>96</sup> Ao longo da análise, esta rubrica também é designada por imparidades de crédito.

Como consequência, a *performance* das instituições financeiras associadas<sup>97</sup> veio a contrastar em muito com a de anos anteriores. De tal forma, que o resultado antes de impostos agregado (RAI) caiu para valores negativos (ver Tabela 51, pág. 114), devido sobretudo a eventos extraordinários, a maioria deles não recorrentes.

Como habitual no negócio bancário, a actividade de intermediação constituiu, em 2011, a principal fonte de resultados das instituições financeiras associadas, representando 54,4% do produto bancário. Os restantes resultados derivaram das actividades de serviços a clientes e de mercado<sup>98</sup> (SCM) (45,6%), com particular destaque para os resultados de serviços e comissões (28,6%) e os rendimentos de instrumentos de capital (12,9%). No seu conjunto, os resultados da actividade bancária somaram um total de 9.421 milhões de euros (ver Tabela 51, pág. 114).

**Gráfico 45: Formação do resultado antes de impostos agregado (2011)**



Fonte: IFs.

Nota: \* MF – margem financeira; SCM – actividades de serviços a clientes e de mercado; CO – custos operativos; PI – provisões e imparidades; RAI – resultado antes de impostos; RAI aj. – resultado antes de impostos expurgado de eventos extraordinários\*\*.

\*\* Os eventos extraordinários referem-se aos eventos não recorrentes (imparidades de crédito contabilizadas adicionalmente no âmbito do Programa Especial de Inspeções (SIP); perdas reconhecidas com a aplicação de um *haircut* à dívida soberana grega; e custos com a transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos para o Estado) e à Contribuição sobre o Sector Bancário (73 milhões de euros) que foi contabilizada na rubrica de Outros resultados de exploração.

Em termos de estrutura de custos, os operativos foram uma parcela importante, absorvendo 60,8% do produto bancário (ver Tabela 51, pág. 114). Dentro destes sobressaíram os custos com pessoal, cujo peso de 56,1% no total dos custos operativos revela a intensidade com que o sector bancário emprega mão-de-obra. A título excepcional, esta rubrica compreende, em 2011, os custos associados à transferência parcial dos fundos de pensões de algumas instituições financeiras

<sup>97</sup> Tendo em conta a amostra de base deste Boletim, que é constituída por 33 instituições financeiras associadas.

<sup>98</sup> Os resultados das actividades de serviços a clientes e de mercado somam os resultados de serviços e comissões, os resultados de operações financeiras, e outros resultados (ver Tabela 51, pág. 114).

associadas para a Segurança Social (201 milhões de euros).<sup>99</sup> Quanto aos restantes 2.514 milhões de euros de custos operativos, estes foram maioritariamente (82,2%) devidos a gastos gerais administrativos.

Os encargos com provisões e imparidades, com um peso no produto bancário equiparado aos custos operativos (60,8%), tiveram um destaque relevante em 2011. Os 5.727 milhões de euros que atingiram deveram-se essencialmente às rubricas de imparidades de crédito e de activos financeiros líquidas de reversões e recuperações, cujos valores a 31 de Dezembro (3.388 e 1.438 milhões de euros, respectivamente) reflectem duas realidades. Em primeiro lugar, a deterioração da qualidade do crédito a clientes e as tensões registadas nos mercados financeiros; em segundo lugar, o impacto de dois eventos não recorrentes verificados no ano, a saber: o reconhecimento de imparidades de crédito mais acentuadas no seguimento do Programa Especial de Inspeções (SIP) aos oito maiores grupos bancários nacionais (520 milhões de euros) e a contabilização de perdas avultadas nos títulos de dívida soberana grega detidos em carteira (874 milhões de euros) (ver Tabela 51, 114).

Em virtude do montante que os custos operativos, provisões e imparidades alcançaram em 2011 (11.455 milhões de euros), o produto bancário gerado (9.421 milhões de euros) não foi suficiente para os cobrir (ver Gráfico 45, pág. 115). Consequentemente, o resultado antes de impostos agregado apresentou-se negativo no montante de 2.034 milhões de euros. Repare-se, no entanto, que sem os eventos extraordinários (que ascenderam a 1.875 milhões de euros), o RAI agregado teria sido substancialmente menos negativo (-159 milhões de euros).

Comparando a *performance* de 2011 com a de anos anteriores<sup>100</sup> (ver Tabela 52 e Gráfico 46, pág. 117), sobressai que, apesar de 2011 ter sido o primeiro ano em que o RAI foi negativo no período em análise, este resultado vem no seguimento da tendência decrescente verificada entre 2008 e 2010, anos em que o RAI caiu, em média, 36%. Em 2011, a queda do RAI foi de 302,8%, mas largamente determinada, como já atrás referido, pelo impacto de factores extraordinários. Na totalidade do período, o resultado antes de impostos perdeu 44,3 pontos percentuais enquanto percentagem do produto bancário, 32 pontos percentuais dos quais em 2011, somente (ver Gráfico 46, pág. 117). Factores extraordinários à parte, esta evolução tem sido motivada pela crescente dificuldade em gerar um nível de resultados capaz de compensar o consistente aumento dos custos operativos, provisões e imparidades.

---

<sup>99</sup> Quatro instituições registaram estes custos não em custos com pessoal, mas em outros resultados de exploração (207 milhões de euros), o que perfaz um total de 408 milhões de euros de encargos para os bancos com a referida transferência.

<sup>100</sup> Ver nota de rodapé 36, pág. 32.

**Tabela 52: Composição e evolução das principais rubricas que compõem a demonstração de resultados agregada (2008 – 2011)**

	2008	2009	2010 <sup>a)</sup>	2011	Média
<b>Margem Financeira (MF)</b>					
Total (milhões)	6.149	5.427	5.082	5.108	-
Taxa de crescimento anual	-	-11,7%	-6,4%	0,5%	-5,9%
<b>Actividades de Serviços a Clientes e de Mercado (SCM)</b>					
Total (milhões)	4.869	5.126	4.804	4.269	-
Taxa de crescimento anual	-	5,3%	-6,3%	-11,1%	-4,0%
<b>Produto Bancário (PB) <sup>b)</sup></b>					
Total (milhões)	11.018	10.553	9.886	9.377	-
Taxa de crescimento anual	-	-4,2%	-6,3%	-5,1%	-5,2%
<b>Custos Operativos (CO)</b>					
Total (milhões)	5.592	5.622	5.783	5.698	-
Taxa de crescimento anual	-	0,5%	2,9%	-1,5%	0,6%
<b>Provisões e Imparidades (PI)</b>					
Total (milhões)	2.952	3.221	3.095	5.723	-
Taxa de crescimento anual	-	9,1%	-3,9%	84,9%	30,0%
<b>Resultado Antes de Impostos (RAI) <sup>c)</sup></b>					
Total (milhões)	2.474	1.710	1.008	-2.044	-
Taxa de crescimento anual	-	-30,9%	-41,1%	-302,8%	-

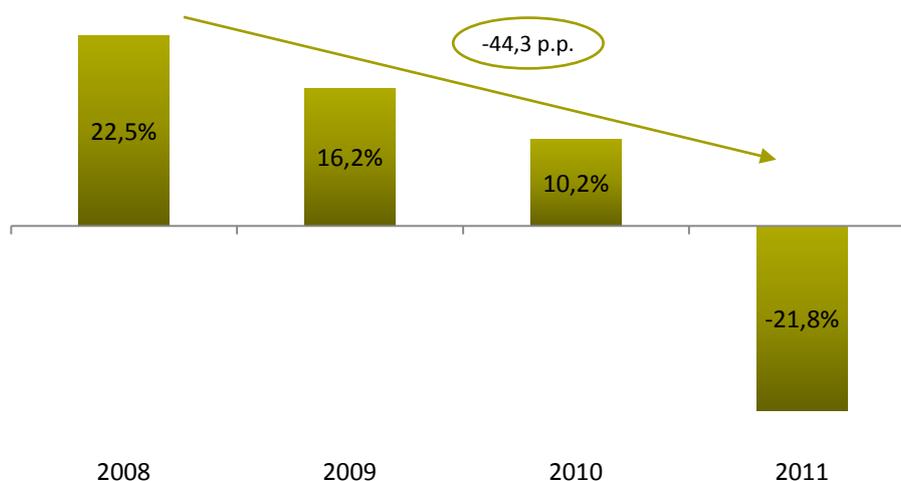
Fonte: IFs.

<sup>a)</sup> Os valores nesta coluna não coincidem com os do Boletim Informativo nº 46 (2010) devido a um ajustamento efectuado nos dados fornecidos por duas instituições financeiras, após a elaboração e publicação daquele.

<sup>b)</sup> PB = MF + SCM

<sup>c)</sup> RAI = PB - CO - PI

**Gráfico 46: Evolução do resultado antes de impostos, como percentagem do produto bancário (2008 – 2011)**

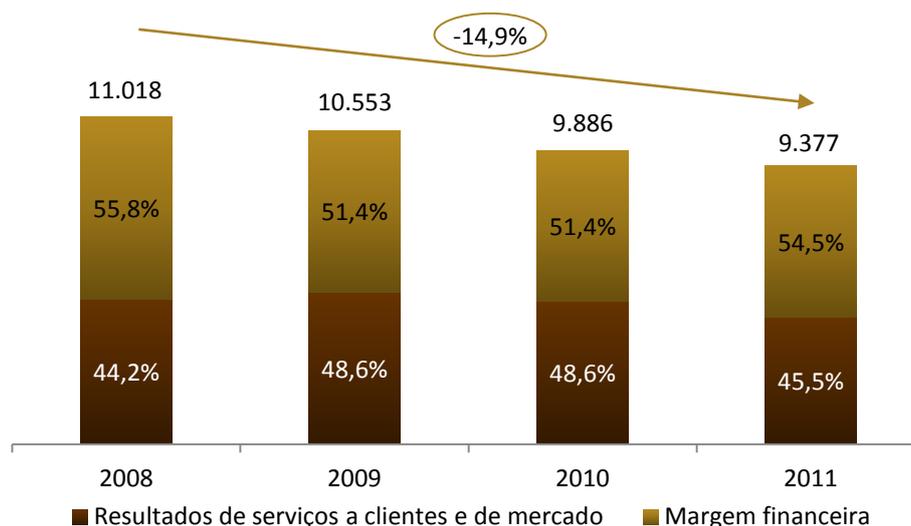


Fonte: IFs, APB.

Com efeito, entre 2008 e 2011, o produto bancário agregado das instituições financeiras associadas diminuiu, em média, 5,2% ao ano, e 14,9% no período (i.e. 1.641 milhões de euros) (ver Tabela 52, pág. 117, e Gráfico 47). Para este comportamento concorreram tanto as perdas registadas na actividade de intermediação como na de serviços a clientes e de mercado. Todavia, foi a actividade de intermediação que tem exercido uma maior pressão descendente sobre o produto bancário (1.041 milhões de euros a menos, desde 2008, ou seja uma quebra de 16,9% na margem financeira). As actividades de serviços a clientes e de mercado registaram no mesmo período uma perda de 600 milhões de euros apenas, correspondente a uma queda de 12,3% com referência a 2008 (ver Tabela 52, pág. 117).

Apesar desta evolução, tal não alterou a estrutura básica de composição do produto bancário entre 2008 e 2011, constituindo a intermediação bancária a base dominante do modelo de negócio bancário (ver Gráfico 47).

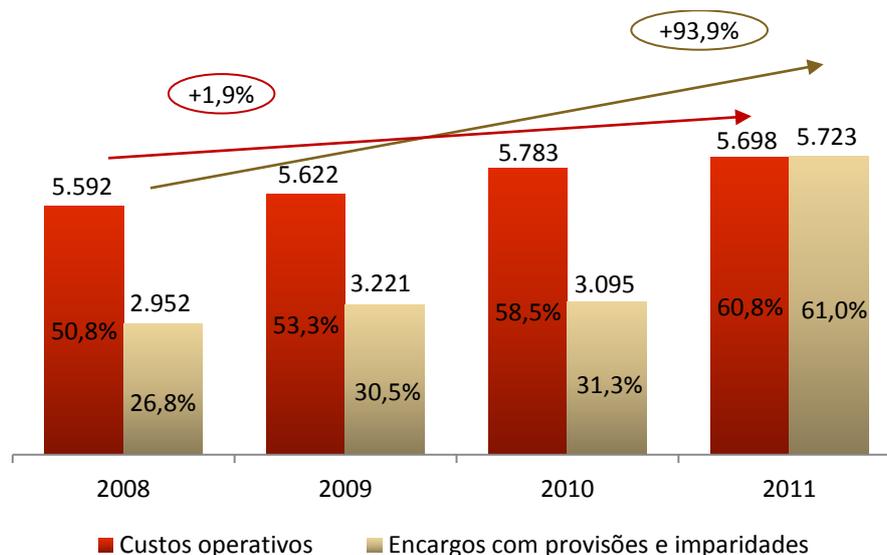
**Gráfico 47: Evolução da margem financeira e dos resultados de serviços a clientes e de mercado como percentagem do produto bancário (2008 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

No mesmo período (2008-2011), o conjunto dos custos operativos, provisões e imparidades cresceu 33,7%, ou seja 2.877 milhões de euros, atingindo em 2011 o montante de 11.421 milhões de euros (ver Tabela 52, pág. 117 e Gráfico 48, pág. 119). No entanto, enquanto os custos operativos evidenciaram uma taxa de crescimento de 1,9%, os encargos com provisões e imparidades cresceram 93,9%, penalizando fortemente, e em particular, os resultados de 2011.

**Gráfico 48: Evolução dos custos operativos, provisões e imparidades como percentagem do produto bancário (2008 – 2011)**



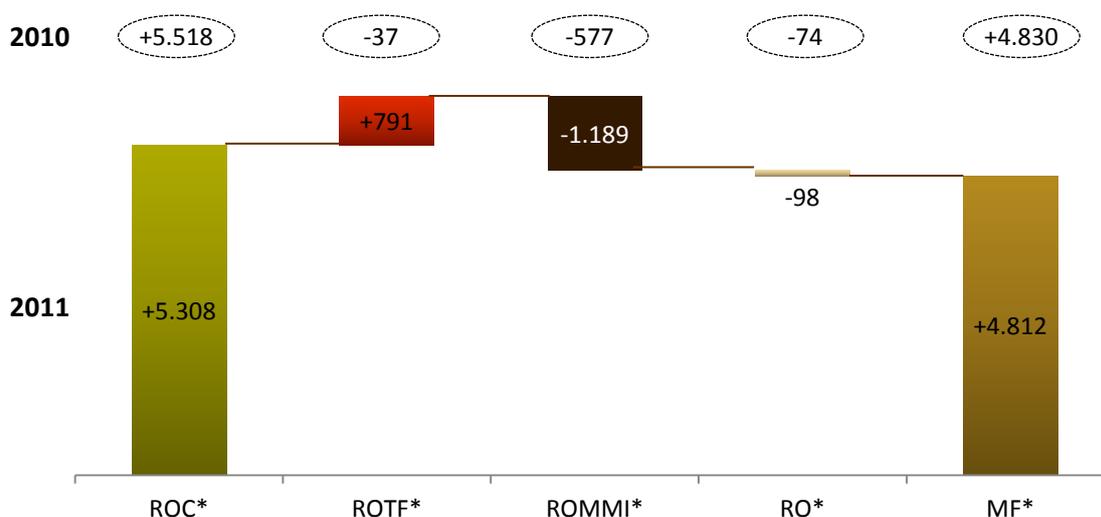
Fonte: IFs, APB.

A disparidade de comportamento destes dois tipos de custos, especialmente no último ano, explica a profunda alteração verificada na estrutura de custos do sector bancário (ver Tabela 52, pág. 117, e Gráfico 48). Se entre 2008 e 2010, os custos operativos representavam quase o dobro das provisões e imparidades e eram a única rubrica a absorver mais de 50% do produto bancário, em 2011, a situação mostrou-se radicalmente distinta. No último ano, ambas as rubricas alcançaram valores e pesos muito semelhantes, tendo, no seu conjunto, superado o produto bancário em 21,7%.

## VII.2.2. Análise da margem financeira

Em 2011, o resultado da actividade de intermediação bancária das instituições financeiras associadas<sup>101</sup> totalizou 4.812 milhões de euros (ver Gráfico 49 e Tabela 57, pág. 127). Para este valor da margem contribuíram positivamente os resultados em operações com clientes<sup>102</sup> (5.308 milhões de euros) e os resultados em operações com títulos financeiros<sup>103</sup> (791 milhões de euros). Os resultados em operações no mercado monetário interbancário<sup>104</sup> tiveram uma prestação muito negativa (-1.189 milhões de euros) (ver Gráfico 49).

**Gráfico 49: Decomposição da margem financeira agregada (2010 - 2011), por tipologia de resultados (em milhões de euros)**



Fonte: IFs, APB.

Nota: \* ROC – resultados em operações com clientes; ROTF – resultados em operações com títulos financeiros; ROMMI – resultados em operações no mercado monetário interbancário; RO - Resultados com outros; MF – margem financeira.

Comparativamente ao período homólogo, a margem financeira registou, em 2011, uma quebra ligeira de 0,4%. Com excepção dos resultados em operações com títulos financeiros, que melhoraram 828 milhões de euros, todos os outros resultados se comportaram de forma desfavorável. Dentro destes destacou-se, em particular, o contributo negativo dos resultados em

<sup>101</sup> A amostra considerada nesta análise não inclui o Finantia e o Barclays por falta de informação detalhada, conforme já referido em nota de rodapé nº 77, pág. 91.

<sup>102</sup> Os resultados em operações com clientes agregam as rubricas de juros de crédito e de juros de recursos de clientes (ver Tabela 53, pág. 121).

<sup>103</sup> Os resultados em operações com títulos financeiros conjugam as seguintes rubricas: juros de activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados, juros de activos financeiros disponíveis para venda, juros de investimentos detidos até à maturidade, juros de derivados para gestão de risco (rendimentos e encargos), juros de passivos financeiros detidos para negociação, juros de responsabilidades representadas por títulos, e juros de passivos subordinados (ver Tabela 55, pág. 124).

<sup>104</sup> Os resultados em operações no mercado monetário interbancário incorporam os juros de disponibilidades e aplicações em Bancos Centrais, juros de disponibilidades e aplicações em outras IC's, juros de recursos de Bancos Centrais, e juros de recursos de outras instituições de crédito (ver Tabela 56, pág. 125).

operações no mercado monetário interbancário (-612 milhões de euros) que caíram mais de 100% (ver Gráfico 49, pág. 120 e Tabela 57, pág. 127).

**Tabela 53: Decomposição dos resultados em operações com clientes (2010 - 2011)**

	2010	2011	Variação	
	milhões €	milhões €	milhões €	%
<b>Operações com Clientes</b>				
+ Juros de crédito	7.854	9.718	1.864	23,7%
- Juros de recursos de clientes	2.336	4.410	2.074	88,8%
<b>Total</b>	5.518	5.308	-210	-3,8%

Fonte: IFs, APB.

De acordo com a Tabela 53, a principal fonte de resultados da margem financeira (os resultados em operações com clientes) alcançou os 5.308 milhões de euros em 2011, ficando 3,8% abaixo do valor registado no ano anterior.

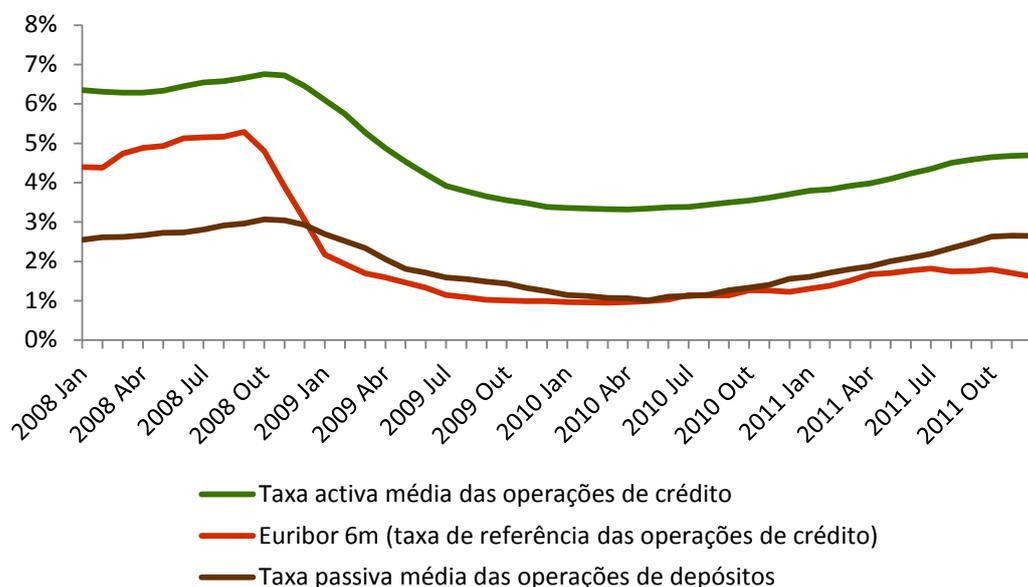
Esta variação foi o produto líquido dos esforços empreendidos pela generalidade das instituições financeiras associadas no sentido, por um lado de captarem financiamento mais estável através da implementação de políticas comerciais agressivas que privilegiaram a oferta de taxas de remuneração sobre depósitos mais atractivas, e por outro lado de moderarem a concessão de crédito<sup>105</sup> pela aplicação de critérios de avaliação do risco e de condições de atribuição de crédito mais exigentes, entre eles a solicitação de taxas de crédito mais elevadas. No final, o efeito volume / preço positivo que se verificou a nível das operações passivas com clientes não foi proporcionalmente correspondido pelo efeito volume / preço a nível das operações activas, pelo que a margem financeira se estreitou em 2011.

O Gráfico 50, pág. 122, permite observar o comportamento temporal das taxas médias mensais sobre operações de crédito e de depósitos. Simultaneamente, a Tabela 54, pág. 122 completa esta informação com a indicação dos valores médios, máximos e mínimos atingidos por aquelas taxas e a Euribor a 6 meses, em 2010 e 2011.

Como se pode verificar, assistiu-se em 2011 a uma subida generalizada e muito acentuada das taxas de juro activas e passivas sobre operações com clientes assim como da Euribor. A taxa média anual activa em 2011 situou-se 90 pontos base acima da sua homóloga no ano anterior, sendo também de 90 pontos base a amplitude de variação ocorrida nas taxas activas médias mensais no ano (contra 34 pontos base, em 2010). Idêntico padrão, mas mais pronunciado, se observou na taxa média anual passiva – 100 pontos base acima da sua homóloga em 2010, e uma amplitude de variação nas taxas passivas médias mensais no ano de 104 pontos base (contra 42 pontos base, em 2010) (ver Tabela 54, pág. 122). Mais ainda, os valores registados em 2011, em qualquer das taxas médias mensais em questão, foram sempre superiores aos verificados no ano anterior (i.e. os valores mínimos atingidos em 2011 corresponderam ou até excederam os máximos de 2010) (ver Tabela 54, pág. 122).

<sup>105</sup> No âmbito das medidas preconizadas para o sector bancário pelo PAEF.

**Gráfico 50: Evolução da taxa Euribor (6m), da taxa activa média das operações de crédito, e da taxa passiva média das operações de depósitos (Jan. 2008 – Dez. 2011)**



Fonte: Bloomberg, BdP, APB.

Nota: A taxa activa média das operações de crédito foi obtida por meio da ponderação das taxas de juro mensais de saldos de empréstimos concedidos por instituições financeiras monetárias a residentes na área do euro pelo saldo respectivo em fim de mês.

A taxa passiva média sobre depósitos de clientes foi obtida por meio da ponderação das taxas de juro mensais de saldos de depósitos com prazo acordado de residentes na área do euro em instituições financeiras monetárias pelo saldo respectivo em fim de mês (dados obtidos a partir do Boletim Estatístico do Banco de Portugal (Maio 2012)).

**Tabela 54: Principais estatísticas descritivas para a Euribor (6m), a taxa activa média mensal das operações de crédito e a taxa passiva média mensal das operações de depósitos**

	Euribor 6m (E)	Taxa activa média mensal das operações de crédito (C)	C – E (pp)	Taxa passiva média mensal das operações de depósitos (D)	D – E (pp)
<b>2010</b>					
Média	1,1%	3,4%	2,3	1,2%	0,1
Máximo	1,3%	3,7%	-	1,6%	-
Mínimo	0,9%	3,3%	-	1,0%	-
Variação Jan. – Dez. (pp)	0,26	0,34	0,08	0,42	0,16
<b>2011</b>					
Média	1,6%	4,3%	2,7	2,2%	0,6
Máximo	1,8%	4,7%	-	2,7%	-
Mínimo	1,3%	3,8%	-	1,6%	-
Variação Jan. – Dez. (pp)	0,31	0,90	0,59	1,04	0,73

Fonte: BdP.

O comportamento observado das taxas de juro activas e passivas médias mensais com clientes aponta para um crescimento mais acentuado das últimas em 2011. Ainda que a sua evolução tenha sido acompanhada de perto pelas taxas médias mensais sobre as operações de crédito, o ritmo

de crescimento destas foi inferior. Daí que o diferencial entre elas se tenha estreitado no ano (passando de 2,2 pontos percentuais para 2,1 pontos percentuais na base da média anual de ambas as taxas) (ver Tabela 54, pág. 122). Tal traduziu-se num efeito preço negativo sobre os resultados em operações com clientes.

Em 2011, a pressão sobre o sector bancário para reduzir o rácio de transformação, aumentar os depósitos de clientes e reduzir a sua dependência do financiamento por grosso esteve na origem da subida tão pronunciada da taxa passiva média mensal das operações de depósito. A subida não foi, porém, uniforme ao longo do ano. Se entre Janeiro e Outubro, a taxa passiva média cresceu de forma continuada, no final do ano a sua variação foi nula (tendo-se fixado em 2,7% em Novembro e Dezembro). Esta estabilização foi induzida pela intervenção prudencial do Banco de Portugal que, em Novembro, emitiu a Instrução nº 28/2011<sup>106</sup> com vista a moderar as elevadas taxas de depósito (“super depósitos”) que vinham a ser oferecidas por algumas instituições financeiras.<sup>107</sup>

Esta intervenção não foi de molde porém a evitar que se tivesse assistido no ano a uma subida muito expressiva do nível de recursos de clientes no balanço agregado das instituições financeiras associadas, em larga medida, em consequência da intensificação da concorrência entre os bancos através da prática das já referidas políticas comerciais. O efeito volume reforçou assim o efeito negativo do preço em operações de depósito sobre os resultados em operações de clientes.

Entretanto, a evolução ascendente mais moderada da taxa activa média no ano é justificada por dois efeitos. Em primeiro lugar, pelo aumento da taxa Euribor,<sup>108</sup> cuja média em 2011 foi superior à de 2010 ainda que por 50 pontos base apenas (ver Tabela 54, pág. 122). Em segundo lugar, pelo aumento dos *spreads* aplicados nas operações de crédito, no seguimento de “uma percepção menos favorável dos riscos” por parte das instituições financeiras e do “aumento dos custos de financiamento e restrições de balanço”.<sup>109</sup> O agravamento dos *spreads* é visível no aumento do diferencial entre a média anual das taxas activas médias mensais e a média anual da Euribor: 2,3 pp em 2010 para 2,7 pp em 2011 (ver Tabela 54, pág. 122).

Importa salientar, no entanto, que o aumento dos *spreads* não se repercutiu de igual forma em todas as tipologias de crédito sobre a respectiva taxa activa média mensal. De facto, a repercussão foi mais visível no crédito concedido a sociedades não financeiras, uma vez que este envolve contratos com maturidades mais curtas, o que permite às instituições financeiras ajustarem mais rapidamente a taxa de remuneração exigida. Já no caso do crédito a particulares, onde predomina o crédito à habitação, o impacto do aumento dos *spreads* não foi tão notório. Ao predominarem contratos com maturidades mais longas e com *spreads* fixos para todo o período, o

<sup>106</sup> Com esta instrução o Banco de Portugal introduziu penalizações em termos de fundos próprios para as instituições que oferecessem taxas consideradas excessivas nos seus depósitos.

<sup>107</sup> O impacto desta intervenção na taxa média anual passiva foi pouco significativo, porque ocorreu apenas no final do ano e porque veio afectar somente os novos depósitos. Dado que estes tiveram pouco peso no total do *stock* de depósitos em 2011, na sua maioria a prazo, a repercussão desta intervenção em 2011 foi pequena.

<sup>108</sup> Como em Portugal grande parte dos empréstimos concedidos a particulares e empresas são a taxa variável, indexados à Euribor, a evolução do indexante repercute-se na evolução da taxa activa média das operações de crédito. Este impacto não é, porém, imediato (há um desfasamento temporal), porque a taxa dos empréstimos não é revista diariamente mas antes com uma periodicidade igual ao prazo do indexante (neste caso 6 meses). Ver Carta-Circular nº 1/2008/DSB, de 15 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

<sup>109</sup> Consultar os Inquéritos aos Bancos sobre o Mercado de Crédito referentes a 2011 (Janeiro, Abril, Julho e Outubro), do Banco de Portugal.

ajustamento da rentabilidade da carteira de crédito à habitação apenas será visível no médio/longo prazo. Mesmo tendo havido a aplicação de *spreads* mais elevados nas novas operações de crédito ocorridas, o peso destas foi pouco significativo em 2011 no total da carteira o que implica que o seu contributo para a taxa activa média mensal tenha sido reduzido. Adicionalmente, o efeito positivo (já de si mais moderado) do preço (taxa de juro) em operações de crédito sobre os resultados em operações de clientes acabou contrabalançado em 2011 pelo facto ainda da concessão de crédito em geral ter diminuído e o saldo global de crédito bruto a clientes ter contraído no ano (efeito volume negativo).

No que respeita aos resultados em operações com títulos financeiros, estes melhoraram no último ano em 828 milhões de euros. Esta evolução foi explicada pelo aumento muito significativo dos resultados nas restantes operações, que inclusive absorveu a totalidade das quebras verificadas nos resultados em operações de negociação e de cobertura. (ver Tabela 55).

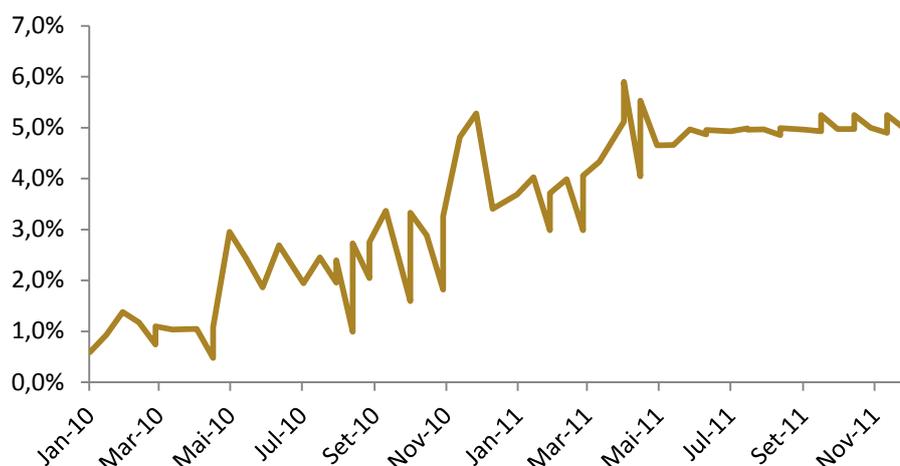
**Tabela 55: Decomposição dos resultados em operações com títulos financeiros (2010 – 2011)**

	2010	2011	Variação	
	milhões €	milhões €	milhões €	%
<b>Operações de Negociação</b>				
+ Juros de activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	3.692	3.720	28	0,8%
- Juros de passivos financeiros detidos para negociação	3.093	3.445	352	11,4%
Total	599	275	-324	-54,1%
<b>Operações de Cobertura</b>				
+ Juros de derivados para gestão de risco	1.950	1.275	-675	-34,6%
- Juros de derivados para gestão de risco	1.590	1.099	-491	-30,9%
Total	360	176	-184	-51,1%
<b>Restantes Operações</b>				
+ Juros de activos financeiros disponíveis para venda	1.380	2.445	1.065	77,2%
+ Juros de investimentos detidos até à maturidade	325	502	177	54,5%
- Juros de responsabilidades representadas por títulos	2.286	2.246	-40	-1,7%
- Juros de passivos subordinados	415	361	-54	-13,0%
Total	-996	340	1.336	134,1%
<b>Total</b>	<b>-37</b>	<b>791</b>	<b>828</b>	<b>-</b>

Fonte: IFs, APB.

Para o crescimento de 1.336 milhões de euros nos resultados das restantes operações contribuíram todas as rubricas em questão, mas especialmente a referente a juros de activos financeiros disponíveis para venda. A sua variação de 1.065 milhões terá estado relacionada com um efeito volume (os montantes em carteira aumentaram, e essencialmente por via da aquisição de dívida pública nacional) a que se conjugou ainda um efeito taxa de juro positivo (o Estado português financiou-se a taxas de juro mais elevadas em 2011 do que em 2010) (ver Tabela 55 e Gráfico 51, pág. 125).

**Gráfico 51: Evolução da taxa média ponderada nos leilões de Bilhetes do Tesouro<sup>110</sup> (Jan. 2010 – Dez. 2011)**



Fonte: IGCP.

Relativamente aos resultados em operações no mercado monetário interbancário, a quebra, de 612 milhões de euros, verificada no período derivou do agravamento da *performance* das operações com Bancos Centrais e com outras instituições de crédito (estas rubricas variaram -250 milhões de euros e -362 milhões de euros, respectivamente) (ver Tabela 56).

**Tabela 56: Decomposição dos resultados em operações no mercado monetário interbancário (2010 – 2011)**

	2010	2011	Variação	
	milhões €	milhões €	milhões €	%
<b>Operações com Bancos Centrais</b>				
+ Juros de disponibilidades e aplicações em Bancos Centrais	47	53	6	12,8%
- Juros de recursos de Bancos Centrais	348	604	256	73,6%
<b>Total</b>	<b>-301</b>	<b>-551</b>	<b>-250</b>	<b>-83,1%</b>
<b>Operações com Outras Instituições de Crédito</b>				
+ Juros de disponibilidades e aplicações em outras IC's	726	1.061	335	46,1%
- Juros de recursos de outras instituições de crédito	1.002	1.699	697	69,6%
<b>Total</b>	<b>-276</b>	<b>-638</b>	<b>-362</b>	<b>-131,2%</b>
<b>Total</b>	<b>-577</b>	<b>-1.189</b>	<b>-612</b>	<b>-106,1%</b>

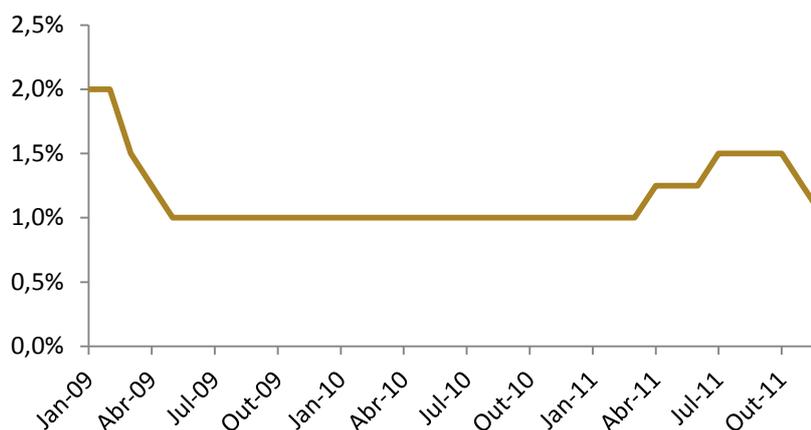
Fonte: IFs, APB.

No seguimento da quase total inacessibilidade aos mercados de dívida por grosso, as instituições financeiras associadas continuaram a colmatar as suas necessidades de financiamento em 2011, ainda que a um ritmo menor, com fundos provenientes do Eurosistema, tendo o *stock* do ano ultrapassado o de 2010 (ver Tabela 47, pág. 108). Conjugando este efeito volume com o facto de

<sup>110</sup> Em 2011, depois do Programa de Assistência Económica e Financeira, o Estado português emitiu maioritariamente Bilhetes do Tesouro, não tendo havido qualquer colocação de Obrigações de Tesouro.

a média anual da taxa directora do BCE (ver Gráfico 52) ter subido em 2011 (ainda que se tenha mantido a um nível considerado baixo), os juros de recursos de Bancos Centrais agravaram-se em 256 milhões de euros, apenas compensados por uma variação mínima positiva de 6 milhões de euros em juros de disponibilidades e aplicações em Bancos Centrais (ver Tabela 56, pág. 125).

**Gráfico 52: Evolução da taxa Refi (Jan. 2009 – Dez. 2011)**



Fonte: Bloomberg.

No âmbito das operações com outras instituições de crédito, o agravamento dos respectivos resultados resultou unicamente de um efeito taxa de juro. Com a subida da taxa Euribor em 2011, tanto os juros de recursos de outras instituições de crédito como os de disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito aumentaram. Todavia, dado que em balanço o montante de recursos é superior ao das disponibilidades e aplicações (posição devedora), mesmo após a quebra, ainda que desigual, que ambos registaram no ano (Tabela 46, pág. 106), o impacto da variação da taxa Euribor foi necessariamente maior sobre os juros de recursos do que sobre os juros de disponibilidades e aplicações. Em consequência, os resultados em operações com outras instituições de crédito caíram 362 milhões de euros em 2011 (ver Tabela 56, pág. 125).

Tabela 57: Decomposição da margem financeira agregada (2010 – 2011)

	2010	2011		Variação	
	milhões €	milhões €	%	milhões €	%
<b>Juros e Rendimentos Similares (JR)</b>					
Juros de crédito	7.854	9.718	48,2%	1.864	23,7%
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.692	3.720	18,5%	28	0,8%
Juros de disponibilidades e aplicações em Bancos Centrais	47	53	0,3%	6	12,8%
Juros de disponibilidades e aplicações em outras IC's	726	1.061	5,3%	335	46,1%
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	1.380	2.445	12,1%	1.065	77,2%
Juros de derivados para gestão de risco	1.950	1.275	6,3%	-675	-34,6%
Juros de investimentos detidos até à maturidade	325	502	2,5%	177	54,5%
Outros juros e proveitos similares	838	1.373	6,8%	535	63,8%
Total	16.812	20.147	100,0%	3.335	19,8%
<b>Juros e Encargos Similares (JE)</b>					
Juros de recursos de Bancos Centrais	348	604	3,9%	256	73,6%
Juros de recursos de outras instituições de crédito	1.002	1.699	11,1%	697	69,6%
Juros de responsabilidades representadas por títulos	2.286	2.246	14,6%	-40	-1,7%
Juros de recursos de clientes	2.336	4.410	28,8%	2.074	88,8%
Juros de derivados para gestão de risco	1.590	1.099	7,2%	-491	-30,9%
Juros de passivos subordinados	415	361	2,3%	-54	-13,0%
Juros de passivos financeiros detidos para negociação	3.093	3.445	22,5%	352	11,4%
Outros juros e custos similares	912	1.471	9,6%	559	61,3%
Total	11.982	15.335	100,0%	3.353	28,0%
<b>Margem Financeira (MF)</b>	4.830	4.812	-	-18	-0,4%

Fonte: IFs, APB.

### VII.2.3. Análise das actividades de serviços a clientes e de mercado

Em 2011, os resultados de serviços e comissões ascenderam a 2.547 milhões de euros e, à semelhança do que se verificou em 2010, foram a principal rubrica responsável (62,1%) pelos 4.104 milhões de euros de resultados nas actividades de prestação de serviços a clientes e de mercado (ver Tabela 58). Os restantes 1.557 milhões de euros deveram-se à *performance* muito positiva de outros resultados (2.010 milhões de euros), que mais que absorveram o resultado negativo das operações financeiras (-453 milhões de euros).

Por comparação com o ano anterior, os resultados da prestação de serviços a clientes e de mercado registaram uma quebra de 546 milhões de euros (-11,7%). Esta variação desfavorável foi devida à diminuição dos resultados de serviços e comissões (-4,6%) mas, muito em particular, à diminuição dos resultados de operações financeiras (-251,5%). A única rubrica que contrariou esta tendência foi a de outros resultados que teve um crescimento de 329 milhões de euros, ou seja de 19,6% (ver Tabela 58).

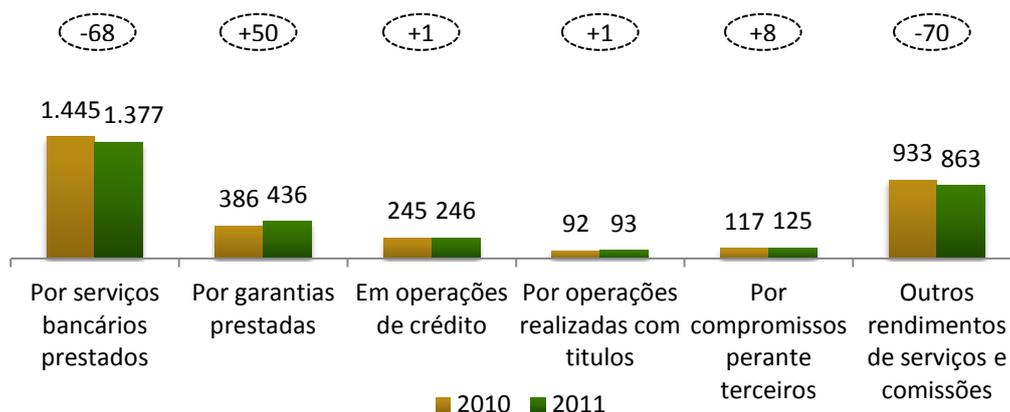
**Tabela 58: Decomposição dos resultados agregados das actividades de serviços a clientes e de mercado (2010 – 2011)**

	2010	2011		Variação	
	milhões €	milhões €	% RPSM	milhões €	%
<b>Resultados de Serviços e Comissões (RSC)</b>					
+ Rendimentos de serviços e comissões	3.218	3.140	76,5%	-78	-2,4%
- Encargos com serviços e comissões	548	593	14,4%	45	8,2%
Total	2.670	2.547	62,1%	-123	-4,6%
<b>Resultados de Operações Financeiras (ROF)</b>					
+ Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-185	-459	-11,2%	-274	-148,1%
+ Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	425	7	0,2%	-418	-98,4%
+ Resultados de reavaliação cambial	59	-1	0,0%	-60	-101,7%
Total	299	-453	-11,0%	-752	-251,5%
<b>Outros Resultados (OR)</b>					
+ Rendimentos de instrumentos de capital	1.375	1.164	28,3%	-211	-15,3%
+ Resultados de alienação de outros activos	-27	160	3,9%	187	692,6%
+ Outros resultados de exploração	333	686	16,7%	353	106,0%
Total	1.681	2.010	48,9%	329	19,6%
<b>Resultados da Prestação de Serviços a Clientes e de Mercado (RPSM)</b>					
	4.650	4.104	100,0%	-546	-11,7%

Fonte: IFs, APB.

A redução de 4,6% nos resultados de serviços e comissões (RSC), face ao ano anterior, reflecte uma diminuição dos rendimentos (-2,4%) não acompanhada por idêntica evolução dos encargos (8,2%) (ver Tabela 58).

**Gráfico 53: Decomposição dos rendimentos de serviços e comissões, em milhões de euros (2010 – 2011)**



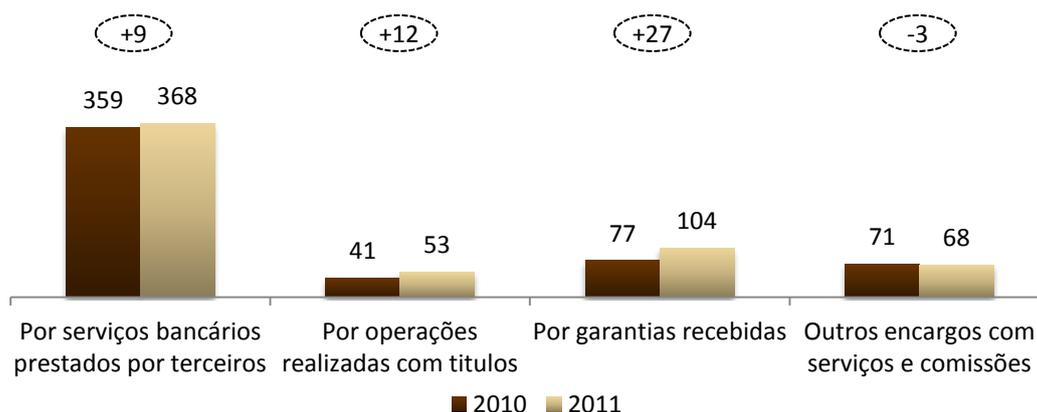
Fonte: IFs, APB.

Nota: ○ Variação 2011/2010

No caso dos rendimentos, a quebra de 78 milhões de euros que se registou em 2011 foi maioritariamente devida à rubrica de outros e à de rendimentos por serviços bancários prestados (ver Gráfico 53). Enquanto a ausência de maior detalhe não permite interpretar a evolução em outros, no caso da segunda rubrica sabe-se que ocorreu uma diminuição dos rendimentos associados à realização de operações financeiras por redução, em larga medida, do volume de actividade, em resultado do contexto económico recessivo e da instabilidade presente nos mercados financeiros.

No que respeita aos encargos (ver Gráfico 54), o respectivo crescimento foi maioritariamente motivado pelo aumento do valor em garantias recebidas, derivadas essencialmente das comissões suportadas com as emissões obrigacionistas garantidas pelo Estado.

**Gráfico 54: Decomposição dos encargos com serviços e comissões, em milhões de euros (2010 – 2011)**



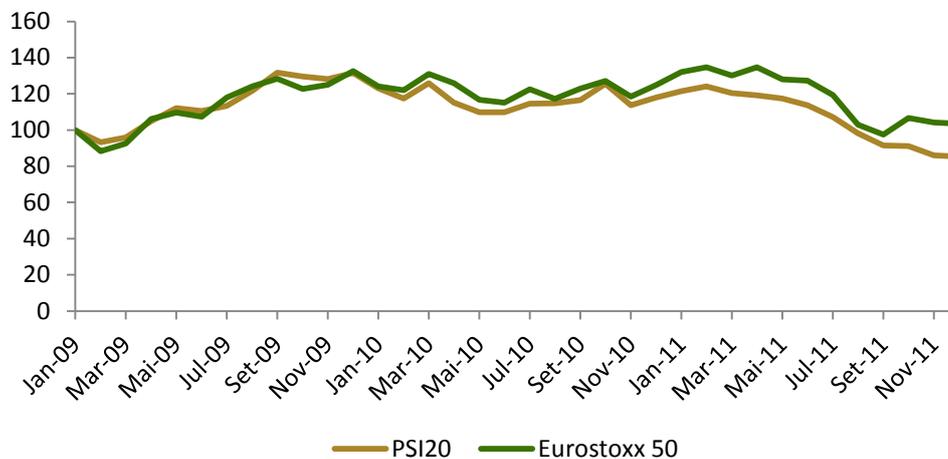
Fonte: IFs, APB.

Nota: ○ Variação 2011/2010

Relativamente aos resultados de operações financeiras (ROF) em 2011, o respectivo saldo ficou abaixo do de 2010 em 752 milhões de euros. Esta situação foi explicada pelo comportamento desfavorável de todas as rubricas que contribuem para estes resultados, mas em especial pelo dos resultados de activos financeiros disponíveis para venda (-418 milhões de euros) e pelo dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (-274 milhões de euros) (ver Tabela 58, pág. 128).

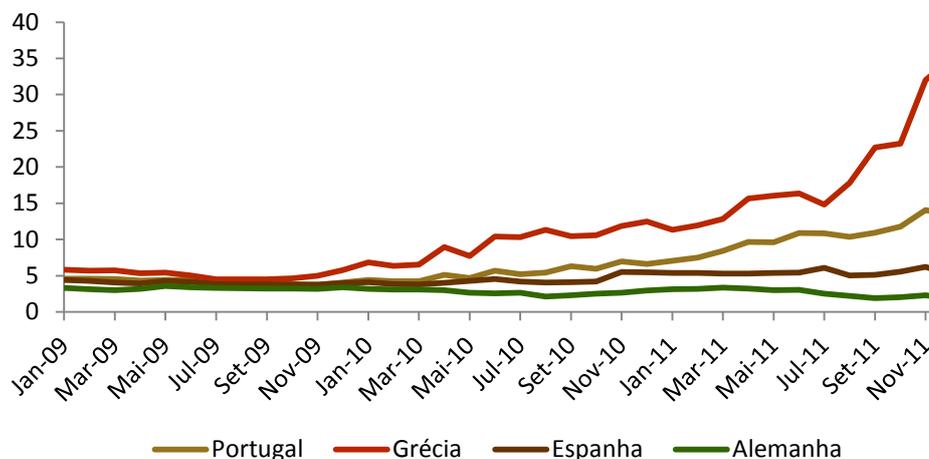
No caso dos primeiros, o comportamento evidenciado no ano derivou predominantemente do registo de perdas na venda de instrumentos de capital nos mercados accionistas (ver Gráfico 55). Além disso, as perdas com vendas de títulos de dívida foram também relevantes (ver Gráfico 56, e Gráfico 57, pág.131).

**Gráfico 55: Evolução dos principais índices accionistas (Jan. 2009 – Dez. 2011)**



Fonte: Bloomberg.

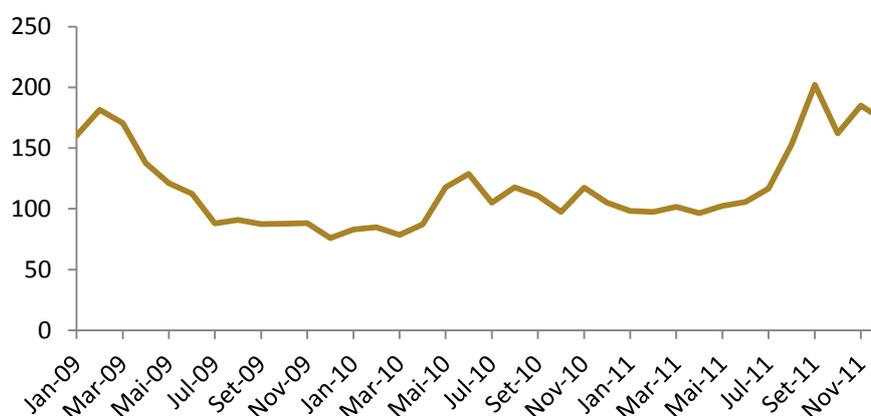
**Gráfico 56: Evolução das *yield-to-maturity* para as dívidas soberanas portuguesa, grega, espanhola e alemã (Jan. 2009 – Dez. 2011)**



Fonte: Bloomberg.

No caso dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, a sua variação reflectiu essencialmente o reconhecimento de perdas de valor em derivados (maioritariamente de taxa de juro), em títulos de dívida e de capital, embora já atenuados dos resultados positivos obtidos nos derivados de cobertura. Num contexto em que os mercados de rendimento variável tiveram quedas assinaláveis (ver Gráfico 55, pág. 130) e em que a instabilidade vivida nos mercados de dívida (pública e *corporate*) se traduziu em *yields-to-maturity* e *credit default swaps* (CDS) mais elevados (Gráfico 56, pág. 130, e Gráfico 57), estas perdas eram expectáveis.

**Gráfico 57: Evolução dos *credit default swaps* de instituições europeias consideradas *investment grade*.  
Dívida a 5 anos (Jan. 2009 – Dez- 2011)**



Fonte: Bloomberg.

Nota: Índice utilizado - Markit iTraxx Eur CDSI Generic 5Y Corp.

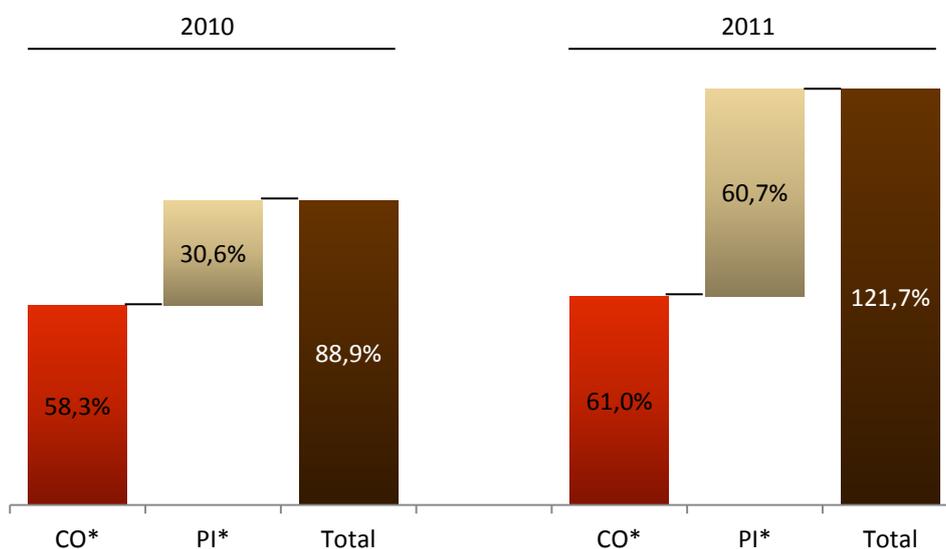
Por último, a rubrica outros resultados (OR) cresceu 19,6% (ver Tabela 58, pág. 128), em 2011, no seguimento da melhoria significativa verificada em outros resultados de exploração, e em resultados de alienação de outros activos. Refira-se que, para a evolução dos primeiros contribuiu predominantemente o reconhecimento de ganhos na aquisição de dívida emitida pelas próprias instituições financeiras associadas. O comportamento positivo dos segundos foi essencialmente explicado pela contabilização de ganhos na alienação de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

No que se refere aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), importa salientar que, apesar de terem diminuído em 2011, estes continuaram a ser a componente mais representativa da rubrica outros resultados (ver Tabela 58, pág. 128).

#### VII.2.4. Análise dos custos operativos, provisões e imparidades

De acordo com a Tabela 60, pág. 138, e em conformidade com o já mencionado anteriormente, os resultados gerados por via da intermediação bancária e da actividade de serviços a clientes e de mercado não foram suficientes, em 2011, para suportar os custos operativos e os encargos com provisões e imparidades. Se por um lado, isto pode ser explicado pela diminuição do montante daqueles resultados (564 milhões de euros), por outro, houve um impacto negativo muito significativo por parte das provisões e imparidades que aumentaram 86,6% ou seja, 2.513 milhões de euros. Repare-se, aliás, como estas últimas alcançaram, em 2011, um peso no produto bancário (60,7%) equivalente a quase o dobro do registado em 2010 (30,6%) (ver Gráfico 58). Quanto aos custos operativos, diminuíram 88 milhões de euros, ou seja 1,6%.

**Gráfico 58: Decomposição dos custos operativos, provisões e imparidades como percentagem do produto bancário (2010 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

Nota: \*CO – custos operativos; PI – provisões e imparidades.

Tanto em 2010 como em 2011, os custos operativos foram maioritariamente reflexo dos custos com pessoal e dos gastos gerais administrativos (ver Tabela 59, pág. 133). Os primeiros, com um peso no total que rondou os 56% e 57% respectivamente, demonstram como o sector bancário emprega mão-de-obra de forma intensiva. Já os segundos, que corresponderam aproximadamente a 36% dos custos operativos em ambos os anos, revelam a importância que certos serviços, como conservação e reparação, comunicação e publicidade ou mesmo arrendamento, têm para o funcionamento das instituições financeiras. Quanto às amortizações do exercício, estas tiveram um peso residual nos dois anos, quando comparadas com os outros custos.

Dentro do período em análise, os custos operativos retrocederam 1,6%. Dado que as amortizações do exercício se mantiveram constantes, aquela redução foi explicada tanto pelos

custos com pessoal, que diminuíram 0,3%, como pelos gastos gerais administrativos, que registaram uma quebra de 4% (ver Tabela 59).

**Tabela 59: Decomposição dos custos operativos, provisões e imparidades (2010 – 2011)**

	2010		2011		Variação	
	milhões €	%	milhões €	%	milhões €	%
<b>Custos Operativos (CO)</b>						
Custos com pessoal	3.093	56,0%	3.085	56,7%	-8	-0,3%
Gastos gerais administrativos	2.011	36,3%	1.931	35,5%	-80	-4,0%
Amortizações do exercício	424	7,7%	424	7,8%	0	0,0%
Total	5.528	100,0%	5.440	100,0%	-88	-1,6%
<b>Provisões e Imparidades (PI)</b>						
Provisões líquidas de reposições e anulações	-94	-3,2%	-198	-3,7%	-104	110,6%
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores	2.342	80,7%	3.116	57,6%	774	33,0%
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	391	13,5%	1.426	26,3%	1.035	264,7%
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	262	9,0%	1.070	19,8%	808	308,4%
Total	2.901	100,0%	5.414	100,0%	2.513	86,6%
<b>Custo Total (CT)</b>	8.429	-	10.854	-	2.425	28,8%

Fonte: IFs, APB.

Ao longo do último ano, a contracção dos custos com pessoal em 8 milhões de euros (ver Tabela 59) resultou da redução de colaboradores (ver Capítulo V. Recursos Humanos, pág. 37). O impacto desta redução teria sido, todavia, mais visível se algumas instituições não tivessem tido que suportar custos com a transferência parcial dos respectivos fundos de pensões para a Segurança Social.<sup>111</sup>

Em Dezembro de 2011, na sequência do acordo estabelecido entre algumas instituições financeiras e o Estado português, ocorreu a transferência parcial das responsabilidades daquelas com pensões em pagamento (reformados e pensionistas) para a Segurança Social. Para o apuramento do valor daquelas responsabilidades foram utilizados determinados pressupostos definidos pelo Estado que, na maioria dos casos, diferiam dos usados pelas instituições na sua contabilidade. Estas divergências deram lugar a diferenças entre o montante de responsabilidades transferidas e o valor dos activos dos fundos de pensões, as quais foram, na maioria dos casos, registadas na rubrica de custos com pessoal.<sup>112</sup> Estas diferenças ascenderam a 201 milhões de euros pelo que, sem este evento extraordinário, os custos com pessoal teriam sido de 2.884 milhões de euros e contraído 209 milhões de euros, ou seja 6,8% (ver Tabela 59).

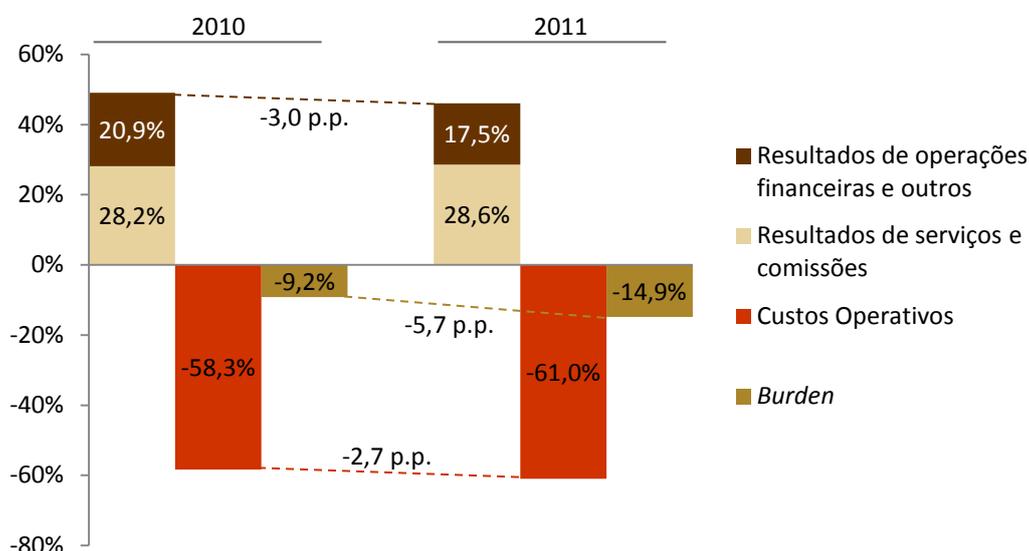
<sup>111</sup> Para uma listagem das instituições abrangidas por este programa consultar o DL nº 127/2011, de 31 de Dezembro, do Ministério das Finanças.

<sup>112</sup> Lembra-se que quatro instituições registaram estas diferenças não em custos com pessoal, mas em outros resultados de exploração, num total de 207 milhões de euros.

Por sua vez, os gastos gerais administrativos registaram uma redução de 80 milhões. Tal reflecte, essencialmente, os esforços de contenção em gastos com serviços especializados e publicidade por parte das instituições financeiras associadas.

Em termos de percentagem no produto bancário, a descida dos custos operativos (1,6%) em 2011 traduziu-se, no entanto, num reforço do seu peso em 2,7 pontos percentuais por força da maior quebra ocorrida (5,9%) no produto bancário. Entretanto, a diminuição nos resultados da actividade de serviços a clientes e de mercado (11,7%) em 2011, em muito superior à diminuição da margem financeira (0,4%), significou a perda de peso dos primeiros no produto bancário (3 pontos percentuais) no ano. Em consequência, a capacidade de cobertura dos custos operativos pelos resultados de serviços e comissões e de operações financeiras agravou-se no período 2010-2011, tendo o *burden* passado de -9,2% do produto bancário para -14,9% (ver Gráfico 59).

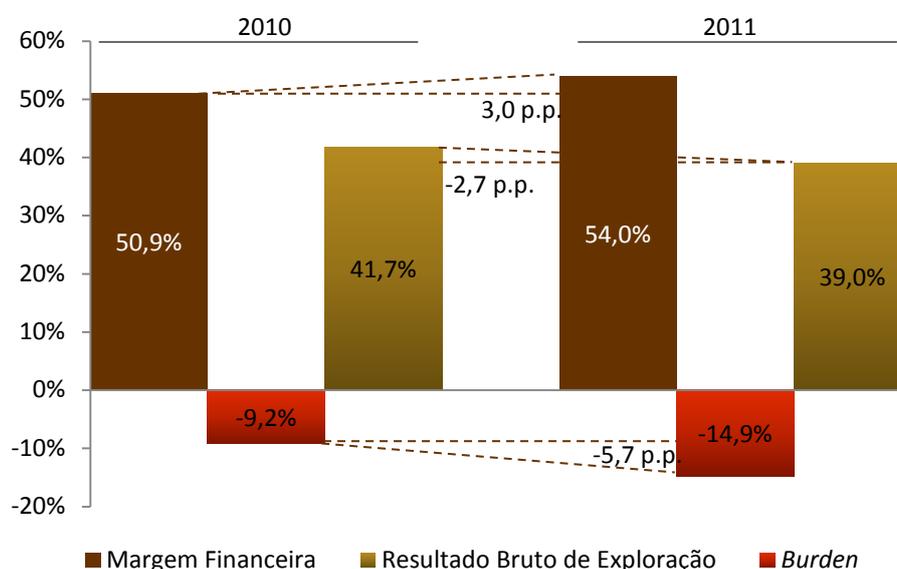
**Gráfico 59: Evolução do *burden* como percentagem do produto bancário (2010 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

Por sua vez, o aumento do peso no produto bancário da margem financeira em 3 pontos percentuais aligeirou o agravamento de 5,7% do *burden* pelo que, da sua conjugação, resultou em 2011 um resultado bruto de exploração positivo mas mais baixo em 2,7 pontos percentuais enquanto percentagem do produto bancário (ver Gráfico 60, pág. 135).

**Gráfico 60: Evolução do resultado bruto de exploração como percentagem do produto bancário por comparação entre a evolução da margem financeira e a do *burden* (2010 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

No total dos encargos com provisões e imparidades, tiveram particular destaque, nos últimos dois anos, as imparidades de crédito (80,7% em 2010 e 57,6% em 2011) e as de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações (13,5% em 2010 e 26,3% em 2011). A imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações continuou a ter uma menor relevância, mesmo depois de o seu peso no total ter aumentado 10,8 pp em 2011. Já as provisões líquidas de reposições e anulações permaneceram com saldos negativos e, como tal, foram a única rubrica a contribuir de forma positiva ainda que residualmente (3,2% em 2010 e 3,7% em 2011) para o total (ver Tabela 59, pág. 133).

Por comparação com 2010, as provisões e imparidades aumentaram substancialmente em 2011 (2.513 milhões de euros), tendo esta variação sido justificada, em muito, pela evolução da rubrica de imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações. O seu agravamento em 1.035 milhões de euros deveu-se essencialmente a imparidades reconhecidas em títulos de dívida soberana grega, no seguimento do plano de apoio das autoridades europeias e do sector privado à Grécia<sup>113</sup> (ver Tabela 59, pág. 133). No conjunto da amostra, o valor reconhecido com esta medida extraordinária ascendeu a 874 milhões de euros. Adicionalmente, esta rubrica também foi influenciada por imparidades reconhecidas em acções nacionais, como consequência da forte desvalorização do índice PSI 20.

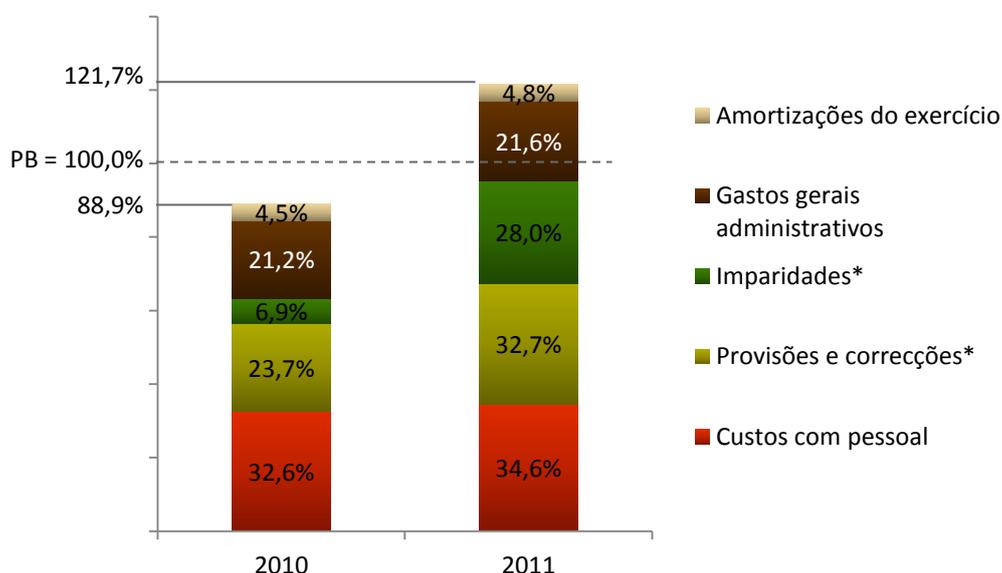
Uma outra rubrica que também contribuiu para o aumento das provisões e imparidades foi a das imparidades de crédito (774 milhões de euros) (ver Tabela 59, pág. 133). O seu crescimento de 33% em 2011 foi motivado pela conjuntura económica recessiva que se viveu em Portugal e que

<sup>113</sup> Este plano de apoio previu o reconhecimento de um *haircut* de 53,5% no valor nominal da dívida pública grega e a contabilização de perdas em virtude da conversão de 31,5% da dívida em novos títulos com maturidades mais longas (Banco de Portugal, “Relatório de Estabilidade Financeira”, Maio de 2012).

acabou por se traduzir numa maior materialização do risco de crédito. A par disto, houve também um registo de dotações para imparidades mais significativo em virtude do Programa Especial de Inspeções (SIP)<sup>114</sup> que teve lugar no último ano. Com efeito, e de acordo com a informação disponibilizada pelas instituições financeiras associadas, este evento implicou o reconhecimento de imparidades adicionais no montante de 520 milhões de euros.

Em suma, tanto as provisões e correcções como as imparidades foram um encargo relevante para as instituições financeiras em 2011, absorvendo aproximadamente 30% do produto bancário cada uma. Em conjunto, provisões e imparidades penalizaram os resultados numa proporção quase equiparada à dos custos com pessoal, rubrica que é usualmente a que tem maior impacto negativo sobre o produto bancário (ver Gráfico 61).

**Gráfico 61: Peso dos custos operativos, provisões e imparidades no produto bancário (2010 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

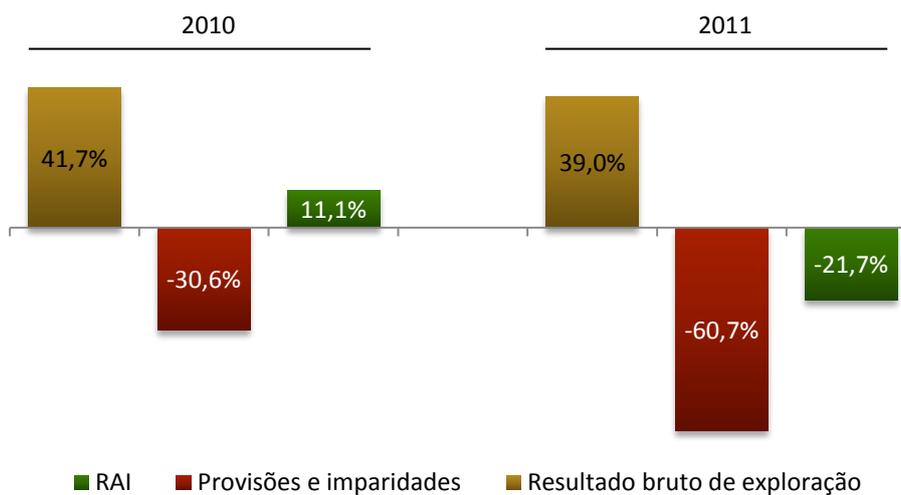
Nota: \*Imparidades – inclui imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações, e imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações; Provisões e correcções – inclui provisões líquidas de anulações, e imparidades de crédito.

O Gráfico 62, pág. 137 evidencia, entretanto, a mudança profunda ocorrida no sector bancário em termos da sua *performance* em 2011. Se em 2010, o total dos custos operativos, provisões e imparidades não absorveu integralmente o produto bancário, possibilitando a geração de um resultado antes de impostos de 11,1% daquele, em 2011 o produto bancário foi excedido em 21,7% por estes custos, revelando-se insuficiente para os cobrir. Daqui decorreu um resultado negativo antes de impostos para o sector bancário em 2011, ainda que altamente penalizado pelas

<sup>114</sup> Este programa envolveu a avaliação dos oito maiores grupos nacionais em três aspectos: i) apreciação da carteira de crédito dos bancos, com referência a 30 de Junho de 2011; ii) análise das metodologias de cálculo usadas para apuramento dos requisitos de fundos próprios para risco de crédito; iii) avaliação dos métodos e parâmetros usados pelos bancos nos exercícios de *stress test* (Banco de Portugal, “Relatório de Estabilidade Financeira”, Maio de 2012).

medidas extraordinárias (a maior parte delas não recorrentes) que lhe foram impostas no ano ao abrigo do PAEF. Relembra-se que sem o reconhecimento de custos com a transferência parcial dos fundos de pensões para a Segurança Social, de imparidades com a dívida soberana grega, de imparidades de crédito adicionais (SIP) e a Contribuição sobre o Sector Bancário, o resultado antes de impostos das instituições financeiras associadas teria sido de -63 milhões de euros.

**Gráfico 62: Evolução do resultado antes de impostos como percentagem do produto bancário por comparação com a evolução do resultado bruto de exploração e de provisões e imparidades (2010 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

## Anexo

**Tabela 60: Demonstração de resultados agregada, para efeitos de comparabilidade entre 2010 e 2011, das 31 instituições que compõem a amostra<sup>115</sup>**

	2010		2011		Variação	
	milhões €	% PB	milhões €	% PB	milhões €	%
+ Juros e rendimentos similares	16.812		20.147			
- Juros e encargos similares	11.982		15.335			
<b>Margem Financeira (MF)</b>	<b>4.830</b>	<b>50,9%</b>	<b>4.812</b>	<b>54,0%</b>	<b>-18</b>	<b>-0,4%</b>
+ Rendimentos de serviços e comissões	3.218		3.140			
- Encargos com serviços e comissões	548		593			
Resultados de Serviços e Comissões	2.670	28,2%	2.547	28,6%	-123	-4,6%
+ Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-185		-459			
+ Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	425		7			
+ Resultados de reavaliação cambial	59		-1			
Resultados de Operações Financeiras	299	3,2%	-453	-5,1%	-752	-251,5%
+ Rendimentos de instrumentos de capital	1.375		1.164			
+ Resultados de alienação de outros activos	-27		160			
+ Outros resultados de exploração	333		686			
Outros Resultados	1.681	17,7%	2.010	22,5%	329	19,6%
<b>Produto Bancário (PB)</b>	<b>9.480</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.916</b>	<b>100,0%</b>	<b>-564</b>	<b>-5,9%</b>
- Custos com pessoal	3.093		3.085			
- Gastos gerais administrativos	2.011		1.931			
- Amortização do exercício	424		424			
Custos Operativos	5.528	58,3%	5.440	61,0%	-88	-1,6%
<b>Resultado Bruto de Exploração (RBE)</b>	<b>3.952</b>	<b>41,7%</b>	<b>3.476</b>	<b>39,0%</b>	<b>-476</b>	<b>-12,0%</b>
- Provisões líquidas de reposições e anulações	-94		-198			
- Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	2.342		3.116			
- Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	391		1.426			
- Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	262		1.070			
Provisões e Similares	2.901	30,6%	5.414	60,7%	2.513	86,6%
<b>Resultado Antes de Impostos (RAI)</b>	<b>1.051</b>	<b>11,1%</b>	<b>-1.938</b>	<b>-21,7%</b>	<b>-2.989</b>	<b>-284,4%</b>

Fonte: IFs, APB.

<sup>115</sup> Ver nota de rodapé 77, pág. 91.

### VII.2.5. Análise fiscal e parafiscal

As instituições financeiras estão sujeitas ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), tal como a generalidade das empresas dos restantes sectores económicos.

Da análise do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) resulta que os ajustamentos aplicáveis aos rendimentos das instituições financeiras para apuramento da matéria colectável correspondem aos que são aplicáveis à generalidade das empresas, que são, nomeadamente, os seguintes:

- Mais-valias e imparidades (líquidas) (artigos 35.º a 40.º e 46.º a 48.º do CIRC);
- Eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos (artigo 51.º do CIRC e artigo 42.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais);
- Encargos não dedutíveis (artigo 45.º do CIRC);
- Provisões para outros riscos (artigo 35.º a 40.º do CIRC);
- Imputação de lucros de sociedades sujeitas a regimes fiscais privilegiados, líquida de deduções (artigo 66.º do CIRC);
- Fundos de Pensões (artigo 43.º, n.º 2 e n.º 3 do CIRC<sup>116</sup>);
- Provisões para imparidades de crédito (artigo 35.º e seguintes do CIRC, Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95 e Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005). O facto de este ajustamento se encontrar regulamentado pelo Banco de Portugal determina apenas que o modo de tributação dos bancos é diferente das empresas dos restantes sectores, visto que “o montante anual acumulado das perdas por imparidade e outras correcções de valor para risco específico de crédito e para risco-país a que se refere o n.º 2 do artigo 35.º do CIRC não pode ultrapassar o que corresponder à aplicação dos limites mínimos obrigatórios por força dos avisos e instruções emanados da entidade de supervisão” (artigo 37.º, n.º 1 do CIRC). Em suma, os bancos não têm qualquer vantagem especial, verificando-se apenas quanto a eles uma diferente regra de cálculo dos limites de provisionamento, dedutíveis para efeitos fiscais.<sup>117</sup>

---

<sup>116</sup> Na prática, o regime dos Fundos de Pensões no sector bancário é até mais penalizador. No regime geral, as pensões são asseguradas pela Segurança Social e os descontos efectuados pelas empresas para esse efeito não se encontram limitados em termos de IRC. No sector bancário, as reformas têm de ser asseguradas pelos bancos e o custo fiscal que lhes esteja associado não pode exceder 25% da massa salarial.

<sup>117</sup> Concretamente, os bancos acabam por sofrer uma antecipação da entrega do IRC ao Estado em virtude de as imparidades de créditos resultantes de grande parte da sua actividade normal (concessão de créditos com garantias reais) não serem fiscalmente dedutíveis (os restantes sectores de actividade normalmente não concedem créditos garantidos por direitos reais).

De resto, o sector bancário é apenas objecto de tratamento favoravelmente diferenciado no que se refere a uma situação concreta, que é a das sucursais financeiras exteriores estabelecidas na Zona Franca da Madeira e cujo regime cessou a sua validade em 31 de Dezembro de 2011. Sublinhe-se, no entanto, que a isenção de imposto quanto aos rendimentos obtidos por este tipo de sucursais, que não está de facto disponível para a generalidade das empresas que têm a sua sede ou direcção efectiva em Portugal, se encontra limitado a 15% do lucro tributável global da instituição de crédito, o que reduz substancialmente o seu impacto.<sup>118</sup>

Também os benefícios fiscais aplicáveis ao sector bancário correspondem àqueles que são aplicáveis à generalidade das empresas (artigos 19.º e 61.º a 66.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais). Por outro lado, verifica-se que várias medidas de restrição na aplicação dos benefícios fiscais foram anunciadas como destinadas principalmente à banca. É o caso do aumento, de 60% para 75%, do limite mínimo de IRC liquidado, após a dedução do crédito de imposto por dupla tributação internacional e da dedução relativa a benefícios fiscais, introduzido pela Lei do Orçamento do Estado de 2010.<sup>118</sup>

De forma a confirmar a análise do regime fiscal acima efectuada, procedeu-se a uma aproximação, em termos agregados, do montante total de imposto a pagar ao Estado, em sede de IRC, pelas instituições financeiras associadas<sup>119</sup> (ver Tabela 61, pág. 141). Para esta aproximação, foram considerados os valores estimados para a matéria colectável de 2010 e 2011, apurada a partir do resultado antes de impostos e das variações patrimoniais reconhecidas em reservas e resultados transitados, corrigidos pelos mencionados ajustamentos efectuados nos termos do CIRC. Ainda no âmbito desta aproximação, estimou-se o Imposto sobre o Rendimento através da aplicação da taxa de IRC, estipulada para cada um dos anos,<sup>120</sup> à matéria colectável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor.

Segundo os valores calculados (ver Tabela 61, pág. 141), estima-se que o valor total de IRC a pagar ao Estado pelas instituições financeiras associadas se venha a situar em cerca de 42 milhões de euros em 2011 (contra 124 milhões de euros, em 2010), o que corresponde a uma taxa de IRC estimada de 26,4% (contra 25,5% em 2010). De referir ainda que, de acordo com as estatísticas fornecidas pela Direcção Geral dos Impostos<sup>121</sup> relativas ao exercício de 2009, a taxa média efectiva de IRC para as empresas do sector financeiro e de seguros foi de 21%, situando-se esta taxa acima da taxa média nacional que foi de 19%.

---

<sup>118</sup> Duro Teixeira, M., 2011, "A Tributação da Banca em Tempos de Crise", *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano IV, nº 1 (Primavera), pp. 113-142.

<sup>119</sup> Para efeitos desta aproximação, e por razões de indisponibilidade de dados ou inaplicabilidade, tomaram-se como ponto de partida 28 das 33 instituições financeiras que compõem a amostra de base deste Boletim. Não estão aqui incluídos o Banco BIC, o Barclays, a CCCAM, o Finantia e o Montepio.

<sup>120</sup> Em 2010 e 2011, essa taxa foi de 25% aproximadamente.

<sup>121</sup> Estatísticas da DGCI – IRC - Declarações Mod. 22 – Exercícios de 2007 a 2009 - Tabela 34 – Taxas Médias Efectivas - [www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt). – Não existe informação actualizada para o ano de 2010.

**Tabela 61: Aproximação ao montante total de imposto a pagar ao Estado, em sede de IRC, por referência aos exercícios de 2010 e 2011 na base de valores estimados para a matéria colectável, reconstituída a partir do resultado antes de impostos e das variações patrimoniais reconhecidas em reservas e resultados transitados**

	2010 milhões €	2011 milhões €
<b>Resultado Antes de Impostos <sup>a)</sup></b>	<b>963</b>	<b>-2.023</b>
Ajustamentos para apuramento do lucro tributável / prejuízo fiscal		
De aplicação a todos os sujeitos passivos de IRC:		
Mais-valias e imparidades em participações (líquidas)	-326	256
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	-1.239	-958
Benefícios fiscais	-48	-44
Gastos e rendimentos não relevantes para efeitos fiscais	28	24
Provisões para outros riscos	321	911
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado	214	342
Benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados	-85	60
Imparidades para risco de crédito	482	846
Outros <sup>b)</sup>	-290	266
De aplicação às instituições de crédito e sociedades financeiras:		
Impacto do regime de tributação da actividade das sucursais financeiras exteriores da Zona Franca da Madeira	-19	-41
<b>Lucro Tributável / Prejuízo Fiscal do Exercício</b>	<b>1</b>	<b>-361</b>
Utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-56	-360
<b>Matéria Colectável <sup>c)</sup></b>	<b>487</b>	<b>159</b>
Impostos sobre o rendimento (IRC)	124	42
<b>Taxa de Imposto sobre o Rendimento (%)</b>	<b>25,5%</b>	<b>26,4%</b>

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Corresponde ao resultado antes de impostos das 28 instituições financeiras que integram a amostra neste capítulo.

<sup>b)</sup> Inclui variações patrimoniais positivas e negativas não reflectidas em resultado líquido do exercício, mas reconhecidas em reservas e resultados transitados.

<sup>c)</sup> O valor do lucro tributável agregado é composto pelo somatório de lucros tributáveis e prejuízos fiscais das diversas instituições financeiras da amostra. As instituições financeiras que tenham registado prejuízo fiscal no exercício não possuem matéria colectável, motivo pelo qual só se incluem no campo Matéria Colectável os valores agregados das associadas que registem lucros tributáveis (mesmo após a dedução de prejuízos), valor que, logicamente, será necessariamente superior ao valor dos lucros tributáveis agregados (que contém os valores dos referidos prejuízos).

Para além do IRC propriamente dito, as instituições financeiras pagam ao Estado as Derramas e estão sujeitas a Tributações Autónomas assim como, nos países estrangeiros onde operam, aos impostos aí cobrados. Em 2010 e 2011, os valores entregues pelas instituições financeiras associadas terão ascendido, nesta matéria, a 68 e 40 milhões de euros, respectivamente (ver Tabela 62, pág. 142).

**Tabela 62: Aproximação ao montante de derramas, tributações autónomas e imposto sobre o rendimento suportado no estrangeiro (2010 – 2011)**

	2010 milhões €	2011 milhões €
Impostos sobre o rendimento suportados no estrangeiro líquidos de dedução por dupla tributação	36	11
Tributações autónomas	17	14
Derramas <sup>a)</sup>	15	15
<b>Total de Derramas, Tributações Autónomas e Imposto Sobre o Rendimento Suportado no Estrangeiro</b>	<b>68</b>	<b>40</b>

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> A aproximação às derramas correspondeu à aplicação de uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável em 2010 e 2011, a que acresceu uma taxa adicional de 2,5%, correspondente à derrama estadual criada no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento.

Acresce ao acima exposto que, para além dos encargos atrás referidos, as instituições financeiras suportam outros encargos fiscais de exploração, tais como o Imposto do Selo, o IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) não dedutível e o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Para efeitos da Tabela 63, pág. 143, estes impostos estão agrupados sob a designação de encargos fiscais de exploração.

Entretanto, a Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55 – A/2010, de 31 de Dezembro), no seu art. nº 141, veio estabelecer uma Contribuição sobre o Sector Bancário. Conforme definido pela Portaria nº 121/2011, de 30 de Março, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, esta contribuição incide sobre:

a) o passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzidos dos fundos próprios de base (Tier 1) e complementares (Tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósito. A taxa aplicável é de 0,05% sobre o valor apurado.

b) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos. A taxa aplicável é de 0,00015% sobre o valor calculado.

Conforme a Tabela 63, pág. 143, o montante da Contribuição sobre o Sector Bancário, para o conjunto das instituições financeiras associadas, foi de 139 milhões de euros em 2011.

Quanto à carga parafiscal, ela é constituída pelas contribuições para a Segurança Social, para o SAMS (Serviço de Assistência Médico-Social) e para os fundos de pensões. Não obstante o decréscimo de 5,9% verificado em 2011, as contribuições para os fundos de pensões continuaram a ser a rubrica mais significativa da carga parafiscal, tendo representado 55,8% do total em 2010 e 46,8% em 2011. Em 2010, a carga parafiscal incluía ainda as contribuições para a CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários que foi extinta em 1 de Janeiro de 2011.

Entre 2010 e 2011, a carga parafiscal aumentou 12,1%. Para este crescimento contribuiu o aumento verificado nas contribuições relativas à Taxa Social Única (TSU), o qual, se se tomar em conta as contribuições para a CAFEB em 2010, foi de 73,6%. A partir de 1 de Janeiro de 2011, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB foram integrados no Regime Geral de Segurança Social, passando as instituições financeiras a suportar a Taxa Social Única de 23,6%.

Tabela 63: Carga fiscal e parafiscal (2010 – 2011)<sup>a)</sup>

	2010 milhões €	2011 milhões €
<b>Carga Fiscal</b>		
Encargos fiscais de exploração <sup>b)</sup>	277	290
Contribuição sobre o Sector Bancário	-	139
	277	429
<b>Carga Parafiscal</b>		
CAFEB	103	-
Taxa Social Única	90	335
Encargos com pensões	441	415
Outros encargos	157	137
Total	791	887
<b>Total</b>	<b>1.068</b>	<b>1.316</b>

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Só o Banco BIC, a CCCAM e o Finantia não se incluem na composição desta tabela por razões de indisponibilidade de dados.

<sup>b)</sup> Englobam Imposto do Selo, IVA não dedutível e IMI.

### VII.3. Análise de rentabilidade

O conjunto das 31 instituições financeiras aqui analisadas<sup>122</sup> apresentou nas suas contas individuais agregadas um resultado negativo em 2011, cifrando-se a rentabilidade antes de impostos dos capitais próprios (ROE)<sup>123</sup> em -7,53%, o que compara com um valor positivo de 3,85% em finais de 2010.<sup>124</sup> Esta deterioração acentuada ao nível da rentabilidade prende-se, por um lado, com a situação económica adversa verificada em Portugal, em 2011, e por outro lado, com factores extraordinários que tiveram um impacto particularmente negativo nos resultados de 2011 (ver Tabela 64, pág. 144).

Expurgando os impactos extraordinários de 2011, na ordem dos 1.875 milhões de euros, do valor agregado do resultado antes de impostos (RAI), este teria sido de -63 milhões de euros, o que levaria a um ROE praticamente nulo, de aproximadamente -0,23%.<sup>125</sup>

Estes impactos extraordinários compreendem quatro efeitos: a transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos para o Estado (408 milhões de euros); o reconhecimento de

<sup>122</sup> Ver nota de rodapé nº 77, pág. 91.

<sup>123</sup> A análise de rentabilidade deste capítulo usa valores médios do balanço, que foram calculados com base nos balanços trimestrais (em linha com a Instrução nº 16/2004, de 16 de Agosto, do Banco de Portugal), o que permite expurgar efeitos de final de ano, dando uma perspectiva mais estável do balanço. Os valores da demonstração de resultados são valores de final de ano. É importante ter em conta que desde o Boletim Informativo nº 46 (2010) a análise de rentabilidade passou a ser feita com base no resultado antes de impostos, e não no resultado líquido do exercício.

<sup>124</sup> Alerta-se o leitor para o facto de os valores de 2010 aqui apresentados evidenciarem ligeiras diferenças face aos valores expressos do Boletim Informativo nº 46 (2010). Isto acontece por dois motivos: (i) diferenças no universo de bancos analisados e (ii) correcção de alguns valores do ano 2010 por parte de um associado.

<sup>125</sup> Esta aproximação foi obtida pela adição do valor de 1.875 milhões de euros ao RAI e aos capitais próprios médios. Portanto, não leva em conta eventuais impactos fiscais através do resultado líquido do exercício nos capitais próprios, e ignora igualmente o desfazamento no tempo de algumas medidas, que iriam afectar os balanços trimestrais de forma diferenciada.

imparidades de crédito resultantes do Programa Especial de Inspeções (520 milhões de euros); a aplicação de um *haircut* sobre a dívida soberana da Grécia (874 milhões de euros); e a Contribuição sobre o Sector Bancário (73 milhões de euros). Refira-se que este último valor não inclui as contribuições pagas por alguns Associados (66 milhões de euros) que optaram por contabilizá-las apenas após o cálculo do RAI (i.e. o valor de 73 milhões de euros refere-se apenas aos casos em que a contribuição foi registada em Outros resultados de exploração, e não em Impostos correntes). Salienta-se que toda a restante análise conduzida neste capítulo não expurga estes impactos extraordinários.

Na origem da deterioração do ROE está a redução em quase três mil milhões de euros do resultado antes de impostos, passando o mesmo a ser negativo em 2011 (ver Tabela 64). Esta variação é explicada sobretudo pelo aumento das provisões e imparidades em 2.513 milhões de euros, fruto de uma deterioração da qualidade de crédito, especialmente na actividade doméstica, e de perdas reconhecidas em activos financeiros, por desvalorizações de mercado e reestruturação da dívida soberana grega. Também a quebra de 752 milhões de euros ao nível dos resultados de operações financeiras contribuiu no mesmo sentido. De referir que a margem financeira se manteve relativamente estável, em termos agregados, uma vez que tanto os juros recebidos como também os juros pagos aumentaram em cerca de 3,3 mil milhões de euros, reflectindo o encarecimento tanto do financiamento para a banca, como também da concessão de crédito por parte da mesma.

**Tabela 64: Evolução das rendibilidades do activo total e dos capitais próprios (2010 – 2011)**

		2010	2011	Varição
<b>Valores do Balanço Médio (Milhões €)</b>				
ØAT	Activo total médio	475.183	481.627	1,4%
ØAF	Activos financeiros médios	441.232	443.929	0,6%
ØPF	Passivos financeiros médios	436.233	444.787	2,0%
ØCP	Capitais próprios médios	27.326	25.736	-5,8%
<b>Demonstração de Resultados (Milhões €)</b>				
	+ Juros e rendimentos similares	16.812	20.147	19,8%
	- Juros e encargos similares	11.982	15.335	28,0%
	Margem Financeira	4.830	4.812	-0,4%
	+ Resultados de serviços e comissões	2.670	2.547	-4,6%
	+ Resultados de operações financeiras	299	-453	-251,5%
	+ Outros resultados	1.681	2.010	19,6%
	Produto Bancário	9.480	8.916	-5,9%
	- Custos operativos	5.528	5.440	-1,6%
	- Provisões e imparidades	2.901	5.414	86,6%
RAI	Resultado Antes de Impostos	1.051	-1.938	-284,4%
<b>Rendibilidade <sup>a)</sup></b>				
RAI/ØAT	Rendibilidade antes de impostos do activo total (ROA)	0,22%	-0,40%	
ØAT/ØCP	x Alavancagem financeira	17,39	18,71	
RAI/ØCP	Rendibilidade antes de impostos dos capitais próprios (ROE)	3,85%	-7,53%	

Fonte: IFs, APB.

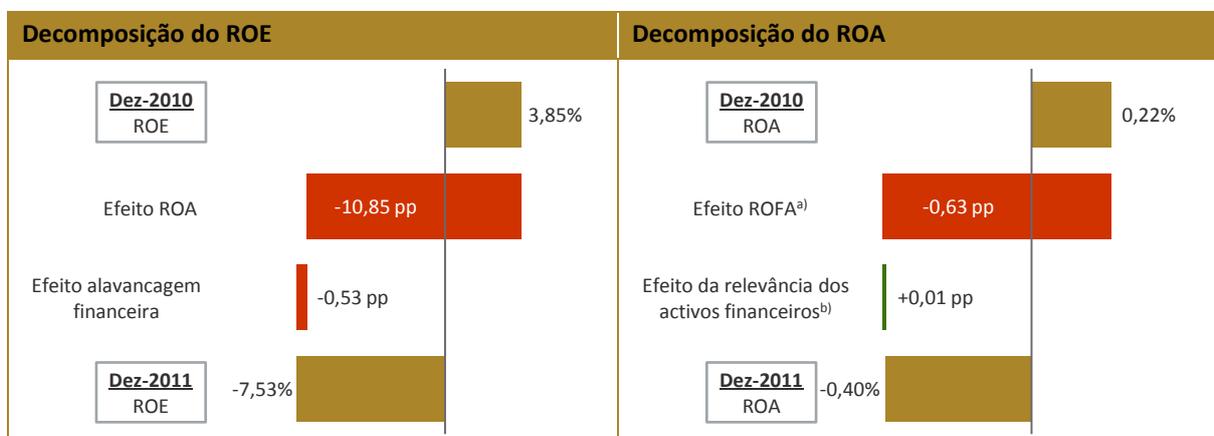
<sup>a)</sup> Valores arredondados às centésimas.

Nota: As variações estão medidas em percentagem.

De acordo com o Boletim Informativo nº 46 (2010), as instituições financeiras associadas revelaram uma ligeira tendência de desalavancagem financeira<sup>126</sup> em 2010. Todavia, em 2011, as instituições associadas voltaram a estar financeiramente mais alavancadas, apesar do Programa de Assistência Económica e Financeira exigir uma contracção gradual dos activos do sector bancário português. A Tabela 64, pág. 144, indica que este resultado se prendeu sobretudo com duas razões. Primeiro, na base dos balanços médios, registou-se um aumento do activo total agregado entre 2010 e 2011 (+1,4%), o que não acontece a valores de final de ano (-2,3%). Segundo, a maior alavancagem financeira é essencialmente devida aos menores capitais próprios médios, que registaram uma diminuição de 5,8%. Esta redução deveu-se às reservas de justo valor e ao resultado líquido do exercício, cujos impactos negativos se sobrepuseram aos aumentos de capital social realizado.

A Tabela 64, pág. 144, e o Quadro 4, ilustram o que está na origem da deterioração do ROE. Tendo em conta que o ROE é dado pelo produto entre a rentabilidade do activo total (ROA) e a alavancagem financeira, constata-se que a redução do ROE é sobretudo devida à diminuição do ROA, tendo a estrutura de balanço mais alavancada tido um impacto marginal. Face a uma redução do ROE em 11,38 pontos percentuais, a diminuição do ROA para -0,40% explica 10,85 pontos percentuais desta variação, sendo os restantes 0,53 pontos percentuais explicados pela maior alavancagem financeira. A preponderância do efeito ROA já tinha sido observada no ano passado, sugerindo que as alterações na alavancagem financeira do sector como um todo tiveram mais uma vez uma importância pouco significativa em 2011.

**Quadro 4: Decomposição dos efeitos sobre o ROE e ROA (2010 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> ROFA – rentabilidade antes de impostos dos activos financeiros.

<sup>b)</sup> A relevância dos activos financeiros é dada pelo rácio entre os activos financeiros e o activo total.

O mesmo Quadro 4 ilustra ainda que a deterioração do ROA, que passou, no mesmo período, de 0,22% para -0,40%, resultou maioritariamente da menor rentabilidade dos activos financeiros (ROFA),<sup>127</sup> a qual, tendo caído para -0,44% em 2011 (ver Tabela 65, pág. 146), contribuiu com 0,63

<sup>126</sup> No contexto das medidas de rentabilidade aqui utilizadas, a alavancagem financeira é dada pelo rácio entre o activo total médio e os capitais próprios médios (ver também a parte final da Tabela 64, pág. 144).

<sup>127</sup> As rubricas do balanço que integram a definição de activos financeiros encontram-se identificadas na nota b) da Tabela 33, pág. 89.

pontos percentuais para a queda total de 0,62 pontos percentuais. Os activos financeiros, que são a origem principal dos proveitos financeiros, reduziram só ligeiramente a sua relevância no activo total, de 92,9% para 92,2%, o que explica a contribuição positiva mas muito marginal (0,01 pp) para aquela variação.

A Tabela 65 apresenta as principais rubricas da demonstração de resultados em percentagem dos activos financeiros médios. À semelhança das conclusões que resultaram da análise da Tabela 64, pág. 144, também aqui se conclui que os principais factores a penalizar a rentabilidade em 2011 foram o aumento das provisões e imparidades (que aproximadamente duplicaram o seu peso) e a redução nos resultados de operações financeiras (que passaram de positivos a negativos). A margem financeira manteve-se em 1,09% dos activos financeiros, uma vez que os aumentos, em pontos base, nos juros recebidos e nos juros pagos foram iguais (73 pb) (ver Tabela 65).

**Tabela 65: Evolução da rentabilidade dos activos financeiros (2010 – 2011)**

	2010	2011	Variação
<b>Demonstração de Resultados em Percentagem dos Activos Financeiros<sup>a)</sup></b>			
+ Juros e rendimentos similares	3,81%	4,54%	73 pb
- Juros e encargos similares	2,72%	3,45%	73 pb
Margem financeira	1,09%	1,09%	0 pb
+ Resultados de serviços e comissões	0,61%	0,57%	-4 pb
+ Resultados de operações financeiras	0,07%	-0,10%	-17 pb
+ Outros resultados	0,38%	0,45%	7 pb
Produto bancário	2,15%	2,01%	-14 pb
- Custos operativos	1,25%	1,23%	-2 pb
- Provisões e imparidades	0,66%	1,22%	56 pb
RAI/ØAF Rendibilidade antes de impostos dos activos financeiros (ROFA)	0,24%	-0,44%	-68 pb

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Relembra-se o facto de os valores da demonstração de resultados serem valores de final de ano, enquanto o denominador de todas estas percentagens, os activos financeiros, foi calculado com base nos balanços médios.

Nota: A variação está medida em pontos base (pb).

A completar a análise de rentabilidade, apresenta-se de seguida um estudo mais detalhado ao nível da margem financeira, com a finalidade de decompor as variações ocorridas no peso das rubricas dos juros, rendimentos e encargos, que a integram, num efeito composição vs. efeito taxa de juro.

Fazendo a correspondência entre as rubricas da margem financeira com as respectivas rubricas de *stock* em balanço, torna-se possível avaliar se as variações ocorridas derivam da taxa de rentabilidade/custo implícita (efeito taxa de juro) ou se resultam de uma alteração em termos do peso dos diferentes activos/passivos financeiros face ao total dos activos/passivos financeiros (efeito composição).<sup>128</sup>

<sup>128</sup> Para uma explicação detalhada desta decomposição, ver o Sub-capítulo VII.3.1. do Boletim Informativo nº 46 (2010).

Para interpretar os resultados aqui apresentados importa referir alguns aspectos relevantes. No efeito taxa de juro, variações positivas significam que a taxa de juro subjacente aumentou. No efeito composição, variações positivas significam que a respectiva rubrica do activo/passivo financeiro aumentou o seu peso no total dos activos/passivos financeiros.<sup>129</sup>

Relativamente aos rendimentos da margem financeira, constata-se que o aumento total em 73 pontos base, verificado ao longo de 2011, resultou sobretudo do maior peso dos juros de crédito a clientes e dos activos financeiros disponíveis para venda, com aumentos de 41 e 24 pontos base, respectivamente (ver Tabela 66). De salientar que apenas os juros dos derivados para gestão de risco registaram uma diminuição, no valor de 15 pontos base.

**Tabela 66: Evolução relativa dos juros e rendimentos similares da margem financeira (2010 – 2011)**

	2010	2011	Variação
<b>Juros e Rendimentos Similares em Percentagem dos Activos Financeiros Médios</b>			
Juros de crédito	1,78%	2,19%	41 pb
Juros de activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	0,84%	0,84%	0 pb
Juros de disponibilidades e aplicações em Bancos Centrais	0,01%	0,01%	0 pb
Juros de disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito	0,16%	0,24%	8 pb
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	0,31%	0,55%	24 pb
Juros de derivados para gestão de risco	0,44%	0,29%	-15 pb
Juros de investimentos detidos até à maturidade	0,07%	0,11%	4 pb
Outros juros e proveitos similares	0,20%	0,31%	11 pb
Juros e rendimentos similares	3,81%	4,54%	73 pb

Fonte: IFs, APB.

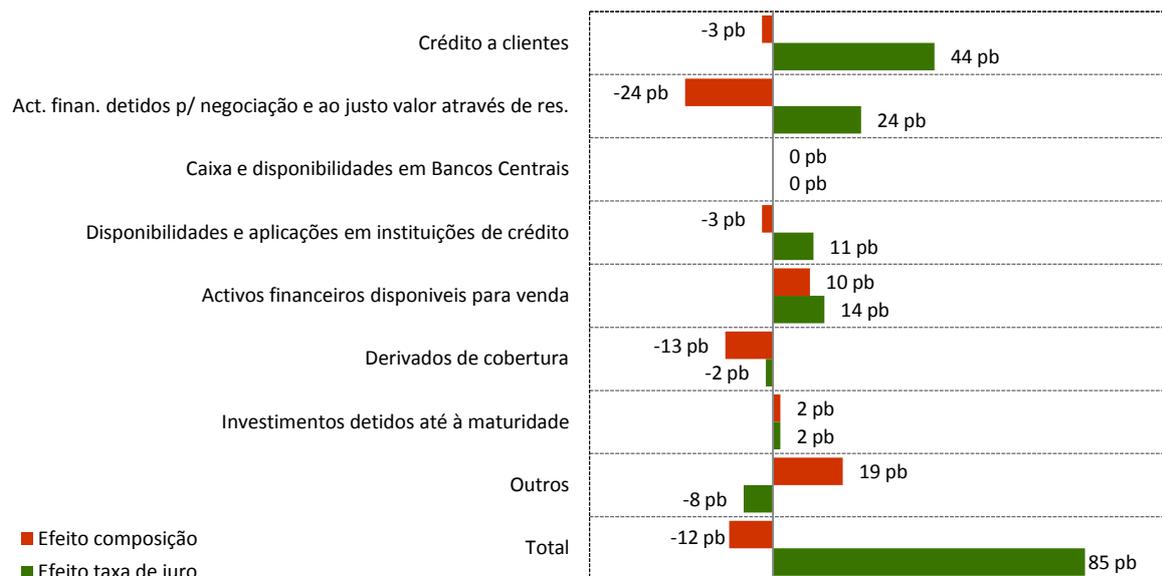
Nota: A variação está medida em pontos base.

As variações registadas na Tabela 66 encontram-se subsequentemente decompostas por efeito composição e efeito taxa de juro (ver Gráfico 63, pág. 148). O aumento do peso dos rendimentos da margem financeira em termos dos activos financeiros médios, em 2011, é explicado sobretudo por um efeito taxa de juro positivo (85pb), embora parcialmente contrabalançado com um efeito composição negativo (-12pb). A nível das rubricas com maiores variações, os juros de crédito a clientes e dos activos disponíveis para venda aumentaram a sua relevância essencialmente devido a um aumento da taxa de juro praticada. Contudo, em termos de composição, estas duas categorias apresentaram tendências opostas, com o crédito a clientes a evidenciar uma contracção relativa, e que se substanciou num ligeiro efeito composição negativo (-3pb). Já os activos disponíveis para venda revelaram um efeito composição positivo e significativo, cujo aumento no período em

<sup>129</sup> Quando a soma de todos os efeitos composição é positiva, isto significa que tendencialmente os activos/passivos financeiros de menor peso aumentaram em detrimento dos de maior peso, uma vez que a análise aqui efectuada dá uma maior ponderação às variações que ocorrem nas rubricas de menor peso. Por exemplo, face a dois activos financeiros que aumentam os seus pesos no total dos activos financeiros em 1 ponto percentual, de 1% para 2% e de 50% para 51%, respectivamente, associar-se-á um efeito composição maior ao primeiro activo.

análise é explicado pela compra de dívida pública portuguesa.<sup>130</sup> Por outro lado, os activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados reduziram o seu peso no total dos activos financeiros, o que se consubstanciou num efeito composição negativo (-24 pb), mas que foi totalmente compensado por um efeito taxa de juro positivo (24 pb), justificando um efeito total nulo.

**Gráfico 63: Decomposição da variação dos juros e rendimentos similares da margem financeira (2010 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

Nota: Este gráfico decompõe a variação total apresentada na Tabela 66, pág. 147, em efeito composição e efeito taxa de juro.

No que respeita aos juros e encargos similares da margem financeira, em percentagem dos passivos financeiros médios, eles aumentaram 70 pontos base, em 2011 (ver Tabela 67, pág. 149). Esta variação explica-se em grande parte com os aumentos relativos dos juros com recursos de instituições de crédito e de clientes, com aumentos de 15 e 45 pontos base, respectivamente, e reflecte o encarecimento do custo do *funding* para os bancos portugueses. À semelhança das conclusões observadas do lado dos rendimentos da margem financeira, também nos encargos da margem financeira observa-se que os juros com derivados para a gestão de risco reduziram o seu peso relativo.

<sup>130</sup> Este aumento é mais acentuado nesta análise, que usa valores médios do balanço. Neste âmbito, regista-se nos activos disponíveis para venda um aumento de 28,1% entre 2010 e 2011. No entanto, usando apenas valores de balanço de final de ano, este aumento é de apenas 2,5%.

**Tabela 67: Evolução relativa dos juros e encargos similares da margem financeira (2010 – 2011)**

	2010	2011	Variação
<b>Juros e Encargos Similares em Percentagem dos Passivos Financeiros Médios</b>			
Juros de recursos de Bancos Centrais	0,08%	0,14%	6 pb
Juros de recursos de outras instituições de crédito	0,23%	0,38%	15 pb
Juros de responsabilidades representadas por títulos	0,52%	0,50%	-2 pb
Juros de recursos de clientes	0,54%	0,99%	45 pb
Juros de derivados para gestão de risco	0,36%	0,25%	-11 pb
Juros de passivos subordinados	0,10%	0,08%	-2 pb
Outros juros e custos similares	0,92%	1,11%	19 pb
Juros e rendimentos similares <sup>a)</sup>	2,75%	3,45%	70 pb

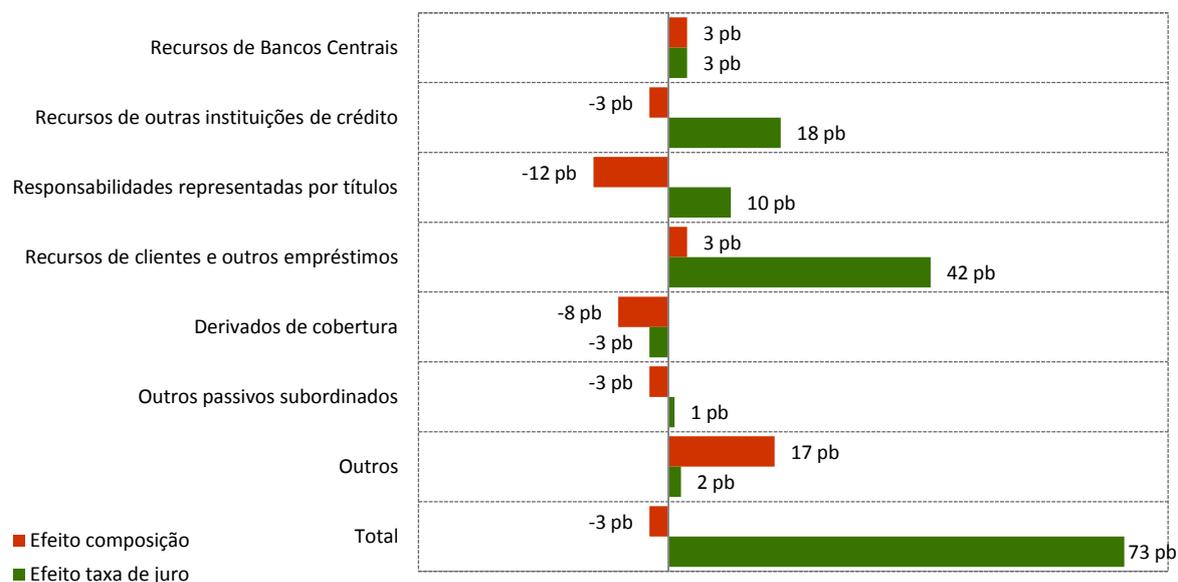
Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Estes valores são diferentes dos valores apresentados no início da Tabela 65, uma vez que aqui estão medidos em termos relativos face aos passivos financeiros médios, e não aos activos financeiros médios.

Nota: A variação está medida em pontos base.

Fazendo a decomposição destes efeitos, resulta igualmente a preponderância de um efeito taxa de juro positivo, compensado em parte por um efeito composição negativo (ver Gráfico 64).

**Gráfico 64: Decomposição da variação dos juros e encargos similares da margem financeira (2010 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

Nota: Este gráfico decompõe a variação total apresentada na Tabela 67 em efeito composição e efeito taxa de juro.

O efeito taxa de juro positivo na maioria das rubricas consideradas é um reflexo directo do agravamento das condições de financiamento da banca, e teve a sua maior expressão nos recursos de clientes, sobretudo por via da remuneração dos depósitos. Efeitos composição positivos registaram-se nos recursos de bancos centrais e de clientes, cujos pesos no total dos passivos financeiros aumentaram, no período, de 7,6% para 10,0% e de 42,3% para 44,6%, respectivamente. Estes aumentos surgiram na sequência das dificuldades em obter financiamento por vias

alternativas, nomeadamente através do acesso aos mercados internacionais, quer interbancário, quer de dívida e capital.

#### VII.4. Análise de solvabilidade

O conjunto das instituições financeiras<sup>131</sup> aqui analisadas apresentou em 2011 uma evolução favorável no seu grau de solvabilidade,<sup>132</sup> com um rácio *core* Tier 1 agregado de 9,4%, tendo havido apenas dois grupos bancários que não superaram o limite mínimo de 9% estipulado para finais de 2011.

Em média, o aumento de capital *core* Tier 1 justificou mais de metade dos aumentos nos rácios *core*, sobrepondo-se ao impacto da contracção do activo total. As instituições com menores rácios *core* Tier 1 em 2010 foram aquelas que mais recorreram a aumentos de capital *core*. Verificou-se ainda que, em geral, a redução do risco médio dos activos, como estratégia para reduzir as necessidades de capital *core*, teve uma importância limitada em 2011. Contudo, observou-se no último ano um aumento do risco médio dos activos nas instituições com rácios *core* Tier 1 mais elevados e que dispunham, no fundo, de uma folga para reduzir os seus rácios regulamentares.

O maior nível de capitalização em termos de capital *core* Tier 1 é um reflexo directo das maiores exigências impostas ao sector em termos desta categoria de capital regulamentar. A 5 de Abril de 2011, o Banco de Portugal transpôs o conceito de capital *core* Tier 1 para o quadro legal português através do Aviso n.º 1/2011, e passou a exigir um limite mínimo de 8% para o final do ano. Pouco depois, a 10 de Maio, e na sequência do Programa de Assistência Económica e Financeira, o Banco de Portugal veio aumentar este limite para 9%, para ser cumprido em finais de 2011, ficando também desde logo estabelecido que o limite passaria a ser de 10% a partir de Dezembro de 2012. Adicionalmente, os quatro grupos bancários que participaram nos testes de esforço realizados pela EBA em 2011 ficaram de cumprir, a 30 de Junho de 2012, um rácio *core* Tier 1 de 9%, usando critérios mais exigentes que os do Banco de Portugal, adicionado de um *buffer* temporário de capital *core* para fazer face à exposição a títulos de dívida soberana.<sup>133</sup>

---

<sup>131</sup> A análise de solvabilidade aqui conduzida diverge da do ano passado, uma vez que não se centra nas contas individuais. Em 2010, a decisão de usar as contas individuais prendeu-se com a intenção de manter este capítulo consistente com o resto do Boletim Informativo, que se centra nos dados contabilísticos individuais, de forma a analisar sobretudo a actividade bancária. Este ano foram utilizadas as demonstrações financeiras sujeitas aos requisitos prudenciais. Este critério levou a uma amostra de 16 instituições, das quais em três se utilizaram as contas individuais (Banco BIC, Popular, Sant Consumer) e nas restantes as contas consolidadas (Banco BPI, Millennium bcp, BIG, Finantia, Invest, CCCAM, Montepio, CGD, BBVA, Itaú, Santander Totta, Espírito Santo Financial Group, e Grupo Rentipar Financeira S.G.P.S., S.A.). Os últimos dois grupos mencionados entram no lugar do BES e do Banif, respectivamente, devido ao âmbito da supervisão nestes dois casos.

<sup>132</sup> Os supervisores financeiros exigem que uma instituição financeira cumpra rácios de capital mínimos, calculados através da divisão dos fundos próprios da instituição pelos respectivos activos ponderados pelo risco. Do ponto de vista prudencial, a noção de fundos próprios diverge da noção contabilística de capital próprio, ao mesmo tempo que reconhece a existência de diferentes categorias de fundos próprios, que se distinguem em teoria pela sua capacidade de absorção de perdas. Existem, por isso, numa óptica prudencial, diferentes rácios de capital que são monitorizados pelas autoridades de supervisão.

<sup>133</sup> Para mais detalhe, ver Sub-capítulo VII.5. Testes de esforço e Exercício Europeu de Reforço de Capitais, pág. 154.

Face a estas exigências acrescidas, as instituições financeiras associadas fizeram um esforço assinalável para cumprir os requisitos da supervisão. O rácio *core* Tier 1 de 9,4%, a 31 de Dezembro de 2011, representa um aumento de 1,3 pontos percentuais face a igual período de 2010 (ver Tabela 68). Em sentido contrário, o rácio de solvabilidade, que leva em conta o total dos fundos próprios elegíveis, diminuiu em 0,6 pontos percentuais e fixou-se em 10,5% em 2011. No entanto, esta última variação não deve ser entendida como algo de negativo, uma vez que as exigências a nível dos requisitos de capital prudencial se centraram sobretudo no capital de maior qualidade, i.e. no capital *core* Tier 1, tendo o cumprimento do rácio de solvabilidade assumido um papel secundário.<sup>134</sup>

**Tabela 68: Adequação dos fundos próprios, a 31 de Dezembro (2010 – 2011)**

	2010	2011	Varição
<b>Activo Total (Milhões €)</b>			
Activo total <sup>a)</sup>	485.287	463.942	-4,4%
<b>Fundos Próprios (Milhões €)</b>			
Fundos próprios de base (Tier 1)	28.094	27.013	-3,8%
<i>dos quais: Elementos core</i>	25.045	27.435	9,5%
Fundos próprios complementares (Tier 2)	7.143	4.643	-35,0%
Deduções aos fundos próprios totais	-898	-1.015	13,0%
Fundos próprios elegíveis	34.339	30.641	-10,8%
<b>Activos Ponderados pelo Risco (Milhões €)</b>			
Risco de crédito	278.430	266.357	-4,3%
Risco de mercado	10.736	4.863	-54,7%
Risco operacional	21.073	20.530	-2,6%
Activos ponderados pelo risco	310.239	291.750	-6,0%
<b>Rácios de Fundos Próprios (%)</b>			
Rácio <i>core</i> Tier 1	8,1%	9,4%	1,3 pp
Rácio Tier 1	9,1%	9,3%	0,2 pp
Rácio de solvabilidade	11,1%	10,5%	-0,6 pp

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Não inclui valores extra-patrimoniais.

Nota: As variações do activo total, dos fundos próprios e dos activos ponderados pelo risco estão expressas em percentagem. As variações nos rácios de fundos próprios estão expressas em pontos percentuais (pp).

Relativamente aos fundos próprios em valor absoluto, é notório que apenas a categoria de maior qualidade, o capital *core* Tier 1, registou um aumento (9,5%), enquanto as categorias Tier 1 e Tier 2 registaram reduções de 3,8% e de 35%, respectivamente, levando a uma diminuição do total dos fundos próprios elegíveis de 10,8%. Esta tendência espelha que uma parte do aumento de capital *core* Tier 1 foi conseguido por conversão de instrumentos de capital pertencentes a outras categorias prudenciais. Refira-se ainda que o aumento de capital *core* só não foi maior neste ano pela necessidade de reconhecer os resultados de 2011, que foram maioritariamente negativos. Contudo,

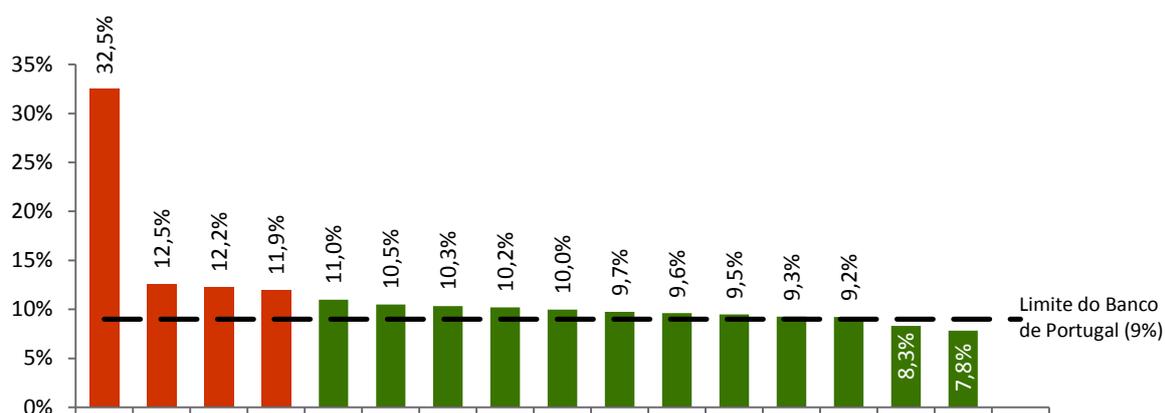
<sup>134</sup> De acordo com as normas regulamentares internacionais de Basileia, o valor mínimo a cumprir para o rácio de solvabilidade está fixado em 8%, o que em princípio será automaticamente atingido se o rácio *core* Tier 1 de 9% for cumprido.

os resultados negativos do ano acabaram por não ter um impacto mais prejudicial no montante de capital *core* Tier 1 dado que foram aplicados filtros prudenciais por parte do supervisor, que permitiram adiar o reconhecimento prudencial de perdas maiores, como foi o caso dos montantes relacionados com a transferência dos fundos de pensões para a Segurança Social e o registo de imparidades adicionais de crédito na sequência do Programa Especial de Inspeções.

O Gráfico 65 evidencia que, à excepção de dois grupos bancários, o conjunto de Associados superou o limite mínimo de 9% imposto pela supervisão para o rácio *core* Tier 1, em 2011. Adicionalmente, algumas instituições já se encontram em situação capaz de cumprir o limite mínimo de 10%, que será exigido a partir do final de 2012.

Observa-se ainda que todas as instituições financeiras que diminuíram o seu rácio *core* Tier 1 em 2011 pertencem ao grupo das instituições que apresentam os valores mais elevados, e que dispunham portanto de margem para reduzir o seu rácio, sem pôr em causa o cumprimento dos requisitos de capital.

**Gráfico 65: Rácios *core* Tier 1, a 31 de Dezembro de 2011**



Fonte: IFs, APB.

Nota: Rácios *core* Tier 1 ordenados por ordem decrescente. As colunas vermelhas (verdes) identificam as instituições que diminuíram (aumentaram) o seu rácio *core* Tier 1 entre 2010 e 2011.

É possível caracterizar as diferentes estratégias seguidas pelas instituições da amostra para responder aos maiores requisitos prudenciais. Nomeadamente, podem distinguir-se os efeitos que derivaram de aumento de capital *core* Tier 1, de diminuição do activo total e de redução do risco médio dos activos<sup>135</sup> (ver Quadro 5, pág. 153). Assim, verifica-se que para o total das instituições na amostra o aumento de capital *core* Tier 1 foi responsável por mais de metade do aumento do respectivo rácio regulamentar. Mas também a redução do activo total, no valor de 4,4%, e um menor risco médio, que passou de 63,9% para 62,9%, contribuíram positivamente. No entanto, se forem analisados subgrupos de instituições, constata-se que estas tendências não são uniformes na amostra, revelando alguma heterogeneidade.

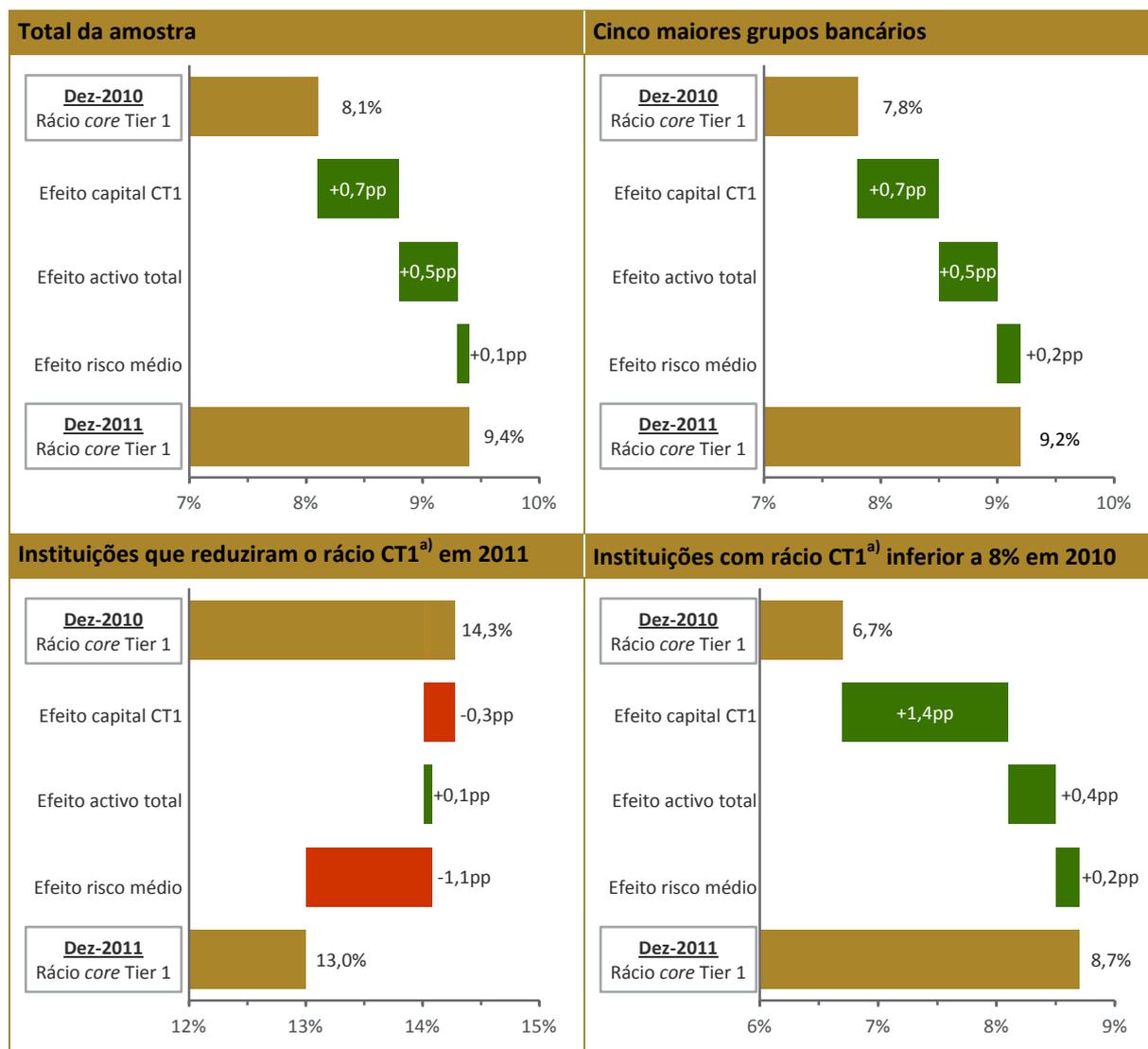
<sup>135</sup> Para distinguir estes efeitos é necessário reescrever o rácio *core* Tier 1 como

$$\text{Rácio } core \text{ Tier 1} = \frac{\text{Capital } core \text{ Tier 1}}{(\text{Activo total} * \text{Risco médio})}$$

em que o “risco médio” é dado pelo rácio entre os activos ponderados pelo risco e o activo total, e que também pode ser designado por ponderador médio de risco dos activos.

Comparativamente, os cinco maiores grupos bancários apresentavam em Dezembro de 2010 e 2011, em agregado, rácios *core* ligeiramente mais baixos face ao total da amostra. No entanto, a nível do peso dos efeitos que contribuíram para o aumento em 1,4 pontos percentuais do rácio *core* Tier 1, para um valor de 9,2% em 2011, estes são praticamente idênticos aos efeitos observados para o total da amostra, com o aumento do capital *core* a ter um impacto ligeiramente superior à contracção do activo total, e a redução do risco médio a registar um impacto pouco significativo.

**Quadro 5: Decomposição da variação do rácio *core* Tier 1, por subgrupos (2010 – 2011)**



Fonte: APB.

<sup>a)</sup> CT1 – *core* Tier 1.

Nota: Face ao universo analisado de 16 instituições financeiras neste sub-capítulo, os subgrupos das instituições que reduziram o rácio CT1 em 2011 e das instituições com rácio CT1 inferior a 8% em 2010 são ambos compostos por quatro instituições financeiras.

Um comportamento muito distinto observou-se nas quatro instituições da amostra que diminuíram o seu rácio *core* Tier 1 em 2011, e cujo valor médio passou de 14,3% para 13,0%, tendo o efeito do risco médio contribuído em maior grau, com uma variação negativa de 1,1 pontos percentuais. Este efeito foi causado por um aumento no ponderador médio do risco dos activos por

parte de cada uma das quatro instituições. De referir que o impacto negativo de 0,3 pontos percentuais por parte do capital *core* Tier 1 foi causado por uma diminuição efectiva desta rubrica, que caiu 2% em 2011, para este subgrupo.

Veja-se ainda o comportamento do grupo de instituições que, em finais de 2010, tinham um rácio *core* Tier 1 abaixo de 8% e que, por isso, tiveram de fazer um maior esforço para atingirem o rácio exigido de 9%. As quatro instituições incluídas neste subgrupo recorreram essencialmente a aumentos do capital *core* Tier 1 para cumprir o rácio prudencial. A contracção do activo total (-4,6%) e o menor risco médio contribuíram também de forma positiva para a evolução do rácio *core* Tier 1, embora em menor grau, e explicam apenas 30% do aumento.

Por último, importa referir a natureza das variações que explicam a evolução do rácio *core* Tier 1, nomeadamente os movimentos ocorridos ao nível do capital *core* Tier 1 (numerador) e dos activos ponderados pelo risco (denominador).

Em relação ao numerador, a conversão de capital Tier 1 *non-core* em *core* foi a fonte principal, embora a conversão de instrumentos pertencentes a Tier 2 e aumentos de capital captados no mercado também tenham tido alguma importância. Refira-se ainda que a necessidade de reconhecer os resultados de 2011, que foram negativos para a maioria das instituições, penalizou a evolução do capital *core*.

Em termos do denominador, os activos ponderados pelo risco diminuíram 6% em 2011, o que superou a contracção de 4,4% do activo total deste conjunto de instituições, levando a uma alteração da composição do activo, com um menor risco médio. A contracção do balanço não foi só um resultado das maiores exigências em termos de capital regulamentar, que ocorreram num contexto em que o acesso ao mercado de capitais se tornou mais difícil para os bancos. Foi também resultado da fraca conjuntura económica que se viveu em Portugal e da desalavancagem exigida aos bancos, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira.

## VII.5. Testes de esforço e Exercício Europeu de Reforço de Capitais

Em Julho de 2011, a Autoridade Bancária Europeia (EBA<sup>136</sup>) desenvolveu, em conjunto com o Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB<sup>137</sup>), um exercício de testes de esforço que visou avaliar a resiliência de 91 instituições financeiras da área económica europeia, das quais quatro são grupos financeiros associados da APB, nomeadamente CGD, BCP, ESFG<sup>138</sup> e Banco BPI.

Esta é uma ferramenta amplamente utilizada pelas autoridades de supervisão e pelas próprias instituições financeiras como forma de gerir e mitigar diversos riscos que possam pôr em causa a sua solidez. O método consiste em construir cenários severos, mas plausíveis, e aplicar os

<sup>136</sup> European Banking Authority.

<sup>137</sup> European Systemic Risk Board.

<sup>138</sup> A Espírito Santo Financial Group (ESFG) é uma *holding* de serviços financeiros na qual se integra o Grupo Banco Espírito Santo, bem como outras entidades com actividade nas áreas da banca, seguros e saúde, em Portugal e no estrangeiro. Uma vez que o exercício de testes de esforço foi realizado ao nível mais elevado de consolidação, e tendo em conta que nem toda a actividade bancária da ESFG se encontra reunida no Grupo Banco Espírito Santo, a primeira foi a entidade considerada pela EBA para efeitos da realização dos *stress tests*.

respectivos choques às diversas rubricas do balanço e demonstração de resultados (incluindo extrapatrimoniais) por forma a calcular o seu impacto nos níveis de solvabilidade das instituições.

O exercício de testes de esforço em 2011 teve como principal foco os riscos de crédito e de mercado. Para tal, foram contemplados dois cenários distintos que abrangeram um período de dois anos (2011 e 2012). Em ambos os casos, os impactos na solvabilidade das instituições financeiras foram calculados com base nos valores das suas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2010 e assumindo que estas permaneceriam estáticas no futuro. Realça-se ainda que os cenários variaram consoante o país de origem de cada instituição sujeita a este exercício, por forma a incorporar as características específicas de cada economia.

O cenário base foi construído pela Comissão Europeia, em cooperação com a EBA, e baseou-se essencialmente nos modelos de construção de projecções da Comissão para diversas variáveis macroeconómicas, como sejam, o PIB, as taxas de juro, a taxa de desemprego, a taxa de câmbio e a inflação, entre outras. Para Portugal, este cenário previa uma contracção do PIB em 2011 seguida de uma ligeira recuperação em 2012.

O cenário adverso, desenvolvido pelo BCE em conjunto com a EBA, partiu do cenário base ao qual foram adicionados em simultâneo diversos choques relacionados com três eventos principais. O primeiro, referia-se ao prosseguimento da crise da dívida soberana na Europa, com especial relevo na área do euro. O segundo, supunha uma diminuição da procura global originada nos EUA e, finalmente, o terceiro assumia uma desvalorização do dólar face às restantes divisas, incluindo o euro.

Consequentemente, o novo cenário implicou modificações nas variáveis macroeconómicas, com efeitos negativos face ao cenário base. Por exemplo, a taxa de juro de curto prazo (taxas interbancárias) sofreu um aumento de 125 pontos base aplicável a todos os países, como consequência do agravamento da tensão nos mercados monetários, com repercussão no custo de financiamento bancário. Já as taxas de juro de longo prazo também sofreram aumentos, discriminados no entanto por país, consoante a sua conjuntura específica.

Adicionalmente, este cenário contemplou a aplicação de choques sobre o *trading book* sob a forma de desvalorizações, por instrumento, bem como a introdução de *haircuts* à exposição soberana, por país e maturidade. Estes últimos obrigaram ao reconhecimento de perdas face a soberanos, no montante da redução do valor de mercado dos activos que se encontravam na carteira de negociação.

Ainda assim, e tendo em conta o capital detido a 30 de Abril de 2012, os grupos financeiros portugueses envolvidos apresentaram resultados satisfatórios uma vez que, mesmo no contexto do cenário adverso, o seu rácio *core Tier 1* apurado para 2012 se situou acima dos 5% estabelecidos como limiar (ver Tabela 69, pág. 156). É ainda de referir que, de acordo com uma nota explicativa do Banco de Portugal,<sup>139</sup> a deterioração da solvabilidade dos bancos portugueses após a aplicação dos

---

<sup>139</sup> Banco de Portugal, “Exercício de *stress test* Europeu: Principais resultados dos bancos portugueses”, 15 de Julho de 2011.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/ComunicadoseNotasdeInformacao/Lists/FolderDeListaComLinks/Attachments/175/ombp20110715.pdf>

choques incluídos no cenário adverso ocorreu, sobretudo, por via do aumento de imparidades sobre a carteira de crédito. A aplicação de *haircuts* sobre a dívida soberana teve impactos reduzidos, uma vez que a maioria dessa exposição se encontrava contabilizada na rubrica Investimentos detidos até à maturidade, e como tal não se incluía no *trading book*.

No âmbito da amostra global abrangida pelo exercício de testes de esforço, foram oito as instituições financeiras europeias que não conseguiram alcançar o limite de 5% imposto para o rácio *core* de capital, nomeadamente dois bancos gregos, um banco austríaco, quatro *cajas* e um banco espanhol.<sup>140</sup> Em conjunto, o montante de capital em falta destas instituições situava-se próximo de 2,5 mil milhões de euros.

**Tabela 69: Resultados apurados no exercício de testes de esforço de Junho de 2011 para os grupos financeiros portugueses envolvidos**

	CGD	BCP	ESFG	BPI
<b>Capital Core Tier 1<sup>a)</sup> (Milhões €)</b>				
Dezembro 2010	6.510	3.521	4.520	2.133
Cenário de Referência (Dez. 2012)	6.711	4.853	4.437	2.122
Cenário Adverso (Dez. 2012)	4.993	3.736	3.886	1.788
<b>Activos Ponderados pelo Risco<sup>a)</sup> (Milhões €)</b>				
Dezembro 2010	76.989	59.562	71.122	26.036
Cenário de Referência (Dez. 2012)	79.187	64.800	72.991	26.131
Cenário Adverso (Dez. 2012)	80.160	68.884	76.712	26.885
<b>Rácio Core Tier 1</b>				
Dezembro 2010	8,5%	5,9%	6,4%	8,2%
Cenário de Referência (Dez. 2012)	8,5%	7,5%	6,1%	8,1%
Cenário Adverso (Dez. 2012)	6,2%	5,4%	5,1%	6,7%

Fonte: BdP, EBA, APB.

<sup>a)</sup> Os valores do capital *core* Tier 1 e dos activos ponderados pelo risco utilizados incluem as medidas enunciadas, contratualizadas e executadas até 30 de Abril de 2011.

Entretanto, a agudização da crise da dívida soberana na área do Euro, em especial nos países considerados periféricos, obrigou a que fosse subsequentemente decidido implementar medidas mais rígidas quanto à capitalização do sistema bancário europeu, de forma a diminuir o risco sistémico e a restabelecer a confiança no sector financeiro. Estas medidas, desenvolvidas pelo Conselho Europeu em conjunto com a EBA, e que devem ser cumpridas até 30 de Junho de 2012, incluem a fixação em 9% do mínimo exigido para o rácio *core* Tier 1 e a constituição de um *buffer* temporário adicional de capital *core* para fazer face à exposição a dívida soberana.<sup>141</sup> Este *buffer* foi calculado com base nos montantes de exposição de cada instituição ou grupo financeiro a 30 de Setembro de 2011. Ao contrário do que se verificou nos testes de esforço, nos quais os *haircuts* sobre dívida soberana se cingiram ao *trading book*, o cálculo deste novo *buffer* baseou-se nos valores de mercado da totalidade da exposição a dívida soberana, independentemente da sua classificação contabilística.

<sup>140</sup> EBA, “European Banking Authority 2011 EU-wide Stress Test Aggregate Report”, 15 de Julho de 2011. <http://www.eba.europa.eu/EU-wide-stress-testing/2011/2011-EU-wide-stress-test-results.aspx>

<sup>141</sup> Ambas as medidas são aplicáveis apenas às instituições financeiras que participaram no exercício de testes de esforço acima mencionado.

Em Dezembro de 2011, a EBA veio publicar uma recomendação formal com vista a garantir o cumprimento daquelas medidas,<sup>142</sup> bem como os resultados da avaliação conduzida para apurar as necessidades adicionais de capital que delas derivam<sup>143</sup> (Exercício Europeu de Reforço de Capitais). Deste exercício resultou que os montantes adicionais de capital, para cumprir os dois requisitos impostos, se situavam nos 114,7 mil milhões de euros. Deste montante, cerca de 34,4% correspondia ao valor do *buffer* para as exposições a dívida soberana, sendo o restante fruto do aumento do limite mínimo exigido para o rácio de capital *core*.

No caso dos grupos financeiros portugueses, foi detectada uma necessidade de capital *core* Tier 1 de cerca de 6.950 milhões de euros (ver Tabela 70), que corresponde aproximadamente a 6,1% do montante total apurado para a totalidade da amostra. É no entanto de registar que parte destas necessidades foi suprida ainda no ano de 2011, de forma a cumprir as imposições introduzidas pelo Banco de Portugal<sup>144</sup> no seguimento do Programa de Assistência Económica e Financeira.

**Tabela 70: Resultados apurados no Exercício Europeu de Reforço de Capitais de Dezembro de 2011 para os grupos financeiros portugueses envolvidos**

	CGD	BCP	ESFG	BPI	Total
<b>Capital Core Tier 1 (Setembro 2011)</b>					
Milhões €	6.242	4.221	4.672	2.251	17.386
Em % dos activos ponderados pelo risco	8,0%	7,3%	6,9%	8,9%	7,6%
<b>Buffer para Exposições a Dívida Soberana</b>					
Milhões €	1.073	1.165	121	1.359	3.718
Em % dos activos ponderados pelo risco	1,4%	2,0%	0,2%	5,4%	1,6%
<b>Necessidades de Reforço de Capital Core Tier 1<sup>a)</sup></b>					
Milhões €	1.834	2.130	1.597	1.389	6.950
Em % dos activos ponderados pelo risco	2,4%	3,7%	2,3%	5,5%	3,0%

Fonte: BdP, EBA, APB.

<sup>a)</sup> Para cumprimento do *buffer* temporário e do requisito mínimo de 9% para o rácio *core* Tier 1.

<sup>142</sup> EBA, “European Banking Authority 2011 EU-Capital Exercise - Results of bank recapitalisation plan”, 8 de Dezembro de 2011.

<http://stress-test.eba.europa.eu/capitalexercise/EBA%20BS%202011%20173%20Recommendation%20FINAL.pdf>

<sup>143</sup> EBA, “European Banking Authority 2011 EU-Capital Exercise - EBA Recommendation on the creation and supervisory oversight of temporary capital buffers to restore market confidence”, 8 de Dezembro de 2011.

<http://stress-test.eba.europa.eu/capitalexercise/Presenting%20the%20results%20of%20the%20recapitalisation%20exercise.pdf>

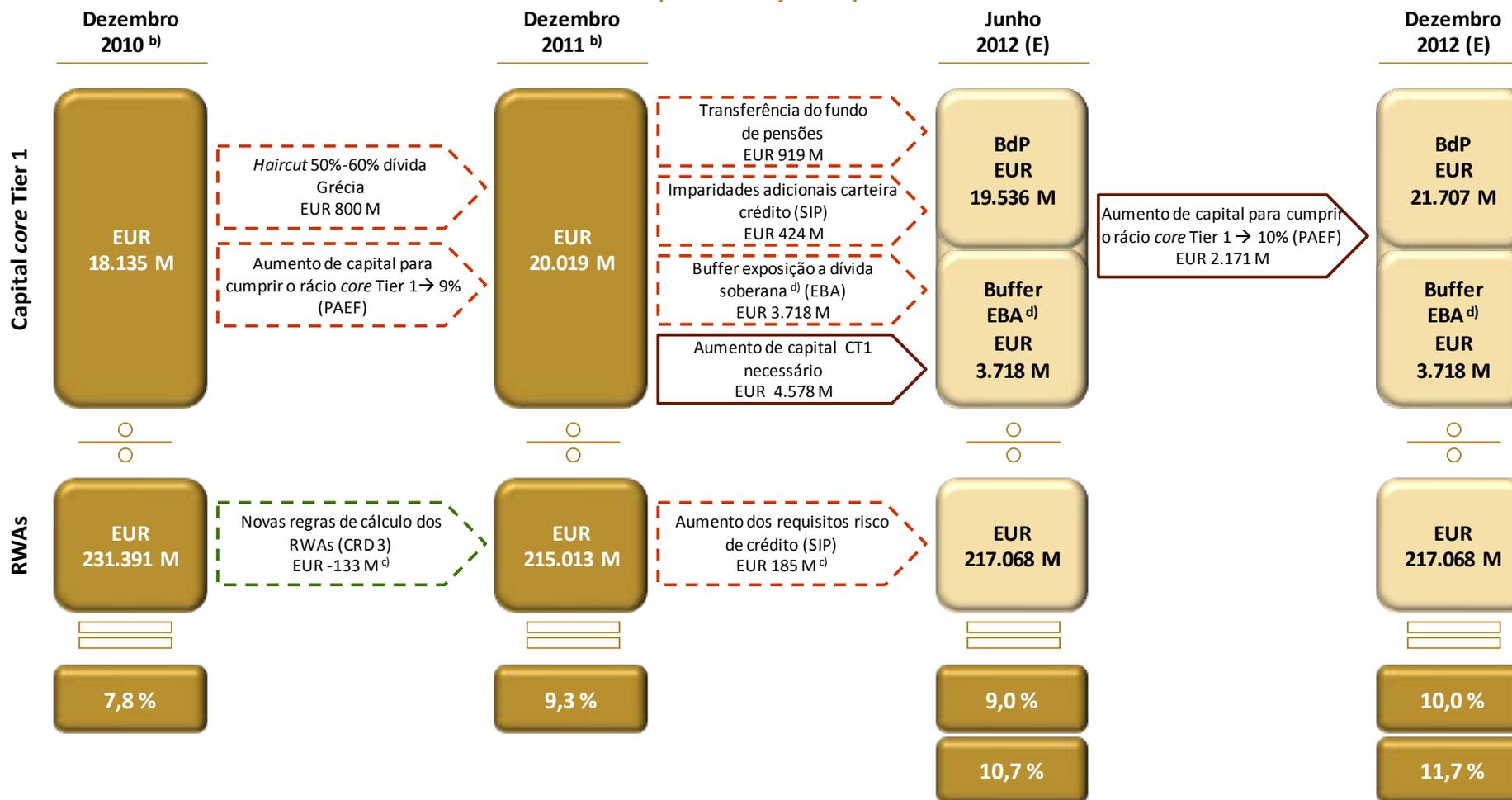
<sup>144</sup> Ver Sub-capítulo VII.4 Análise de solvabilidade, pág. 150.

Ainda assim, no final do último ano ocorreram alguns eventos cujos impactos negativos sobre o capital apenas serão tomados em conta para efeitos prudenciais no primeiro semestre de 2012 e que terão de ser supridos neste período de forma a cumprir, a 30 de Junho de 2012, as imposições da EBA atrás referidas. A transferência de parte dos fundos de pensões das instituições financeiras para a Segurança Social, bem como as imparidades extraordinárias decorrentes do Programa Especial de Inspeções (SIP<sup>145</sup>), terão implicações a nível do capital *core* Tier 1 de cerca de 919 milhões de euros e 424 milhões de euros, respectivamente. Por outro lado, também no decorrer deste Programa, foram detectadas insuficiências no cálculo dos activos ponderados pelo risco, levando a que estes aumentem em 2.056 milhões de Euros, o que se traduz numa necessidade extra de capital *core* Tier 1 de 185 milhões de euros. Consequentemente, o montante adicional de capital, apurado no final de 2011, para cumprir os requisitos da EBA a 30 de Junho de 2012, ascendia a 4.578 milhões de euros (ver Quadro 6, pág. 159).

---

<sup>145</sup> *Special Inspections Programme.*

**Quadro 6: Estimativas da evolução e impactos sobre o capital e os activos ponderados pelo risco para os grupos financeiros portugueses envolvidos no Exercício Europeu de Reforço de Capitais <sup>a)</sup>**



Fonte: BdP, EBA, IFs, APB.

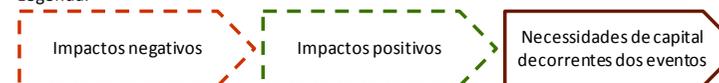
<sup>a)</sup> Inclui o grupo BES e não o grupo ESFG.

<sup>b)</sup> Valores observados à data, pelo que a transição entre os dois períodos não se explica unicamente pelos eventos descritos.

<sup>c)</sup> Impacto dos eventos directamente sobre os requisitos de capital.

<sup>d)</sup> Não qualifica para o rácio de capital core Tier 1 exigido pelo Banco de Portugal.

Legenda:





## VIII. Indicadores de Eficiência<sup>146</sup>

### VIII.1. *Cost-to-Income*

O indicador *cost-to-income*, também conhecido por rácio de eficiência, é uma medida que traduz a capacidade das instituições financeiras de gerar resultados de exploração a partir de um determinado fluxo de resultados gerados pela actividade bancária. Por outras palavras, este rácio avalia o esforço financeiro necessário para o desenvolvimento da actividade das instituições financeiras, uma vez que relaciona os custos de operação com o produto bancário.

Este rácio é particularmente importante para o sector bancário, sendo utilizado tanto pelas próprias instituições, para determinar objectivos estratégicos e estabelecer critérios de avaliação de desempenho dos seus executivos, como por diversos agentes externos, nomeadamente consultores, analistas e agências de *rating*. É ainda uma importante ferramenta de *benchmark* que permite posicionar as instituições financeiras face às suas pares em termos de eficiência operacional.

**Tabela 71: Evolução dos custos operativos, do produto bancário e do *cost-to-income* (2008 – 2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Custos Operativos<sup>a)</sup></b>					
Total (milhões €)	5.592	5.622	5.783	5.698	-
Taxa de crescimento anual	-	0,5%	2,9%	-1,5%	0,6%
<b>Produto Bancário<sup>a)</sup></b>					
Total (milhões €)	11.018	10.553	9.886	9.378	-
Taxa de crescimento anual	-	-4,2%	-6,3%	-5,1%	-5,2%
<b><i>Cost-to-Income</i></b>					
Total	50,8%	53,3%	58,5%	60,8%	55,8%
Variação (em pontos percentuais)	-	2,5 pp	5,2 pp	2,3 pp	-

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Ver Tabela 52, pág. 117..

No ano de 2011, o indicador *cost-to-income* sofreu um aumento de 2,3 pontos percentuais, situando-se nos 60,8%. Esta evolução seguiu a tendência observada desde 2008, e que se traduziu numa deterioração do rácio em 10 pontos percentuais ao longo do período (ver Tabela 71).

No entanto, o agravamento do rácio em 2011 foi inferior ao ocorrido em anos anteriores. Para tal contribuiu o esforço de contenção dos custos operativos, que resultou numa diminuição dos mesmos em 1,5%. Desta forma, e contrariamente ao cenário verificado até 2010, o aumento do rácio, em 2011, deveu-se unicamente à quebra muito significativa do produto bancário, que excedeu ligeiramente os 5% (ver Tabela 71, e Gráfico 66, pág. 162).

<sup>146</sup> Uma vez que a análise deste capítulo foi efectuada tendo em conta uma perspectiva evolutiva, a amostra encontra-se limitada a 31 instituições pelos motivos já apresentados na nota de rodapé 36, pág. 32.

**Gráfico 66: Evolução do indicador *cost-to-income* e seus componentes (2008 – 2011)**

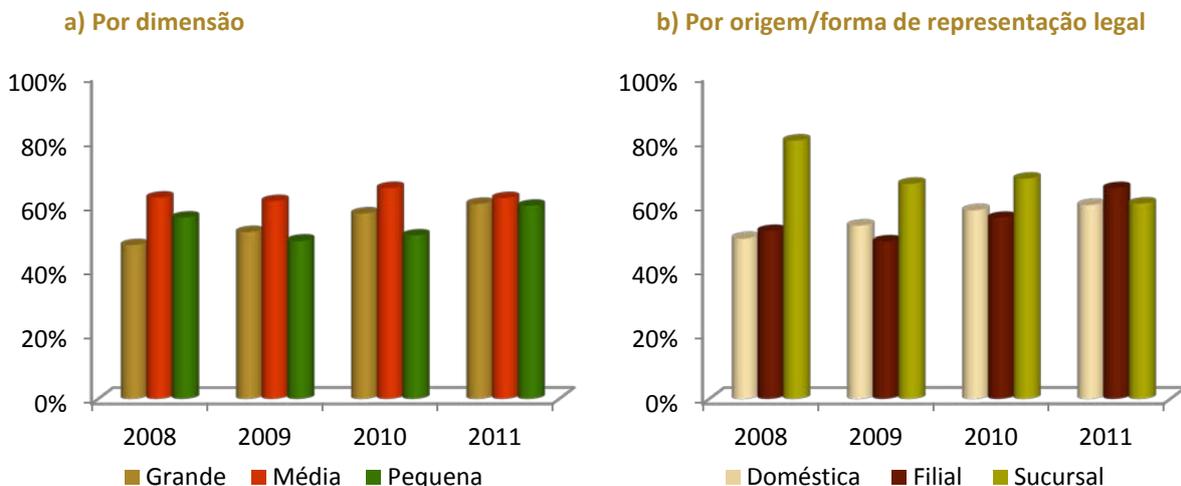


Fonte: IFs, APB.

No que respeita ao comportamento do rácio de eficiência de acordo com as características dimensão e origem/forma de representação legal das instituições financeiras associadas, destacam-se as de média dimensão e as sucursais por terem sido os únicos segmentos cujo *cost-to-income* diminuiu em 2011. Ainda assim, o rácio das primeiras permaneceu superior face aos seus pares. Já no caso das sucursais, a evolução positiva do seu rácio conjugada com a forte degradação do rácio das filiais conduziu a que tenham sido estas últimas a apresentar o nível mais alto de eficiência no ano (ver Gráfico 67).

É ainda de destacar que, fruto deste contexto, o indicador *cost-to-income* apresentou, em 2011, valores bastante homogéneos entre os diversos segmentos de instituições financeiras associadas, tanto por dimensão como por origem/forma de representação legal.

**Gráfico 67: Evolução do *cost-to-income*, por dimensão e origem/forma de representação legal (2008 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

## VIII.2. Crédito e Depósitos por empregado e número de empregados por balcão<sup>147</sup>

O rácio crédito e depósitos por empregado pretende analisar a eficiência das instituições financeiras na medida em que relaciona o valor agregado dos principais serviços prestados com os recursos utilizados na sua produção. Este indicador é especialmente importante para os sectores bancário e financeiro, uma vez que estes ramos de actividade se caracterizam pela sua intensidade de recursos humanos, visto serem estes o seu principal factor produtivo.

Desta forma, a evolução do rácio crédito e depósitos por empregado é indicativa da *performance* das instituições financeiras no que respeita à eficiência da utilização deste recurso produtivo para a captação de negócio bancário.

**Tabela 72: Evolução do montante de crédito e depósitos, do número global de empregados, e do indicador crédito e depósitos por empregado, a 31 de Dezembro (2008 – 2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Crédito + Depósitos<sup>a) b)</sup></b>					
Total (milhões)	464.900	473.737	483.051	486.125	-
Taxa de crescimento anual	-	1,9%	2,0%	0,6%	1,5%
<b>Número Global de Empregados<sup>c)</sup></b>					
Total	58.194	58.277	58.412	57.130	-
Taxa de crescimento anual	-	0,1%	0,2%	-2,2%	-0,6%
<b>Crédito e Depósitos por Empregado</b>					
Valor (milhares €)	7.989	8.129	8.270	8.509	-
Taxa de crescimento anual	-	1,8%	1,7%	2,9%	2,1%

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Crédito líquido a clientes, tal como evidenciado na Tabela 31, pág. 82.

<sup>b)</sup> Recursos de clientes e outros empréstimos, tal como evidenciado na Tabela 32, pág. 84.

<sup>c)</sup> Ver Tabela 9, pág. 37.

No ano de 2011, o rácio crédito e depósitos por empregado registou um aumento significativo de 2,9%, que conduziu a uma reversão da tendência de desaceleração do crescimento deste indicador, observada até 2010. Como consequência, ao longo do período 2008-2011, o montante de crédito e depósitos por empregado cresceu cerca de 6,6%, atingindo assim uma taxa de crescimento média anual de 2,1% (ver Tabela 72).

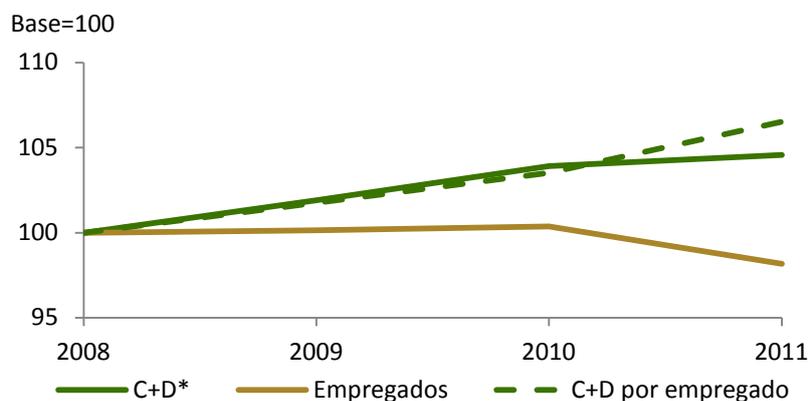
Até 2010, a evolução do rácio foi impulsionada exclusivamente pelo aumento do volume de crédito e depósitos, uma vez que o número global de empregados praticamente estagnou no período. Assim, a evolução do indicador situou-se muito em linha com a do montante total de crédito e depósitos (ver Gráfico 68, pág. 164).

Já no último ano, este cenário alterou-se. Aliado a um ligeiro acréscimo do montante das funções de intermediação bancária (por comportamentos opostos na captação de depósitos e na

<sup>147</sup> A análise do presente sub-capítulo foi efectuada tendo por base o número global de empregados (afectos à actividade doméstica e à actividade internacional), bem como o número total de balcões (incluindo as agências bancárias em Portugal e as das sucursais e escritórios de representação no exterior).

concessão de crédito), a redução do quadro de pessoal das instituições financeiras associadas conduziu a um aumento da taxa de crescimento deste indicador (de 1,7% para 2,9%) (ver Tabela 72, pág. 163 e Gráfico 68).

**Gráfico 68: Evolução comparativa do montante de crédito e depósitos face ao número global de empregados, a 31 de Dezembro (2008 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

Nota: \* (C+D) Montante de crédito e depósitos.

Paralelamente, o indicador número de empregados por balcão estagnou no ano de 2011, pondo assim término aos ganhos de eficiência que vinham sendo alcançados desde 2008 (ver Tabela 73). Se até 2010 a evolução deste indicador foi marcada pelo crescimento da rede de balcões, uma vez que o quadro de recursos humanos praticamente se manteve inalterado no período, no último ano a estabilização do número de empregados por balcão derivou das reduções semelhantes verificadas nas suas duas componentes (ver Gráfico 69, pág. 165).

Em 2011, apesar do volume de negócio por agência bancária ter aumentado como consequência da reestruturação ocorrida na rede de balcões das instituições financeiras associadas, o nível de recursos humanos necessários para o seu funcionamento manteve-se. Este contexto foi possibilitado pela continuação dos esforços de optimização dos meios disponíveis, que já tinham permitido a evolução positiva do indicador em anos anteriores.

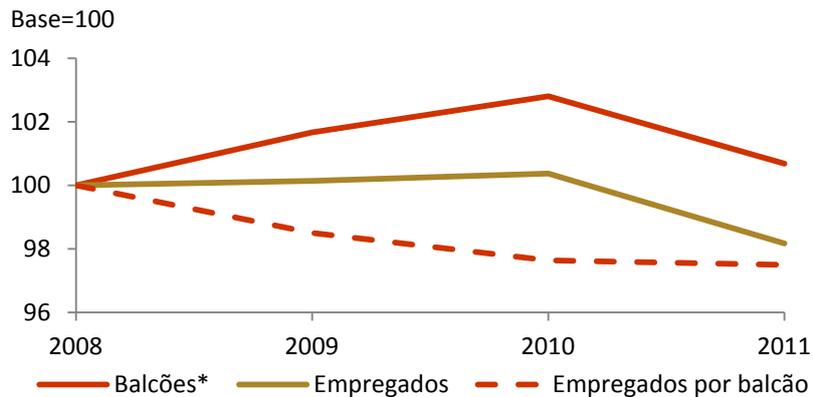
**Tabela 73: Evolução do número de balcões e do indicador número de empregados por balcão, a 31 de Dezembro (2008-2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Número de Balcões <sup>a)</sup></b>					
Total	6.242	6.346	6.417	6.285	-
Taxa de crescimento anual	-	1,7%	1,1%	-2,1%	0,2%
<b>Número de Empregados por Balcão</b>					
Total	9,3	9,2	9,1	9,1	-
Taxa de crescimento anual	-	-1,1%	-1,1%	0,0%	-0,7%

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Inclui o número de balcões em Portugal e as agências bancárias das sucursais e escritórios de representação no exterior.

**Gráfico 69: Evolução comparativa do número de balcões face ao número global de empregados, a 31 de Dezembro (2008 – 2011)**

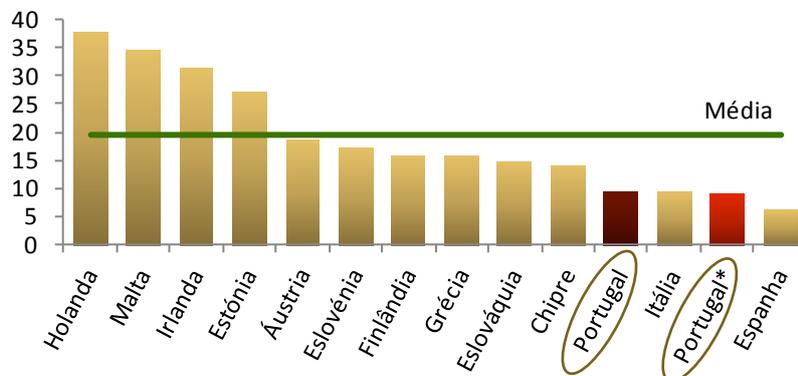


Fonte: IFs, APB.

Nota: \* Inclui o número de balcões em Portugal e as agências bancárias das sucursais e escritórios de representação no exterior.

Adicionalmente, verifica-se que o esforço para alcançar melhorias de eficiência ao nível do indicador número de empregados por balcão por parte das instituições financeiras associadas, tem-nas colocado numa posição bastante favorável face aos seus pares da área do Euro. Apenas o sector bancário espanhol apresenta um rácio inferior ao evidenciado pelas instituições financeiras associadas (ver Gráfico 70).

**Gráfico 70: Número de empregados por balcão na área do euro, a 31 de Dezembro de 2010**



Fonte: IFs, BCE, APB.

Nota: \* Inclui apenas as instituições financeiras associadas.

Por motivos de falta de dados relativos a 2011, utilizaram-se dados de 2010 para efeitos da comparação do indicador com outros países da área do Euro.

### VIII.3. Activo por empregado

O indicador activo por empregado relaciona o montante do activo das instituições financeiras com o seu número de empregados. Assim, a análise evolutiva deste rácio permite compreender o desempenho das instituições financeiras quanto à sua eficiência operacional (i.e. na obtenção de volume de negócio), uma vez que confronta o seu principal factor produtivo (i.e. os recursos humanos) com o montante de actividade desenvolvida (medida em termos de activo).

Em 2011, o indicador registou um crescimento pouco significativo de 0,8% que contrasta com a evolução muito positiva observada em 2009 e 2010 (7,6% e 5,6%, respectivamente). Este contexto deriva de uma redução do montante do activo agregado de 1,4%, na sequência do processo de desalavancagem imposto ao sector bancário, e que anulou grande parte dos ganhos de eficiência que poderiam ter sido alcançados através da racionalização dos recursos (2,2%) (ver Tabela 74).

**Tabela 74: Taxas de crescimento anual do activo agregado e do número global de empregados, e evolução do indicador activo por empregado, a 31 de Dezembro (2008 – 2011)**

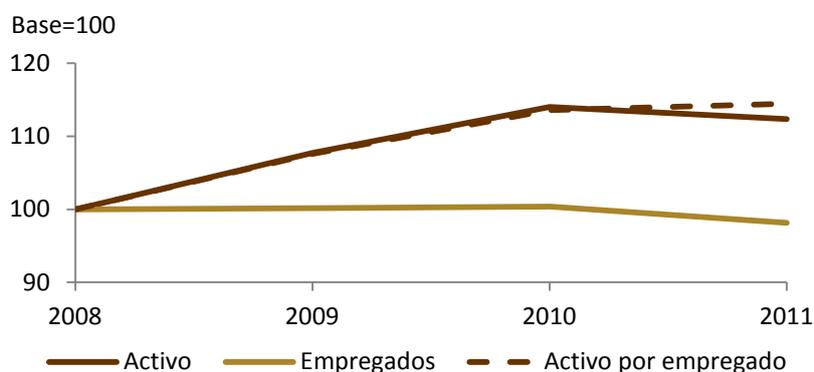
	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Activo Agregado <sup>a)</sup></b>					
Total (milhões €)	445.346	479.771	507.799	500.472	-
Taxa de crescimento anual	-	7,7%	5,8%	-1,4%	4,0%
<b>Número Global de Empregados</b>					
Total	58.194	58.277	58.412	57.130	-
Taxa de crescimento anual	-	0,1%	0,2%	-2,2%	-0,6%
<b>Activo por Empregado</b>					
Valor (milhares €)	7.653	8.233	8.693	8.760	-
Taxa de crescimento anual	-	7,6%	5,6%	0,8%	4,7%

Fonte: IFs, APB.

a) Ver Tabela 31, pág. 82.

Consequentemente até 2010, o aumento do indicador activo por empregado foi essencialmente potenciado pela evolução positiva da sua primeira componente, uma vez que o número de empregados praticamente estagnou. Já em 2011, este último foi o factor responsável pelos modestos ganhos obtidos de eficiência, uma vez que registou um decréscimo superior ao do activo agregado (ver Tabela 74 e Gráfico 71).

**Gráfico 71: Evolução comparativa do activo agregado face ao número global de empregados, a 31 de Dezembro (2008 – 2011)**



Fonte: IFs, APB.

## IX. Análise da Actividade Internacional

A *performance* da actividade internacional, que resultou da estratégia de internacionalização prosseguida por um conjunto de Associados<sup>148</sup> nos últimos anos, contribuiu para atenuar os impactos extraordinários muito negativos sobre a actividade doméstica que ocorreram em 2011. Esta estratégia de investimento na expansão do negócio para o exterior materializou-se numa taxa de crescimento média anual do activo afecto à actividade internacional, entre 2008 e 2010, de 4,2%.

**Tabela 75: Evolução do balanço consolidado relativo à actividade internacional, a 31 de Dezembro (2008 – 2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Activo Agregado</b>					
Total (milhões €)	67.575	74.681	73.079	71.611	-
Taxa de crescimento anual	-	10,5%	-2,1%	-2,0%	2,1%
Representatividade no total do activo líquido consolidado	16,9%	17,4%	16,6%	17,2%	17,0%
<b>Crédito a Clientes<sup>a)</sup></b>					
Total (milhões €)	39.991	42.702	45.591	44.733	-
Taxa de crescimento anual	-	6,8%	6,8%	-1,9%	3,9%
Representatividade no total do crédito a clientes consolidado	13,6%	14,2%	14,8%	15,3%	14,5%
<b>Recursos de Clientes e Outros Empréstimos</b>					
Total (milhões €)	34.081	36.414	38.479	40.026	-
Taxa de crescimento anual	-	6,8%	5,7%	4,0%	5,5%
Representatividade no total dos recursos de clientes consolidado	18,0%	19,0%	18,8%	18,4%	18,6%

Fonte: IFs, APB.

Nota: <sup>a)</sup> Crédito bruto.

No entanto, o processo de desalavancagem a que se assistiu a nível da actividade individual<sup>149</sup> em 2011 incidu também sobre a actividade consolidada, incluindo, ainda que em menor grau, a desenvolvida no exterior. Face a este contexto, e não obstante a contracção da actividade internacional no ano, assistiu-se a um aumento da sua importância em várias rubricas respectivas do balanço consolidado.

Assim, o activo afecto à actividade internacional registou um decréscimo de 2% no último ano. Ainda assim, esta quebra permitiu que a sua representatividade na totalidade do activo consolidado tenha aumentado de 16,6% em 2010 para 17,2% no final de 2011. Para a referida contracção contribuiu em larga escala a diminuição de 1,9% verificada no crédito bruto a clientes (ver Tabela 75) que, por sua vez, foi potenciada pela venda de carteiras de crédito da actividade no estrangeiro.

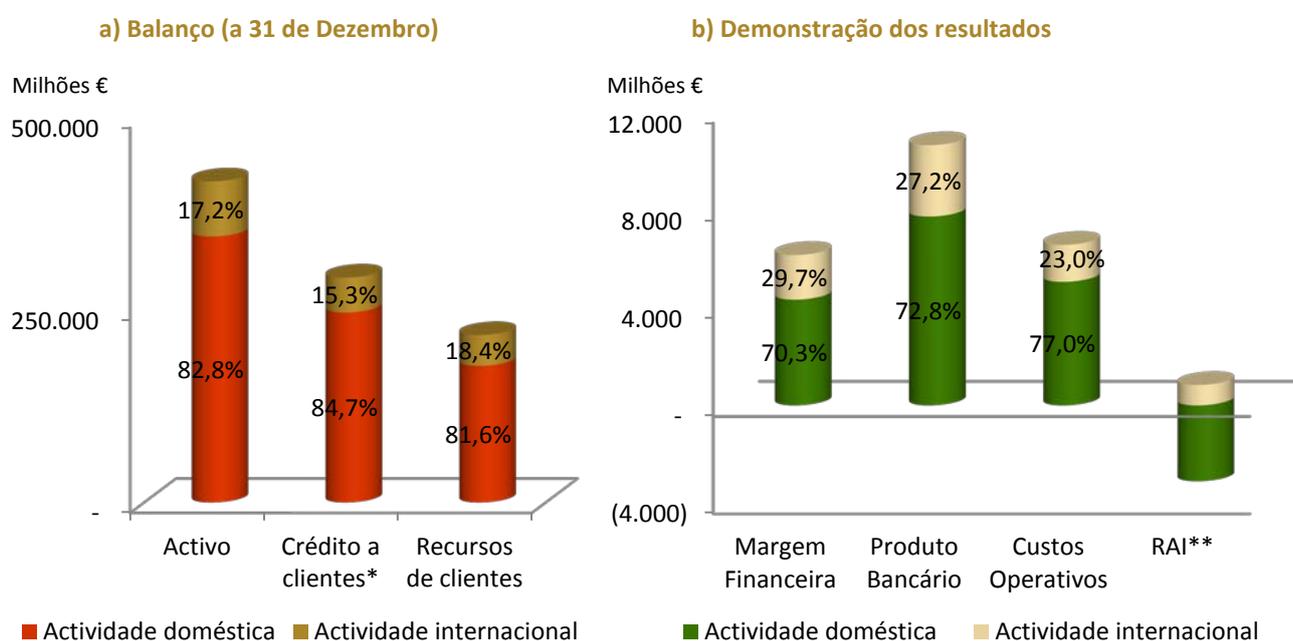
<sup>148</sup> A análise da actividade internacional foi realizada com base na actividade consolidada de sete grupos bancários associados (Banif, BCP, BES, BPI, BST, CGD e Montepio).

<sup>149</sup> Ver Sub-capítulo VII.1 Análise de balanço, pág. 81.

Por oposição, os recursos de clientes e outros empréstimos registaram uma taxa de crescimento positiva de 4%, ainda que em desaceleração face à tendência de anos anteriores. Contudo, os recursos captados no mercado externo perderam representatividade em termos da totalidade dos recursos de clientes a nível consolidado (ver Tabela 75, pág. 167), em resultado do forte crescimento desta rubrica na actividade doméstica.

Por força da simultânea evolução negativa do crédito bruto a clientes e positiva dos recursos de clientes e outros empréstimos, o rácio de transformação relativo à actividade internacional desceu no último ano 6,7 pontos percentuais, situando-se em 111,8% no final de 2011.

**Gráfico 72: Representatividade da actividade internacional nas demonstrações financeiras consolidadas (2011)**



Fonte: IFs, APB.

Nota: \* Crédito bruto.

\*\* (RAI) Resultado antes de impostos não corrigido de interesses minoritários.

Os resultados consolidados da actividade internacional das instituições financeiras associadas cresceram consideravelmente em 2011 anulando uma parte, ainda que pequena, dos prejuízos registados na actividade doméstica. A margem financeira foi a rubrica mais pressionada, devido em parte à forte quebra do crédito a clientes já mencionada, pelo que registou um crescimento muito modesto de 1,4% no último ano. Já o produto bancário apresentou uma taxa de crescimento mais significativa (6,9%), para a qual contribuíram os resultados das operações financeiras e de serviços e comissões (ver Tabela 76, pág. 169).

No entanto, é a nível do seu resultado antes de impostos e interesses minoritários que a actividade internacional mais se destaca, uma vez se observou um aumento muito acentuado de 20% nesta rubrica, em 2011 (ver Tabela 76, pág. 169). Este aumento foi muito superior aos ocorridos nas rubricas de proveitos da actividade bancária (tanto margem financeira como produto bancário), pois foi muito beneficiado pela diminuição das imparidades face ao ano de 2010.

**Tabela 76: Evolução da demonstração dos resultados consolidada relativa à actividade internacional (2008 – 2011)**

	2008	2009	2010	2011	Média
<b>Margem Financeira</b>					
Total (milhões €)	1.339	1.314	1.809	1.835	-
Taxa de crescimento anual	-	-1,9%	37,7%	1,4%	12,4%
Representatividade no total da margem financeira consolidada	18,9%	21,3%	29,2%	29,7%	24,8%
<b>Produto Bancário</b>					
Total (milhões €)	2.156	2.347	2.718	2.905	-
Taxa de crescimento anual	-	8,9%	15,8%	6,9%	10,5%
Representatividade no total do produto bancário consolidado	18,3%	20,5%	23,1%	27,2%	22,3%
<b>Custos Operativos</b>					
Total (milhões €)	1.149	1.179	1.438	1.519	-
Taxa de crescimento anual	-	2,6%	22,0%	5,6%	10,1%
Representatividade no total dos custos operativos consolidados	17,8%	18,3%	21,4%	23,0%	20,1%
<b>Provisões e Imparidades</b>					
Total (milhões €)	324	578	580	546	-
Taxa de crescimento anual		78,5%	0,2%	-5,8%	24,3%
Representatividade no total das provisões e imparidades	11,2%	22,4%	21,2%	8,6%	15,9%
<b>Resultado Antes de Impostos e Interesses Minoritários</b>					
Total (milhões €)	683	590	700	840	-
Taxa de crescimento anual	-	-13,6%	18,6%	20,0%	8,3%
Representatividade no total do RAI <sup>a)</sup> consolidado	28,0%	24,3%	30,2%	-	-

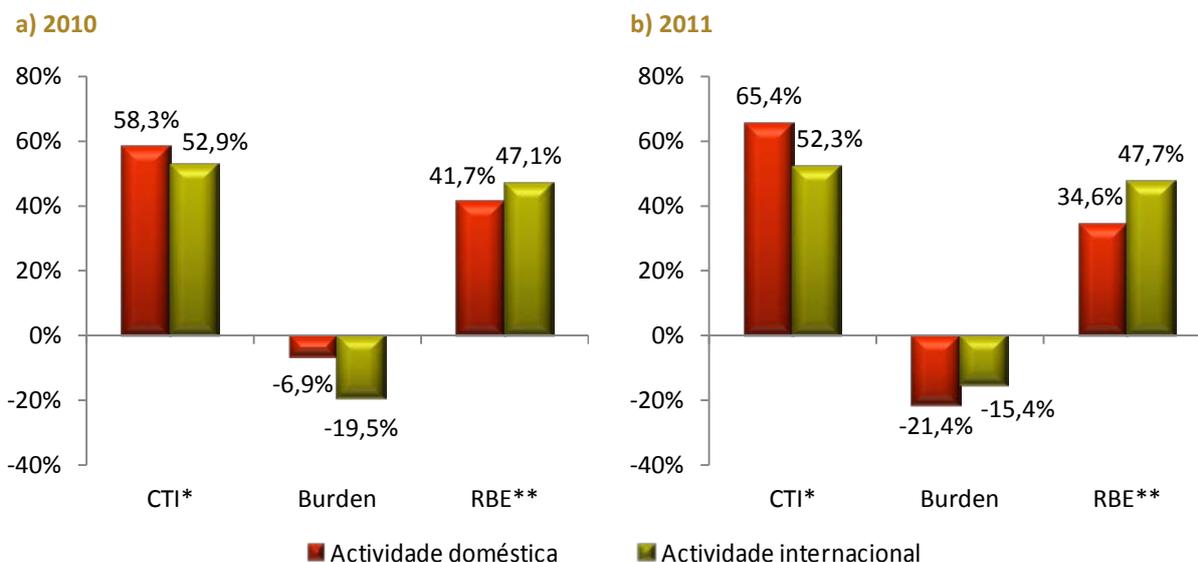
Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Resultado antes de impostos, não corrigido de interesses minoritários.

Por via da conjugação dos diversos factores já referidos, a actividade internacional apresentou, em 2011, indicadores de *performance* financeira substancialmente mais positivos comparativamente à actividade doméstica. Mais ainda, a evolução entre 2010 e 2011 revela melhorias em todos os rácios analisados no caso do negócio no exterior, e deterioração dos mesmos no caso da actividade doméstica (ver Gráfico 73, pág. 170).

A nível do *cost-to-income* e do resultado bruto de exploração em percentagem do produto bancário, o *gap* entre as duas actividades atingiu os 13,2 pontos percentuais, a favor do negócio internacional. Em relação ao *burden*, que apresentou um valor mais desfavorável na actividade internacional face à doméstica em 2010, verificou-se uma inversão deste cenário no último ano. Assim, em 2011, a actividade internacional superou a doméstica na sua capacidade de absorção dos custos operacionais pelos resultados da prestação de serviços a clientes e de mercado (ver Gráfico 73, pág. 170).

**Gráfico 73: Comparação de alguns indicadores de performance da actividade doméstica vs. internacional**



Fonte: IFs, APB.

Nota: \* (CTI) *Cost-to-Income*

\*\* (RBE) Resultado Bruto de Exploração em percentagem do produto bancário.

Em termos das áreas geográficas escolhidas para o desenvolvimento da actividade internacional das instituições financeiras associadas não existiram, em 2011, grandes alterações a assinalar face a 2010. Assim, continuam a assumir-se como zonas privilegiadas de negócio aqueles países com os quais Portugal tem afinidade cultural e linguística, como sejam Angola, Brasil ou Moçambique. Adicionalmente, mantém-se a preferência por países cujos sistemas financeiros se encontram particularmente desenvolvidos, como é o caso dos EUA, e por aqueles que são importantes parceiros comerciais de Portugal, como a Espanha.

Neste âmbito é ainda de salientar que as instituições financeiras associadas que mais se destacaram em termos do crescimento da sua actividade internacional foram aquelas cujas operações no exterior se intensificaram fora da Europa, em especial nos países emergentes.

Em relação às áreas de negócio desenvolvidas no âmbito da actividade internacional, destacam-se em particular a banca de retalho, a banca de investimento, o capital de risco e a gestão de activos.

**X. Anexos**

Anexo A – Diplomas legais e regulamentares em Portugal

Anexo B – Iniciativas de regulação do sector financeiro a nível internacional

Anexo C – Alterações às normas internacionais de contabilidade



**Anexo A – Diplomas legais e regulamentares em Portugal<sup>150</sup>**

**Janeiro**

**Integração dos Trabalhadores Bancários no Regime Geral da Segurança Social**

**- Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**

Através deste Decreto-Lei, o Governo integrou no regime geral de segurança social os trabalhadores bancários e outros trabalhadores inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (ou CAFEB) para efeitos de protecção na maternidade, paternidade e velhice, concretizando os propósitos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de Março, o qual determinou a inscrição dos novos trabalhadores bancários no regime geral da segurança social.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/01/00101/0000200003.pdf>

**Registo dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização de instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal**

**- Instrução do Banco de Portugal n.º 30/2010, de 17 de Janeiro de 2011**

Esta instrução pretende fazer a convergência das regras relativas ao processo de registo dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das instituições sujeitas à supervisão do BdP e das restantes autoridades de supervisão financeira.

<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/manual/textos/30-2010m.pdf>

**Sociedades Financeiras de Microcrédito**

**- Portaria n.º 59/2011, de 31 de Janeiro – Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Através desta Portaria, é fixado o valor mínimo do capital social das sociedades financeiras de microcrédito, num montante não inferior a 1 milhão de euros.

[www.dre.pt/pdf1sdip/2011/01/02100/0062800628.pdf](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2011/01/02100/0062800628.pdf)

---

<sup>150</sup> O Centro de Estudos Financeiros agradece à área jurídica da APB a presente compilação dos principais documentos legais e regulamentares publicados em Portugal, em 2011.

## Fevereiro

### Operações de Titularização

#### - Instrução do Banco de Portugal n.º 2/2011<sup>151</sup>

Em virtude das alterações introduzidas pela Directiva n.º 2009/111/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro de 2009 e pela Directiva n.º 2009/83/CE da Comissão, de 27 de Julho de 2009, altera os pontos 3 e 4 da Instrução n.º 13/2007, relativos, respectivamente, a (i) às condições que terão de estar verificadas para que opere a presunção de transferência efectiva do risco de crédito das posições em risco pela instituição cedente de créditos e (ii) à possibilidade de reconhecimento da transferência significativa do risco de crédito de posições em risco, mesmo que não se verifiquem as condições para a presunção de transferência efectiva de risco previstas no ponto 3.

<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/historico/textos/2-2011i.pdf>

### Testes de Esforço (*Stress Tests*)

#### - Instrução do Banco de Portugal n.º 4/2011, de 8 de Fevereiro<sup>152</sup>

Altera a metodologia, requisitos e forma de implementação dos testes de esforço pelas instituições de crédito e empresas de investimento sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/historico/textos/4-2011i.pdf>

<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/historico/anexos/4-2011i1.pdf>

### Risco de Concentração

#### - Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2011, de 15 de Fevereiro

Estabelece um conjunto de políticas e procedimentos apropriados para identificar, avaliar e mitigar riscos de concentração, que são aplicáveis às instituições de crédito e empresas de investimento, bem como às sucursais em Portugal de instituições de crédito ou empresas de investimento com sede em países que não sejam membros da União Europeia. Revoga a Instrução do Banco de Portugal n.º 2/2010, de 15 de Fevereiro.

<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/historico/textos/5-2011i.pdf>

<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/historico/anexos/5-2011i1.pdf>

---

<sup>151</sup> Posteriormente revogada pela Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2011, de 15 de Fevereiro. Vide informação *infra*.

<sup>152</sup> Posteriormente alterada pela Instrução do Banco de Portugal n.º 14/2012, de 27 de Março.

## Março

### **Concessão de Crédito para a Realização de Operações sobre Instrumentos Financeiros**

#### **- Instrução da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários n.º 10/2011, de 3 de Março**

Define a informação mensal a prestar pelos intermediários financeiros à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), relativamente à actividade de concessão de crédito, incluindo o empréstimo de valores mobiliários para a realização de operações sobre instrumentos financeiros, bem como a sua forma e periodicidade.

[http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao\\_Regulamentos/Instrucoes/2011/Documents/Instru%C3%A7%C3%A3o%2010-2011.pdf](http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao_Regulamentos/Instrucoes/2011/Documents/Instru%C3%A7%C3%A3o%2010-2011.pdf)

### **Isenção de IMT na Aquisição de Imóveis por Instituições de Crédito para a Realização de Créditos**

#### **- Circular da Direcção Geral dos Impostos n.º 5/2011, de 11 de Março de 2011**

A presente circular refere-se à isenção de Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) atribuída no artigo 8.º, n.º 1, do Código respectivo (CIMT) à aquisição de imóveis por instituições de crédito ou sociedades dominadas por estas, em processo de execução movido por estas ou outro credor, e as efectuadas em processo de insolvência, em resultado de empréstimos ou fianças.

Fica aí expresso o entendimento de que, devendo tais aquisições ser declaradas através da declaração Modelo 1 de IMT, dando lugar também à liquidação de Imposto do Selo e subsequente emissão pelos serviços da Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) do correspondente comprovativo da isenção de IMT, não tendo as instâncias judiciais competentes verificado ou declarado a referida isenção, deve o serviço de finanças levar a cabo o procedimento de reconhecimento automático da mesma, desde que o contribuinte faça tal pedido com respeito pelos prazos do artigo 36.º, n.º 3, do CIMT e de modo expresso ao Chefe do Serviço de Finanças.

Entende-se ainda que o referido pedido deve ter-se como tempestivo quando fique evidenciado que a isenção tinha sido anteriormente pedida junto das instâncias judiciais.

<http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/AC7304E5-E970-42D4-820E-BE6707836A02/0/Circular5-2011.pdf>

### **Empréstimos Subordinados em Fundos Próprios**

#### **- Carta-Circular do Banco de Portugal n.º 3/2011/DSP, de 17 de Março**

Estabelece, nos termos do n.º 7 do artigo 7.º do Aviso n.º 6/2010 do Banco de Portugal, um programa de redução gradual do montante dos empréstimos subordinados (incluindo obrigações com cláusula de subordinação) que podem ser incluídos nos fundos próprios de uma instituição mútua.

<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/circulares/textos/3-2011-DSP.pdf>

## **Sociedades de Consultoria para Investimento e Entidades Gestoras de Mercados, Sistemas e Serviços**

**- Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários n.º 1/2011, de 21 de Março (Publicado na IIª Série do Diário da República em 30 de Março de 2011).**

Define os elementos e informações que devem acompanhar a comunicação à CMVM de projectos de aquisição, aumento ou diminuição de participações qualificadas e os elementos de informação que devem ser comunicados à CMVM para efeitos da avaliação a realizar sobre a qualificação e idoneidade dos membros dos órgãos de administração e fiscalização em sociedades de consultoria para investimento e entidades gestoras de mercados, sistemas e serviços.

<http://www.dre.pt/util/getpdf.asp?s=diad&serie=2&iddr=63.2011&iddip=2011021677>

## **Contribuição sobre o Sector Bancário**

**- Portaria n.º 121/2011, de 30 de Março - Ministério das Finanças e da Administração Pública<sup>153</sup>**

Regulamenta a contribuição sobre o sector bancário, estabelecida pela Lei do Orçamento do Estado para 2011, bem como as suas condições de aplicação.

[www.dre.pt/pdf1sdip/2011/03/06300/0172801731.pdf](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2011/03/06300/0172801731.pdf)

## **Abril**

### **Iniciativa “Licenciamento Zero”**

**- Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril – Presidência do Conselho de Ministros<sup>154</sup>**

O diploma, que se insere no âmbito da iniciativa “Licenciamento Zero”, visa simplificar o regime de exercício de diversas actividades económicas, reduzindo os encargos e procedimentos administrativos, designadamente através da eliminação de licenças, autorizações, validações, autenticações, certificações, actos emitidos na sequência de comunicações prévias com prazo, registos e outros actos permissivos, que antes eram exigidos para o exercício de actividades específicas ou para afixação de publicidade, substituindo-os por um reforço da fiscalização sobre essas actividades<sup>155</sup>.

Também cria o “Balcão do Empreendedor”, que pretende ser um balcão único electrónico onde será possível, num só ponto, cumprir todos os actos e formalidades necessários para aceder e exercer uma actividade de serviços, incluindo a disponibilização de meios de pagamento electrónico.

[www.dre.pt/pdf1sdip/2011/04/06500/0188201904.pdf](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2011/04/06500/0188201904.pdf)

---

<sup>153</sup> Posteriormente alterada pela Portaria n.º 77/2012, de 26 de Março.

<sup>154</sup> Posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/2012, de 11 de Julho.

<sup>155</sup> Este diploma foi incluído no presente anexo, na medida em que se debruça sobre problemas que afectam, em larga medida, o funcionamento dos balcões das instituições de crédito.

### **Iniciativa Licenciamento Zero / Balcão do Empreendedor**

**- Portaria n.º 131/2011, de 4 de Abril – Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia, da Inovação e Desenvolvimento**

Estabelece o “Balcão do Empreendedor”, bem como o respectivo modo de funcionamento.

[www.dre.pt/pdf1sdip/2011/04/06600/0198101982.pdf](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2011/04/06600/0198101982.pdf)

### **Rácios de Grupos Financeiros**

**- Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2011, de 5 de Abril (Publicado na IIª Série do Diário da República em 14 de Abril de 2011)** <sup>156</sup>

Nos termos deste Aviso, os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada do Banco de Portugal que englobem bancos, caixas económicas e/ou caixas centrais de crédito agrícola mútuo devem, até 31 de Dezembro de 2011, reforçar os seus rácios *Core Tier 1*, em base consolidada e num valor não inferior a 8%. Os referidos rácios aplicam-se, em base individual, aos referidos tipos de entidades que não integrem grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal em base consolidada.

<http://dre.pt/pdf2sdip/2011/04/074000000/1726117261.pdf>

### **Custas Processuais**

**- Decreto-Lei n.º 52/2011, de 13 de Abril – Ministério da Justiça**

Altera o Regulamento das Custas Processuais, reduzindo as remunerações pagas aos bancos pela prestação de serviços de penhoras de contas bancárias e atribuindo à Câmara dos Solicitadores as funções de (i) receber os montantes devidos às instituições de créditos, pela prestação dos referidos serviços e (ii) redistribuir trimestralmente pelas instituições de crédito apenas parte da remuneração pagas pelos exequentes.

[www.dre.pt/pdf1sdip/2011/04/07300/0226202268.pdf](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2011/04/07300/0226202268.pdf)

### **Fusão e Cisão de Sociedades Comerciais – Deveres de Informação**

**- Decreto-Lei n.º 53/2011, de 13 de Abril**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2009/109/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro, no que respeita aos requisitos das respectivas deliberações sociais de aprovação de fusões ou cisões. O objectivo é simplificar os deveres de informação exigíveis e assim reduzir os custos administrativos e financeiros de tais operações para as empresas.

[www.dre.pt/pdf1sdip/2011/04/07300/0226802270.pdf](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2011/04/07300/0226802270.pdf)

---

<sup>156</sup> Este Aviso foi posteriormente revogado pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2011, de 10 de Maio, que fixou os novos níveis mínimos de rácio *core tier 1* de 9% e de 10%, a atingir, respectivamente, até 31 de Dezembro de 2011 e até 31 de Dezembro de 2012. Vide informação *infra*.

## **Base de Dados de Contas do Sistema Bancário**

### **- Instrução do Banco de Portugal n.º 7/2011, de 15 de Abril**

A presente instrução aprova o Regulamento da Base de Dados de Contas do Sistema Bancário que deverá ser criada e gerida pelo Banco de Portugal para centralização da informação a transmitir às autoridades judiciárias, a requerimento destas, no âmbito de um processo penal e em cumprimento do dever de reporte do n.º 3 do artigo 79.º do RGICSF<sup>157</sup>.

Nos termos desta Instrução, os participantes do sistema bancário (instituições de crédito, sociedades financeiras e quaisquer outras entidades autorizadas a abrir as contas bancárias abrangidas pelo Regulamento) deverão comunicar ao Banco de Portugal informação sobre as contas bancárias existentes a 1 de Março de 2011 ou que venham a ser abertas em data posterior, os respectivos titulares e as pessoas autorizadas a movimentá-las.

<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/historico/textos/7-2011i.pdf>

## **Vendas Associadas Facultativas**

### **- Carta-Circular do Banco de Portugal n.º 31/2011/DSC, de 28 de Abril**

Estabelece um conjunto de Boas Práticas a observar pelas instituições de crédito no âmbito das vendas associadas facultativas, nomeadamente, a colocação, junto de clientes das instituições de crédito, de produtos financeiros sem garantia de capital investido em conjunto com produtos bancários de depósito e de crédito em associação.

Determina também as informações relativas aos produtos financeiros sem garantia de capital investido que devem ser incluídas na Ficha de Informação Normalizada (FIN).

<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/circulares/textos/31-2011-DSC.pdf>

---

<sup>157</sup> RGICSF – Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

## Maio

### Rácios das Instituições de Crédito

- **Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2011, de 10 de Maio (Publicado na IIª Série do Diário da República em 17 de Maio de 2011)**<sup>158</sup>

Tendo em conta os novos níveis mínimos de rácio *core* Tier 1 de 9% e de 10%, a atingir, respectivamente, até 31 de Dezembro de 2011 e até 31 de Dezembro de 2012, este aviso estabelece que o Banco de Portugal poderá, em função de uma avaliação do perfil de risco das instituições financeiras e dos resultados do exercício da avaliação de solvabilidade e desalavancagem, a desenvolver no âmbito do Programa de Assistência Financeira, determinar casuisticamente níveis mais elevados para o rácio *core* Tier 1 e/ou a antecipação das datas para o seu cumprimento. O diploma também revoga o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2011, que fixava o nível de rácio de *core* Tier 1 a atingir até ao final do ano em 8%.

<http://dre.pt/pdf2sdip/2011/05/095000000/2122921229.pdf>

### Alteração Unilateral de Taxas de Juro

- **Carta-Circular do Banco de Portugal n.º 32/2011/DSC, de 17 de Maio**

Define um conjunto de boas práticas a observar pelas instituições de crédito a respeito da previsão de cláusulas contratuais que lhes permitam, nos termos do Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de Outubro, em contratos celebrados com consumidores, alterar unilateralmente as condições acordadas, nomeadamente a taxa de juro ou o montante de outros encargos aplicáveis.

<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/circulares/textos/32-2011-DSC.pdf>

### Custas Processuais

- **Portaria n.º 202/2011, de 20 de Maio – Ministério da Justiça**

Regulamenta as alterações impostas pelo Decreto-Lei n.º 52/2011, de 13 de Abril, ao Regulamento das Custas Processuais, nomeadamente, (i) o modo de pagamento das remunerações dos serviços prestados pelas instituições de crédito e entidades gestoras de bases de dados e (ii) a forma de cobrança e de distribuição da receita pelas instituições prestadoras dos serviços.

[www.dre.pt/pdf1sdip/2011/05/09800/0288002882.pdf](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2011/05/09800/0288002882.pdf)

### Serviços Mínimos Bancários

- **Lei n.º 19/2011, de 20 de Maio**

Altera o Decreto -Lei n.º 27 -C/2000, de 10 de Março, que criou o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários.

<http://dre.pt/pdf1s/2011/05/09800/0282302826.pdf>

---

<sup>158</sup> Posteriormente alterado pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2011, de 18 de Outubro (Vide informação *infra*) e pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2012, de 10 de Janeiro de 2012.

## Junho

### Fundos de Pensões

#### **Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2011-R, de 2 de Junho (Publicado na IIª Série do Diário da República em 16 de Junho)**

Altera o artigo 18.º da Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de Maio, relativo às estruturas de governação dos fundos de pensões. De acordo com a nova redacção os excedentes de revalorização dos activos intangíveis não são considerados elegíveis para efeitos da determinação da margem de solvência disponível e dos elementos constitutivos do fundo de garantia.

<http://dre.pt/pdf2sdip/2011/06/115000000/2563625637.pdf>

### Liquidação nos Sistemas de Pagamentos e de Valores Mobiliários e Contratos de Garantia Financeira

#### **- Decreto-Lei n.º 85/2011, de 29 de Junho – Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Altera e adita o Decreto-Lei n.º 221/2000, de 9 de Setembro (relativo aos sistemas de pagamento), o Código dos Valores Mobiliários, bem como o Decreto-Lei n.º 105/2004, de 8 de Maio (relativo a Contratos de Garantia Financeira), procedendo à transposição da Directiva n.º 2009/44/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio.

Pretende-se com as referidas alterações simplificar o regime relativo ao carácter definitivo da liquidação nos sistemas de pagamentos e de valores mobiliários.

Por outro lado, e no que se refere aos contratos de garantia financeira, o diploma vem alargar o leque de activos susceptíveis de serem dados em garantia, passando a incluir nesses activos os créditos sobre terceiros e adaptando o regime vigente a essa alteração.

[www.dre.pt/pdf1sdip/2011/06/12300/0380803819.pdf](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2011/06/12300/0380803819.pdf)

## Julho

### Fundos Próprios e Política de Remuneração

#### **- Decreto-Lei n.º 88/2011, de 20 de Julho – Ministério das Finanças e da Administração Pública**

O Decreto-Lei n.º 88/2011 vem transpor a Directiva n.º 2010/76/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro, alterando o RGICSF, o Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, e o Decreto-Lei n.º 103/2007, de 3 de Abril, em matérias relacionadas com as políticas de remuneração dos colaboradores das instituições de crédito e sociedades de investimento cuja actividade tenha um impacto significativo no perfil de risco das mesmas e com os requisitos de fundos próprios para operações de retitularização.

[www.dre.pt/pdf1sdip/2011/07/13800/0403204038.pdf](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2011/07/13800/0403204038.pdf)

## Agosto

### Serviços Mínimos Bancários

- **Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2011, de 2 de Agosto (Publicado na IIª Série do Diário da República em 11 de Agosto de 2011)**

Este Aviso regulamenta a divulgação de informação a que estão adstritas as instituições de crédito aderentes ao regime dos serviços mínimos bancários, tal como prevista no Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de Março, conforme alterado pela Lei n.º 19/2011, de 20 de Maio.

[www.dre.pt/pdf2sdip/2011/08/154000000/3317733178.pdf](http://www.dre.pt/pdf2sdip/2011/08/154000000/3317733178.pdf)

### Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo

- **Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2011, de 9 de Agosto (Publicado na IIª Série do Diário da República de 17 de Agosto de 2011)**

Considerando as alterações ao artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de Novembro, que vieram encurtar o prazo estabelecido para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo proceder ao reembolso dos créditos respeitantes aos depósitos se tenham tornado indisponíveis, o Aviso determina a obrigatoriedade de as instituições participantes no fundo disporem de um sistema de informação que permita a todo o momento identificar os depósitos abrangidos pela garantia e excluídas desta, bem como as condições a que o mesmo deve obedecer.

<http://www.dre.pt/util/getpdf.asp?s=diad&serie=2&iddr=157.2011&iddip=2011047919>

## Setembro

### Alterações à Lei Quadro das Privatizações

- **Lei n.º 50/2011, de 13 de Setembro**

Altera a Lei Quadro das Privatizações, aprovada pela Lei n.º 11/90, de 5 de Abril, suprimindo a obrigatoriedade de reserva de parte do capital para aquisição por pequenos subscritores, embora se mantenha o direito de preferência dos trabalhadores. Por outro lado, deixa de ser obrigatório prever limites à percentagem de capital a adquirir ou subscrever por uma única entidade.

Finalmente, suprime-se a possibilidade de o diploma de reprivatização limitar o montante das acções que podem ser detidas por entidades estrangeiras, bem como a possibilidade de prever *golden shares* ou de estipular que deliberações relativas a determinadas matérias careçam da confirmação de um administrador designado pelo Estado.

É extinta a Comissão de Acompanhamento das Reprivatizações, passando a ser facultativa a constituição de uma comissão especial para acompanhamento de cada reprivatização.

[www.dre.pt/pdf1sdip/2011/09/17600/0437804383.pdf](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2011/09/17600/0437804383.pdf)

## **Deveres de Reporte de Operações sobre Instrumentos Financeiros**

### **- Instrução da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários n.º 12/2011, de 22 de Setembro**

Revoga a Instrução da CMVM n.º 2/2007, alargando o dever de reporte de operações sobre instrumentos financeiros, de maneira a abranger não só as operações sobre instrumentos financeiros admitidos à negociação em mercado regulamentado situado ou a funcionar em Estado-Membro da União Europeia, mas também as operações sobre instrumentos financeiros derivados cujo activo subjacente se encontre admitido à negociação em mercado regulamentado situado ou a funcionar em Estado-Membro da União.

[http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao\\_Regulamentos/Instrucoes/2011/Documents/Instru%C3%A7%C3%A3o-12-2011.pdf](http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao_Regulamentos/Instrucoes/2011/Documents/Instru%C3%A7%C3%A3o-12-2011.pdf)

## **Posições em Risco sobre Administrações Centrais ou Bancos Centrais**

### **- Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2011, de 28 de Setembro (Publicado na IIª Série do Diário da República de 10 de Outubro de 2011)**

Altera o Aviso n.º 5/2007, de 24 de Abril, que estabelece requisitos referentes aos fundos próprios das instituições de crédito e empresas de investimento.

Até agora, tais instituições podiam adoptar livremente ponderadores de risco mais reduzidos do que os determinados pelo BdP, em matéria de posições em risco sobre administrações centrais ou bancos centrais, quando estabelecidos por autoridades competentes de um país terceiro à União Europeia. Com a presente alteração, o BdP ressalva a possibilidade de, nestas situações, proceder à determinação de um ponderador mais restritivo.

<http://dre.com.pt/util/getpdf.asp?s=udrd&serie=2&iddr=194.2011&iddip=2011059142>

## **Outubro**

### **Depósitos com Taxa de Juro Elevada**

#### **- Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2011, de 18 de Outubro (Publicado na IIª Série do Diário da República de 25 de Outubro de 2011)**

Altera o Aviso n.º 6/2010, de 31 de Dezembro, relativo aos elementos que integram os fundos próprios das instituições sujeitas à sua supervisão. De acordo com o novo regime, o montante relativo a depósitos contratados com taxa de juro elevada passa a ser considerado um elemento negativo dos fundos próprios de base.

[www.dre.pt/pdf2sdip/2011/10/205000000/4228342284.pdf](http://www.dre.pt/pdf2sdip/2011/10/205000000/4228342284.pdf)

### **Depósitos com Taxa de Juro Elevada**

#### **- Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2011, de 18 de Outubro (Publicado na IIª Série do Diário da República de 25 de Outubro de 2011)**

Altera o Aviso n.º 3/2011, de 17 de Maio, referente ao rácio *core* Tier 1, na parte em que, a propósito do cálculo deste, se faz uma remissão para o Aviso do BdP n.º 6/2010, de 31 de Dezembro.

O objectivo da presente alteração é reflectir a inclusão no elenco dos elementos negativos dos fundos próprios de base do montante relativo a depósitos contratados com taxa de juro elevada, de acordo com a alteração ao Aviso n.º 6/2010, de 31 de Dezembro, operada pelo Aviso n.º 7/2011, de 25 de Outubro.

[www.dre.pt/pdf2sdip/2011/10/205000000/4228342284.pdf](http://www.dre.pt/pdf2sdip/2011/10/205000000/4228342284.pdf)

### **Novembro**

#### **Regulamento do TARGET2 - PT**

##### **- Instrução do Banco de Portugal n.º 29/2011, de 21 de Novembro**

A presente instrução procede à quinta alteração à instrução n.º 33/2007, do Banco de Portugal, de 15 de Janeiro de 2008 - Regulamento do TARGET2<sup>159</sup> - PT.

De acordo com a nova redacção, o Banco de Portugal pode rejeitar uma candidatura, cancelar ou suspender a participação no sistema TARGET2 - PT com fundamento em ameaça para a estabilidade geral, solidez e segurança do sistema TARGET2, prejuízo para o desempenho das suas atribuições ou risco de natureza prudencial.

<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/historico/textos/29-2011i.pdf>

#### **Saneamento e Liquidação das Instituições Sujeitas à Supervisão do Banco de Portugal**

##### **- Lei n.º 58/2011, de 28 de Novembro**

Foi publicada a Lei n.º 58/2011, de 28 de Novembro, que autoriza o Governo a proceder à revisão do regime aplicável ao saneamento e liquidação das instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal<sup>160</sup>.

[www.dre.pt/pdf1sdip/2011/11/22800/0508405091.pdf](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2011/11/22800/0508405091.pdf)

---

<sup>159</sup> TARGET – *Trans-European Automated Real-time Gross settlement Express Transfer system*.

<sup>160</sup> No uso desta autorização legislativa, o Governo, já em 2012, através do Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro: (i) alterou o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, nomeadamente as disposições relativas a saneamento e liquidação de instituições de crédito, as relativas ao Fundo de Garantia de Depósitos, bem como criou o Fundo de Resolução; (ii) alterou o regime legal do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo; (iii) alterou o Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de Outubro, que regula a liquidação de instituições de crédito e sociedades financeiras com sede em Portugal e suas sucursais criadas noutro Estado membro; e (iv) alterou a Lei Orgânica do Banco de Portugal.

**Dezembro****Nova Lei da Arbitragem Voluntária****- Lei n.º 63/2011, de 14 de Dezembro**

Revoga a Lei da Arbitragem Voluntária, aprovada pela Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto (com excepção do n.º 1 do artigo 1.º, que se mantém em vigor para a arbitragem de litígios emergentes de ou relativos a contratos de trabalho) e estabelece o novo regime legal da arbitragem voluntária.

[www.dre.pt/pdf1s/2011/12/23800/0527605289.pdf](http://www.dre.pt/pdf1s/2011/12/23800/0527605289.pdf)

**Autoridade Tributária e Aduaneira****Decreto-Lei n.º 118/2011, de 15 de Dezembro – Presidência do Conselho de Ministros<sup>161</sup>**

O diploma em referência cria a Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA) - a qual resulta da fusão da Direcção-Geral dos Impostos, da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros. A ATA iniciou as suas funções no dia 1 de Janeiro de 2012.

[www.dre.pt/pdf1sdip/2011/12/23900/0530105304.pdf](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2011/12/23900/0530105304.pdf)

**Fundo de Garantia de Depósitos e Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo****Decreto-Lei n.º 119/2011, de 26 de Dezembro – Ministério das Finanças**

O Decreto-Lei estabelece, de forma permanente, um limite máximo legal de 100.000 euros para a garantia de reembolso do valor global dos saldos em dinheiro de cada titular de depósitos junto das instituições de crédito participantes no Fundo de Garantia de Depósitos e pelo Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo.

<http://dre.pt/pdf1s/2011/12/24600/0540705408.pdf>

**Taxa de Juro de Mora de Dívidas ao Estado e Outras Entidades Públicas****Aviso do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público n.º 24866-A/2011, de 26 de Dezembro (Publicado na IIª Série do Diário da República de 28 de Dezembro de 2011)**

O presente diploma fixa, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, a taxa de juros de mora que se aplica a dívidas ao Estado e outras entidades públicas em 7,007%, substituindo a anterior taxa de 6,351%.

<http://dre.pt/pdf2s/2011/12/248000001/0000200002.pdf>

---

<sup>161</sup> Posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 142/2012, de 11 de Julho.

## **Orçamento do Estado para 2012**

- Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro<sup>162</sup>

Aprova o Orçamento do Estado para 2012.

<http://www.dre.pt/pdf1s%5C2011%5C12%5C25001%5C0004800244.pdf>

## **Transferência de Fundos de Pensões para a Segurança Social - Sector Bancário**

**Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de Dezembro – Ministério das Finanças**

Este diploma estabelece:

- a) A assunção, pela Segurança Social, da responsabilidade pelas pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011 previstas no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário;
- b) A transmissão para o Estado da titularidade do património dos fundos de pensões dos bancários, na parte afectada à satisfação da responsabilidade pelas pensões referidas na alínea anterior; e
- c) Os termos do financiamento pelo Estado da responsabilidade pelas pensões referidas.

[www.dre.pt/pdf1sdip/2011/12/250A00/0554005543.pdf](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2011/12/250A00/0554005543.pdf)

---

<sup>162</sup> Posteriormente alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de Maio.



## **Anexo B – Iniciativas de regulação do sector financeiro a nível internacional**

### **Autoridades Europeias de Supervisão**

#### **Regulação macro-prudencial**

#### **Estrutura do sistema bancário**

#### **Gestão de crises**

#### **Capital e liquidez**

#### **Conglomerados financeiros**

#### **Mercado de capitais**

#### **Corporate governance e social affairs**

#### **Área fiscal**

#### **Consumidores**

#### **Estabilidade Financeira da Zona Euro**

## **Autoridades Europeias de Supervisão**

A 1 de Janeiro de 2011 entrou em funcionamento o Sistema Europeu de Supervisão Financeira, composto por uma autoridade responsável pela supervisão macro-prudencial, o Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB<sup>163</sup>), e pelas três Autoridades Europeias de Supervisão incumbidas de exercer a supervisão micro-prudencial. Compreendem estas últimas, a Autoridade Bancária Europeia (EBA<sup>164</sup>), a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA<sup>165</sup>) e a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA<sup>166</sup>).

O ESRB publicou três recomendações no segundo semestre de 2011. Essas recomendações, com carácter não-vinculativo, prendem-se com empréstimos em moeda estrangeira, com o financiamento das instituições de crédito em dólares dos EUA, e com a atribuição de mandatos macro-prudenciais às autoridades nacionais de supervisão nos Estados-Membros da União Europeia.

Relativamente à supervisão micro-prudencial, salientam-se neste Anexo apenas as iniciativas desenvolvidas pela EBA, que são as mais relevantes para os Associados da APB. Neste âmbito, registaram-se ao longo de 2011 seis consultas públicas, tendo uma delas sido iniciada ainda em finais de 2010 pelo Comité Europeu de Supervisores Bancários (CEBS<sup>167</sup>), a autoridade que a EBA veio substituir em 2011. As consultas públicas visaram colher opinião sobre futuras linhas orientadoras (*guidelines*) e normas técnicas vinculativas (*binding technical standards*<sup>168</sup>).

### **Documentos relacionados**

#### **Recomendação do ESRB (21 de Setembro de 2011)**

Relativa aos empréstimos em moeda estrangeira.

[http://www.esrb.europa.eu/pub/pdf/recommendations/2011/ESRB\\_2011\\_1.pt.pdf?56b42fe51e4131ad326472560834f522](http://www.esrb.europa.eu/pub/pdf/recommendations/2011/ESRB_2011_1.pt.pdf?56b42fe51e4131ad326472560834f522)

#### **Recomendação do ESRB (22 de Dezembro de 2011)**

Relativa ao financiamento denominado em dólares dos Estados Unidos das instituições de crédito.

[http://www.esrb.europa.eu/pub/pdf/recommendations/2011/ESRB\\_2011\\_2.pt.pdf?bc5eca08f3de7a260ab4ea9dc5ab279c](http://www.esrb.europa.eu/pub/pdf/recommendations/2011/ESRB_2011_2.pt.pdf?bc5eca08f3de7a260ab4ea9dc5ab279c)

---

<sup>163</sup> European Systemic Risk Board.

<sup>164</sup> European Banking Authority.

<sup>165</sup> European Insurance and Occupational Pensions Authority.

<sup>166</sup> European Securities and Markets Authority.

<sup>167</sup> Committee of European Banking Supervisors.

<sup>168</sup> Existem dois tipos de *binding technical standards*: (i) *regulatory technical standards* e (ii) *implementing technical standards*, que se distinguem pelo processo como cada um destes dois tipos de normas são aprovadas.

**Recomendação do ESRB** (22 de Dezembro de 2011)

Relativa ao mandato macro-prudencial das autoridades nacionais.

[http://www.esrb.europa.eu/pub/pdf/recommendations/2011/ESRB\\_2011\\_3.pt.pdf?508af8b7cef7b04aa732c5c4fea48d59](http://www.esrb.europa.eu/pub/pdf/recommendations/2011/ESRB_2011_3.pt.pdf?508af8b7cef7b04aa732c5c4fea48d59)

**Consulta CP45 do CEBS** (15 de Dezembro a 15 de Março de 2011)

*Draft guidelines on AMA changes.*

<http://www.eba.europa.eu/Publications/Consultation-Papers/All-consultations/CP41-CP50/CP45.aspx>

**Consulta CP46 da EBA** (28 de Julho a 2 de Setembro de 2011)

*Guidelines on the remuneration benchmark exercise.*

<http://www.eba.europa.eu/Publications/Consultation-Papers/All-consultations/CP41-CP50/CP46.aspx>

**Consulta CP47 da EBA** (28 de Julho a 2 de Setembro de 2011)

*Guidelines on the remuneration data collection exercise regarding high earners.*

<http://www.eba.europa.eu/Publications/Consultation-Papers/All-consultations/CP41-CP50/CP47.aspx>

**Consulta CP48 da EBA** (30 de Novembro de 2011 a 15 de Janeiro de 2012)

*Guidelines to the Stressed Value At Risk (Stressed VaR).*

<http://www.eba.europa.eu/Publications/Consultation-Papers/All-consultations/CP41-CP50/CP48.aspx>

**Consulta CP49 da EBA** (30 de Novembro de 2011 a 15 de Janeiro de 2012)

*Guidelines to the Incremental Default and Migration Risk Charge (IRC).*

<http://www.eba.europa.eu/Publications/Consultation-Papers/All-consultations/CP41-CP50/CP49.aspx>

**Consulta CP50 da EBA** (20 de Dezembro de 2011 a 20 de Março de 2012)

*Draft Implementing Technical Standards (ITS) on supervisory reporting requirements for institutions.*

<http://www.eba.europa.eu/Publications/Consultation-Papers/All-consultations/CP41-CP50/CP50.aspx>

## Regulação macro-prudencial

Na sequência da crise financeira mundial, as autoridades aperceberam-se da necessidade de dispor de instrumentos e poderes capazes de conter o risco sistémico no sistema financeiro. Este risco representa o perigo de que dificuldades numa parte do sistema financeiro se possam estender a outras partes do mesmo. Ao conjunto de regras que se ocupam de salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro como um todo dá-se o nome de regulação macro-prudencial. A maior ênfase colocada hoje em dia na regulação macro-prudencial é visível na recente criação de autoridades com um mandato específico para monitorizar e mitigar o risco sistémico no sistema financeiro. Assim, em Julho de 2010, foi criado nos EUA o Financial Stability Oversight Council, enquanto na União Europeia se estabeleceu o Comité Europeu do Risco Sistémico, em Janeiro de 2011.

As primeiras iniciativas mais profundas em matéria macro-prudencial iniciaram-se em 2011. A 27 de Outubro, o Financial Stability Board (FSB) publicou um relatório sobre instrumentos de política macro-prudencial que constituiu um levantamento das diferentes iniciativas a decorrer à escala global. Simultaneamente, vários países avançaram individualmente com enquadramentos macro-prudenciais. Entre estes, o Reino Unido lançou, em Dezembro de 2011, por iniciativa do Banco de Inglaterra, um documento de discussão para recolha de opiniões sobre um conjunto concreto de instrumentos.

Todavia, a iniciativa mais relevante, ao longo do ano de 2011, prendeu-se com a exigência de constituição de um *buffer* adicional de capital para os bancos mais sistémicos à escala global (G-SIBs<sup>169</sup>). Esta iniciativa foi preparada pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS<sup>170</sup>), em parceria com o Financial Stability Board. A consulta pública e o relatório final foram apresentados durante o segundo semestre de 2011. O documento centra-se na elaboração de uma metodologia para medir o risco sistémico dos maiores bancos a nível mundial, permitindo atribuir a cada banco uma pontuação de risco sistémico, na base de cinco critérios principais: dimensão do banco, interconexão com outros bancos, complexidade, falta de substituíbilidade para os serviços prestados, e presença geográfica. Dependendo da pontuação de risco sistémico obtida, os bancos poderão estar individualmente sujeitos a um *buffer* adicional no rácio de capital *core*, entre 1% e 2,5%, com a possibilidade de ir até 3,5% em casos extremos. Refira-se que esta metodologia visará inicialmente apenas os bancos, estando no entanto previsto que o seu âmbito se venha a estender também a outras instituições financeiras, embora com as adaptações necessárias.

Para aplicar a metodologia referida, o BCBS e o FSB pretendem criar uma base de dados contendo informação financeira muito específica sobre os maiores bancos mundiais. Será a partir de uma amostra destes bancos que se escolherá o subconjunto de bancos mais sistémicos, os quais estarão sujeitos ao *buffer* adicional de capital. No relatório final, apresentado em Novembro de 2011, refere-se que a simulação da metodologia proposta determinou a necessidade de impor este *buffer* adicional a um subconjunto de 29 bancos sistémicos, numa amostra total de 73 bancos. A informação a incluir nessa base de dados também foi alvo de uma consulta pública, que decorreu entre 6 de Outubro e 8 de Novembro de 2011.

<sup>169</sup> *Global systemically important banks.*

<sup>170</sup> Basel Committee on Banking Supervision.

A referir ainda duas outras iniciativas relevantes, que embora não tendo a ver directamente com aspectos de regulação macro-prudencial, estão intimamente relacionadas com a última. A primeira liga-se com a introdução de um regime de resolução para os bancos mais sistémicos à escala global, e foi promovida pelo FSB, em Julho de 2011, através de uma consulta pública. A segunda iniciativa de relevo prende-se com a matéria do *shadow banking* (sistema bancário paralelo), o qual está sujeito a um quadro regulamentar menos exigente. Neste âmbito, refira-se que o FSB publicou, em Abril de 2011, um primeiro documento e, em Outubro de 2011, um conjunto de recomendações sobre o tema. Também ao nível da União Europeia se iniciou um processo de consulta mediante a publicação de um Livro Verde, em Março de 2012<sup>171</sup>.

### Documentos relacionados

**Relatório do Financial Stability Board** (12 de Abril de 2011)

*Shadow Banking: Scoping the Issues.*

[http://www.financialstabilityboard.org/publications/r\\_110412a.pdf](http://www.financialstabilityboard.org/publications/r_110412a.pdf)

**Consulta do Financial Stability Board** (19 de Julho a 2 de Setembro de 2011)

*Effective Resolution of Systemically Important Financial Institutions.*

[http://www.financialstabilityboard.org/publications/r\\_110719.pdf](http://www.financialstabilityboard.org/publications/r_110719.pdf)

**Consulta do Comité de Supervisão Bancária de Basileia** (19 de Julho a 26 de Agosto de 2011)

*Global systemically important banks: Assessment methodology and the additional loss absorbency requirement.*

<http://www.bis.org/publ/bcbs201.htm>

**Consulta do Financial Stability Board** (6 de Outubro até 8 de Novembro de 2011)

*A Common Data Template for Global Systemically Important Banks.*

[http://www.financialstabilityboard.org/publications/r\\_111006.pdf](http://www.financialstabilityboard.org/publications/r_111006.pdf)

**Relatório do Financial Stability Board** (27 de Outubro de 2011)

*Macroprudential policy tools and frameworks.*

[http://www.financialstabilityboard.org/publications/r\\_111027b.pdf](http://www.financialstabilityboard.org/publications/r_111027b.pdf)

**Recomendações do Financial Stability Board** (27 de Outubro de 2011)

*Shadow Banking: Strengthening Oversight and Regulation.*

[http://www.financialstabilityboard.org/publications/r\\_111027a.pdf](http://www.financialstabilityboard.org/publications/r_111027a.pdf)

---

<sup>171</sup> Mais informação sobre este processo encontra-se em:

[http://ec.europa.eu/internal\\_market/bank/group\\_of\\_experts/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/internal_market/bank/group_of_experts/index_en.htm).

**Relatório do BCBS (4 de Novembro de 2011)**

*Global systemically important banks: Assessment methodology and the additional loss absorbency requirement.*

<http://www.bis.org/publ/bcbs207.htm>

**Documento de discussão do Banco de Inglaterra (20 de Dezembro de 2011 a 10 de Fevereiro de 2012)**

*Instruments of Macroprudential Policy – A Discussion Paper.*

<http://www.bankofengland.co.uk/publications/Documents/other/financialstability/discussionpaper11220.pdf>

## **Estrutura do sistema bancário**

A 16 de Junho de 2010, o governo britânico nomeou a denominada Comissão Bancária Independente, liderada por Sir John Vickers, a fim de realizar uma análise profunda da estrutura do sistema bancário do Reino Unido, e elaborar propostas de reforma no sentido de aumentar a sua estabilidade. A referida Comissão publicou, em Abril de 2011, um relatório intercalar, ao qual se seguiu o relatório final em Setembro de 2011. Entre as diferentes recomendações avançadas pela Comissão, sobressaem o *ring-fencing*<sup>172</sup> e o aumento dos requisitos de capital para bancos considerados sistemicamente relevantes.

Já em 2012, a Comissão Europeia avançou com um projecto semelhante a nível da União Europeia, com a nomeação de um grupo de trabalho incumbido de produzir um relatório sobre a estrutura do sistema bancário europeu até ao final do Verão de 2012.

### **Documentos relacionados**

#### **Relatório intercalar da Comissão Bancária Independente (11 de Abril de 2011)**

*Interim Report – Consultation on Reform Options.*

<http://s3-eu-west-1.amazonaws.com/htcdn/Interim-Report-110411.pdf>

#### **Relatório final da Comissão Bancária Independente (12 de Setembro de 2011)**

*Final report recommendations.*

<http://bankingcommission.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2010/07/ICB-Final-Report.pdf>

---

<sup>172</sup> Consiste na separação, por parte dos bancos, das actividades de investimento e de retalho, de forma a proteger, num contexto de crise, os depósitos e o sistema de pagamentos.

## Gestão de crises

A crise financeira mundial veio revelar a inexistência de poderes e instrumentos adequados e suficientes para liquidar de forma controlada uma instituição financeira insolvente. Tal lacuna acarreta dois riscos importantes. Por um lado, o risco de tornar o processo de liquidação demasiado moroso e descoordenado, gerando um potencial efeito de contágio para outras instituições financeiras. Por outro lado, o risco de, em sendo de tal forma prejudicial liquidar uma instituição financeira, o governo se ver na obrigação de a salvar com recurso a dinheiros públicos (*bail-out*). Um exemplo deste segundo risco ocorreu nos EUA, em que o Governo americano decidiu disponibilizar um empréstimo de 85 mil milhões de dólares para evitar a falência do maior grupo segurador dos EUA, o American International Group (AIG), tomando o controlo da mesma entidade. A este apoio inicial ainda se sucederam outros apoios financeiros subsequentes ao AIG, por parte do Estado americano, o que evidenciou uma vez mais o problema do *Too-big-to-fail*.

Neste âmbito, a União Europeia definiu a necessidade de implementar um enquadramento para a **gestão de crises** no sistema financeiro, também designado por regime de recuperação e resolução de instituições financeiras. Esse enquadramento prevê a criação de diversos poderes e instrumentos de prevenção, intervenção precoce e resolução. No seguimento de uma consulta pública inicial lançada em 2009 e de dois comunicados em 2010, a Comissão Europeia, por intermédio da Direcção-Geral do Mercado Interno e dos Serviços, publicou a 6 de Janeiro de 2011 a consulta pública sobre detalhes técnicos de um possível enquadramento para a recuperação e a resolução de bancos. Esta consulta deveria ter dado origem a uma proposta legislativa no Verão de 2011. No entanto, tal proposta tem vindo a ser adiada sucessivamente. Uma das razões que explica a demora prende-se com o facto de o enquadramento para a gestão de crises vir a regular em matérias de *bail-in*, que representa o acto de absorver os prejuízos de uma instituição financeira com o recurso aos instrumentos de dívida da mesma. No contexto da crise da dívida soberana, com os investidores a sofrerem fortes perdas em títulos de dívida pública, e com a instabilidade a marcar o comportamento dos mercados financeiros em geral, a matéria do *bail-in* tornou-se bastante sensível, o que parece ter contribuído para o atraso no lançamento da proposta legislativa.

É de realçar que, a nível nacional, Portugal antecipou-se à União Europeia face ao processo legislativo da gestão de crises, na medida em que já reformulou o regime aplicável a situações de desequilíbrio financeiro para as instituições de crédito e as sociedades financeiras. Estas alterações foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, a 10 de Fevereiro de 2012, no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Esta antecipação tornou-se necessária no contexto do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal da União Europeia e do FMI.

À escala mundial, o Financial Stability Board lançou, em Julho de 2011, uma consulta pública sobre regimes de resolução direccionados para instituições financeiras sistemicamente relevantes. Esta iniciativa, apoiada pelos países do G20, pretende aumentar a cooperação entre as entidades de resolução à escala global, ao focar-se em primeira linha nas instituições financeiras de maior dimensão. No entanto, as recomendações do FSB não têm carácter vinculativo, sendo necessária a sua transposição para o quadro jurídico em cada país para terem efeito legal.

**Documentos relacionados**

**Consulta pública da Comissão Europeia** (6 de Janeiro a 3 Março de 2011)

Sobre detalhes técnicos de um possível enquadramento para a recuperação e a resolução de bancos.

[http://ec.europa.eu/internal\\_market/consultations/2011/crisis\\_management\\_en.htm](http://ec.europa.eu/internal_market/consultations/2011/crisis_management_en.htm)

**Consulta do Financial Stability Board** (19 de Julho a 2 de Setembro de 2011)

*Effective Resolution of Systemically Important Financial Institutions.*

[http://www.financialstabilityboard.org/publications/r\\_110719.pdf](http://www.financialstabilityboard.org/publications/r_110719.pdf)

## **Capital e liquidez**

Na área de **capital e liquidez**, prosseguiu-se com a reforma ao sistema de regulação prudencial denominada por Basileia III que havia sido anunciada pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia no final de 2010. Dos dois documentos que compõem o enquadramento de Basileia III, o referente às regras de capital sofreu uma ligeira revisão, em Junho de 2011, enquanto o texto que contém as regras de liquidez se manteve inalterado. As alterações introduzidas no primeiro prendem-se com o risco de crédito de contraparte.

Para o conjunto de regulação de Basileia III entrar efectivamente em vigor é necessário que este seja consagrado no quadro legal de cada país. Ao nível da União Europeia, cabe à Comissão, ao Parlamento e ao Conselho promover os correspondentes diplomas legais.

Consequentemente, o ano de 2011 ficou marcado pela publicação da proposta de uma quarta versão da Directiva de Requisitos de Capital, sob o nome de *Capital Requirements Directive IV* ou CRD IV, em Julho de 2011. Paralelamente, esta Proposta de Directiva foi ainda acompanhada de uma Proposta de Regulamento (CRR<sup>173</sup>). Isto implica que, quando forem publicados os diplomas finais, as regras incluídas no Regulamento passarão a ter efeito imediato em cada Estado-Membro, ao contrário da Directiva que necessitará de ser transposta por cada Estado-Membro para o quadro jurídico nacional para ter força legal.

Por último, refira-se a existência de outras iniciativas em matéria de capital e liquidez. Decorreu ainda, no início do ano, uma consulta pública, por parte da Comissão Europeia, relativamente ao risco de crédito de contraparte, que foi precisamente a temática que justificou a revisão das regras de Basileia III. Por outro lado, discutiu-se à escala global a introdução de um requisito adicional de capital para os bancos mais sistémicos, proposto pelo BCBS e o FSB<sup>174</sup>.

### **Documentos relacionados**

#### **Consulta pública da Comissão Europeia** (9 de Fevereiro a 9 Março de 2011)

Possíveis medidas para reforçar os requisitos de capital dos bancos relativamente a risco de crédito de contraparte.

[http://ec.europa.eu/internal\\_market/consultations/2011/credit\\_risk\\_en.htm](http://ec.europa.eu/internal_market/consultations/2011/credit_risk_en.htm)

#### **Relatório do Comité de Supervisão Bancária de Basileia** (1 de Junho de 2011)

*Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems* (versão revista).

<http://www.bis.org/publ/bcbs189.htm>

---

<sup>173</sup> *Capital Requirements Regulation*.

<sup>174</sup> Ver a parte sobre “Regulação macro-prudencial” neste Anexo B.

**Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho** (20 de Julho de 2011)

Relativa ao acesso à actividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento e que altera a Directiva 2002/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à supervisão complementar de instituições de crédito, empresas de seguros e empresas de investimento de um conglomerado financeiro.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0453:FIN:PT:PDF>

**Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho** (20 de Julho de 2011)

Relativo aos requisitos prudenciais aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0452:FIN:PT:PDF>

**Regulamento (UE) n.º 883/2011 do Banco Central Europeu** (25 de Agosto de 2011)

Altera o Regulamento (CE) n.º 25/2009 relativo ao balanço consolidado do sector das instituições financeiras monetárias (BCE/2008/32).

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:228:0013:0015:PT:PDF>

## **Conglomerados financeiros**

Em Novembro de 2011, a legislação comunitária referente aos **conglomerados financeiros**<sup>175</sup> foi alterada pela Directiva 2011/89/UE, no que respeita à supervisão complementar das entidades financeiras dos conglomerados. A Directiva pretende aumentar a consistência entre os diferentes diplomas legais em vigor e melhorar a supervisão complementar em termos da identificação dos 'riscos de grupo' e da forma como a informação é comunicada às autoridades competentes.

Esta consulta da União Europeia surgiu um mês antes do Joint Forum<sup>176</sup> publicar uma consulta pública com o objectivo de efectuar uma revisão dos seus princípios para a supervisão de conglomerados financeiros, e que datavam do ano de 1999. A revisão pretende adaptar os princípios de forma a abranger uma definição mais lata do que é um conglomerado financeiro.

### **Documentos relacionados**

#### **Directiva 2011/89/UE do Parlamento Europeu e do Conselho** (16 de Novembro de 2011)

Altera as Directivas 98/78/CE, 2002/87/CE, 2006/48/CE e 2009/138/CE, no que se refere à supervisão complementar das entidades financeiras de um conglomerado financeiro.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:326:0113:0141:PT:PDF>

#### **Consulta do Joint Forum** (19 de Dezembro de 2011 a 16 de Março de 2012)

*Principles for the supervision of financial conglomerates.*

<http://www.bis.org/publ/joint27.pdf>

---

<sup>175</sup> Um conglomerado financeiro representa uma instituição financeira que tem uma actividade significativa em mais do que um sector financeiro, nomeadamente quando junta a actividade bancária e a actividade seguradora.

<sup>176</sup> O Joint Forum é uma organização internacional que lida com temáticas relacionadas com o sector bancário, o sector segurador e o mercado de títulos, incluindo a regulação de conglomerados financeiros.

## Mercado de capitais

A área do **mercado de capitais** foi particularmente rica em iniciativas de regulação na União Europeia em 2011. Estas incidiram sobre diversos temas, como os valores mobiliários, os fundos de capital de risco e os fundos de empreendedorismo social e as agências de notação de risco.

Relativamente aos valores mobiliários foram publicados diversos diplomas.

Em 20 de Outubro, a Comissão Europeia formalizou uma iniciativa de revisão da Directiva relativa aos mercados e instrumentos financeiros (MiFID<sup>177</sup>), e que resultou em Propostas de Directiva e de Regulamento que têm como principal objectivo dar resposta aos desenvolvimentos verificados nos mercados financeiros desde a aprovação da MiFID em 2004, em especial a crescente fragmentação dos mercados e o surgimento de novas formas de negociação de novos produtos financeiros complexos. Pretende-se, também, dar cumprimento às declarações do G20 na Cimeira de Pittsburgh (2009) no sentido da melhoria da transparência e da supervisão dos mercados financeiros. Prevê-se ainda a obrigação de negociação de derivados em mercados organizados e o estabelecimento de novas regras para instrumentos derivados de matérias-primas, de modo a tornar os mercados financeiros mais eficientes, reforçar a protecção dos investidores e assegurar uma maior harmonização da regulação dos mercados financeiros. Procura-se, também, melhorar o acesso das pequenas e médias empresas (PMEs) aos mercados de capitais, através da criação de uma marca específica para mercados de PMEs.

Em simultâneo, decorreu um processo semelhante relativamente à Directiva de Abuso de Mercado, com a publicação de Propostas de Directiva e de Regulamento. Os dois diplomas visam reforçar as regras de combate e prevenção do abuso de mercado (abuso de informação privilegiada e manipulação de mercado), alargando o respectivo âmbito de aplicação e reforçando os poderes das autoridades de supervisão, de modo a responder aos desenvolvimentos e novos riscos nos mercados financeiros (designadamente, os riscos de manipulação através de instrumentos derivados, como os *credit-default swaps*). Aprofunda-se a harmonização comunitária do regime do abuso de mercado (mediante a aprovação de um Regulamento comunitário directamente aplicável) e prevê-se a adopção de sanções penais para os casos mais graves de abuso de mercado. O processo de negociação no Conselho iniciou-se em Outubro de 2011, em paralelo com a revisão da MiFID.

Também a Directiva da Transparência foi alvo de uma proposta de revisão em 2011, divulgada a 25 de Outubro. A Proposta de Directiva tem como principais objectivos tornar os mercados de capitais mais atractivos para as PMEs e garantir uma maior transparência das aquisições de participações e direitos económicos nas empresas cotadas, de modo a aumentar a confiança dos investidores e melhorar a nível europeu o acesso a informação sobre as empresas.

Outro desenvolvimento importante prende-se com uma consulta pública que decorreu entre 13 de Janeiro e 1 de Março de 2011 relativamente às centrais de depósitos de valores mobiliários.

Um segundo conjunto de iniciativas no ano de 2011 incidiu sobre os fundos de capital de risco e os fundos de empreendedorismo social. Ambos os temas foram alvo de consultas públicas, iniciadas a 15 de Junho e 13 de Julho, para os fundos de capital de risco e os fundos de

---

<sup>177</sup> *Markets in Financial Instruments Directive.*

empreendedorismo social, respectivamente. Já no final do ano, a 7 de Dezembro, foram publicadas as Propostas de Regulamento para cada tipo de fundo. As propostas visam criar uma marca europeia única para fundos de capital de risco e para fundos de empreendedorismo social, através do estabelecimento de um passaporte europeu para gestores de fundos que utilizem essa marca. O objectivo é o de dinamizar o mercado europeu de capital de risco, reforçar o peso deste mecanismo de financiamento, bem como melhorar as condições de acesso ao financiamento por parte das actividades de empreendedorismo social. As propostas prevêm ainda a criação de um sistema europeu para promover a captação de capital a nível transfronteiriço, e a harmonização regulatória destes fundos (que são dirigidos a investidores profissionais) ao nível da UE, incluindo regras de coordenação relativas a supervisão transfronteiriça.

No âmbito das agências de notação de risco (CRAs<sup>178</sup>) verificaram-se alterações profundas. A União Europeia apresentou a 11 de Maio de 2011 um novo Regulamento relativo às agências de notação de risco e que tem como principais objectivos: reduzir os conflitos de interesses relacionados com o actual modelo de financiamento e com a estrutura accionista das CRAs (incluindo a obrigação de rotação das CRAs), reduzir a dependência excessiva das notações de risco, promover a independência das CRAs, aumentar a transparência na divulgação das notações de risco e metodologias utilizadas, estabelecer regras mais exigentes para as notações de risco de dívida soberana, e introduzir um regime europeu de responsabilidade civil das CRAs.

A ESMA colocou ainda em consulta pública quatro documentos relativos a Normas Técnicas de Regulamentação referentes às CRAs<sup>179</sup>. Já na parte final do ano, a 15 de Novembro, a União Europeia lançou Propostas de Directiva e de Regulamento para legislar em matéria das CRAs.

### Documentos relacionados

#### **Consulta pública da Comissão Europeia** (13 de Janeiro a 1 de Março de 2011)

*Consultation on central securities depositories (CSDs) and on the harmonisation of certain aspects of securities settlement in the European Union.*

[http://ec.europa.eu/internal\\_market/consultations/2011/csd\\_en.htm](http://ec.europa.eu/internal_market/consultations/2011/csd_en.htm)

#### **Regulamento (UE) n.º 513/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho** (11 de Maio de 2011)

Que altera o Regulamento (CE) n.º 1060/2009 relativo às agências de notação de risco.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:145:0030:0056:PT:PDF>

#### **Consulta Pública da Comissão Europeia** (15 de Junho a 10 de Agosto de 2011)

*A new European regime for Venture Capital.*

[http://ec.europa.eu/internal\\_market/consultations/2011/venture\\_capital\\_en.htm](http://ec.europa.eu/internal_market/consultations/2011/venture_capital_en.htm)

---

<sup>178</sup> *Credit Rating Agencies.*

<sup>179</sup> Todos os documentos produzidos pela ESMA relacionados com as agências de notação de risco encontram-se disponíveis em: <http://www.esma.europa.eu/page/CRA-documents>.

**Consulta Pública da Comissão Europeia** (13 de Julho a 14 de Setembro de 2011)

*The Social Business Initiative: Promoting Social Investment Funds.*

[http://ec.europa.eu/internal\\_market/consultations/2011/social\\_investment\\_funds\\_en.htm](http://ec.europa.eu/internal_market/consultations/2011/social_investment_funds_en.htm)

**Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho** (20 de Outubro de 2011)

Relativa aos mercados de instrumentos financeiros, que revoga a Directiva 2004/39/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0656:FIN:pt:PDF>

**Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho** (20 de Outubro de 2011)

Relativo aos mercados de instrumentos financeiros, que altera o Regulamento [EMIR] relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transacções.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0652:FIN:PT:PDF>

**Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho** (20 de Outubro de 2011)

Relativa às sanções penais aplicáveis ao abuso de informação privilegiada e à manipulação de mercado (abuso de mercado).

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0654:FIN:pt:PDF>

**Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho** (20 de Outubro de 2011)

Relativo ao abuso de informação privilegiada e à manipulação de mercado (abuso de mercado).

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0651:FIN:pt:PDF>

**Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho** (25 de Outubro de 2011)

Que altera a Directiva 2004/109/CE relativa à harmonização dos requisitos de transparência no que se refere às informações respeitantes aos emitentes cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado e a Directiva 2007/14/CE da Comissão.

[http://ec.europa.eu/internal\\_market/securities/docs/transparency/modifying-proposal/20111025-provisional-proposal\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/securities/docs/transparency/modifying-proposal/20111025-provisional-proposal_pt.pdf)

**Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho** (15 de Novembro de 2011)

Que altera a Directiva 2009/65/CE que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes a alguns organismos de investimento colectivo em valores mobiliários (OICVM) e a Directiva 2011/61/EU relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos no que diz respeito à dependência excessiva relativamente às notações de risco.

[http://ec.europa.eu/internal\\_market/securities/docs/agencies/COM\\_2011\\_746\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/securities/docs/agencies/COM_2011_746_pt.pdf)

**Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho** (15 de Novembro de 2011)

Que altera o Regulamento (CE) n.º 1060/2009, relativo às agências de notação de risco.

[http://ec.europa.eu/internal\\_market/securities/docs/agencies/COM\\_2011\\_747\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/securities/docs/agencies/COM_2011_747_pt.pdf)

**Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho (7 de Dezembro de 2011)**

*On European Venture Capital Funds.*

[http://ec.europa.eu/internal\\_market/investment/docs/venture\\_capital/act\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/investment/docs/venture_capital/act_en.pdf)

**Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho (7 de Dezembro de 2011)**

*On European Social Entrepreneurship Funds.*

[http://ec.europa.eu/internal\\_market/investment/docs/social\\_investment/act\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/investment/docs/social_investment/act_en.pdf)

### **Corporate governance e social affairs**

Em 2011, salientam-se na área de **corporate governance e social affairs** o debate, em forma de Livro Verde, quanto ao governo das sociedades na União Europeia, os artigos incluídos na proposta legislativa da *Capital Requirements Directive IV* e um relatório sobre a implementação de boas práticas remuneratórias por parte do Financial Stability Board.

Em primeiro lugar, a publicação do Livro Verde da Comissão Europeia no âmbito do governo das sociedades na União Europeia, em Abril de 2011, permitiu lançar um debate global sobre o funcionamento efectivo e a composição dos órgãos de administração, a participação dos accionistas nas questões relacionadas com o governo das sociedades, e a melhoria do acompanhamento e aplicação das legislações nacionais em vigor sobre o governo das sociedades. Com vista à realização do debate sobre a melhoria do governo das sociedades na União Europeia, a Comissão Europeia iniciou um processo de consulta pública, cujo prazo terminou a 22 de Julho de 2011. A 15 de Novembro de 2011, foi publicada uma síntese das respostas recebidas. Subsequentemente, a Comissão de Assuntos Jurídicos do Parlamento Europeu apresentou, já em Março de 2012, um projecto de relatório sobre o enquadramento do governo das sociedades para as empresas europeias, o qual foi aprovado pelo Parlamento Europeu em 29 de Março de 2012.

Em segundo lugar, a proposta legislativa da CRD IV, apresentada pela Comissão Europeia em Julho de 2011, introduz disposições relevantes no âmbito de *corporate governance* (artigos 86.º a 91.º), designadamente: o reforço das disposições em matéria de governo das sociedades e a introdução de políticas de remuneração (estabelecimento de princípios quanto aos elementos variáveis da remuneração e a obrigatoriedade de constituição de uma comissão de remunerações).

Por último, foi ainda publicado pelo FSB um relatório sobre a implementação de boas práticas remuneratórias no âmbito dos *Principles for Sound Compensation Practices*<sup>180</sup>. O relatório avalia o progresso realizado pelas autoridades nacionais e instituições financeiras no processo de implementação dos princípios e *standards* divulgados pelo FSB. Com vista à introdução de boas práticas remuneratórias no seio das instituições financeiras, o relatório do FSB apresenta seis recomendações para a implementação efectiva e duradoura dos referidos princípios e *standards*.

#### **Documentos relacionados**

**Livro Verde da Comissão Europeia** (5 de Abril de 2011)

O quadro da União Europeia do governo das sociedades.

[http://ec.europa.eu/internal\\_market/company/docs/modern/com2011-164\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/company/docs/modern/com2011-164_pt.pdf)

---

<sup>180</sup> Divulgado em Setembro de 2009, e disponível em:  
[http://www.financialstabilityboard.org/publications/r\\_0904b.pdf](http://www.financialstabilityboard.org/publications/r_0904b.pdf).

**Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho (20 de Julho de 2011)**

*Capital Requirements Directive IV* – artigos 86.º a 91.º.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0453:FIN:PT:PDF>

**Relatório do Financial Stability Board (7 de Outubro de 2011)**

Relatório sobre a implementação de boas práticas remuneratórias no âmbito dos *Principles for Sound Compensation Practices* divulgados pelo Financial Stability Board.

[http://www.financialstabilityboard.org/publications/r\\_111011a.pdf](http://www.financialstabilityboard.org/publications/r_111011a.pdf)

**Projecto de Relatório da Comissão dos Assuntos Jurídicos do Parlamento Europeu (8 de Março de 2012)**

Sobre o enquadramento do governo das sociedades para as empresas europeias.

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2012-0051+0+DOC+PDF+V0//PT>

## **Área fiscal**

A Directiva 2011/96/EU, que reformula e altera a Directiva 90/435/CEE do Conselho, vem estabelecer o **regime fiscal** aplicável às sociedades-mães e afiliadas de Estados-Membros diferentes. O regime substantivo mantém-se inalterado em relação à anterior Directiva, tendo-se procedido apenas à actualização dos anexos relativos aos impostos e aos tipos de sociedades abrangidos pelo regime.

A nova Directiva refere ainda expressamente que o Conselho adoptará por unanimidade, de acordo com um processo legislativo especial e após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social, as normas aplicáveis a partir da entrada em vigor efectiva de um sistema comum de imposto sobre as sociedades. Os Estados-Membros devem transpor a Directiva em apreço para a respectiva ordem interna a partir de 18 de Janeiro de 2012.

### **Documentos relacionados**

**Directiva 2011/96/UE do Conselho** (30 de Novembro de 2011)

Relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:345:0008:0016:PT:PDF>

## **Consumidores**

Em matéria de **consumidores** de serviços financeiros, três iniciativas relevantes de âmbito europeu ocorreram ao longo de 2011.

A primeira refere-se à Proposta de Directiva por parte do Parlamento Europeu e do Conselho em relação aos contratos de crédito para imóveis de habitação. Esta proposta tem por objectivo estabelecer um enquadramento comum: (i) nos contratos de crédito para imóveis de habitação dirigidos aos consumidores e (ii) nos requisitos prudenciais e de supervisão relativos aos intermediários de crédito e aos mutuantes.

A segunda iniciativa corresponde a uma Recomendação da Comissão Europeia e estabelece princípios gerais aplicáveis à oferta de contas bancárias de base na União Europeia, tendo em conta que a existência de serviços de pagamento essenciais não é actualmente garantida pelos prestadores de serviços de pagamento em todos os Estados-Membros da União Europeia. Assim, a Comissão Europeia refere que os consumidores com residência legal na União Europeia que não sejam titulares de uma conta bancária no Estado-Membro em que residem devem poder abrir nele uma conta bancária de base, independentemente da sua situação financeira. Em cada Estado-Membro, pelo menos um prestador de serviços de pagamento deverá ficar encarregue de oferecer tais contas.

Por último, a terceira iniciativa prende-se com a Directiva comunitária 2011/90/UE que vem adaptar os pressupostos aplicáveis ao cálculo da taxa anual de encargos efectiva global (TAEG), de forma a torná-los coerentes com as recentes evoluções de mercado do crédito bancário. A TAEG representa um indicador de publicação obrigatória que resume o custo efectivo de uma determinada operação de crédito.

### **Documentos relacionados**

#### **Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho (31 de Março de 2011)**

Relativa aos contratos de crédito para imóveis de habitação.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0142:FIN:PT:PDF>

#### **Recomendação da Comissão Europeia (18 de Julho de 2011)**

Relativa ao acesso a uma conta bancária de base.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:190:0087:0091:PT:PDF>

#### **Directiva 2011/90/UE da Comissão Europeia (14 de Novembro de 2011)**

Altera a parte II do anexo I da Directiva 2008/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e estabelece os pressupostos adicionais para o cálculo da taxa anual de encargos efectiva global.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:296:0035:0037:PT:PDF>

## **Estabilidade Financeira da Zona Euro**

A 25 de Março de 2011, e na sequência de um projecto submetido pelo Governo belga a 16 de Dezembro de 2010, o artigo 136.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) foi alterado de forma a incluir um novo número 3, segundo o qual os Estados-Membros, cuja moeda seja o euro, podem criar um mecanismo de estabilidade a accionar em caso de graves dificuldades financeiras. De acordo com esta disposição, qualquer assistência financeira fica, no entanto, condicionada à necessidade indispensável de salvaguardar a estabilidade da área do euro no seu todo.

Desta forma, o n.º 2 do artigo 122.º do TFUE não mais deverá ser utilizado para solicitar assistência financeira. Esta decisão entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2013, ou no primeiro dia do mês seguinte à recepção de todas as notificações dos Estados-Membros em como as respectivas constituições nacionais foram alteradas em conformidade.

### **Documentos relacionados**

#### **Decisão 2011/199/UE do Conselho Europeu (25 de Março de 2011)**

Altera o artigo 136.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia no que respeita a um mecanismo de estabilidade para os Estados-Membros cuja moeda seja o euro.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:091:0001:0002:PT:PDF>



## **Anexo C – Alterações às normas internacionais de contabilidade**

### **IAS<sup>181</sup> 24 – (Revista) – Divulgações de Partes Relacionadas**

Em Novembro de 2009, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu a IAS 24 (Revista) – “Divulgações de Partes Relacionadas”, com data efectiva de aplicação obrigatória para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011.

Esta revisão da norma clarifica e simplifica a definição de parte relacionada, e elimina a obrigatoriedade de entidades relacionadas com o Estado de divulgarem detalhadamente todas as transacções com aquele e outras entidades similares.

### **IAS 32 – (Emenda) – Classificação de emissões de direitos**

Em Outubro de 2008, o IASB publicou uma alteração à IAS 32 – “Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação de emissões de direitos”, com aplicação obrigatória para os exercícios com início a partir de 1 de Fevereiro de 2010.

A emenda a esta norma altera a definição de passivos financeiros. Passa a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os detentores da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade, e se forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio dessa entidade em contrapartida de uma quantia fixa, em qualquer moeda.

### **IFRS<sup>182</sup> 1 (Emenda) – Isenções para algumas das divulgações exigidas pelo IFRS 7.**

Em Julho de 2009, o IASB publicou a alteração à IFRS 1 – “Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro – Isenções para algumas das divulgações exigidas pelo IFRS 7”, com aplicação obrigatória para os exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2010.

Esta alteração permite que as entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS usufruam do mesmo regime transitório previsto na IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações” quando os exercícios comparativos se iniciem numa data anterior a 31 de Dezembro de 2009.

### **IFRIC<sup>183</sup> 14 (Emenda) – Pagamentos antecipados relativos a requisitos mínimos de financiamento**

A alteração a esta interpretação é de aplicação obrigatória para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011 e tem aplicação retrospectiva para o primeiro período comparativo apresentado.

Esta alteração vem corrigir uma implicação não intencional do IFRIC 14 – “IAS 19 - O Limite sobre um Activo de Benefícios Definidos, Requisitos de Financiamento Mínimo e Respectiva Interação”. Sem se efectuar esta alteração não era possível a uma entidade o reconhecimento, como activo, dos pagamentos voluntários relativos a contribuições mínimas para o fundo de pensões. Esta não era a

---

<sup>181</sup> IAS – *International Accounting Standard*

<sup>182</sup> IFRS – *International Financial Reporting Standard*

<sup>183</sup> IFRIC – *International Financial Reporting Interpretation*

intenção quando a IFRIC inicialmente foi emitida, visando a alteração efectuada corrigir a situação original.

### **IFRIC 19 – Extinção de Passivos Financeiros através de Emissão de Instrumentos de Capital Próprio**

Em Novembro de 2009, o IASB emitiu a IFRIC 19 – “Extinção de Passivos Financeiros através da Emissão de Instrumentos de Capital Próprio”. Esta interpretação é de aplicação obrigatória para os exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2010.

Esta IFRIC vem clarificar o tratamento contabilístico relacionado com a liquidação de passivos mediante a emissão de instrumentos de capital próprio, assim como os critérios de valorização destes instrumentos.

### **Annual Improvement Project**

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual tem vindo a alterar algumas normas que se encontram em vigor. As normas alteradas com efeitos para o exercício com início em 1 de Janeiro de 2011 foram as seguintes:

- **Alteração à IFRS 1 – “Adopção Pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”**. Efectiva para os exercícios com início em ou após 1 de Janeiro de 2011.

Uma das alterações a esta norma estipula que uma entidade que adopte pela primeira vez as IFRS, e que decida alterar as suas políticas contabilísticas ou utilizar algumas das excepções previstas na IFRS 1 após a apresentação de demonstrações financeiras intercalares de acordo com a IAS 34, deverá explicar as alterações introduzidas e efectuar as reconciliações entre os princípios utilizados anteriormente e as IFRS.

Outra alteração a esta norma estabelece que uma entidade que adopte pela primeira vez as IFRS considere como custo um justo valor mensurado numa determinada data (subsequente à data de transição para as IFRS) quando ocorram eventos como uma privatização ou uma oferta pública inicial, ainda que esses eventos tenham lugar após a data de transição mas antes das primeiras demonstrações financeiras em IFRS serem emitidas. Os ajustamentos daí decorrentes devem ser reconhecidos directamente em capital.

A alteração permite ainda às entidades com actividades reguladas, ou que detenham activos fixos, tangíveis ou intangíveis, que estão ou foram sujeitos a operações de taxas reguladas, utilizar como custo a quantia escriturada de acordo com os anteriores princípios contabilísticos. Esta excepção deverá ser aplicada individualmente a cada item.

- **Alteração à IFRS 3 – “Concentrações de Actividades Empresariais”**. Efectiva para os exercícios com início em ou após 1 de Julho de 2010.

Limita o âmbito das opções de mensuração dos interesses não controlados. Para cada concentração de actividades empresariais, a adquirente deve mensurar, à data de aquisição, os componentes de interesses que não controla na entidade adquirida, ou pelo justo valor, ou pela parte proporcional que os interesses de propriedade representam em relação às quantias reconhecidas para os activos líquidos identificáveis da adquirida. Tais direitos deverão constituir interesses de propriedade presentes e conferirem aos seus detentores o direito a uma parte proporcional dos activos líquidos

da entidade em caso de liquidação. Todas as outras componentes dos interesses que não controlam devem ser mensuradas pelo justo valor à data da aquisição, salvo se as IFRS exigirem outra base de mensuração.

Esta alteração clarifica também que as alterações ocorridas à IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros – Divulgações”, à IAS 32 - “Instrumentos Financeiros: Apresentação” e à IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, que eliminaram a excepção às retribuições contingentes decorrentes da revisão da IFRS 3 em 2008, não se aplicam às retribuições contingentes decorrentes de uma concentração de actividades empresariais cuja data de aquisição seja anterior à aplicação da IFRS 3 (revista em 2008).

- **Alteração à IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações”**. Efectiva para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011.

Esta alteração à norma salienta a interacção que deverá existir entre as divulgações de natureza qualitativa e quantitativa, por forma a ajudar os utilizadores da informação a obterem uma visão global sobre a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros.

Clarifica as divulgações sobre risco de crédito e garantias e elimina algumas divulgações relativas aos créditos renegociados.

- **Alteração à IAS 1 – “Apresentação de Demonstrações Financeiras”**. Efectiva para os exercícios anuais com início a partir de 1 de Janeiro de 2011.

Clarifica que cada entidade deverá apresentar, na demonstração das alterações nos capitais próprios ou nas notas às demonstrações financeiras, uma análise do “Outro Rendimento Integral” por rubrica,

- **Alteração à IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas”**. Efectiva para os exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2010.

Esta alteração clarifica que uma entidade deve aplicar as alterações à IAS 21 – “Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio”, à IAS 28 – “Investimentos em Associadas” e à IAS 31 – “Interesses em Empreendimentos Conjuntos”, decorrentes das alterações à IAS 27 prospectivamente aos períodos anuais com início a partir de 1 de Julho de 2010.

- **Alteração à IAS 34 – “Demonstrações Financeiras Intercalares”**. Efectiva para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011.

Esta alteração estabelece orientação quanto a aplicação dos princípios da IAS 34. Concretamente, deverão ser efectuadas divulgações nas demonstrações financeiras intercalares sobre a actualização de factos e transacções relevantes que tenham sido apresentados nas últimas demonstrações financeiras anuais.

Clarifica também como deve ser aplicado este princípio no que se refere aos instrumentos financeiros e ao seu justo valor.

- **Alteração à IFRIC 13 – “Programas de Fidelidade do Cliente”**. Efectiva para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011.

Esta alteração clarifica que, uma entidade pode estimar o justo valor dos créditos de prémio (*award credits*) por referência ao justo valor dos prémios pelos quais podem ser trocados. O justo valor dos créditos de prémio tem em consideração: a quantia correspondente aos descontos ou incentivos que seriam oferecidos aos clientes que não ganharam créditos de prémio numa venda inicial; e a proporção dos créditos de prémio que não se espera venham a ser resgatados por clientes.

Se os clientes puderem escolher entre uma gama de diferentes prémios, o justo valor dos créditos de prémio irá reflectir os justos valores da gama de prémios disponíveis, ponderado pela frequência com que se espera que cada prémio venha a ser seleccionado.

Todas as normas emitidas podem ser encontradas em [www.ifrs.org](http://www.ifrs.org).



**APB** ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA  
DE BANCOS

Associação Portuguesa de Bancos  
Avenida da República 35 - 5º | 1050-186 Lisboa | Portugal  
Tel. 21 351 00 70 | Fax. 21 357 95 33 | [apbancos@apb.pt](mailto:apbancos@apb.pt) | [www.apb.pt](http://www.apb.pt)